

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos**

**Edivaldo Ferreira Lopes**

**COMUNIDADE CABECEIRA DO PIABANHA, TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA:**

**“Nossa identidade, parte da gente”.**

**Diamantina**

**2018**

**Edivaldo Ferreira Lopes**

**COMUNIDADE CABECEIRA DO PIABANHA, TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA:**

**“Nossa identidade, parte da gente”.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Rurais.

Orientador: Prof. Dr. Claudenir Fávero

**Diamantina**

**2018**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L864c	<p data-bbox="630 1220 1252 1332">Lopes, Edivaldo Ferreira Comunidade Cabeceira do Piabanha, território de resistência: "Nossa identidade, parte da gente" / Edivaldo Ferreira Lopes, 2018. 197 p. : il.</p> <p data-bbox="646 1355 901 1377">Orientador: Claudenir Fávero</p> <p data-bbox="630 1433 1244 1512">Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudo Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.</p> <p data-bbox="630 1534 1220 1635">1. Território. 2. Cabeceira do Piabanha. 3. Povos e comunidades tradicionais. 3. Conflitos. 4. Latifúndio. I. Fávero, Claudenir. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.</p> <p data-bbox="1157 1657 1260 1680"><b>CDD 595.7</b></p>
-------	--

EDIVALDO FERREIRA LOPES

**Comunidade Cabeceira do Piabanha, Território de Resistência:  
"Nossa identidade, parte da gente"**

Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM ESTUDOS RURAIS,  
nível de MESTRADO como parte dos  
requisitos para obtenção do título de  
MAGISTER SCIENTIAE EM  
ESTUDOS RURAIS

Orientador (a): Prof. Dr. Claudenir  
Fávero

Data da aprovação : 21/09/2018



Prof.Dr. CLAUDENIR FÁVERO - UFVJM



Prof.Dr. ADERVAL COSTA FILHO - UFMG



Prof.Dr. ALINE WEBER SULZBACHER - UFVJM

DIAMANTINA

## **AGRADECIMENTOS**

### **Gratidão!**

Ao Deus, Mãe e Pai, provedor da Vida; ao Deus Mãe e Pai dos pobres da Terra, das Águas e das Florestas.

A minha mãe: Jurandina Lopes Rodrigues e ao meu pai: Jovino Ferreira Lopes (in memória). Sua partida foi exatamente durante o primeiro ano de mestrado. Uma família camponesa tradicional, modo de vida a mim transmito por eles com muita maestria. Essa gratidão familiar se estende de forma especial aos meus ancestrais indígenas (Borum) e negros que, neste território conhecido como Baixo Jequitinhonha, construiu uma relação ser humano-natureza de forma recíproca e de muita resistência frente aos processos de invasão e degradação do território ancestral. Esse vínculo de resistência reside em mim. Por isso, a minha vida tem sido dedicada às lutas na Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais (CPT/MG) na defesa dos pobres da terra, das águas e das florestas. Portanto, minha imensa gratidão a Pastoral da Terra, pelas oportunidades e esse mestrado é fruto dessa relação.

De forma muito especial, muita gratidão a minha família: Adriene Ferreira Rodrigues e Mateus Ferreira Rodrigues, meus filhos. Ele nasceu durante o mestrado, quanta alegria sua chegada, veio completar a família. De forma muito amorosa, carinhosa e solidária maior agradecimento a Luziete Rodrigues Novais, minha esposa e companheira de todas as horas. Além de me apoiar na hora de enfrentar o desafio de fazer o mestrado, soube de forma paciente e honrosa, conviver, entender e suportar as minhas ausências e também contribuir para concretização dessa tarefa.

Sincero e profundo agradecimento a Mariedna Brasil (Edna). Minha eterna professora no Ensino Fundamental I (antiga 4ª Série). Foi minha maior incentivadora e de forma contundente, foi quem me ajudou a tomar a decisão de deixar o campo aos 22 anos de idade e vir para a cidade de Almenara estudar. Sou muito grato a você Edna.

Agradeço de forma muito especial ao Professor Claudenir Fávero, companheiro Paraná, pela disponibilidade, paciência e apoio. Suas leituras atentas, sugestões, ou melhor, como nas suas palavras: “apontamentos”. Seus apontamentos me guiaram até aqui, a meu ver e sentir, de forma bastante satisfatória. Muito grato pela sua disposição em fazer-se parte

dessa travessia comigo, por meio do diálogo fraterno e firme, com os alertas necessários ao longo do processo e o incentivo na prática autônoma e consciente na construção do conhecimento.

Agradeço de forma muito carinhosa aos demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, em especial à professora Aline Weber Sulzbacher pelos ensinamentos, pelo companheirismo e solidariedade. Grato por aceitar fazer parte desta caminhada comigo! Ainda de forma especial, agradeço ao professor Marivaldo pelos grandiosos processos de ensino e aprendizagem compartilhados, desde a graduação em Educação do Campo até o mestrado.

Meus agradecimentos também se estendem aos prezados e prezadas colegas, companheiros/as de mestrado. De modo especial a Marta e ao Clebson. Prezada Marta, serei eternamente grato pelo carinho, acolhida, cuidados e atenção. Ao companheiro e amigo Clebson, me faltam palavras para descrever de forma satisfatória o que você significa nesta minha, ou melhor, nessa nossa trajetória desde a graduação em Educação do Campo. Durante estes dois anos de mestrado, nas idas e vindas, entre o complexo grota-chapada, vales e boqueirões deste imenso Vale do Jequitinhonha, entre cerrados, caatingas e matas, entre o deserto verde de eucaliptos que sobrepõe os quase extintos pés de pequis do nosso cerrado jequitinhonhense, os milhares de quilômetros percorridos, muitos processos recíprocos de ensino e aprendizagem aconteceram e ainda acontecem. Muito grato também a você e sua esposa Heloísa (Lú) pela acolhida e aconchego na casa de vocês.

Finalmente, meus grandiosos agradecimentos à Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha, por aceitar fazer parte deste processo de ensino aprendizagem. Muito grato pelos ensinamentos partilhados e pelas dezenas de diárias de hospedagem e a carinhosa acolhida neste território.

## **RESUMO**

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de investigar os processos de ocupação e o domínio fundiário na comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, localizada em Salto da Divisa, no Baixo Vale do Jequitinhonha. Buscou identificar os fatores que vêm desencadeando diversos conflitos e as formas de organização e estratégias de resistências que a comunidade tem empreendido para defender o seu território frente às pressões sofridas historicamente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, ancorada na abordagem metodológica da pesquisa participante e da observação participante. Utilizamos ainda a pesquisa bibliográfica e outras técnicas, como estudo de documentos relacionados a comunidade e entrevistas com moradores. A história da comunidade tradicional em pauta se insere, de maneira contundente, nas formas que o capital utiliza para se expandir no campo. Na maioria dos casos, o capital, apoiado pelo Estado, se vale de meios lícitos e ilícitos para garantir sua reprodução ampliada. Desde o ano de 1952, data em que ocorreu a ocupação do território pelos pioneiros, até a atualidade, a comunidade tem sido vítima de processos de exploração e expropriação, em sua maioria, praticadas por fazendeiros. Mais do que ser conivente com essa situação, o Estado brasileiro tem impulsionado alguns desses processos de forma direta ou indireta. Na pesquisa empreendida, observamos que, diante dos diversos processos de exploração e expropriação sofridos, a comunidade tem efetivado estratégias de lutas e de resistência que, até o momento, têm garantido sua permanência no território. Concluímos que o território tradicional Cabeceira do Piabanha pode ser descrito como um produto das diversas territorialidades ali imbricadas historicamente, considerando o fator espaço-tempo. O conjunto de territorialidades da comunidade, para além de possibilitar a constituição da identidade coletiva do grupo, apresenta-se como estratégias de resistência frente aos seus antagonistas.

Palavras chave: Território. Cabeceira do Piabanha. Povos e Comunidades Tradicionais. Conflitos. Latifúndio.

## **ABSTRACT**

The present research was conducted with the objective of investigating the occupation processes and the land domain in the traditional community of Cabeceira do Piabanha, located in Salto da Divisa, in the Lower Jequitinhonha Valley. It sought to identify the factors that have been triggering various conflicts and the forms of organization and resistance strategies that the community has undertaken to defend its territory in the face of historical pressures. This is a qualitative research, anchored in the methodological approach of participant research and participant observation. We also carried out bibliographical research and other techniques, such as the study of documents related to the community and interviews with residents. The history of the focused traditional community is forcefully inserted in the forms that the capital uses to expand itself in the field. In most cases, state-supported capital uses lawful and illicit means to ensure its expanded reproduction. From the year 1952, when the occupation of the territory by the pioneers took place, until today, the community has been the victim of processes of exploitation and expropriation, mostly practiced by farmers. More than being conniving with this situation, the Brazilian State has driven some of these processes directly or indirectly. In this study, we observed that, in the face of the various processes of exploitation and expropriation suffered, the community has implemented strategies of struggle and resistance, which have guaranteed its permanence in the territory up to now. We concluded that the traditional territory of Cabeceira do Piabanha could be described as a product of the various territorialities that are historically intertwined, considering the space-time factor. The set of territorialities of the community, besides enabling the constitution of the collective identity of the group, presents itself as strategies of resistance towards its antagonists.

**Keywords:** Territory. Cabeceira do Piabanha. Peoples and Traditional Communities. Conflicts. Latifundium.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comunitários iniciando a construção do croqui do território. ....	21
Figura 2 – Comunitários apresentando o território ao prof. Claudenir a partir do croqui anteriormente construído. ....	22
Figura 3 – Juarez (Tatá) com o seu facão indica locais de antigas roças. ....	23
Figura 4 – Agnaldo mostrando o local de sua antiga roça. Área que agora está em pousio. ...	23
Figura 5 – Gráfico que demonstra o nº de mortos em conflitos no campo entre 1964 e 2000. ....	47
Figura 6 – Mapa da mesorregião Jequitinhonha destacando suas microrregiões. ....	51
Figura 7 – Perfil altimétrico do Vale do Jequitinhonha com os degraus paisagísticos (microrregiões). ....	52
Figura 8 – Mapa da microrregião Baixo Jequitinhonha. ....	63
Figura 9 – Prédio escolar antes da destruição. ....	78
Figura 10 – Prédio escolar depois da destruição. ....	78
Figura 11 – Mapa de localização da Comunidade Cabeceira da Piabanha. ....	82
Figura 12 – Vista central das áreas produtivas e de residências da comunidade. ....	85
Figura 13 – Parte do Território da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha. ....	87
Figura 14 – Quintal produtivo da família de Agnaldo e Cosmira. A fumaça que se vê está saindo do forno de torrar farinha. ....	87
Figura 15 – Juarez (Tatá) cortando um cacho de banana na roça do Sr. Manoelzinho. ....	89
Figura 16 – Juarez (Tatá) com o seu facão fincado na estaca de pau d’arco. ....	89
Figura 17 – Casa da família de Agnaldo e Cosmira. ....	92
Figura 18 – Tipos de plantas/arvores e seus respectivos usos na comunidade ....	93
Figura 19 – Imagem Planta da área de 4.517,60 ha titulada pelo Governo de Minas ao fazendeiro S.A.P. em 1959. ....	99
Figura 20 – Mapa do Parque Estadual do Alto Cariri de cor ver e a localização da área de estudo em cinza. ....	116
Figura 21 – Poligonal destacado em vermelho (processo nº 831863/1992) sobrepondo o território da comunidade. ....	133
Figura 22 – Mapa da área em que os atores afirma ser fazenda Lua Nova e propriedades do entorno registradas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). ....	138

Figura 23 – Mapa da área em que os atores afirma ser fazenda Lua Nova e propriedades do entorno cadastradas no CAR. ....	139
Figura 24 – Ilustração da ocupação territorial da comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha. ....	150
Figura 25 – Ilustração da ocupação territorial na comunidade Cabeceira do Piabanha, destacando roças e moradias atuais.....	171
Figura 26 – Faixa fixada em frente a residência da família de Nivaldo e Marinez. ....	176
Figura 27 – Vassouras e outros artesanatos produzidos pela comunidade. ....	177

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPCT-MG	Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT/MG	Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais
FIG	Figura
IDH	Índices de Desenvolvimento Humano
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MG	Minas Gerais
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MST	Movimento de Trabalhadores/as Rurais Sem Terra
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPDH	Programa de Proteção de Direitos Humanos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDA	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>19</b>
 <b>CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	 <b>27</b>
1.1 As origens históricas do latifúndio no Brasil e o papel do Estado.....	27
1.2 Sistema Sesmarial: o Advento do Latifúndio no Brasil .....	27
1.3 Lei de Terras Devolutas de 1850: uma intervenção do Estado brasileiro. ....	31
1.4 Golpe Militar e o Estatuto da Terra: Repressão contra a Organização Política dos Camponeses/as e a Reforma Agrária .....	41
1.5 O Regime Militar e o Estatuto da Terra: “Modernização” Capitalista da Agricultura e Expropriação e Exploração dos Camponeses/as.....	42
 <b>CAPÍTULO 2. CONTEXTO REGIONAL: O Baixo Vale do Jequitinhonha.....</b>	 <b>51</b>
2.1 O Vale do Jequitinhonha, Entre a Terra de Trabalho e de Exploração .....	53
2.2 O Baixo Vale do Jequitinhonha .....	63
2.3 A Luta Pela Terra e na Terra Gera Conflitos .....	75
2.4 Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha .....	81
2.4.1 Localização e Composição da Comunidade .....	81
2.4.2 Histórico de ocupação do território. ....	83
2.4.3 Sistema de Produção e Modo de Vida.....	85
 <b>CAPÍTULO 3. COMUNIDADE TRADICIONAL CABECEIRA DA PIABANHA:</b>	
<b>História Marcada pela Expropriação e a Violência.....</b>	<b>95</b>
3.1 A Época da Ocupação – década de 50 do sec. XX .....	95
3.1.1 Num “passo de mágica”, de posseiros a agregados. ....	97
3.1.2 Fazendeiro e Agregado: A violência como forma e a obediência como estratégia. ....	105
3.1.3 A presença do Estado .....	112
3.2 Décadas de 1990 a 2007, uma época de transição: “fim do trabalho obrigatório na fazenda” e a estruturação de um território de resistência.....	113
3.3 Chegada do Parque Estadual do Alto Cariri: impondo restrições e ameaçando a liberdade... ..	115

3.4 Processo de elaboração e tramitação do Projeto de Lei 1480/2015, suas possíveis ilegalidades e os impactos para a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. ....	125
3.4.1 O PL 1480/2015 e os interesses minerários.....	129

<b>CAPITULO 4. COMUNIDADE CABECEIRA DO PIABANHA: Território de</b>	
<b>Residência, de Re-Produção e de Resistência .....</b>	<b>149</b>
4.1 Cabeceira do Piabanha: um território comunitário de força e resistência .....	149
4.2 Território Cabeceira do Piabanha: “Nossa Identidade, Parte da Gente!”.....	157
4.3 As formas de resistência cotidiana como estratégias de defesa territorial .....	163
4.3.1 Modo de Produção como Forma de Resistência .....	167
4.3.2 Outras Formas de Resistências. Resistir para Existir .....	173
4.3.3 Comunidade Tradicional Agroextrativista e Artesã: uma identidade coletiva .....	177
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>187</b>



## INTRODUÇÃO

No Brasil desde o processo de colonização, o <sup>1</sup>Estado tem sido um agente mediador e subsidiário do modelo de desenvolvimento expropriador e explorador dos/as camponeses/as que se expandiu por todo o território nacional. Por meio de subsídios financeiros e do ordenamento jurídico, o Estado garante a manutenção da grande propriedade e o lucro do capitalista agroindustrial e outros setores da sociedade pagam os ônus desta remuneração. Neste contexto, é que ocorrem os maiores impactos aos camponeses/as no Brasil, onde milhões de camponeses/as se tornam proletários a serviço do capital, no campo e na cidade. (WANDERLEI, 2009; OLIVEIRA, 2001, 1994; MARTINS, 1982, 1983, 1986b, 1986c, 1999 e 2012).

O capitalismo agrário/industrial se desenvolveu no Brasil, a partir da concentração da terra, tendo o Estado como seu principal agente mediador. Historicamente, por meio da doação de terras via sesmarias e depois por incentivos fiscais e financeiros. O Estado assumiu um papel que foi preponderante na geração e reprodução política e econômica da agricultura dominante no país. (WANDERLEI, 2009).

No Vale do Jequitinhonha a expansão das atividades de produção capitalista contribuiu muito para acirramento dos conflitos socioambientais e consequentemente, para o êxodo rural, pela expulsão direta ou indireta dos/as camponeses/as de seu chão de morada e de cultivo. Os sucessivos governos, principalmente a partir dos anos 70 do século passado, com o discurso ideológico de desenvolvimento para o “Vale da Miséria”, implantaram muitos projetos que na prática, contribuíram, para aumentar a expropriação e exploração dos/as camponeses/as, levando milhares deles/as à migração definitiva ou sazonal aumentando a concentração fundiária (SERVILHA, 2012; SILVA, 1999, LEITE, 2015).

Tal modelo de desenvolvimento vem causando a violência contra os povos do campo, perpetuando uma cultura de violência praticada pelos grupos dominantes contra todos

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, quando utilizamos a palavra Estado, nos referimos ao conjunto dos três poderes (executivo, legislativo e o judiciário) que constituem o Estado Democrático de Direito brasileiro conforme a Constituição de 1988. Recorremos a Bobbio (2007), “a teoria do Estado apóia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo, o judiciário) e das relações entre eles” (p. 77). Considerando que o Brasil é uma República Federativa, constituída pela união indissolúvel dos Estados e Município e do Distrito Federal, assim, neste trabalho, buscamos tratar o Estado numa dimensão indivisa. Vale também expressar que no interior do Estado, há contradições, em função da postura diferenciada dos gestores e agentes públicos. No entanto, no Brasil, historicamente tem havido uma certa hegemonia nas ações do Estado no que diz respeito as questões agrárias.

aqueles que, vivendo em situação de expropriação e exploração, resolvem lutar para defender seus direitos, principalmente, o direito a terra e ao território. Essa violência é fruto, principalmente da concentração da propriedade da terra nas mãos de poucas pessoas e da implantação de grandes projetos, fruto do processo de mundialização do capital e graças à ação do Estado com políticas protecionistas, que protagonizou e/ou protagoniza a expulsão dos povos do campo. Perpetuam-se os conflitos socioambientais, envolvendo os territórios dos povos e comunidades tradicionais e das famílias posseiras, principalmente daquelas que não conseguiram titular suas terras. Em outras palavras, podemos afirmar que é uma cultura de violência perpetrada pelos grupos dominantes e, em muitos casos, conta com apoio do Estado, contra os povos do campo e contra aqueles que não se calam diante deste cenário de injustiças.

A partir da década de 1970, com o fortalecimento da pecuária extensiva, o avanço da monocultura de eucalipto, a criação de unidades de conservação, a construção de usinas hidrelétricas e a chegada da mineração, tem crescido os processos de expropriação e exploração precedidos, muitas vezes, por violência física e simbólica, contra os camponeses/as. Consequentemente, as terras que antes eram o “chão de morada e cultivo”, ou seja, o lugar de expressão e reprodução do modo de vida camponês são cobiçadas por latifundiários e por empresas e alvo da política ambiental dos governos que passaram a promover a disputa pelos territórios camponeses, acirrando os conflitos socioambientais e, consequentemente, a expulsão direta ou indireta das comunidades do campo.

No Vale do Jequitinhonha, especialmente no Baixo, a fazenda viabilizou um modelo de poder baseado no mandonismo do fazendeiro. O poder originou-se da exploração da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores rurais que antes eram os donos das terras, passando a produtores de riqueza para o fazendeiro que, por sua vez, além de se apropriar da riqueza, também passa a distribuir “justiça” segundo suas próprias leis, dentro dos horizontes da fazenda e até mesmo fora dela. O poder da fazenda não ficou restrito aos muros das cercas do latifúndio (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988).

A fazenda em processo de formação, além de se apropriar das terras dos/as camponeses/as posseiros, se apropriaram da mão de obra dos mesmos para derrubadas das matas e para o plantio de pastagens. Na memória de muitos camponeses/as da região, a principal função dos agregados era a derrubada da mata (atlântica) para formação de pastagens. Derrubavam a mata e plantavam principalmente milho, feijão e mandioca e na



próxima safra teria que fazer nova derrubada, pois aquela área deveria ser destinada a pastagem. Assim, foram derrubando, até acabar com as matas da região. (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988).

Com o fim das matas os agregados tiveram seus espaços reduzidos, muitos foram mandados embora e os que ficaram, praticamente estão sem espaço para produção. O sistema de agregação vigorou até as últimas décadas do século XX, ficando a terra monopolizada sob o domínio de poucos que conseguiram se apropriar documentalmente.

No Vale do Jequitinhonha, desde o início do processo de colonização, o Estado tem atuado para criar as condições necessárias para a constituição e formação das grandes fazendas de gado. A atuação do Estado inicia-se com a imposição da força por meio da chamada “Guerra Justa” contra os índios que resistiam na defesa de seu território. Depois, por meio de incentivos e pelo aparato legal, cedeu grandes glebas de terras que, em muitos casos, já eram posses camponesas. A instituição da grande fazenda veio suprimir os direitos costumeiros, alicerces do mundo camponês, o qual é fundamentado num modo de vida regulado pelo valor de uso fruto.

O Estado garantiu os meios necessários para a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários e empresas, bem como a expropriação e a exploração dos camponeses/as e generalizou os conflitos no campo.

Para enfrentar as adversidades que estão expostos, as quais, dificulta a reprodução dos seus modos de vida, os/as camponeses/as sempre tiveram muitas estratégias, construíram caminhos. Alguns como agregados em grandes fazendas, outros saíram a procura de terras mais distantes, outros por não conseguir a manutenção na própria terra, trabalhavam em outras terras ou ainda enfrentaram a migração sazonal. Todas as estratégias construídas pelos camponeses têm por objetivo, garantir a reprodução de seus modos particulares de vida.

É nesse contexto, que se insere a presente pesquisa. É nessa realidade, em meio a diversos conflitos, que os sujeitos/objetos desta pesquisa estão inseridos, ou seja, a realidade vivida pela comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha não está desvinculada da realidade das demais comunidades camponesas, que sofrem às investidas do sistema capitalista de produção.

Desde 2014, conhecemos a comunidade e juntamente com uma equipe da Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais (CPT/MG), começamos a acompanhar e assessorar a comunidade em seus processos de luta em defesa do território tradicional, frente

às pressões sofridas. Durante nossas visitas a comunidade, percebemos que havia evidências de que os conflitos ali existentes eram praticados por fazendeiros, mas poderia haver outros atores envolvidos, bem como, outros interesses até então, ocultos.

Surgiram, então, indagações que nos provocaram ao aprofundamento sobre os fatores que vem desencadeando os conflitos existentes naquele território. Assim, quando surgiu a oportunidade de fazer o mestrado, traçamos como objetivo geral em nosso projeto de pesquisa investigar os processos de ocupação e o domínio fundiário na comunidade Cabeceira da Piabanha em Salto da Divisa/MG, buscando identificar os diversos atores e seus interesses geradores de conflitos socioambientais e entender como e quais são as formas de organização e as estratégias de resistências que a comunidade tradicional Cabeceira da Piabanha tem empreendido para defender o seu território, frente às pressões sofridas historicamente.

Partimos das seguintes hipóteses: primeiro, a história da tradicional comunidade Cabeceira do Piabanha é perpassada por processos de expropriação e exploração causados por fazendeiros e que, em muitos dos casos, diretamente ou indiretamente, o Estado Brasileiro, por meio de seus órgãos e instâncias representativas e/ou organizativas, mais do que conivente, tem impulsionado alguns dos processos e; uma segunda hipótese, é que: a comunidade Cabeceira do Piabanha ao longo de sua trajetória histórica empreendeu dinâmicas organizativas que tem criado capacidade de resistência na defesa do território, frente aos processos de exploração e expropriação praticados por latifundiários.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“Foi a campo ouvir, aprender e anotar, ainda que viver (e pesquisar) seja muito perigoso [...]” (MARTINS, 2013, p. 48).

Minha experiência como pesquisador acadêmico, é relativamente curta, se comparada com meus 41 anos de vida. Nessa trajetória, 22 anos foram vivenciados nas lidas do cotidiano como camponês considerando que a vida do camponês/a é sempre diversa, complexa e dinâmica. Outros 04 anos foram de estudos (ensino fundamental e ensino médio) e trabalho na cidade e; como agente de pastoral e pesquisador (graduação, extensão e pós-graduação), somam-se 14 anos. Mesmo reconhecendo que são poucas as experiências neste campo, a citação acima é bem expressiva para mim, pois neste período, as experiências vivenciadas como agente de pastoral e pesquisador, foram em áreas de conflitos agrários, socioambientais e as ameaças diretas e indiretas não faltaram e nem faltam.

Nesta trajetória já sofri várias ameaças. Em outubro de 2015, Ir. Geraldinha, Paulo André e eu, ao voltarmos de um encontro com a Comunidade Cabeceira do Piabanha, deparamos com um fazendeiro que nos interrompeu e nos agrediu verbalmente e fisicamente. Passamos por muitos apuros (para não assumir que ficamos com medo), pois ele nos ameaçou de diversas formas.

As informações levantadas pela pesquisa revelaram que as famílias da Cabeceira do Piabanha, são vítimas de violência física e simbólica praticada por fazendeiros. Não só na comunidade objeto de estudo, mas a violência sempre foi a armadura que os latifundiários dispuseram contra os camponeses/as na região do Vale do Jequitinhonha. Este é o contexto vivido pela comunidade, e é este, o principal problema que propomos discutir/abordar durante a pesquisa de mestrado. Foi neste contexto que nos inserimos e, como diz Martins (2013, p. 13), “sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro”. O referido autor acrescenta também que, ao estudar grupos que vivem em situação de conflito, é responsabilidade do pesquisador “mover-se no interior do conflito e na conflitividade”, averiguando os fatos no “interior da subjetividade da vítima.” (MARTINS, 2012, p. 13).

Sendo assim, a convivência na comunidade como forma de possibilitar uma melhor compreensão da realidade social pesquisada, tornou-se, algo indispensável. Mesmo sabendo que, viver vários dias na Comunidade Cabeceira do Piabanha, em meio aos conflitos,

para ouvir, aprender, anotar, viver e pesquisar, nos colocou em perigos. Entendemos que foi e é um risco necessário. Neste sentido, julgamos que, para o desenvolvimento dos estudos, seria necessário optar pela pesquisa qualitativa, ancorada na abordagem metodológica da pesquisa participante e da observação participante.

Claro, que apenas a interação com a comunidade, vivenciando a realidade conflitiva ou até mesmo, tornar-se vítima, não é em si, suficiente para compreender por completo toda a sociabilidade contida na comunidade e responder todas as nossas indagações. Para tanto, compreendemos que era preciso ir além, pois existem outros elementos, que são igualmente importantes. Assim sendo, concomitante com o processo de observação participante, utilizamos a pesquisa bibliográfica referente ao tema em estudo, buscando a construção de um diálogo interdisciplinar, baseado na sociologia, antropologia, geografia, história e etc., a partir de uma análise teórico-conceitual, o que nos permitiu uma melhor compreensão da realidade estudada, entendendo também, que as comunidades camponesas são diversas. Assim, se faz necessário, conhecer as especificidades de cada grupo sociocultural, a partir de suas autoidentificações.

Também, foram realizados outros procedimentos: estudo de documentos da associação, notas públicas da comunidade e da CPT/MG sobre o conflito, documentos de terras, processos judiciais, boletins de ocorrência e outros documentos oficiais; diálogos cotidianos com moradores da comunidade, sendo homens e mulheres a partir de 18 anos, priorizando lideranças comunitárias e ancião/ãs e moradores/as que foram expulsos do território.

Portanto, além de lançar mão de outras técnicas, como já dissemos, foi indispensável uma convivência que permitiu perceber situações diversas vivenciadas pela comunidade, numa perspectiva de buscar abarcar a totalidade e não um fragmento. Compreendendo que a interação com os sujeitos pesquisados “envolve o pesquisador muito mais profundamente na sua temática lhe permite lidar com a inteireza dos processos sociais enquanto processos históricos e cotidianos ao mesmo tempo.” (MARTINS, 2013, p. 39). Possibilita, também, se apropriar das experiências acumuladas, ou seja, utilizar o “recurso artesanal do diário do pesquisador e de sua autobiografia.” (Ibid., p. 34). Não como forma exclusiva de colher informações, mas também como forma de se situar na realidade social, para melhor compreendê-la e fortalecer os laços de interação com a comunidade.

Assim, a opção pela metodologia da pesquisa participante, tornou-se importante, pois, “o ponto de origem da *pesquisa participante* deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica” (BRANDÃO e BORGES 2007, p. 54). A convivência com a comunidade permite uma interação e conseqüentemente, se torna algo importante para compreensão da realidade. Segundo Brandão e Borges, “os processos, as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, pois são momentos da vida, vividos no fluxo de uma história.” (2007, p. 54). A pesquisa participante a partir da observação participante possibilita criar e aperfeiçoar os “caminhos” que facilitam a inserção do pesquisador no cotidiano dos grupos pesquisados, com a finalidade de “observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos.” (THIOLLENT 1999, p. 83).

A partir das informações contidas em um croqui confeccionado pelos comunitários, foram realizadas as visitas de campo subsequentes, para observação, fotografias e coleta das coordenadas geográficas de cada localidade contida no croqui (FIGs. 1 e 2). Essa técnica teve como estratégia aguçar à memória da comunidade, para enfocar as percepções e representações acerca do território tradicional.

**Figura 1 – Comunitários iniciando a construção do croqui do território.**



Fonte: autor, setembro de 2017.

**Figura 2 – Comunitários apresentando o território ao prof. Claudenir a partir do croqui anteriormente construído.**



Fonte: autor, setembro de 2017.

Durante o período de observação, visitamos todos os lugares descritos no croqui. As visitas de campo para observação ocorreram entre abril de 2017 a junho de 2018, totalizando 44 dias de trabalho de campo. Em 2017, foram 23 dias de campo que ocorreram nos meses de abril (4 dias), maio (3 dias), setembro (4 dias), outubro (5 dias), novembro (4 dias) e dezembro (3 dias). Em 2018, as visitas de campo ocorreram nos meses de janeiro (6), fevereiro (3), março (3), abril (3) e junho (6), totalizando 21 dias de campo.

Durante as visitas sempre tinha alguém da comunidade na companhia. Estes foram momentos oportunos para dialogar sobre cada um deles. Foram momentos oportunos, em que os comunitários buscavam na memória muitas coisas. Algumas destas memórias foram aguçadas a partir de perguntas, mas a maioria foi espontânea. Os comunitários explicaram sobre cada localidade e seus respectivos usos e significados. Quando não era possível chegar até a localidade, apontavam-na descrevendo-a (FIGs. 3 e 4).



**Figura 3 – Juarez (Tatá) com o seu facão indica locais de antigas roças.**



Fonte: autor, janeiro de 2018.

**Figura 4 – Agnaldo mostrando o local de sua antiga roça. Área que agora está em pousio.**



Fonte: autor, janeiro de 2018.

Além de observar, fotografar e coletar coordenadas geográficas das localidades referenciadas no croqui. Participamos, como observante de momentos festivos na comunidade, incluindo a participação na festa mais expressiva, que é a Festa de São João, em 2018 durou 4 dias. Participamos de 6 reuniões na comunidade; 1 audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); 1 audiência jurídica na Vara Agrária em Belo Horizonte e 1 audiência no Fórum em Jacinto; 3 reuniões no MPMG; 4 reuniões com representantes da comunidades na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), IEF e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG); 2 atos públicos em Jacinto e 1 em Belo Horizonte; acompanhamos a visita técnica da Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT-MG); ainda realizamos grupo de discussão em três momentos com a comunidade, onde aconteceu diálogos coletivos com objetivo de conferir/confrontar informações adquiridas durante o período de observação e em relatos particulares referentes ao coletivo. Neste momento, muitas questões foram confrontadas e verificadas neste coletivo.

O tradicional caderno de campo para o registro completo e preciso do observado, foi o mais utilizado durante o período de observação. Segundo Pinto (2014) o registro completo e preciso do observado é um dos primeiros elementos da observação científica. “Portanto, é preciso adquirir o habito de registrar no diário de campo tudo que se observa e julgar relevante, imediatamente depois do acontecimento.” (p. 176); uma máquina fotográfica para registro de imagens que fossem representativas e significativas para retratar a identidade da comunidade, a utilização do GPS «Global Positionning System» (sistema ou unidade de posicionamento global) para coleta de coordenadas de pontos estratégicos da comunidade, que vem contribuindo no processo de construção do mapa representativo do território comunitário; ainda utilizamos o gravador de áudios, como técnica para a coleta de dados de registros fidedignos das percepções dos sujeitos pesquisados.

Embora, este último instrumento foi utilizado com menos frequência e de forma cautelosa. Pois, percebemos que o uso do gravador causava constrangimento para parte dos comunitários entrevistados. Tal situação foi observada, primeiro durante uma entrevista com o comunitário Juarez (Tatá), mesmo dando permissão para gravar o relato, durante entrevista foi visível que a disposição para o relato oral expirou, não conseguiu dar prosseguimento ao relato. Exigindo assim, o uso mais frequente do caderno de campo, como forma de garantir o



registro das informações. Isso se deu com outros comunitários. Essa mesma situação foi observado por Rocha (2017),

Em outros momentos, percebemos também que o uso do gravador, para algumas pessoas, traz não só a intimidação, mas também uma tentativa de sofisticação nas respostas. Destarte, buscamos definir que instrumento usar com cada família, com cada pessoa ou coletivos entrevistados. (p. 24).

Diante da situação, optamos por registrar as informações destas pessoas no caderno de campo e depois, em um momento oportuno, ler em voz alta e perguntar se ele ou ela, realmente havia dito aquilo e, se concordava com a redação ora apresentada.

Portanto, os perigos não residem só na violência física ou simbólica praticada, (no caso em estudo), por fazendeiros e outros atores, contra o pesquisador e os sujeitos pesquisados. Outros perigos existem. Podendo ser uma violência praticada pelo pesquisador contra os sujeitos investigados. Pois, segundo Demo (1995), se um pesquisador for orientado exclusivamente pelo rigor dos métodos científicos, tratando a realidade social apenas como objeto, estaria sendo violento.

Neste contexto, tratar a realidade social como “objeto” não significa em absoluto estabelecer relação cientificamente resguardada pelo rigor metodológico, mas introduzir relacionamento violento, manipulativo, de cima para baixo, muito mais na linha do abuso da realidade do que de tratamento metódico. (DEMO 1995, p. 233).

Demo (1995), entende que esta violência ocorre quando a relação entre pesquisador e o sujeito pesquisado é tratada somente dentro das formalidades dos métodos científicos dominantes. Para o referido autor, é preciso considerar que no contexto das ciências humanas e sociais existem relações para além das formalidades metodológicas. Assim, não podemos desconsiderar as demais relações existentes na realidade social pesquisada. Não podemos reduzir a realidade ao método, extraíndo dela apenas o que cabe dentro do método. Se for imposta a ditadura do método, outras dimensões como a qualidade política, os fenômenos carregados de subjetividades, os horizontes existenciais complexos são restringidos, considerado apenas aquilo que é mensurável quantitativamente. (DEMO 1995, p. 231 – 232).

Uma conclusão mais forte da metodologia é certamente esta: não faz sentido buscar a cientificidade por ela mesma, porque método é instrumento. Faz sentido, isto sim, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas mais favoráveis de uma história sempre mais humana. É um absurdo sarcástico jogar fora da ciência o que não cabe no método. Se a ciência se der a isto, não passará de algo mesquinho (DEMO 1995, p. 260).

Mas este mesmo autor afirma que, não se trata de negar a importância dos métodos, nem mesmo “[...] desprezar a forma, mas vê-se nela um passo metodológico, não a

finalidade. Queremos chegar aos conteúdos históricos, discuti-los, compreendê-los, criticá-los.” (p. 246 – 247). A realidade social não é estática, acabada e alienada, mas deve ser entendida como algo dinâmico e discutível. Para Demo (1995), o pesquisador social deve partir deste princípio, pois todo ator social não é neutro, bem como não existe história neutra. Considerar a realidade social como dinâmica e discutível é um meio de controlar a ideologia, pois neste caso, não é possível excluí-la.

Nas ciências sociais, o fenômeno ideológico é **intrínseco**, pois está no sujeito e no objeto. A própria realidade social é ideológica, porque é produto histórico no contexto da unidade de contrários, em parte feita por atores políticos, que não poderiam – mesmo que o quisessem – ser neutros. Não existe história neutra como não existe ator social neutro. É possível controlar a ideologia, mas não supri-la. (DEMO 1995, p. 19).

Neste sentido, a relação com o processo de resistência da comunidade não tem impedido que tenhamos o cuidado necessário, no sentido de manter um “distanciamento” capaz de garantir uma análise fecunda das dinâmicas organizativas e das formas de resistências empreendidas pela comunidade na defesa de seu território tradicional.

Por fim, cabe registrar que a proposta de realização da presente pesquisa foi gestada a partir das experiências vividas na comunidade como agente de pastoral. Portanto, as primeiras perguntas foram levantadas pelo grupo, ou seja, foi deixando-se interrogar e, a partir de então, transformando-as em objetos de investigação. Tal técnica, Martins (2012), chama de pedagogia investigativa. Assim, antes da elaboração do pré-projeto de pesquisa e sua submissão ao processo seletivo do Mestrado Acadêmico em Estudos Rurais, os comunitários de Cabeceira do Piabanha já tinham ciência da nossa intenção de pesquisa, bem como de seus objetivos. Além disso, após a aprovação no processo seletivo, nos primeiros contatos que tivemos com a comunidade tratamos de socializar os objetivos de nossa pesquisa e obtivemos a autorização formal para tal.

## **CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 As origens históricas do latifúndio no Brasil e o papel do Estado**

Nosso esforço analítico se referencia nos processos de expropriação e exploração que os camponeses/as têm sofrido ao longo da história e quais são os agentes causadores de tais processos. Em muitos casos, direta ou indiretamente, o Estado Brasileiro, mais do que conivente, tem impulsionado muitos destes processos. Numa perspectiva histórica, vamos discutir resumidamente, os impactos que as principais leis agrárias (Sistema Sesmarial, Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra) têm causado para os/as camponeses/as e como o Estado Brasileiro tem atuado nos processos de formação da grande propriedade privada da terra no Brasil.

No primeiro momento, via sesmarias, o Estado de forma seletiva fez concessões de enormes glebas de terras; depois, consolida a estrutura fundiária por meio da Lei de Terras de 1850, tornando a terra mercadoria. No segundo momento, com o Estatuto da Terra de 1964, o Estado veio privilegiar a modernização predatória da propriedade capitalista da terra.

### **1.2 Sistema Sesmarial: o Advento do Latifúndio no Brasil**

O advento do sistema latifundiário é a legislação sesmarial do período colonial. A propriedade privada de caráter capitalista propriamente dito surge a partir de 1850, “com a Lei de Terras, que atuou como marco jurídico de constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil” (OLIVEIRA & FARIA, 2009, p. 4).

A legislação agrária brasileira, segundo Panini (1990), tem origens na legislação portuguesa.

O tratamento político-jurídico da questão agrária no Brasil tem suas raízes em normas e em costumes adotados em Portugal (...). O rei D. Fernando I baixa, já em 1375, a primeira Lei de Sesmarias, a qual, determina que os donos de terras ociosas devem lavrá-las ou transferi-las a terceiros que as tornem produtivas. O não cumprimento da cláusula (cultivar ou arrendar a terra) implica no confisco da propriedade, retornando a mesma ao bem comum.

Assim, a partir desta lei, as terras que por qualquer motivo são mantidas improdutivas tornam-se terras devolutas ao rei. Este delega em cada região dois homens de sua confiança, chamados sesmeiros, para executar a distribuição de terras aos trabalhadores que não dispõem de propriedade. (PANINI, 1990, p. 21).

Segundo Panini (1990), com esta lei, Portugal estabelecia a função social da terra como meio para a realização da reforma, confiscando as terras que estivessem sem cumprir sua função social. De outra forma, tinha como objetivo “corrigir distorções, no uso e na posse das terras rurais, porquanto havia, à época, escassez de alimentos, acentuado êxodo rural e ociosidade generalizada.” (MAIA, 1994, p. 23/24).

Por meio de cartas de doação, o rei distribuiu as terras brasileiras “através do sistema de capitanias hereditárias. Constitui assim entre 1534 e 1536, catorze capitanias de trinta e sem léguas de costa, a partir da linha de Tordesilhas.” (PANINI, 1990, p. 22).

No regime de sesmaria, foi por meio da posse que a terra foi explorada. Ainda não estava constituído o domínio privado da terra, como atualmente conhecemos. “Conforme se pode deduzir das cartas de doação das capitanias, o donatário é distribuidor de terras, sem, contudo ser dono delas.” (PANINI, 1990, p. 24). “Ressalta-se que ao dar a terra, a Coroa, absolutamente delas não se despojou. Era muito mais uma concessão política do que dominial.” (MAIA, 1994, p. 22). Ou seja, o proprietário continuava sendo o do Rei de Portugal. “Até a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. [...] A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país.” (MARTINS, 1982, p. 70/71).

Com finalidades diferentes, ou seja, em Portugal o objetivo era fazer a reforma agrária para garantir a soberania alimentar dos portugueses, no Brasil tinha como objetivo principal, ocupar o território evitando possíveis invasões francesas.

O único ponto em comum entre Portugal e Brasil, na questão fundiária, são as terras inaproveitadas em ambos os territórios. Contudo a ociosidade do solo decorre de razões bem diversas. No reino, a concentração de terras em mãos de poucos proprietários. No Brasil, todo um extenso continente está entregue a cobiça dos conquistadores. Da mesma forma a política de distribuição de terras tem em vista metas bem diversas. Na metrópole é preciso solucionar o grave problema da escassez de alimentos. No Brasil, busca-se povoar o extenso território, a fim de defender e preservá-lo da cobiça estrangeira, reservando-o desta forma a especulação e ao domínio português. (PANINI, 1990, p. 22).

A partir destas afirmações de Carmela Panini, fica claro que o regime sesmarial implantado no Brasil não considerou as particularidades brasileiras, pois, desconsiderou a presença dos indígenas que já ocupavam as terras brasileiras. Além de não reconhecer o direito territorial dos indígenas, esta legislação agrária que o Brasil herdou de Portugal trouxe outras consequências altamente negativas, instalando o latifúndio monocultor e com ele, os processos de corrupção, expropriação, exploração e violência contra os camponeses/as.

No reino, realiza-se uma distribuição de terras caracterizada pela prevalência da pequena e média propriedade no Brasil, ao contrário, a repartição é ordinária do latifúndio. Ocorre que, para ter direito a uma sesmaria, o candidato precisa ser pessoa de “negócios”, bem dotada, capaz de dirigir e administrar um engenho de açúcar. Dispõe a carta régia que cada concessionário tem direito a uma sesmaria, ou seja, quatro léguas quadradas de terra. Porém a lei é pouco respeitada muitos acumulam várias sesmarias, em nome próprio, ou da mulher, ou dos próprios filhos que, apesar de sua menoridade, obtêm facilmente esse título: “...com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias, nas margens do Gurgueia e do Paraim, no Piauí”. (PANINI, 1990, p. 22).

Segundo Martins (1982), a legislação agrária em questão, tinha um caráter subversivo e seletivo, o que possibilitou o início dos processos de expropriação e exploração dos camponeses/as, em especial os indígenas e os negros escravizados, pois,

O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os “bastardos”, os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo. (MARTINS, 1982, p. 71).

Tais evidências destes processos de usurpação, violência, expropriação e exploração descritos por Martins, são abordados por Warren Dean (1996), quando ele afirma que,

As novas propriedades eram posses baseadas no direito de ocupação ou invasão de terras devolutas. Estas eram extravagantes na sua enormidade: entendiam-se frequentemente a dez ou vinte vezes o tamanho das doações reais de uma única légua quadrada. Semelhante pretensão era inconcebível para o sertanejo comum, mas era cabível ao líder, ou pretense líder, de um clã, alguém que convidava parentes em uma escala grandiosa o bastante para intimidar rivais, subornar funcionários, e estabelecer uma preeminência local que o governo imperial seria obrigado a reconhecer.

A posse dependia da violência ainda mais do que sesmaria. O presidente do Rio de Janeiro, em 1840, confessou abertamente na assembleia de sua província que “é sabido que para estabelecer uma posse e mantê-la [...] é indispensável a força. Aquele que carece dela é obrigado a ceder a terra a outro que é mais forte ou vendê-la a alguém que seja capaz de retê-la mediante a mesma força”. Embora ele e outros funcionários clamassem por uma solução legal para esse estado de coisas, a assembleia persistiu em medrosa indecisão até 1850, quando finalmente aprovou uma lei sujeitando todas as terras da Coroa à venda pública. (DEAN, 1996, p. 166).

Assim, fica explícito que o estado utilizou mecanismos para favorecer a concentração fundiária. Para Warren Dean (1996), os Governos, por incapacidade e/ou por conveniência nunca agiram de forma contundente para controlar a ocupação ilegal das terras.

O sistema de sesmarias, uma ficção legal que legitimara a usurpação do patrimônio da Coroa, mostra-se veículo conveniente para esse fim em todo período colonial. Durante o século XVIII, a Coroa continuava a emitir essas concessões para favorecer ricos e poderosos, com os quais se identificava e contava para povoar a vasta colônia, a produção de bens exportáveis e defender suas fronteiras. Os ricos e poderosos, no entanto, descobriram falhas no sistema. O tamanho da sesmaria fora em geral limitado a não mais que uma légua quadrada (43,56km<sup>2</sup>) em regiões adequadas à agricultura. Para os notáveis rurais, isso parecia uma benesse insignificante e frequentemente reivindicavam direitos sobre as diversas sesmarias mediante testas-de-ferro ou parentes. A prática era comum também entre funcionários da Coroa, que não estavam qualificados a solicitar concessões mas consideravam natural valer-se de seus cargos para obtê-las. (DEAN, 1996, p. 163).

Os pobres sejam eles colonos, negros, índios e outros, ficaram “excluídos” do direito a terra e expostos à violência. “A Coroa, longe de pretender agir com equanidade, está sob o impulso da necessidade de compensar os seus parasitas por lealdade nas agruras da corte tropical, e esta compensação, frequentemente, tomou a forma de concessões de sesmarias.” (DEAN, 1996, p. 165). José de Souza Martins corrobora com esta relação de “lealdade política” entre Estado e a elite agrária, na concessão de terras afirmando que

No século XVII, os pedidos acrescentam até mesmo uma história familiar de lealdades, em que são evocados os nomes de antepassados que também serviam ao rei. A concessão territorial era o benefício da vassalagem, do ato de servir. Não era *direito*, mas *retribuição*. Portanto, *as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais*, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que no fim, resultavam em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico.

Nesse esquema de trocas, os súditos não estavam excluídos da gestão da coisa pública. Desde os primeiros tempos da história do Brasil, há um claro confronto de interesses e de poder entre a Coroa e o município. (MARTINS, 1999, p. 23).

Segundo Martins, os conflitos no campo não ficaram restritos puramente a propriedade da terra. “os conflitos atingiram mais do que a mera propriedade econômica da terra. Eles atingiam diretamente os mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terra” (1999, p. 64). Neste sentido,

A história fundiária brasileira foi construída na base dos conflitos sociais: desde o início da colonização houve denúncias de invasões de terrenos régios; de terras devolutas; de terrenos de marinha; disputas entre particulares que resultaram em processos jurídicos de diversas naturezas; usurpação das terras dos índios; das terras dos afro-descendentes; do crime da grilagem de terras e violência contra seus ocupantes. (MOTA, 2009, p. 320).

O regime sesmarial durou quase 300 anos, “ao qual se deve, em grande parte a atual estrutura fundiária brasileira.” (MAIA, 1994, p. 24). “Portanto, a origem dos conflitos e da injustiça fundiária foi identificada no regime das sesmarias.” (MOTA, 2009, p. 121/122). Tal injustiça praticada contra os camponeses é evidenciado por Martins quando ele diz que,

(...) a ocupação da terra obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumidamente devolutas; de outro, o fazendeiro que, por via legal, obtinha cartas de sesmarias, mesmo em áreas onde já existiam posseiros. A carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão por que em geral o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante, ou o expulsava ou o incorporava como agregado de sua propriedade. (MARTINS, 1986, p. 24/25).

Regime que perdurou até 17 de julho de 1822, quando o Governo Imperial baixou uma resolução proibindo as concessões de sesmarias e no dia 22 de outubro do mesmo ano, manteve a suspensão e nova legislação só veio em 18 de setembro de 1850, com a Imperial Lei de Terras nº 601. (MAIA, 1994).

Desde a Independência do Brasil – em 1.822, até 1.850 – predominou, no Brasil, a ocupação pura e simples de suas terras, sendo este período, considerado, por todos os estudiosos da matéria, como “PERÍODO ÁUREO DA OCUPAÇÃO.” (MAIA, 1994, p. 25).

Entre 1822 e 1850, não houve nenhum instrumento jurídico que disciplinasse a ocupação das terras públicas. Maia afirma que neste período, a forma de obter terras era pela simples ocupação na convicção de que a legalização das ocupações (posses) viria acontecer, “o que realmente viria a ocorrer com o advento da Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1.850” (1994, p. 25). Conforme estabelece no artigo 5º da referida lei: “Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente [...]”.

### **1.3 Lei de Terras Devolutas de 1850: uma intervenção do Estado brasileiro.**

Com a Lei nº 601<sup>2</sup> de 18 de setembro de 1850, a conhecida Lei de Terras, instituiu-se o alicerce jurídico da propriedade privada da terra no Brasil. Este foi o papel exercido pelo Estado, ou seja, mudando a legislação garante as ambições e os interesses das

---

<sup>2</sup> BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Rio de Janeiro, RJ, 18 de set. de 1850. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acessado em 20/01/2018.

classes dominantes. É dessa forma que o Estado “é chamado a intervir. Tão logo o aparato legal se revele inadequado para a sua salvaguarda, são criadas as condições para que as devidas mudanças sejam implantadas.” (PAULINO, 2003, p. 107).

A Lei de Terras de 1850, em seu artigo 1º estabeleceu que a partir da referida data, com exceção das terras que fizessem divisa com os outros países, a forma de adquirir terras seria por meio da compra. “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente, (Art. 1º da Lei nº 601).

No artigo 2º proibiu a ocupação e quem a fizessem seriam punidos, inclusive com despejo e multa, nos seguintes termos:

Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes. Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

Também definiu no artigo 3º o que seriam terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal; § 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commissio por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commissio, forem revalidadas por esta Lei; § 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

No seu artigo 4º a Lei de Terras revalidou as sesmarias e demais concessões que estivessem cultivadas:

Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com principios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionario, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

No artigo 5º, as posses mansas e pacificas que foram adquiridas por meio de ocupação:

Serão legitimadas as posses mansas e pacificas, adquiridas por occupação primaria, ou havidas do primeiro occupante, que se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente,



guardadas as regras seguintes: § 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessario para pastagem dos animaes que tiver o posseiro, outrotanto mais de terreno devoluto que houver contiguo, comtanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual ás ultimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha; § 2º As posses em circunstancias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incuras em commisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito á indemnização pelas bemfeitorias; Exceptua-se desta regra o caso do verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hypotheses: 1ª, o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionarios e os posseiros; 2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos; § 3º Dada a excepção do paragrapho antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º, competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionario ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se tambem posseiro para entrar em rateio igual com elles; § 4º Os campos de uso commum dos moradores de uma ou mais freguezias, municipios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a pratica actual, emquanto por Lei não se dispuzer o contrario.

Quando se firma que as terras devolutas só podem ser adquiridas por meio da compra, o Estado impõe sua exclusividade como detentor dos direitos de tais terras,

pode-se afirmar que, a partir da *Lei das Terras*, o governo continua possuindo o direito público sobre as terras devolutas e, por conseguinte, cabe-lhe o monopólio sobre elas, alienando-as por meio da venda como e quando aprouver. Isso significa que a propriedade da terra, que antes atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de compra dos futuros proprietários. (SILVA, 1999, p. 30).

Segundo Mota (2009), com instituição da Lei de Terras, “consagra-se a propriedade fundiária privada, contudo sem alterar a estrutura fundiária brasileira”, (p.124). “Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto entre camponeses e fazendeiros.” (MARTINS, 1983, p. 63).

Segundo Panini (1990), a Lei de terras contraria o princípio da legitimidade, pois,

Contudo, ao contrário do que parecia a primeira vista, tal legislação, ao invés de alcançar organização racional da estrutura agrária brasileira, vem reforçar ainda mais o sistema latifundiário. Entre outras razões, porque, conforme determina a lei, as terras públicas só podem ser adquiridas mediante contrato de compra e venda, pagas á vista (artigo.14). O preço, na maioria das vezes, é mais elevado do que o exigido na aquisição de terras particulares. O valor obtido nas vendas de terras é, por sua vez, destinado a importação de trabalhadores destinados a grande lavoura. Por outro lado, essa lei adota para a venda da terra uma escala de quatro valores, variando de acordo com a qualidade e a situação geográfica da área a ser alienada. A doação destes critérios dá margem a sérios abusos. Terras de excelente qualidade são vendidas pelo valor mínimo, e outras, de difícil acesso e pouco produtíveis, são vendidas pelo valor máximo. Ora, exigir altos preços é a estratégia política encontrada para dificultar aos trabalhadores – posseiros, meeiros e, sobretudo, imigrantes – o acesso à propriedade e, desta forma, garantir aos grandes proprietários de terra mão-de-obra abundante e barata. (PANINI, 1990, p. 41).

Há elementos suficientes para afirmar que o Estado Brasileiro, garantiu os meios necessários para a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários e empresas, bem como a expropriação e a exploração dos camponeses/as e generalizou os conflitos no campo. Habermas ao analisar o papel do Estado no desenvolvimento do capitalismo, afirma que o Estado é um agente subsidiário que organiza as condições necessárias para a sustentação do capitalismo.

Em outras palavras, O Estado desenvolve e garante o direito privado burguês, o mecanismo monetário, determinadas infra-estruturas, ou seja, em suma, no conjunto, as premissas para a existência de um processo econômico depolitizado, liberto de normas éticas e de orientações ligadas ao valor-de-uso. (Habermas, 1983, p.229).

A Lei de Terras de 1850 garantiu a manutenção da estrutura agrária e a disponibilidade de mão de obra para gerir as grandes lavouras. Segundo Martins (1982, p. 71/72), “a Lei nº 601, estabeleceu em nosso país o cativo da terra — aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra” (MARTINS, 1982, p. 71/72). Em outras palavras, o Estado por meio da legislação garantiu aos latifundiários a manutenção do latifúndio e da mão de obra necessária, como bem argumenta Martins,

Concretamente, a implantação da legislação territorial representou uma vitória dos grandes fazendeiros, já que essa não era a única categoria social a preocupar-se com a questão fundiária. De outro lado, havia os que advogavam um regime de terras livres que desse lugar, no Brasil, ao aparecimento de uma classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários. A fórmula consagrada na lei tinha, porém, o seu sentido naquela circunstância histórica. No mesmo ano de 1850 cessava o tráfico negreiro da África para o Brasil. A escravidão e o trabalho escravo estavam comprometidos. A própria Lei de Terras já define critérios para o estabelecimento regular de correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres que, com o correr do tempo, substituíssem os escravos. Se, porém, as terras do país fossem livres, o estabelecimento de correntes migratórias de homens igualmente livres levaria, necessariamente, a que esses homens se estabelecessem como colonos nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo, as fazendas ficariam despovoadas, sem possibilidade de expansão e de reposição de mão de obra. Por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativo da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país, como de fato o seriam às centenas de milhares até as primeiras décadas do nosso século, [XX]. No processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários. O homem que quisesse tornar-se proprietário de terra teria que comprá-la. Sendo imigrante pobre, como foi o caso da imensa maioria, teria que trabalhar previamente para o grande fazendeiro. (MARTINS, 1982, p. 72/73).

A implantação desta legislação não veio para democratizar o acesso a terra. Na prática, “instituiu bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força de trabalho das grandes fazendas”, (MARTINS, 1999, p. 76). “A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho.” (MARTINS, 1986, 59). Efetivamente, foi estabelecido o monopólio da propriedade da terra em favor das oligarquias agrárias, por meio de “um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.” (MARTINS, 1986, 59).

Diante do exposto, podemos afirmar que, se as terras brasileiras estivessem disponíveis a trabalhadores livres da escravidão e colonos que aqui chegassem, estes iriam se apossarem de áreas ainda não ocupadas pelas grandes fazendas, deixando as fazendas sem força de trabalho. José Graziano da Silva afirma que a Lei de Terras cumpriu duplo objetivo. “De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro, criavam-se as bases para organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 25).

Portanto, fica evidente que a Lei de Terras “foi uma opção política pela grande propriedade e contra a pequena, vista como ameaça à oferta de braços para a lavoura de exportação<sup>3</sup>”. “Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifundiários.” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 25). A constituição da propriedade no Brasil, historicamente se apresenta com seu caráter expropriador e explorador.

Se na natureza da propriedade está a exclusão de outros, no Brasil, desde o início da colonização, a apropriação territorial significou a expropriação para aqueles que constituiriam o mercado de trabalho. A posse da terra era o elemento indispensável à propriedade dos meios de produção, o que implica a não disponibilidade para os trabalhadores, ou, em outros termos, uma injustiça fundiária. (MOTA, 2009, p. 91)

Assim, sem acesso à terra, restou aos trabalhadores ex-escravos e imigrantes, trabalhar nas grandes fazendas, na esperança de conseguir dinheiro para no futuro, comprar uma gleba de terra. Na obra *O Cativo da Terra* José de Souza Martins afirma que, “de fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e

---

<sup>3</sup> Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – O livro branco da grilagem de terras no Brasil, s.d.t, pág. 9.

jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.” (MARTINS, 1986, p. 59).

Portanto, o objetivo com a legislação era impor obstáculos à propriedade da terra ao camponês, que não tendo dinheiro para comprar uma gleba de terras, fosse compelido a trabalhar nas fazendas. Maria Aparecida de Moraes Silva, em sua obra “Errantes do Fim do Século” converge com Martins (1986); Panini(1990) e Graziano da Silva (1980),

Fundamentalmente, ela surgiu para deter o processo de apropriação livre mediante a posse da terra. Era o momento da imigração de trabalhadores estrangeiros, cujo destino deveria ser, especialmente, o fornecimento de força de trabalho às lavouras de café. Por essa razão, o preço da terra estipulado pelo Estado deveria ser tal que sua compra se tornasse impossível aos trabalhadores nacionais e imigrantes, (SILVA, 1999, p, 30).

A constituição do mercado de terras que iniciou com a Lei de Terras de 1850, fora ratificado, em 1891, com a Constituição da República, pois a partir desta data, as terras devolutas passaram ao poder dos Estados, que a partir de leis estaduais passaram a distribuir terras para as elites agrárias estaduais. Sobre esta questão, Martins afirma,

[...] com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Este processo caracterizou principalmente os Estados do Sul e do Sudeste. (MARTINS, 1983, p. 43).

Segundo Panini (1990) entre os delegados da Assembleia Constituinte de 1891, havia um grande grupo que defendia uma plena autonomia dos Estados. Baseados em suas convicções e no poder de influência, este grupo conseguiu,

aprovar a seguinte redação na Carta Constitucional de 1891 “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo a União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (art.64) (PANINI, 1990, p. 45).

A partir de 1891, os Estados passaram a legislar sobre as terras devolutas (com as exceções já citadas acima), revalidando as sesmarias e legitimando as grandes posses em favor das elites oligárquicas. Para Panini (1990), com a nova legislação, os Estados tinham um instrumento que poderia ter contribuído para resolver o problema agrário do país. Mas, na prática, a questão agrária passa a ser tratada a partir de princípios estabelecidos pelo governo de cada Estado, que por sua vez, busca prioritariamente, proteger os próprios interesses e da oligarquia rural.

É o Estado atuando como um agente subsidiário que organiza as condições necessárias para a sustentação pela classe dominante. Como afirma Habermas (1983, p.229), “o Estado desenvolve e garante o direito privado burguês”.

Contudo, o guardião dos contratos é o próprio Estado; por ter como princípio resguardar certos direitos que, diga-se de passagem, em outros tempos não figuravam como privilégio, é esperado desse a aquiescência institucional. Em outras palavras, na perspectiva dos interesses hegemônicos, se há uma legislação em contraponto ao desequilíbrio do mercado de trabalho, ela deverá ser abrandada, para que a liberdade em explorar o trabalhador, ao sabor da conjuntura, não sofra restrições. (PAULINO, 2003, p. 107).

“O Estado se identifica profundamente com a classe dominante, que é a oligarquia rural. Os interesses defendidos por este grupo são exatamente os interesses protegidos pelo Estado.” (PANINI, 1990, p. 46). Esta autora conclui que o poder econômico e o poder político são convergentes e, portanto, constituem-se o bloco dominante, mantendo seus interesses frente a outros setores da sociedade, inclusive, mantendo a terra nas mãos dos latifundiários.

Wanderley (2009), salienta que, mesmo com a crise de 29, que reduziu as exportações nos setor agrícola ameaçando a materialidade do latifúndio. A grande propriedade manteve seu poderio, graças à ação do Estado com políticas protecionistas. O Estado, historicamente, com suas políticas, principalmente de doação de terras possibilitou a expansão da propriedade extensiva, explorando inicialmente a fertilidade do solo sem grandes investimentos.

Segundo Wanderley (2009), a partir da década de 30 do século passado, inicia-se uma nova fase de acumulação capitalista no país, possibilitada por uma aliança entre as classes dominantes com apoio do Governo, com muitas consequências para o campesinato brasileiro: maior acumulação interna, que possibilita a instalação e expansão processual de empresas multinacionais no Brasil; ao mesmo tempo em que acontece maior concentração do capital, repercutindo diretamente sobre as classes sociais existentes no país e sobre a divisão social do trabalho, consequentemente, pouco a pouco, a classe capitalista vai dominando a economia e a hierarquia política.

Assim, “a classe dominante se apropria de terras devolutas, ao arrepio da lei, mas sob o consenso dos próprios governantes.” (WANDERLEY, 2009, p. 46), e por outro lado, os camponeses/as, destituídos de prestígios sociais e sem amparo dos Governos, e sob o julgo dos coronéis, são obrigados a lutarem por seus direitos, principalmente o direito a terra e “[...] travam verdadeiros combates contra os latifundiários.” (Ibid. p. 46).

Segundo Panini (1990), é deste contexto, que surgem os movimentos de camponeses de luta e resistência, com o objetivo de solucionar os problemas que os afligem, causados, principalmente, pela estrutura fundiária vigente no país. Destacando neste período, dois grandes episódios de resistência camponesa: Canudos na Bahia (1896/1897) e a Guerra do Contestado em Santa Catarina (1912/1916).

Para Martins (1983), o messianismo e o cangaço deliberaram os limites da rebeldia camponesa contra o coronelismo. “Ainda que essa resistência tenha ocorrido na moldura da dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria.” (MARTINS, 1983, p. 63). São os/as camponeses/as se colocando como sujeitos de sua própria história. Como diz Martins no livro “Não há terra para plantar neste verão”, os camponeses/as vão se rebelando contra a exclusão política em que são submetidos historicamente.

As diversas formas de lutas empreendidas pelos camponeses/as, como Canudos (1896/1897) e a Guerra do Contestado (1912/1916) e muitas outras, são formas de buscar ser um ator político. “Se o direito é constituído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito.” (MARTINS, 1986b, p. 11). Assim, os camponeses/as percebem que são vítimas do poder das classes dominantes, bem como da injustiça da justiça, das leis e das instituições do Estado. (Ibid. p. 11).

Segundo Oliveira (2001), os camponeses constituem “uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.” (p. 189). Tal classe é marcada por conflitos sociais “e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país.” (p. 190). Os/as camponeses/as, historicamente vêm lutando de um lado, contra os processos de “expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gerdames de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros” (Ibid. p 190), bem como, contra as instituições do próprio Estado.

A história camponesa no Brasil é marcada por muitas formas de lutas, demonstrando a capacidade de resistência destes sujeitos contra as formas de expropriação e exploração.

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores. (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Embora, os camponeses/as em suas diversas formas de lutas e resistências, destacando aqui o fim do século XIX e até a década de 50 do século XX, revelam uma grande força política, não tiveram a capacidade de se impor como classe social e mudar a realidade. Tomando como exemplo os episódios de Canudos e a Guerra de Contestado, todas foram massacradas pelas forças do Estado. A autora Carmela Panini em sua obra *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei* afirma,

Estes fatos, apesar de revelarem grande resistência por parte dos camponeses, evidenciam também seu despreparo político, ou seja, a pouca abrangência da organização dos camponeses como classe social majoritária no país. Por outro lado, o enfrentamento direto, as batalhas travadas contra o exercito não deixam de ser séria ameaça ao poder político instituído. Mas dizimadas as lideranças desses movimentos, o Estado, fortalecido em seu papel de proteger a classe dominante, baixa novos dispositivos legais, garantindo a manutenção da estrutura agrária. (PANINI, 1990, p. 49).

Em 1917, com a promulgação do Código Civil, ficou “[...] proibida a revalidação das sesmarias e também a legitimação de posses. As terras possuídas só podem, dessa data em diante, ser adquiridas mediante o instituto do usucapião, previsto nos artigos 550 e 553 do referido estatuto” (PANINI, 1990, p. 49/50). Assim, o poder executivo passa ao poder judiciário a competência de discriminação das terras. Panini (1990) afirma que o Código Civil vem consolidar o compromisso do Estado com a oligarquia rural.

Diante da situação de expropriação e exploração provocadas pelos coronéis e tendo o Estado como aliado, os camponeses/as “persistem em lutas pela conquista da terra e pela mudança do sistema fundiário.” (Ibid. p. 50).

No Ceará, por exemplo, em 1926, um grupo de três mil pessoas se instala em Sítio Caldeirão. O fato alarma a oligarquia rural e leva o governo federal a mobilizar a polícia e investir contra os ocupantes da fazenda. A disputa pela posse da terra resulta na morte de mais de mil camponeses. (PANINI, 1990, p. 50/51).

Segundo Panini (1990), a constituição de 1934, devido à efervescência das lutas dos camponeses/as e com apoio de alguns políticos na defesa de uma mudança na estrutura agrária dominante, em seu artigo 113, § 17, trouxe uma inovação que foi a função social da propriedade. Embora tenha garantido o direito de propriedade, desconstrói relativamente seu absolutismo, quando afirma no artigo acima citado, que o direito de propriedade “não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública fazer-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização.” (PANINI, 1990, p. 55). Mas, segundo essa mesma autora, antes que alguém ousasse se valer de tal dispositivo para assegurar o direito à terra aos camponeses/as, a Constituição de 1937 extingue a função social da propriedade.

Nos anos seguintes, os camponeses/as seguem em luta, principalmente no Nordeste, surgem as ligas camponesas, “que se constituem em decorrência das dificuldades legais de se organizarem sindicatos.” (PANINI, 1990, p. 55). Como argumenta Carmela,

Ocorre que o Decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, regulamentado pela Portaria nº 14, de 19 de março do ano seguinte, estabelece vários critérios para o reconhecimento de sindicatos, entre eles, o de exigir do respectivo presidente: certificado de boa conduta, prova de que não partilha de ideologias contrárias aos interesses do país e prova de efetivo exercício da profissão. Ora, entre os agricultores, qualquer um desses critérios é, nessa época, difícil de ser obtido. Logo, embora a sindicalização rural não seja teoricamente proibida, ela se torna na prática impossível de ser efetivada. Diante desse impasse, os trabalhadores rurais encontram a alternativa de, conjuntamente, reivindicar do Estado os seus direitos de classe. (PANINI, 1990, p. 55).

Segundo a autora acima citada, durante a Assembleia Constituinte em preparação a Carta de 1946, pressionados pelos camponeses organizados, os delegados travaram longa discussão em relação à questão agrária. De um lado, um grupo defendia a propriedade privada da terra, mantendo a ordem vigente e de outro, um grupo que defendia a reforma agrária. Mesmo diante das divergências, no texto aprovado pela Assembleia Constituinte, a Constituição de 1946, admitia que o Governo poderia desapropriar terras para a reforma agrária. “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, (Art. 141, § 16).<sup>4</sup>

Portanto, a desapropriação seria por meio do pagamento prévio da terra em dinheiro, o que segundo Martins (1983), “tornava a reforma agrária inexecutável” (p. 89). Panini (1990) converge com Martins (1983), afirmando que, “diante dessas exigências legais, o Estado passa a justificar sua omissão, ou seja, a não execução do instituto da desapropriação, pela falta de dinheiro disponível para o pagamento prévio.” (p. 56). Assim, por meio da Constituição de 1946, mais uma vez, o Estado demonstra-se contrário aos interesses dos camponeses/as e conivente com o “modelo econômico e político caracteristicamente burguês, assegurador do sistema então vigente.” (Ibid. p. 56).

“Nos anos 50 e 60 do século XX, as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas.” (OLIVEIRA, 2001, p. 191). Martins (1983) também corrobora com Ariovaldo Umbelino, afirmando que até a década de 1940, as principais formas de expressão da organização e

---

<sup>4</sup> BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946). Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acessado em 10/01/2018.



rebeldia camponesa eram o messianismo e o cangaço, mas a partir da década de 1950, as ligas camponesas e os sindicatos de trabalhadores/as rurais “serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência”, (MARTINS, 1983, p. 67).

#### **1.4 Golpe Militar e o Estatuto da Terra: Repressão contra a Organização Política dos Camponeses/as e a Reforma Agrária.**

Entre 1946 e 1964, os camponeses/as se rebelaram contra a estrutura agrária vigente e os conflitos no campo foram intensificados por quase todo Brasil. “inevitáveis e históricas, as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta.” (OLIVEIRA, 1994, p. 17). Momento este, que marcou o auge das Ligas Camponesas, as quais, defendiam uma reforma agrária radical, bem como, marca também o fortalecimento do movimento sindical, principalmente com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o caminho para realização de uma reforma agrária estava sendo viabilizado, principalmente com o governo de João Goulart que “iniciou um processo de Reforma Agrária [...]” (OLIVEIRA, 2001, p. 191). No entanto, o golpe militar de 64, com uso da violência, sufocou o anseio de liberdade dos camponeses/as que sonhavam com o acesso à terra. “Caçaram e cassaram as lideranças dos camponeses em luta. Muitos “fugiram”, fingindo, sumiram, foram assassinados.” (OLIVEIRA, 1994, p. 17). Conforme Martins (1986b), o golpe militar de 1964, “foi preparado e conduzido, entre outras coisas, com a finalidade muito provável de evitar no Brasil uma revolução agrária.” (p. 58).

“Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964.” (OLIVEIRA, 2001, p. 191). Além de lançar mão da violência, a criação do Estatuto da Terra, foi outro meio que o Estado encontrou para reprimir a força política que os camponeses/as faziam brotar no campo brasileiro.

Com o golpe militar de 1964, os movimentos populares em geral foram alvo de dura perseguição e repressão do Estado, o que foi agravado no campo pela violência desenvolvida pelos grandes proprietários. Os sindicatos sofreram intervenção e ganharam um caráter marcadamente burocrático. É criado o Estatuto da Terra como lei de desenvolvimento rural que propunha a Reforma Agrária e a modernização da agricultura. (MARQUES, 2003, p. 05).

Nas palavras de Oliveira (1994), “o Estatuto da Terra era uma espécie de bandeira militar levada ao campo em luta para, através da guerra, impor a paz na terra.” (p. 83). Gustavo Francisco Pereira em sua tese argumenta que,

É fundamental constatar que o Estatuto da Terra e a proposição jurídica materializada na lei de uma reforma agrária da ditadura civil-militar foi a estratégia utilizada pelo Estado autoritário para o apaziguamento jurídico das lutas camponesas, sendo implementado prioritariamente em regiões de conflito fundiário, realizando, simultaneamente, a tranquilização dos latifundiários de que a letra fria da lei seria produzida, aprovada e discutida no Congresso, mas não implementada. (PRIETO, 2016, p. 567).

Oliveira (1994), afirma que o Estatuto da Terra, foi um acordo “selado entre os latifundiários e o governo militar. Só recentemente foi revelado que o então Ministro Roberto Campos garantia aos latifundiários que o Estatuto aprovado não seria implantado.” (p. 83). Realmente esta legislação, praticamente não foi utilizada em todo período de vigência da Ditadura Militar. Martins (1983) salienta que, “o Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos.” (p. 96). Tal legislação foi um mecanismo encontrado para “impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.” (Ibid. p. 96).

Martins (1983), ainda diz que, este instrumento só veio a ser acionado de forma mais visível, em 1980, quando “o presidente da República assinou 30 decretos declarando propriedades territoriais de utilidade pública para desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.” (p. 99). Em se tratando de atender os interesses dos camponeses/as, o “Estatuto da Terra, tornado lei pelo regime militar, era lei morta.” (OLIVEIRA, 2001, p. 192). “Em todos estes anos de ditadura, foram feitas cerca de 170 desapropriações de terra, só em 1981, houve mais de 1.300 conflitos, envolvendo 1 milhão e 2000 mil pessoas.” (MARTINS, 1986c, p. 35).

### **1.5 O Regime Militar e o Estatuto da Terra: “Modernização” Capitalista da Agricultura e Expropriação e Exploração dos Camponeses/as.**

Segundo Veiga (1991), a agricultura moderna teve seu advento nos séculos XVIII e XIX, inicialmente na Europa e depois em outras nações, como nos Estados Unidos. Tais países passavam por um contexto de mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Com

perspectivas de superar a escassez de alimentos que os países atravessavam, o desenvolvimento da dita agricultura moderna se sustentou com a força de trabalho, na gestão da propriedade familiar e de políticas agrícolas, como: reforma agrária, equilíbrio de preços, remuneração dos agricultores, mecanização e implantação de outras tecnologias, quase sempre implementadas e/ou apoiadas pelo Estado. Para Veiga (1991), o conjunto destas políticas faz da agricultura familiar nos países capitalistas desenvolvidos, uma garantia de valores e aspirações de tais sociedades desenvolvidas.

Este modelo de agricultura moderna foi adotado no Brasil, principalmente no período da ditadura militar, com um elemento diferente em relação a outros países, ou seja, não optou pela reforma agrária, e sim, pela modernização do latifúndio.

Os sucessivos governos da ditadura militar, com o discurso da modernização do país, não tinham nenhuma intenção “de combater o latifúndio e fazer a reforma agrária, pois representaria o fortalecimento político dos trabalhadores rurais. Agora, trata-se de modernizar o latifúndio, aprofundar o seu caráter capitalista, superar atrasos econômicos.” (MARTINS, 1986b, p. 89). Não optaram pela desapropriação dos grandes proprietários de terra, o que levaria sua racional “substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como sucedera em outras sociedades.” (MARTINS, 1999, p. 80).

Pelo contrário, optaram pela “modernização” dos latifúndios, “mantendo a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical.” (MARTINS, 1986b, p. 89), o que possibilitaria aos camponeses/as uma real participação política no cenário nacional. A escolha pelo “desenvolvimento capitalista implica numa composição de classes inteiramente desfavorável à participação política das classes trabalhadoras, pois diminui o seu papel político e marginaliza, uma vez mais, os trabalhadores rurais.” (MARTINS, 1986b, p. 89).

O modelo de agricultura implantado no país “realizou-se tendo como base principal a grande propriedade, que assumiu historicamente um papel preponderante, graças à mediação explícita e contundente do Estado.” (WANDERLEI 2009, p. 104). “O objetivo principal do Estatuto não é o de redistribuir terra para quem nela trabalha, mas fundamentalmente promover a agricultura empresarial.” (MARTINS, 1986c, p. 35). “Nesse sentido, o Estatuto foi muito eficiente, pois possibilitou a implantação das empresas rurais, criando os instrumentos eficazes para garantir maior articulação do processo produtivo e expansão do latifúndio.” (MESQUITA, 2008, p. 136).

Durante os 20 anos da ditadura militar, o Brasil “conviveu/consentiu/promoveu um verdadeiro leilão das terras públicas deste país entre latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial.” (OLIVEIRA, 1994, 83). Neste período, os sucessivos governos pactuaram “uma aliança entre a burguesia industrial e os latifundiários através da transformação daquela burguesia em latifundiários, territorializando, portanto, a burguesia industrial já mundializada.” (OLIVEIRA, 1994, 83).

Mesquita (2008), afirma que o modelo de modernização da agricultura, adotado pelos governos durante o regime militar, foi um processo gerador de concentração da terra e de exclusão, principalmente dos camponeses/as. As estratégias utilizadas foram visivelmente conservadoras, tendo como objetivo principal, a ampliação da produção, explorando a terra e o trabalho humano, bem como, com adoção de novas tecnologias: “equipamentos, insumos, técnicas e métodos modernos, e o emprego mínimo de mão-de-obra, com intenção à especialização da mesma. Não se modificou a estrutura fundiária, pelo contrário, a opção foi pelo modelo concentrador.” (p. 135).

Segundo Wanderlei (2009), o Estatuto da Terra foi um instrumento utilizado para implantar o modelo de desenvolvimento da agricultura no país. O Estatuto, em tese, contemplava dois grandes projetos: a reforma agrária e a “modernização” da agricultura. Mas, a reforma agrária entrou no Estatuto apenas como estratégia para desmobilizar as lutas camponesas. Os governos centraram esforços para a implementação do desenvolvimento agrícola, via a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura. No caso da expansão da fronteira, a primeira intervenção governamental, foi no sentido de garantir a viabilidade dos grandes empreendimentos, principalmente de pastagens para criação de gado bovino, em regiões geralmente distantes dos grandes centros comerciais, como na Amazônia.

Para Wanderley (2009), o Estado atuou por meio da instalação de infraestrutura imprescindível para atenuar os efeitos negativos, devido ao distanciamento, em que os empreendimentos se localizavam. Por outro lado, ao amparar, sob formas diferentes a posição de força dos latifundiários diante dos indígenas e posseiros que já ocupavam as terras, o Estado assume sua posição clara, no sentido de garantir a viabilidade do modelo de agricultura baseada na grande propriedade, em outras palavras, garantir ao proprietário latifundiário a apropriação da renda da terra, seja por meio da produção ou pela especulação fundiária.

Martins (1982), alerta que não podemos “esquecer de que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia, mas também em outros projetos oficiais, como é o caso do reflorestamento, desvia dinheiro público para o uso privado.” (p. 49). Este mesmo autor acrescenta que,

Esse dinheiro deixa de ser utilizado efetivamente em obras e atividades de interesse público para ser desfrutado como coisa própria pela grande empresa capitalista. Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua. Embora seja amplamente reconhecido, pelo próprio governo, que a maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos lavradores e não por empresas capitalistas, até hoje não se produziu uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores. Aquele tipo de política denuncia claramente o estado brasileiro como um Estado de classe.

Essa orientação oficial tem construído o principal atrativo para a entrada da grande empresa capitalista no campo. No caso da Amazônia isso não aumentou em nada a produtividade das grandes fazendas de gado, com uma utilização da terra inferior á dos pequenos produtores: uma única vaca precisa de 3 hectares de passagens. (MARTINS, 1982, p. 49).

“A política oficial não transformou os grandes capitalistas em pastores de vacas, mas em pastores de incentivos fiscais.” (MARTINS, 1982, p. 49).

Oliveira (2001), enfatiza que, os governos da ditadura militar, apoiados no Estatuto da Terra, adotaram uma política de desenvolvimento da agricultura a partir de “incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência, (p. 191). Como diz Helena Angélica de Mesquita, “o Estatuto da Terra vinha para burocraticamente viabilizar a modernização da agricultura e reprimir as lutas dos trabalhadores.” (MESQUITA, 2008, p. 137).

O número dos que perderam a vida, nas batalhas pela terra, “[...] foi crescendo, dobrando, triplicando, quadruplicando” (OLIVEIRA, 2001, p. 192). “A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não.” (Ibid. p. 192). O referido autor, ainda salienta que, os estados alvos dos projetos da colonização instituída pelo Estado brasileiro foram: Pará, Rondônia, Acre, Roraima e, “em parte, Mato Grosso, que se caracterizou pela presença da colonização privada. Dessa forma, índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir personagens dos conflitos.” (Ibid. p. 192).

A política de modernização da agricultura, tendo como fundamento principal a ocupação das fronteiras, por meio de grandes empreendimentos agropecuários amparados em

subsídios, possibilitou a abertura de espaço para a especulação e seduziu o capital financeiro para o campo brasileiro. “Tais mudanças agudizaram os problemas aí existentes. A instalação dos grandes projetos causou a expulsão maciça de posseiros, observou-se um intenso êxodo rural e uma violência crescente.” (MARQUES, 2003, p. 05).

Segundo Oliveira (2007), a dita modernização da agricultura está associada a crescente concentração fundiária. Vejamos aqui números do período de 1967 a 1972. Nesse intervalo de tempo,

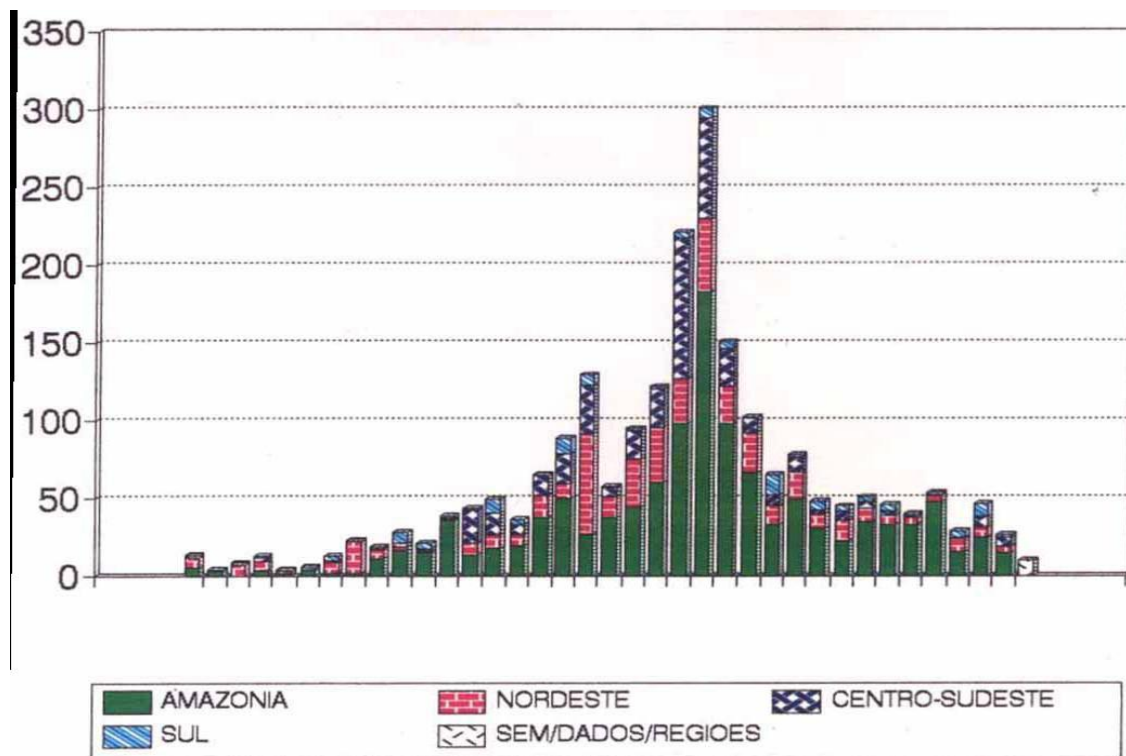
[...] a área ocupada total cresceu 10.170.887 ha, porém a área dos imóveis rurais com mais de 1.000 ha cresceu 17.658.740 ha, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 ha, e os médios outros 1.244.873ha. No período de 1972 a 1978, a área ocupada total cresceu 49.626.683 ha, porém novamente as grandes propriedades cresceram 52.273.849 ha, o que significou queda na área ocupada pelos pequenos (1.56.895 ha) e médios (1.490.271 ha). Isto quer dizer que entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, como o número total das grandes propriedades praticamente não se alterou, entretanto, a área ocupada por eles, cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil, passando o Índice de Gení de 0,836 para 0,854. (OLIVEIRA, 2007, p. 132/133).

Sobre a concentração da terra e a violência contra os camponeses/as, Martins (1986c) diz que,

Fala-se muito da concentração da propriedade da terra como um dos fatores da violência, o que é verdade. O recenseamento de 1980 revelou que 45% das terras do país estavam concentradas em menos de 1% dos estabelecimentos rurais e que metade dos estabelecimentos, que garantem a maior parte da produção, tinham apenas 2,4% da terra. O Estatuto da Terra, implantado pela ditadura militar, teria a suposta finalidade de resolver esse problema, se redistribuísse as terras dos grandes proprietários, como ocorreu em outros países, mas dando preferência aos pequenos agricultores sem-terra na ocupação de novas terras das regiões da Amazônia. No entanto, aconteceu o contrário. Antes do golpe militar, entre 1950 e 1960, as terras novas foram ocupadas do seguinte modo: 85% para estabelecimentos com menos de 100 ha e 15% para estabelecimentos com mais de 100 ha. Já na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, essa distribuição de terras novas sofreu modificações, beneficiando os grandes proprietários: 35% dessas terras foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras novas e os grandes ficaram com 94%. (MARTINS, 1986c, p. 48 e 49).

As ações dos governos da ditadura militar foram, no sentido, de reprimir as lutas que os camponeses/as empreendiam em defesa da reforma agrária. Ou seja, o Estado estava profundamente interessado em intervir na questão agrária, mantendo e fortalecendo a estrutura agrária vigente, controlando as lutas camponesas, muitas vezes, com o uso da força bruta.

Figura 5 – Gráfico que demonstra o nº de mortos em conflitos no campo entre 1964 e 2000.



Fonte: Umbelino (2001, p. 191).

No gráfico acima (FIG. 5), pode-se observar que, a partir dos anos 80, houve um aumento da violência no campo. Para Martins (1982), os conflitos ocorridos, principalmente no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, são decorrentes do grau de expulsão dos camponeses/as de suas terras, que não suportando, a rapidez e a violência dos processos de expropriação, em que estavam sofrendo, resolveram resistir. O acirramento dos conflitos é fato de ordem política. “O nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um fato político que é a resistência” (p. 31). Nas palavras de Ariovaldo Umbelino, causou

(...) aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. Anistia, diretas já, formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no centro da Campanha da Fraternidade de 1980: *Terra de Deus, terra de irmãos*. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Segundo Oliveira (2001), “com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra.” (p. 192). Uma das formas utilizadas pelos ruralistas para defender a grande propriedade privada, foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR), “entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição” (p. 193).

A UDR prosperou rapidamente e atingiu o seu principal objetivo, que foi interferir na Constituinte, e foi sob esta influência que a proposta de reforma agrária, inserida na Constituição de 1988, não correspondeu aos anseios de milhões de trabalhadores que não puderam “marchar sobre Brasília” para fazer ouvir suas vozes, (MESQUITA, 2008, p. 138).

A autora Panini (1990), em sua obra: *Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei*, traz um depoimento do Salvador Farina, na época, presidente da UDR-Goiás, que demonstra que a UDR preparara um arsenal de guerra contra os camponeses/as.

Hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com os leilões. No 1º leilão realizado em Goiânia, adquirimos 1686 armas; com o 2º, em Presidente Prudente (SP), adquirimos mais 2480 armas e aí proliferaram as UDRs. Hoje nós temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país. (PANINI, 1990, p. 140).

A UDR, “na defesa cega e desenfreada do monopólio da propriedade da terra, faz aumentar consideravelmente a violência na zona rural.” (PANINI, 1990, 139/140). Para a referida autora, os latifundiários eram apoiados pelo Estado, banqueiros, empresários nacionais e multinacionais, grandes comerciantes, “[...] todos interessados na conservação do atual sistema agrário e, muitas vezes, diretamente ou indiretamente vinculados à UDR.” (Ibid. p. 139). “Com a criação da UDR, institucionalizou-se o crime no campo, pois foi grande o envolvimento dela com a violência e sua ingerência também na impunidade.” (MESQUITA, 2008, p. 138). No Brasil, quase sempre, as respostas às lutas e reivindicações dos camponeses/as, têm sido respostas e reações de classe. “Os conflitos, em muitos casos, são resolvidos de maneira brutal. São conflitos de classes transformados em massacres contra os camponeses.” (Ibid. p. 133).

Martins (1986a), enfatiza que nos anos 70 e 80 do século passado, os conflitos alcançavam a totalidade do país. Inúmeros eram os conflitos, só em 1981, houve mais de 1.300 conflitos, envolvendo 1 milhão e 200 mil pessoas.” (p. 35). Tais conflitos envolviam, “de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro,



posseiros e índios por causa da terra.” (MARTINS, 1982, p. 47). E, para assegurar a expulsão dos camponeses/as de suas terras, a violência era uma das estratégias utilizadas pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros. Segundo Martins, o Estado também se envolvia de várias maneiras nos atos de violências praticados contra os camponeses/as. “Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juizes”, (Ibid. p. 48).

Segundo Oliveira (1991) e Martins (1982), a questão agrária no Brasil, é composta por duas faces combinadas: a expropriação e exploração. E, para estes autores, a questão agrária brasileira, principalmente os processos de expropriação e exploração dos camponeses/as, são decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista de produção em sua fase monopolista. Neste caso em questão, os processos de expropriação são decorrentes da grande concentração da terra no país, que tem levado os camponeses/as a perder o seu principal meio de trabalho, que é a terra. Tal processo é efetivado,

Em função da violenta concentração da propriedade fundiária, um grande número de pequenos lavradores perde ou deixa seu principal meio de trabalho (a terra) para os capitalistas de todos os tipos. Esse processo é realizado diretamente por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, sob o manto protetor e os incentivos financeiros do Estado. O país inteiro tem sido sacudido, inúmeras vezes de forma violenta, por esse processo de expropriação. (OLIVEIRA, 1991, p.110).

Para Oliveira (1991), a expropriação é a principal característica da expansão do capitalismo. Constitui-se, portanto, num componente de lógica da reprodução do capital, (p. 110). Martins (1982), afirmar que os processos de expropriação comumente são acompanhados da violência, mas esta, não é o seu aspecto principal. “O principal é que a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento da produção do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital.” (p. 54).

Os processos de expropriação dos camponeses/as, principalmente durante os anos finais da ditadura militar, são praticados principalmente, por grandes empresas capitalistas que atuam no campo, motivadas, sobretudo por incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, almejando amplos negócios na grande propriedade privada da terra. Estes “processos de expulsão atingem não só os índios e posseiros, como também arrendatários e parceiros, através da substituição da lavoura pela pecuária.” (MARTINS, 1982, p. 50).

Para o referido autor, a expropriação se caracteriza à medida que do camponês/a é retirado o seu principal meio de produção – que é a terra. Ou seja, separação entre o

camponês/a e a terra. “Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho.” (MARTINS, 1982, p. 54). Para Oliveira (1991) e Martins (1982), tais processos de expropriação observados no meio rural brasileiro, estão diretamente vinculados com as modificações ocorridas nas relações de trabalho na agricultura e com os processos de migração dos camponeses/as para as periferias das cidades, bem como para outras regiões do país, sendo o número de expropriados maior que a quantidade de empregos gerados pelo sistema.

Isso se deve à tendência geral das grandes empresas capitalistas, quer no campo, quer na cidade, em modernizar seus processos de trabalho e adotar tecnologias avançadas que fundamentalmente diminui o uso de mão-de-obra. Essa política de modernização conta hoje com beneplácito do Estado que incentiva através da assistência técnica gratuita e financiamentos bancários com juros subsidiados. Como exemplo, basta lembrar os efeitos provocados no campo com o uso de herbicidas. (OLIVEIRA, 1991, p. 111).

Assim, ao passo que a expropriação é efetivada, são criadas as condições sociais para que o capital revele a segunda etapa de reprodução, que é a exploração do camponês/a (trabalhador/a) que já foi expropriado/a, (OLIVEIRA, 1991; MARTINS, 1982). Uma vez expropriado, ao camponês/a resta poucas opções, podendo ir à busca de uma terra “livre”, mas como nem sempre obtém êxito, “terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista que é quem tem agora esses instrumentos” (MARTINS, 1982, p. 55). Segundo Oliveira (2007), no modelo capitalista de produção,

[...] os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção. É por isso que a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho. O capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas jurídicas iguais podem assinar contratos. Só pessoas jurídicas iguais podem romper esse contrato quando quiserem. Portanto, essa relação de compra e venda contém o ato implícito de que um trabalha (vende a força de trabalho) e o outro compra e paga, através do salário, essa força de trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

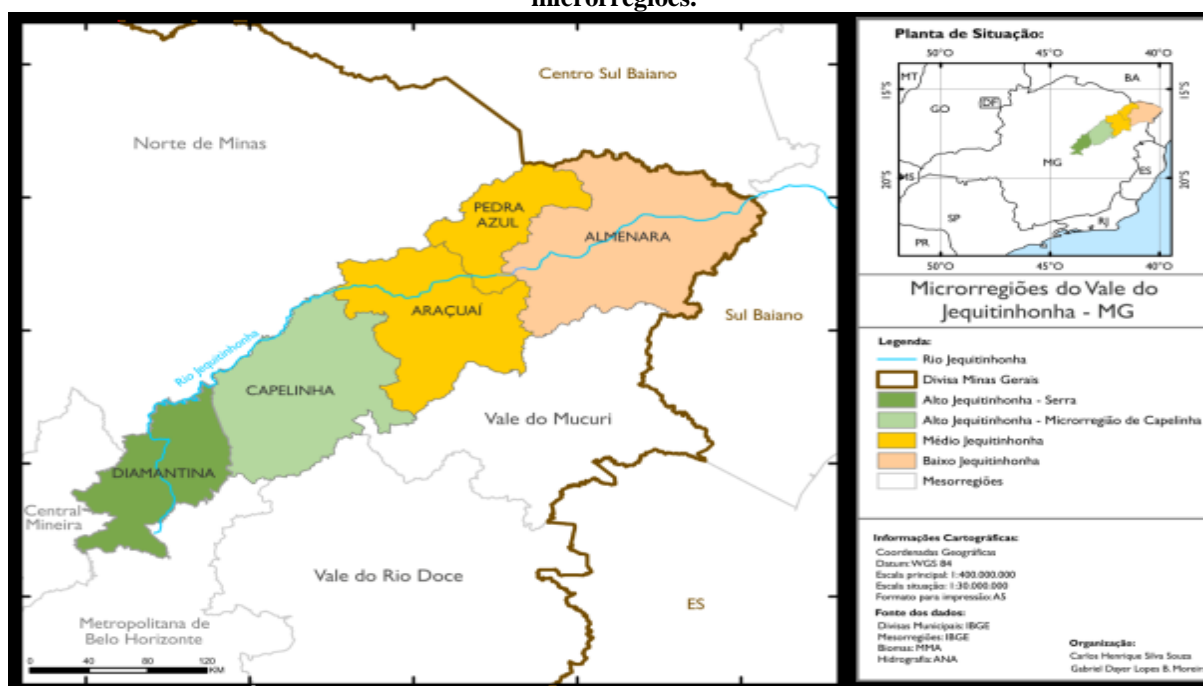
Em outras palavras, as relações estabelecidas dentro do processo de produção capitalista, são relações fundamentadas no processo de afastamento dos trabalhadores/as dos meios de produção, ou seja, os camponeses/as devem aparecer no mercado de trabalho, como trabalhadores/as livres de toda a propriedade (no caso, a terra), com exceção de sua própria força de trabalho.

## CAPÍTULO 2. CONTEXTO REGIONAL: O Baixo Vale do Jequitinhonha.

Neste capítulo faremos uma caracterização do Baixo Vale do Jequitinhonha, região onde está localizada a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha – a realidade estudada. Buscamos discutir os elementos ligados a questão agrária, principalmente sobre a ocupação da região por camponeses/as e fazendeiros a partir do século XIX, refletindo como o Estado atuou neste processo. Na primeira parte, vamos trazer algumas informações sobre o Vale do Jequitinhonha mineiro. Na segunda parte, vamos discutir sobre a ocupação do Baixo Vale do Jequitinhonha por camponeses/as e fazendeiros e, no fim deste capítulo, trazemos a caracterização da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha.

O Vale do Jequitinhonha está localizado no Nordeste do estado de Minas Gerais e segundo a divisão político-administrativa adotada pelo Estado de Minas Gerais, compreende três microrregiões: Alto (Microrregião de Diamantina e Capelinha), Médio (Microrregião de Araçuaí) e Baixo (Microrregião de Almenara), na figura 6 estão delimitadas as quatro microrregiões.

**Figura 6 – Mapa da mesorregião Jequitinhonha estacando suas microrregiões.**



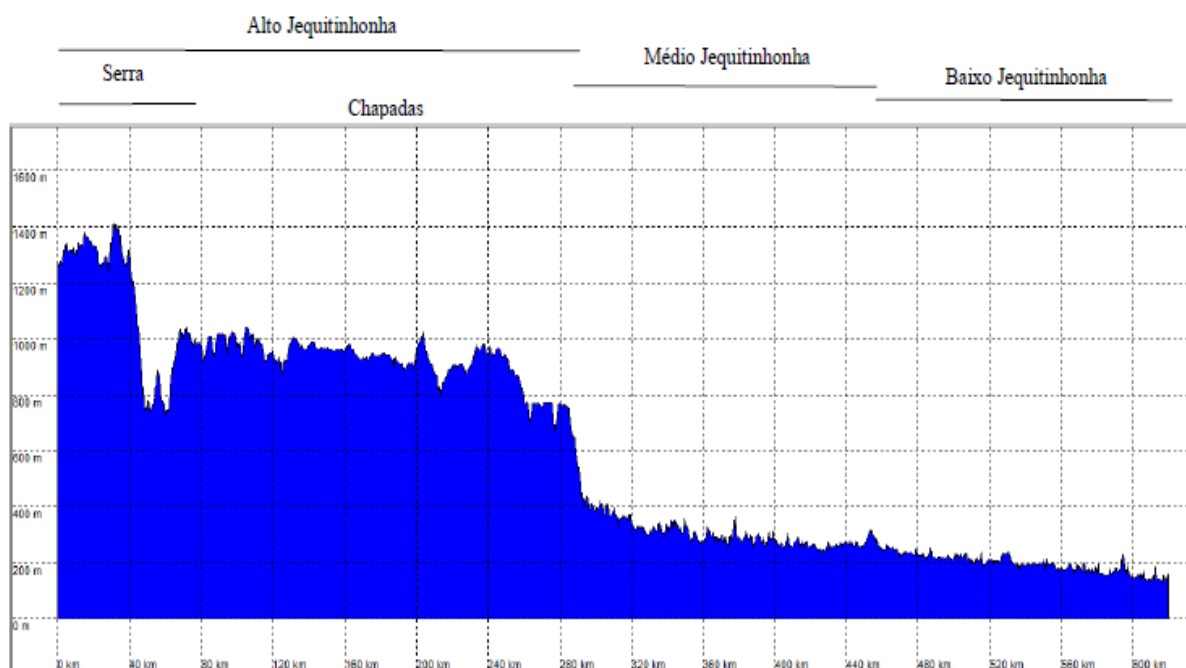
Fonte: Moreira (2017).

Ao todo são 51 municípios e uma área de 50.461km<sup>2</sup>, com uma população total de 699.403 habitantes. (IBGE, 2010). No entanto, para Fávero e Monteiro (2014), se forem considerados os moradores dos distritos, e mesmo das pequenas sedes municipais que

mantém relações com as atividades agropecuárias, mais de 50% da população do vale do Jequitinhonha têm vínculos com o meio rural.

O Vale apresenta grande diversidade social, cultural, econômica e ambiental, com áreas de transição entre os biomas cerrados, caatinga e mata atlântica (IBGE, 1997). Segundo Fávero e Monteiro (2014), essa diversidade sociocultural é resultante “[...] da presença ancestral de diversos grupos humanos e da lógica de colonização e relações sociais estabelecidas ao longo do tempo, observando-se, atualmente, nessa região, uma rica diversidade étnica, cultural e de organização social camponesa.” (p. 07). As paisagens do vale do Jequitinhonha podem ser compreendidas como distintos degraus que se despojam em diferentes ambientes e formas de ocupação e uso tradicionais, (FIG. 7). Com altitudes próximas a 1.400 m região de Campos Rupestres, região de Diamantina, até altitudes próximas a 150 m, região de Salto da Divisa, onde se predomina o bioma Mata Atlântica. (FAVERO e MONTEIRO, 2014; IBGE, 1997).

**Figura 7 – Perfil altimétrico do Vale do Jequitinhonha com os degraus paisagísticos (microrregiões).**



Fonte: Fávero e Monteiro (2014).

Nacionalmente conhecido como “Vale da Miséria” em função de seus baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), o que os gestores públicos e a mídia caracterizam como pobreza estrutural, decorrentes do processo de modernização predatória, baseada em um modelo desenvolvimentista que não parte das realidades locais, a região vive

imersa em contradições. Por um lado, o empobrecimento do seu povo e, por outro, a riqueza de recursos naturais explorados por interesses privados.

O Vale do Jequitinhonha é reconhecido nacionalmente pelas suas diversas manifestações culturais, com destaque para o artesanato. “Com enorme reconhecimento e aceitação em todo o país e fora dele, o artesanato do Vale possui características próprias.” (SERVILHA, 2008, p. 61). Em grande parte, a rica diversidade cultural do Vale é fruto do processo de interação entre as distintas maneiras de saber e de fazer de quilombolas e indígenas do Vale. Conhecimentos e comportamentos foram sendo compartilhados e compatibilizados, possibilitando a continuidade da diversidade cultural existente no Vale. “A miscigenação entre índios, portugueses e negros forma a essência da cultura da região.” (Ibid., p. 56).

## **2.1 O Vale do Jequitinhonha, Entre a Terra de Trabalho e de Exploração.**

Os primeiros ocupantes do vale do Jequitinhonha foram as diversas etnias de povos indígenas: Maxacali, Aranã, Mocurin, Krenak, Pataxó e muitas outras que foram invisibilizadas pela história oficial (SOARES, 2010). Vale ressaltar que até o início do século XVIII, existiam dois territórios distintos, a parte alta da Bacia do Jequitinhonha era controlado pela Coroa Portuguesa e grande parte do Médio e todo o Baixo, era controlado pelos indígenas conhecidos como Botocudos (SERVILHA, 2012), que lutaram bravamente contra a invasão europeia do Vale, mas foram massacrados pelos portugueses a partir de 1808, ano em que o Governo Português D. João VI decretou guerra contra os indígenas, a qual foi nomeada de “Guerra Justa<sup>5</sup>” de 1808 (SOARES, 2010).

---

<sup>5</sup> Para a Coroa, a guerra era “justa” devido forma com que os Botocudos defendiam seu território frente à invasão promovida pelos portugueses. Na perspectiva da Coroa, os índios eram tidos como bárbaros e selvagens e, portanto, a guerra defensiva que havia empreendido anteriormente contra os Botocudos não era eficiente diante da bravura dos índios na defesa do território. Na Carta régia de 13 de maio de 1808, a Coroa declara guerra contra os índios e a denomina de “Guerra ofensiva e justa”. O declarante, (Príncipe Regente D. João VI) afirma que, diante das muitas reclamações que vinha recebendo, onde os Botocudos praticam atos violentos contra os colonos, desde devastação das fazendas formadas, levando os fazendeiros a abandona-las e, em outros casos, os Botocudos matavam os portugueses e os índios “mansos”, ficava declarado a guerra e diz que a carta chegasse ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais deveria começar “[...] *contra estes Índios antropophagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como ja o são as immensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequencia necessaria do estado social [...]*” (Carta Régia - de 13 de maio de 1808.).

A ocupação na parte alta do Vale pelos europeus iniciou por volta de 1550. No Alto Jequitinhonha havia muito ouro e diamante, que despertara a curiosidade e/ou ambição de bandeirantes e do rei de Portugal. Foram intensas as entradas de diversas bandeiras, que se embrenharam pelo nordeste mineiro.

A historiografia aponta a região do nordeste de Minas como sendo alvo das primeiras incursões pelo interior do Brasil, já nos primeiros anos da colônia, em busca de riquezas minerais – ouro, prata, pedras preciosas – e apresamento de índios. Partiram do litoral baiano-capixaba para a região, as expedições de Francisco B. Spinosa, em 1553, a de Vasco Rodrigues Caldas, em 1567, a de Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, e a de Antônio Dias Adorno, em 1576. A expedição de Antônio Dias penetrou pelo rio das caravelas, em 1574, e foi buscar as vertentes do rio Araçuaí. (MAIA 2000, p. 33-34).

A primeira descoberta de ouro foi na cidade do Serro, no final do século XVII. Para a extração do ouro e diamante, adotou-se a mão de obra africana escravizada. A exploração de ouro e diamante se espalhou para as regiões próximas a Diamantina, Minas Novas, Grão Mogol e em outras áreas – onde foram instalados os primeiros núcleos de mineiros. Os mineradores vasculharam os leitos dos rios e seus afluentes, sugando da mãe terra “riqueza fácil”. Veio a seguir a formação de vilas, povoados e pequenas cidades (MAIA, 2000).

Os primeiros povoamentos do Vale do Jequitinhonha datam do início do século XVIII, em função da exploração aurífera e da atividade agropastoril a esta subsidiária. Mas, de acordo com a pesquisadora Maria Isabel Botelho, provavelmente no momento do surgimento dos primeiros núcleos urbanos, já existiam agrupamentos humanos compostos de escravos fugitivos, de europeus – a maioria portugueses – e de índios, que já estavam na região há séculos. (MAIA 2000, p. 33).

A população na época da ocupação portuguesa vivia basicamente de “lavra e lavoura.” (MAIA, 2000, p. 36). No entorno das lavras foram constituindo-se uma agricultura camponesa localizadas nas grotas e chapadas, eram plantios “basicamente de mandioca, feijão, milho, arroz, cana e criação, praticada principalmente pela população pobre.” (Ibid., p. 36). Segundo Maia, com a escassez do ouro e do diamante, a agricultura camponesa se espalhou pelo Vale possibilitando uma “organização camponesa fundada em códigos costumeiros, desenvolvendo uma maneira peculiar de apropriação e usufruto harmônico entre a chapada e a agricultura de subsistência.” (Ibid., p. 58).

Segundo Maia (2000), a apropriação camponesa da terra na região aconteceu inicialmente de forma passiva, pois com exceção da presença indígena que praticamente foi dizimada a partir de 1808 pela Coroa Portuguesa, estes campos/terras estavam “desocupados”. Em busca de terras férteis para desenvolver suas lavouras, os/as camponeses/as entravam nas

matas e implantavam suas roças. “A grande oferta de terras na região permitiu o surgimento e o desenvolvimento da produção camponesa” (p. 35/36).

Estes camponeses/as sabiam conviver entre a escassez de bens materiais industrializados e a riqueza das práticas culturais apreendidas por anos de convivência com a terra e demais recursos naturais. Sobre estes costumes e práticas dos camponeses/as, recorremos a Eduardo Ribeiro,

Os agricultores dos capões organizaram seu conhecimento do meio, regularam a vida pelo que o ambiente fornecia, transformaram a escassez em base de convívio, ajustaram suas lavouras aos tempos naturais. Aprenderam o quê, como, quando e quanto aquelas terras podiam produzir. Regularam o uso dos capões, descobriram o que se podia tirar das grotas, submeteram a natureza a um exame rigoroso e então aprenderam a extrair constantemente aquele pouco que a natureza avarenta do cerrado podia oferecer [...] As técnicas de roça criadas pelos lavradores fazem parte do seu notável patrimônio cultural, ao lado do artesanato, folclore, histórias. São os produtos mais nobres dessas grotas do Jequitinhonha. (RIBEIRO, 1996, p. 31).

A agricultura voltada basicamente para o autoconsumo se estendeu por todo vale e foi bastante promissora, muitas vezes, se ouvia e ainda se ouve camponeses/as dessa região relatar sobre um passado não muito distante, histórias do povo e coisas deste lugar, ou seja, relembram de um "tempo de fartura", onde se plantava um <sup>6</sup>prato de feijão e colhia cinquenta pratos.

Esses moradores pioneiros das matas encontraram nela muita fartura. Fazendo suas roças em terras novas puderam viver na abundância por, pelo menos, um século. Eram lavouras em derrubadas recentes, numa terra fertilíssima, que dava pouco trabalho a enxada produzia um despropósito de mantimentos. Todas as lembranças de pioneiros incluem uma fartura absurda, verdadeiro desperdício de alimentos, num tempo em que as pessoas não “faziam conta das coisas”. (RIBEIRO, 1996 p. 19).

Tempo em que se produziam quase tudo que precisavam. O que se comprava era sal, querosene, farinha de trigo, bebidas e ferramentas de trabalho. Quase a totalidade dos produtos consumidos, tinha uma base de produção camponesa e o próprio comércio por meio de tropas, em grande parte, realizado por camponeses da região.

Segundo Servilha (2012), a dinamização do Vale se deve principalmente, ao rio Jequitinhonha, à fertilidade da terra e modo de produção camponesa. O rio Jequitinhonha era um dos principais meios de transporte na região do fim no século XIX e até meados do século seguinte. Canoeiros em um intenso tráfego entre Araçuaí e Belmonte – BA levavam da região produtos agrícolas e traziam de Belmonte produtos como querosene, sal, ferramentas etc. Segundo Lobo, “[...] era através da navegação em canoas no rio Jequitinhonha que toda região

---

<sup>6</sup> Unidade de medida utilizada na região, que corresponde a dois litros e, em alguns lugares, são três litros, como em Pedra Azul.

era abastecida de sal, querosene, cimento e artigos finos, que vinham de Belmonte.” (LOBO 2003, p. 54).

As tropas se constituíram, então, no mecanismo que articulava a bacia, produzindo trocas, contatos, entre diferentes localidades. Em determinados momentos, tropas e canoas eram parte de um mesmo processo, de um mesmo arranjo socioeconômico. Tropeiros oriundos de incontáveis povoados da bacia se deslocavam para a beira do rio Jequitinhonha para, com canoeiros, trocar seus produtos. Tal binômio possibilitou, entre outras coisas, o surgimento de cidades, assim como a circulação de mercadorias produzidas ao longo da bacia a grandes distâncias. (SERVILHA, 2012, p. 47).

Muitos moradores do vale ainda recordam uma época em que a região exportava produção camponesa em um intenso trânsito comercial realizado pelas tropas e canoas que navegavam no Rio Jequitinhonha fazendo o trajeto Belmonte (BA), Almenara e Araçuaí (MG). “Canoa, rio, canoeiro: um encontro entre homem, naturezas, lugares e culturas.” (Ibid., p. 227). Essa relação “rio e gentes” se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Segundo Sol (1981) em “1910 já eram visíveis os sinais de declínio da navegação no Rio Jequitinhonha.” (p. 27).

Segundo Maia (2000), a forma de “apropriação da terra pela população camponesa pobre foi a “posse desassistida”, independente [...] suscetível de apropriação por parte de outros.” (p. 35). Assim, com a apropriação das terras por grandes fazendeiros, que ocorreu por volta do fim do século XIX, até meados do século XX, a ocupação da terra por camponeses/as já não era passiva como antes e nem acessível a todos. (RIBEIRO, 1996).

Segundo Graziano e Graziano Neto (1983), o domínio da grande fazenda de gado sobre as posses camponesas no Jequitinhonha se deu de forma mais intensa a partir da metade do século XIX. “De meados do século XIX em diante parece haver um fluxo cada vez mais evidente no domínio territorial dos coronéis.” (p. 86). Embora essa ocupação não foi uniforme considerando o tempo e espaço, pois segundo Ribeiro (2003) e Galizoni et al. (2004), no Baixo Jequitinhonha, a ocupação pela grande fazenda de criação de gado extensivo só ocorreu no começo do século XX. Segundo Sol (1981) por volta de 1930 em toda região do Baixo Jequitinhonha, principalmente as mais afastadas do Rio Jequitinhonha ainda não tinham sido apropriadas por fazendeiros.

Até início do século XX, segundo Ribeiro (1996), a terra para os camponeses não tinham valor comercial, ou seja, não valiam dinheiro. Entre os camponeses, as posses eram trocadas por mercadorias, por outras terras, animais e etc. raramente se envolvia dinheiro em obtenção ou venda de terras.



Para Ribeiro (1996), “a documentação legal quase não teve importância antes da segunda metade do Século XX.” (p. 21), o que importava aos camponeses/as era o usufruto da terra, ou seja, era terra de trabalho e lugar de vida. Se para os/as camponês/as a terra não tinha valor de mercado e não tinha documento legal, com a chegada de fazendeiros não foi difícil expulsar os camponeses e tomar suas terras, pois os primeiros com apoio do Estado conseguiram documentar grandes áreas e muitas delas já eram ocupadas por camponeses/as (RIBEIRO, 1996; MOURA, 1988 e SILVA, 1999).

Maia (2000), aponta nesta direção, ao dizer que a forma de apropriação da terra pela população camponesa, ou seja, por meio da posse, sem documentação legal era “[...] suscetível de apropriação por parte de outros.” (p. 35) que apresentassem documentação ou que tinham acesso aos meios jurídicos para comprovar a posse. Segundo Silva (1999, p. 59) a legislação agrária desrespeita “as marcas da posse, garantidas pelo direito costumeiro”, formas tradicionais em que os/as camponeses/as tinham como meio de acesso a terra.

Dessa forma, milhares de famílias camponesas da região que ocupavam terras devolutas perderam suas posses ao serem confrontadas pelo poder de prova da propriedade exclusiva, por meio de título de propriedade invocado por um fazendeiro. (RIBEIRO, 1996; MOURA, 1988 e SILVA, 1999).

De antemão, cabe dizer que, tal expropriação, culminada com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, da violência monopolizada pelo Estado, com promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização desta região. (SILVA 1999, p. 27).

A partir da instalação da grande propriedade da terra a agregação passa a ter grande relevância para os/as camponeses/as desta região para manter seu modo de vida passam a “depende” do grande proprietário (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988; GRAZIANO e GRAZIANO NETO, 1983).

Como o fazendeiro precisava de mão de obra para manutenção da fazenda, incluindo a derrubada da mata nativa para criação de grandes áreas de pastagens e também produzir alimentos para sua sustentabilidade, ele (fazendeiro) cedia uma morada à família camponesa que passava a ter a posse da terra, tirava da terra o seu sustento e prestava serviços ao fazendeiro, como na limpeza de pastos, auxílio na castração e ferragem dos animais e outras atividades da fazenda.

As fazendas eram cheias de moradores, os agregados que plantavam e criavam com muita liberdade nas terras das fazendas. [...] O fazendeiro cedia terras para o morador, em troca exigia respeito às ordens e domínio [...] o domínio dos

fazendeiros manifestava-se em tudo, regulava a vida de todos, que devotaram a essa ordem uma submissão que levava o nome de respeito. As fazendas não eram apenas organizações de trabalho, montadas para finalidades econômicas. Foram também estruturas de poder que existiram para governar vidas e terras. (RIBEIRO, 1996, p. 21).

Em seu estudo sobre a situação fundiária no vale do Jequitinhonha, Moura (1988) nos apresenta como a constituição da grande fazenda tem relação direta com o êxodo rural no Vale. Uma região onde a posse da terra era a forma histórica de ocupação pelos camponeses, baseada na apropriação coletiva, ou seja, no uso comum de terras (pastagens e florestas) e aguadas, a propriedade privada vem sobrepor essa condição. Terras que antes era de trabalho, transformam-se em um bem mercantil passível de compra e venda.

Na prática, a propriedade privada torna-se antiética da posse, [...]. Desse modo grandes proprietários ou simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parceladas, habitadas por sitiantes desvalidos (MOURA, 1988, p.14 e 15).

Moura (1988), ressalta que a fazenda – com a roça e a casa do agregado no seu interior, a terra do sitiante nas suas extremas e a terra de posse nas áreas onde quer se expandir, cria diferentes tipos de dependência dessas frações sociais em relação ao grande proprietário, gerando violências, explícitas ou sutis, que levam a perda da posse da terra por parte do/a camponês/a.

Sobre as formas de expropriação dos camponeses do Vale, Maia faz a seguinte reflexão,

Assim como nos cercamentos da Europa, do século XV, a constituição das pastagens no Vale, resultou numa grande expulsão dos camponeses de suas terras forçando-os à novas formas de reprodução social. As mudanças econômicas imputadas na região com relação ao modo de apropriação e uso da terra e a integração da economia camponesa numa economia de mercado, resultaram a espoliação das terras camponesas e a transformação de relações costumeiramente codificadas de ocupação da terra e de trabalho – como a meiação, agregação, parceria e arrendamento – que por sua vez são intensificadores do processo de migração no Vale. (MAIA, 2000. p. 57).

O aumento excessivo da pecuária extensiva que expandiu sobre o território do Baixo e parte do Médio Jequitinhonha e da monocultura do eucalipto que chegou ocupando as chapadas no Alto Jequitinhonha na década de 70, (AUGUSTO, 2011), antes de uso coletivo dos/as camponeses/as (MAIA, 2000), além de gerar conflitos agrários e ambientais, também empurrou milhares de famílias para as periferias das cidades, na maioria das vezes, sem acesso à saúde, à educação de qualidade e ao trabalho. (LOBO, 2003).

A partir da década de 1970, o que predomina é a concentração de terras para plantio de eucalipto e criação de gado extensivo. “A estrutura de posse na bacia do rio Jequitinhonha não foge ao padrão usual do Brasil, onde ocorre grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e um percentual muito baixo distribuído para um grande número de produtores.” (IBGE, 1997, p. 16). Os grandes e médios proprietários de terras não produzem alimentos, só plantam eucalipto e criam gado, com raras exceções (banana e café). Todos os alimentos consumidos pela população têm uma base de produção camponesa ou vêm de outras regiões do estado e de outros estados. Os fazendeiros não produzem nem para o próprio consumo e geram poucos empregos, como afirma Lobo:

[...] mais próspero que seja o fazendeiro (com raríssimas exceções), ele nunca emprega mais que dois vaqueiros. Não se dedica à lavoura, por melhores incentivos que receba. Acostumou-se com o boi e a vaca e não quer outra coisa. Acha mais prático apanhar os alforjes e ir disputar com os pobres a compra de gêneros alimentícios nas feiras livres. Não produzem nem para o próprio sustento, embora possua grandes glebas de terras ociosas. (LOBO, 2003, p. 125).

Com o avanço da silvicultura, pecuária, e nos últimos anos com a criação de unidades de conservação e construção de barragens para geração de energia, tem crescido progressivamente a demanda de tais empreendimentos por novas áreas e conseqüentemente, as terras dos/as camponeses/as, que antes era chão de morada e cultivo para reprodução dos seus modos de vida, são cobiçadas pelas empresas, latifundiários e o Estado que passaram a disputar os territórios camponeses.

Em muitos casos, as disputas pela terra resultaram em expulsões violentas por meio de pistolagem a mando de empresas e latifundiários, levando os povos do campo da região a perderem suas terras, total ou parcialmente.

Segundo Servilha (2008), estes processos de exploração e expropriações dos/as camponeses/as são frutos do modelo de “desenvolvimento” adotado pelo Estado para o Vale do Jequitinhonha. Tal modelo foi pautado na perspectiva de homogeneização das condições de intercâmbio de mercadorias, integrando o Vale ao modelo econômico vigente no país, com base na exploração das riquezas naturais, (apropriação da terra e de mão de obra). Impondo “as bases capitalistas ao uso da terra e da força de trabalhos locais, objetivando integrar o espaço econômico do Vale ao patamar e estilo de acumulação de capitalista dominante no país.” (SERVILHA, 2008, p. 51). Ainda segundo Servilha (2012), tal modelo de “desenvolvimento” desconsiderou as reais necessidades das populações tradicionais existentes

no Vale e de seu acúmulo de saberes. Levou em consideração apenas os interesses econômicos de grandes empresas.

Muitos outros estudiosos apontam nesta mesma direção, vejamos nas palavras de Silva e Tubaldini,

Uma questão que deve ser apontada é que, principalmente, o território do Alto-Médio Jequitinhonha foi alvo da política de modernização da região na década de 1970 desenvolvida pelo governo militar, de caráter desenvolvimentista, na qual concedeu o direito de exploração das terras públicas à empresas de florestamento para plantio do eucalipto. Esta medida resultou em diversas consequências sociais, econômicas e ambientais, uma vez que muitas populações perderam as terras de uso coletivo – as chapadas – as quais eram utilizadas em regime comum para coleta de frutos nativos, plantio de pastagens e criação de gado a “solta”. Além disso, as consequências ambientais repercutiram na redução da biodiversidade e no secamento de vários rios e nascentes. (SILVA e TUBALDINI, s/d p. 04).

A implantação de tais projetos, contam com incentivos governamentais, tanto, políticos e econômicos para o Vale entrar na lógica da internacionalização e/ou mercantilizarão dos territórios.

Os processos socioambientais desencadeados pela construção de projetos hidrelétricos, pelo plantio de grandes extensões de monoculturas eucalipto, pelas atividades de mineração, bem como pela delimitação de áreas naturais para conservação no Vale do Jequitinhonha se apresentam como políticas econômicas e ambientais de âmbito estadual e nacional que, além de produzirem movimentações territoriais de forma interconectada, se inserem no bojo de uma divisão internacional do trabalho e de novas formas de dominação do capital financeiro. (ZHOURI & ZUCARELLI, 2010, p. 231).

Para Wanderley (2009), o capitalismo agrário/industrial se desenvolveu no Brasil, a partir da concentração da terra, tendo o Estado como seu principal agente mediador. Historicamente, por meio da doação de terras via sesmarias e depois por incentivos fiscais e financeiros, o Estado assumiu um papel que foi preponderante na geração e reprodução política e econômica da agricultura dominante no país.

No Vale do Jequitinhonha a expansão das atividades de produção capitalista contribuiu muito para acirramento dos conflitos socioambientais e consequentemente, para o enfraquecimento do campesinato, pela expulsão direta ou indireta.

O capital se move desterritorializando as populações locais de suas terras e de seus significados culturais, impondo uma lógica e uma representação do rural, como um *não lugar*, dicotomizado, desqualificado para viver, do ponto de vista do colonizador. São estratégias de ação concretas e ideológicas determinadas a fazer de indivíduos, lugares, coisas, sujeitos sem direitos e estereotipados. (AUGUSTO, 2011, p. 129).

“Muitos dos programas de desenvolvimento realizados na região contribuíram, na verdade, para a expulsão e a invasão das terras camponesas e para o consequente aumento da

concentração fundiária.” (SERVILHA, 2012, p. 133). Por causa da apropriação dos territórios camponeses pelos empreendimentos econômicos, a migração foi uma das poucas opções encontradas pelos camponeses/as, é evidente que foi uma saída forçada.

As mudanças econômicas imputadas na região com relação ao modo de apropriação e uso da terra e a integração da economia camponesa numa economia de mercado, resultaram a espoliação das terras camponesas e a transformação de relações costumeiramente codificadas de ocupação da terra e de trabalho – como a meiação, agregação, parceria e arrendamento – que por sua vez são intensificadores do processo de migração no Vale. (MAIA, 2000. p. 57).

A concentração de terras e a implantação de grandes projetos são fruto do processo de mundialização do capital, graças à ação do Estado (com políticas de cunho protecionistas e de incentivos fiscais), provocou e ainda provoca a expulsão dos povos do campo, perpetuando os conflitos socioambientais, envolvendo os territórios dos camponeses/as (povos e comunidades tradicionais e das famílias posseiras), principalmente daquelas que não conseguiram titular suas terras (RIBEIRO, 2003; MOURA, 1988; SILVA, 1999 e LEITE, 2015).

Wanderley (2009), nos relata que isto não ocorre só no Vale do Jequitinhonha, em todo território nacional o Estado é um agente mediador e subsidiário deste modelo de desenvolvimento expropriador, garantindo, por meio de subsídios financeiros, a manutenção da grande propriedade e o lucro do capitalista industrial cabendo a outros setores da sociedade pagar os ônus desta remuneração. Neste contexto, é que ocorrem os maiores impactos aos camponeses no Brasil, onde milhões de camponeses/as se tornam proletários a serviço do capital, no campo e na cidade.

Para enfrentar as adversidades a que estão expostos, as quais dificultam a reprodução dos seus modos de vida, os/as camponeses/as sempre tiveram muitas estratégias, construíram caminhos, alguns permanecendo como agregados em grandes fazendas, outros saindo à procura de terras mais distantes. Tem aqueles também que por não conseguirem se manterem nas próprias terras, trabalhavam em outras terras ou ainda enfrentaram a migração sazonal. Todas as estratégias construídas pelos camponeses têm por objetivo, garantir a reprodução de seus modos particulares de vida.

No Vale do Jequitinhonha, a presença camponesa tem marcado forte presença, embora tenha ficado muitas vezes, invisibilizada, (RIBEIRO, 2003). Essa presença se apresenta de forma bem expressiva na produção de alimentos. A produção camponesa foi e ainda é importante para dinamização da economia de muitos municípios do Jequitinhonha.

Esta produção é revelada principalmente, pelas feiras livres que ocorrem em quase todas as cidades e povoados. A produção camponesa não é apenas para o comércio e consumo próprio, outros usos são recorrentes, como: doações, trocas e o uso em celebrações comunitárias são marcas fortes da produção campesina regional. (FÁVERO e MONTEIRO, 2014).

## 2.2 O Baixo Vale do Jequitinhonha.

O Baixo Vale do Jequitinhonha possui uma área territorial de 15.440 km<sup>2</sup>, e compreende 16 municípios (Almenara, Jequitinhonha, Monte Formoso, Joáima, Felisburgo, Rio do Prado, Palmópolis, Jacinto, Santo Antônio do Jacinto, Rubim, Santa Maria do Salto, Salto da Divisa, Jordânia, Bandeira, Divisópolis e Mata Verde). A população rural é de 51.430 habitantes e 128.228 residentes no meio urbano, totalizando 179.658 habitantes. (Censo IBGE – 2010).

O Baixo Jequitinhonha definido como a porção do Vale do Jequitinhonha segundo a divisão política-administrativa do Estado de Minas Gerais é conhecida como microrregião de Almenara (FIG. 8). O Baixo Jequitinhonha é região dominada pela pecuária e pelas mais diversas facetas do latifúndio.

**Figura 8 – Mapa da microrregião Baixo Jequitinhonha.**



Fonte: IBGE, 2013; IGAM, 2012. Adaptado pelo Autor.

Para Moreira (2017), “a alta concentração fundiária representa um grande entrave à agricultura de base familiar e comunitária, que vive nos interstícios das “velhas” fazendas.” (p. 33). Analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006, verifica-se que no Baixo Jequitinhonha, as propriedades acima de 1000 ha representa apenas 2,6 %, embora contenham

30% da área total ocupada. As propriedades com menos de 10 ha ocupam apenas 0,4% da área e representam 16,1% do total de estabelecimentos rurais. As pequenas propriedades são responsáveis pela maioria das pessoas ocupadas no campo. Analisando apenas as propriedades com menos de 100 ha, mesmos possuindo 13,3% da área da região, ocupam 59,5% das pessoas. Por outro lado, mesmo possuindo 30% de toda a área, as grandes propriedades (com mais de 1000 ha), ocupam apenas 6,8% das pessoas no setor. (MOREIRA, 2017, p. 34).

A paisagem regional visivelmente é marcada pelas grandes fazendas de criação de gado extensivo “com pouco dinamismo econômico e a monocultura das pastagens dão o tom à paisagem, assolada pela degradação ambiental, valendo lembrar que o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) indica que as pastagens ocupam cerca de 60% das terras da região.” (MOREIRA, 2017, p. 33).

O Baixo Jequitinhonha até as primeiras décadas do século XIX era coberto pela floresta Atlântica habitada por índios, considerados pelos europeus um problema, pois eram bravos e resistiam à invasão e a exploração do território. Em 1808 foi declarada guerra contra os índios, denominada pela Coroa Portuguesa de “Guerra Justa”.

Segundo Moreno (2001), o processo de colonização e o povoamento desta região ocorreu após a instalação da 7ª Divisão Militar no início do século XIX. A ocupação (colonização) do território do Baixo Jequitinhonha foi proporcionada com a instalação da 7ª Divisão Militar (quartel) que foi comandado pelo alferes Julião Fernandes Leão. A instalação de divisões militares fez parte da estratégia da Coroa de efetivação do plano de colonização da região, impondo por meio da guerra, sua força contra os índios que defendia bravamente seu território diante da ameaça que representava a chegada dos não índios, maioria de europeus. (MORENO, 2001; ANDRADE, 2011).

MARTINS, M. (2008), afirma que a região do Baixo Jequitinhonha era uma “área de fronteira, cuja abertura dependia da instalação de quartéis da 7.ª Divisão [...]. Atrás das pequenas guarnições, que abriram estradas e fundaram quartéis e postos de registro e passagem sobre os rios, seguiram pouco a pouco colonos e escravos”. (p. 721).

O processo de colonização segundo Moreno (2001), é marcado pelo processo da apropriação do território dos índios Borun, conhecidos por Botocudos. Tal processo de colonização “integrou, à força, os índios ao mundo “civilizado”, dentro do modelo europeu,



aldeando, destribalizando e desculturando, ou exterminando, à medida que os soldados e colonos foram invadindo a mata.” (p. 176).

O objetivo principal da Coroa com a instalação de Divisões Militares no Jequitinhonha (Carta Régia de 13/05/1808) era impor sua força por meio de atos de guerrilha contra os índios para possibilitar a navegação no Rio Jequitinhonha, abrir estradas e criar as condições para invadir o território dos Borun. (ANDRADE, 2011). Moreno (2001), afirma que “durante todo o século XIX, a mata foi invadida e devastada, seus habitantes sofreram os mais cruéis estragos, devido ao violento desmatamento e às queimadas que se intensificaram e deixaram uma herança terrível.” (p. 177).

Leite (2015), afirma que além do terror do extermínio dos indígenas, outro elemento importante a ser considerado seria a destruição da identidade dos índios. Esse processo de destruição da identidade se deu pela imposição de uma nova cultura. Antes, os indígenas eram sociedades coletoras e caçadoras, ou seja, viviam dos recursos naturais extraídos de forma primária da mata nativa, como a caça, a pesca e a coleta. Com a chegada dos colonizadores, os indígenas passaram de extrativistas para agricultores, sendo que a maioria foram incorporados, no primeiro momento como escravos e depois como agregados nas fazendas em processo de formação.

“Os grupos indígenas, frequentemente exterminados, eram convencidos das vantagens de se integrar nas condições de reprodução os sujeitava, aprendendo a fazer roças, a falar o idioma nacional: se “abrasileirar” foi, talvez a única, possibilidade de sobreviver.” (LEITE, 2015, p. 242). “Os quartéis gastavam mais com ferramentas agrícolas do que com bala e pólvora, e a agricultura contribuiu para acabar com o índio, fazendo surgir o brasileiro.” (MORENO, 2001, p. 116). Esse autor afirma também que os colonizadores ainda utilizaram outros métodos para a “civilização” dos índios. “Os índios passavam por um processo educativo sistemático. Com a catequização eram batizados, casados e engajados no exército regular como línguas ou interpretes, através do alistamento militar, nos quartéis.” (p. 116).

Assim, além da imposição do ensino da agricultura, foi imposta a cultura da dominação pela imposição do trabalho degradante, principalmente na produção de alimentos e na formação das fazendas para criação de gado extensivo. A ação colonizadora foi para além do processo de violência e extermínio. Leite (2015), afirma que tal procedimento expõe “[...] o caráter impositivo que teve aquele processo: mais que dominação ou exploração do

trabalho, mera condição de reprodução ontológica, constrangimento ao trabalho como única forma possível de mediação social.” (p. 242).

Leite (2015), com base em estudo de Ribeiro (1997) afirma que para além do processo de militarização contra os indígenas, foi concedido pela Coroa incentivos aos colonizadores formadores de fazendas, incluindo a anistia de dívidas, isenção de impostos por dez anos, “direito” de escravizar por dez anos ou mais os índios que resistissem, e cessão de sesmarias. Sobre a concessão de incentivos governamentais aos colonizadores, Pohl (1976), afirma que

A fim de incentivar e promover o desbravamento da região, o Governo isentou de impostos esta extensa faixa de terra e permitiu a importação de produtos, pelo rio, com liberação de direitos. Cada colono recebeu meia milha quadrada ou meia légua de terra bem à margem do rio, e a autorização de ampliar à vontade a sua propriedade para o interior e cultivá-la. Essas terras tem o nome de sesmarias (p. 335).

Embora, os incentivos governamentais tenham ocorrido desde o início do século XIX, a ocupação por grandes fazendeiros só foi expressiva nas primeiras décadas do século seguinte. A ocupação inicial desta região após a instalação dos quartéis, segundo Galizoni et al. (2004) em sua maioria foi por “[...] migrantes e agricultores de mantimentos – que cortavam as florestas para fazer suas “lavouras de tocos.” Saíram geralmente do Alto Jequitinhonha ou do Sudoeste da Bahia em busca da terra de mata sadia e descansada.” (p. 3). A ocupação por grandes fazendeiros de forma mais efetiva só “[...] ocorreu em começos do século XX, com o boi – o gado curraleiro –; a criação desses bois produziu a civilização da pecuária e a grande fazenda, com seus costumes e consequências.” (GALIZONI, et al., 2004 p.3).

Nas planícies cobertas de matas do extremo leste da região, grandes derrubadas, seguidas por queimadas, abriram pastos no entorno de Fortaleza (atual cidade de Pedra Azul), Salto Grande, Jacinto e Palestina (atual cidade de Jordânia), onde foram introduzidos, por iniciativa de fazendeiros locais, rebanhos de gado zebu na década de 1920. Vendiam esse gado para a zona cacaueteira baiana, em transações sem dinheiro à vista, rotineiras, de pouca monta e prazos longos. Tanto que, antes da Guerra, o boi gordo era vendido na região por preço ínfimo: 80 a 85 mil réis por cabeça. Mas tudo mudou depressa após a Guerra. O mercado de carne adquiriu dinamismo, os preços aumentaram bastante, estimulando os fazendeiros da região a melhorar seus rebanhos e produtividade, bem como expandir as áreas de pastos. Assim, a partir da década de 1920, criadores de Fortaleza, Jequitinhonha, Vigia e Salto Grande introduziram o colono nos novos pastos e raças indianas nas fazendas (Gir, Nelo e Indubrasil). As vastidões de capim, expandidas na base do fogo, machado e foice, consumiram proporções enormes das matas que ainda restavam na região. (MARTINS, M., 2008, p. 726).

Sol (1981), corrobora com MARTINS, M. ao argumentar que entre os anos 1915 a 1930, em Salto da Divisa e municípios vizinhos, “toda atividade já estava voltada para a implantação das grandes fazendas de gado. A pecuária de corte vinha substituindo a lavoura de cereais.” (p.27).

Segundo Andrade (2011), em meados do século XIX, a maioria dos índios do Jequitinhonha já tinha sido exterminada pelos militares e as matas passavam a ser ocupadas com maior frequência pelos colonizadores. Mas se considerarmos o discurso de Otelino Sol, na época deputado estadual, realizado no dia 25/03/1956, na Assembleia Legislativa de MG, pode-se constatar que até o início do século XX ainda existiam índios nas matas do Jequitinhonha.

“Ser fazendeiro, Sr. Presidente, em minha região, há quarenta anos atrás, significava travar uma batalha gigantesca, na qual, na maioria das vezes, o homem era vencido pela hostilidade do meio. É que, nas verdejantes florestas que até então orlavam a minha cidade natal, estavam abrigadas as feras traiçoeira, o índio selvagem e impiedoso e a epidemia misteriosa e invencível.” (SOL, 1981, p. 73/74).

Cabe destacar que o deputado não tinha a intenção de destacar a presença indígena e, nem mesmo a mata atlântica, que ainda cobria a região até as primeiras décadas do século passado. Ele queria mesmo era enfatizar a importância do Coronel Ulisses Alves Ferreira que era fazendeiro em Salto da Divisa e que havia falecido naquele dia.

Segundo Ribeiro (2003), no início da colonização do Baixo Jequitinhonha a posse foi à forma utilizada por camponeses/as e por fazendeiros como instrumento para se apropriar da terra. Considerando que o auge da colonização do Baixo Jequitinhonha coincidia com período de 1822 a 1850, onde o único meio de apropriar da terra era posse, assim, essa tese de Ribeiro não está equivocada. Nesse período, segundo Maia (1994), não havia nenhum instrumento jurídico que disciplinasse a ocupação das terras públicas, pois o regime de sesmaria tinha sido extinto em 1822.

Em busca de terras férteis para criação de gado extensivo, os fazendeiros, na maioria das vezes, se apropriaram das posses e da mão de obra dos posseiros (camponeses/as) que passavam de donos da posse/terra a agregados. “O que diferenciava a fazenda da posse era usar trabalho alheio, manter na terra um domínio mais estável, ocupar mais terras, permanecer mais constantemente nelas, e garantir seu domínio frente ou contra outros interesses.” (RIBEIRO, 1996, p. 21).

Em Salto da Divisa, por exemplo, quase toda a extensão territorial foi apropriada pela família Cunha Peixoto. Sol (1981), afirma que os primeiros fazendeiros a chegar a Salto

Grande (hoje Salto da Divisa) foram a família Cunha Peixoto. Estes “compreenderam que aquelas terras, então sem valor, no futuro, teriam preço e despertariam interesse. Previdentes e confiantes, reservaram para si e para os seus, áreas maiores [...]. Previdentes e cautelosos as têm segurado” (1981, p. 110). Essa afirmativa revela como a terra foi sendo apropriada por fazendeiros na região.

As maiores fazendas de Salto da Divisa, foram às fazendas Santa Ana do Poço do Coronel Zimbu (Ozorino da Cunha Peixoto) e fazenda Monte Cristo do Coronel Tinô e Inhá. Esta última era composta por 19 mil hectares de terras. Nas palavras de Sol (1981), quase toda a extensão territorial do lado esquerdo do Rio Jequitinhonha de Salto da Divisa a Jacinto era território da fazenda Santa Ana do Poço. “A verdade é que, quem viaja do Salto a Jacinto, pela margem esquerda, uns cinquenta quilômetros, só atravessa pastagens da fazenda Santa Ana do Poço.” (p. 112). Para descrever a extensão territorial da referida fazenda, Sol (1981), afirma que “[...] por volta de 1930, a fazenda Santa Ana do Poço crescia para todos os lados.” (p. 111).

Como na fazenda Monte Cristo, que possuía 366 famílias agregadas, segundo Sol na Santa Ana do Poço, não era diferente, tinha muita gente. “Na maioria, gente nascida e criada na fazenda” [...]. Poucos saíram da fazenda. Preferem viver à sombra do Coronel” (SOL, 1981, p. 117). Fica uma grande interrogação sobre esta afirmativa de Otelino Sol. Permanecia por preferência, por falta de oportunidade ou por imposição? Cabe ressaltar, que atualmente, a Comunidade Quilombola Braço Forte reivindica a área da referida fazenda como território da comunidade. As famílias afirmam que seus antepassados foram escravizados pelos antigos coronéis que se denominavam donos da terra. Essa comunidade retomou ao território há poucos anos. Reivindica o direito de permanecer no território em que foram expropriados.

Com a instalação e consolidação das grandes fazendas de criação de bovinos, os/as camponeses/as tiveram suas terras invadidas e expropriadas. Não restando muitas opções, para manter seu modo de vida, algumas famílias passaram a ocupar áreas que não eram facilmente apropriadas pelos fazendeiros, seja por causa da baixa fertilidade ou por não serem apropriadas para a criação de bovinos, por serem montanhosas, “acidentadas” dificultando a formação de pastagens. Outras famílias “seguiram adiante, na direção da barra do rio e do oceano, e fazendeiros se apropriavam titularmente das terras que lhes

interessavam, através de compra da posse ou da grilagem mesmo.” (RIBEIRO, 2003, p. 3). Mas, maioria se tornaram agregadas nas fazendas.

Com a expansão territorial da fazenda sobre terras dos camponeses/as, tornando-os agregados, em pouco tempo instalou-se “uma sociedade baseada em pecuária e instituíram a grande fazenda de criação como um domínio modelar da terra.” (RIBEIRO, 2003, p. 02). Esse modelo baseado na grande fazenda foi instituído no Jequitinhonha, notadamente na região do Baixo Jequitinhonha e, em especial, em Salto da Divisa,

[...] semelhante ao ocorrido em algumas outras regiões, contou com a força da fazenda e da política agrária baseada na privatização de terras, mas recebeu uma forte colaboração da fertilidade do meio e agiu em aliança com plantas exóticas que consolidavam a marcha e a lógica da fazenda. Assim, um dos principais recursos para a subordinação das terras e lavouras à pecuária foi uma gramínea de origem africana, o capim colômbio, que se fixou admiravelmente às terras da região. O colômbio invadia as lavouras recém-abertas e ocupava o chão das primeiras derrubadas de mata; chegava a alcançar 6 metros de altura ao final da estação das chuvas e fornecia uma extraordinária capacidade de suporte para animais, pois, comparado a outras gramíneas, em pasto de colômbio chegariam a pastar o dobro ou triplo de cabeças de bois em engorda. (RIBEIRO, 2003, p. 02).

Em outras palavras, a agregação criou as condições concretas para a instalação da grande fazenda para a criação de gado extensivo, pois além de apossar das terras camponeses/as, utilizou estes mesmos para a derrubada das matas e formação das fazendas, muitas vezes, sem custos ao fazendeiro. (RIBEIRO, 1996, 2003).

Segundo Moura (1988), na região do Jequitinhonha uma das formas de agregação era proporcionada pelo pedido de licença que o pai de família fazia ao fazendeiro para morar na fazenda, o que fazia deste, um morador de favor. Outra forma era a inclusão das famílias posseiras como agregadas. Para tanto, “o fazendeiro que obtivesse em seu nome terras ocupadas por posseiros convertia-os em moradores ou agregados, gerando a paradoxal prática do favor imposto.” (MOURA, 1988, p. 18/19). A agregação por inclusão, “ocorria quando uma família possuía de uma terra, vivia lá algum tempo, até que um fazendeiro incorporava aquela área como sua, afirmando ser proprietário. De posseiro o lavrador virava agregado.” (RIBEIRO, 2003, p. 27).

Para Ribeiro (1996), o agregado é um tipo de trabalhador rural, característico da região. Em geral, eram famílias descendentes de negros, índios e outros povos que habitavam aqui ou que vieram de outras regiões em busca de terra fértil para plantar. Com a chegada dos fazendeiros, foram sendo expropriados de suas terras. Os protagonistas dos processos de expropriação dos/as camponeses/as, além do uso da violência, se apropriaram de outros

mecanismos, como a compra por preços irrisórios e a grilagem de terras, para efetivar a expropriação e exploração dos/as camponeses/as de seus territórios. (RIBEIRO, 1996, 2003; MOURA, 1988 e SILVA, 1999).

Além das sutilezas conceituais, agregado é um personagem complexo por ser definido por duas referências que a história tornou opostas: não tem terra e tem produção autônoma. Contraditórias, estas referências exigem uma descrição detalhada do que foi fazenda, sua relação com a terra, seus recursos naturais; só assim se alcança, numa perspectiva histórica, o que significou em cada época, terra, produção e trabalho. (RIBEIRO, 2003, p. 5).

Guimarães (1960), define um agregado como um trabalhador rural, para o qual o fazendeiro cede uma moradia, uma posse gratuita em troca de uma vassalagem e/ou prestação de pequenos serviços. A este trabalhador era dado o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitável do latifúndio. Ribeiro (2003), afirma que “poucos lugares em Minas Gerais tiveram uma presença e têm uma lembrança tão fortes da fazenda e da agregação quanto o baixo Jequitinhonha. Ser agregado ou ter agregados fez parte do cotidiano da maioria das famílias da região.” (p. 4).

“A agregação e com ela toda uma dinâmica que relacionava pioneiros, posseiros, sitiantes, escravos, ex-escravos, indígenas, se impunha como processo de mobilização do trabalho, ainda que os nexos entre a reprodução dos trabalhadores, e expansão das e a reprodução da mercadoria gado permanecessem tão tênues que poderia se apagados.” (LEITE, 2015, p. 239).

Ribeiro (2003), caracteriza a relação de agregado e fazendeiro da seguinte forma: “É uma relação de trocas desiguais, entre sujeitos postos em lugares diferentes nas hierarquias sociais e econômicas, mas é uma relação de trocas.” (p. 2). Para manter na terra era preciso ser obediente ao fazendeiro que exercia seus mandos e desmandos.

Era, porém, um domínio com mando e um uso com obediência. O fazendeiro cedia terras para o morador, em troca exigia o respeito às suas ordens e domínio. O agregado podia plantar, caçar, pescar e tirar madeiras; mas também devia obedecer às condições que cada fazenda impunha... O mando da fazenda era muito potente, e como se manifestava sobre um número reduzido de pessoas, impunha-se a elas com força. O domínio do fazendeiro manifestava-se em tudo, regulava a vida de todos, que devotaram a essa ordem uma submissão que levava o nome de respeito. (RIBEIRO, 1996, p. 21).

Para Ribeiro (1996), a fazenda viabilizou o modelo de poder no Nordeste Mineiro, baseado no mandonismo do fazendeiro. O poder originou-se da exploração da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores rurais que antes eram os donos das terras, passando a produtores de riqueza para o fazendeiro que, por sua vez, além de se apropriar da riqueza, também passa a distribuir “justiça” segundo suas próprias leis, dentro dos horizontes da fazenda e até mesmo fora dela. O poder da fazenda não ficou restrito aos muros das cercas

do latifúndio. “Cada cidade tinha seu chefe político fazendeiro, fazia da vida pública uma extensão da sua roça.” (RIBEIRO, 1996, p. 23).

Na memória de muitos trabalhadores da região, a principal função dos agregados era a derrubada da mata (atlântica) para formação de pastagens. Derrubavam a mata e plantavam principalmente milho, feijão e mandioca e na próxima safra teria que fazer nova derrubada, pois aquela área deveria ser destinada a pastagem. Assim, foram derrubando, até acabar com as matas da região. Um exemplo bem clássico da relação agregado e grande fazenda é o da fazenda Monte Cristo em Salto da Divisa. “Só na fazenda Monte Cristo – que tinha 19 mil hectares, ao longo do córrego Piabanha, de um lado e do outro, até a cabeceira, havia 366 famílias que moravam como agregadas. Esse processo foi até acabar com as matas e virar tudo capim.” (Aldemir Silva Pinto, 08/6/2016. In: MOREIRA, 2017, p. 261).

Com o fim das matas os agregados tiveram seus espaços reduzidos, muitos foram mandados embora e os que ficaram, praticamente estão sem espaço para produção. Segundo Ribeiro (2003), o sistema de agregação vigorou até as últimas décadas do século XX, “[...] e a terra ficou monopolizada para desfrute único de quem se tornou proprietário.” (p. 6).

“A violência do extermínio indígena, paulatinamente substituída pela civilização necessária à imposição do trabalho, não se extinguia, contudo, totalmente.” (LEITE, 2015, 243). Tal processo persistiu no Baixo Vale do Jequitinhonha, no espaço/tempo enquanto momento necessário à mobilização de forças para a formação da fazenda. Esse processo de violência e a imposição do trabalho como forma de dominação ocorreu em todo região. (MOURA, 1988; RIBEIRO, 1996 e SILVA, 1999). “A expansão da fazenda e da pecuária eram, igualmente, simples expressões objetivadas das relações que se territorializavam.” (LEITE, 2015, p. 243). O domínio fundiário era condição fundamental para a sujeição do trabalho do camponês/agregado. Por meio do controle fundiário e da submissão do trabalho camponês/agregado o baixo Jequitinhonha ficou marcado pela grande fazenda e pelo poder dos fazendeiros.

No Baixo Vale do Jequitinhonha, a formação do campesinato e da grande fazenda de gado, bem como as condições de apropriação da terra, as relações de trabalho se deram no tempo e no espaço, às vezes, de forma subsequente e, em outras, de forma concomitante, não deixando de revelar as contradições engendradas nestas relações sociais, entre sociedades de classes antagônicas (fazendeiros e camponeses/as).

O Estado, desde o início da colonização do Jequitinhonha, vem criando as condições necessárias para “a constituição e formação dos latifúndios. Os fazendeiros se instalam e ocupam esta grande região contando com benefícios e incentivos.” (BOHNENBERGER, 2011, p 29). A atuação do Estado inicia-se com o processo de militarização contra os indígenas, ou seja, com a imposição da força por meio da chamada “Guerra Justa” contra os índios que resistiam na defesa de seu território. “A repressão não pode confessar-se como tal. Ela precisa de legitimação.” (SILVA, 1999, p. 45); após vencer os índios foi concedido pela Coroa incentivos aos colonizadores formadores de fazendas, incluindo a anistia de dívidas, isenção de impostos por dez anos, concedeu aos fazendeiros o “direito” de escravizar por dez anos ou mais os índios que resistissem, bem como cedeu sesmarias aos colonizadores. (POHL, 1976 e LEITE, 2015). “A atual estrutura fundiária concentrada do Vale do Jequitinhonha teve início neste período.” (BOHNENBERGER, 2011, p 29).

Os grandes fazendeiros também se beneficiaram com a não existência de um instrumento legal, entre 1822 e 1850, pois neste período a concessão de sesmarias no Brasil estava suspensa e não havia uma política de terra. Maia afirma que neste período, a forma de obter terras era pela simples ocupação na convicção de que a legalização das ocupações (posses) viria acontecer, “o que realmente viria a ocorrer com o advento da Lei Imperial nº 601, de 18 de setembro de 1.850” (1994, p. 25).

Segundo Silva (1999), no caso do Vale do Jequitinhonha, as leis instituídas, fundamentadas em princípios mercantis, compra e venda, foram indispensáveis ao processo de ocultação da violência exercida contra os/as camponeses/as, pois foram procedimentos tidos como “legais”, ou seja, seguindo o documento cartorial, o título expedido pelo Estado, “[...] dentro da lei e da ordem, logo, por meio da legitimidade, da armadura jurídica e ideológica.” (p. 59). Em outras palavras, o Estado legitimou a tomada das terras dos/as camponeses/as.

Efetivamente, com a instituição da Lei de Terras de 1850 e as legislações subsequentes, foi estabelecido o monopólio da propriedade da terra em favor das oligarquias agrárias, por meio de “um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.” (MARTINS, 1986, 59). Moura (1988), afirma que nesta região “grandes proprietários ou simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se



tornarem tais, encamparam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitada por sitiantes.” (p. 15).

Há elementos suficientes para afirmar que o Estado Brasileiro, garantiu os meios necessários para a concentração da terra nas mãos de poucos latifundiários e empresas, bem como a expropriação e a exploração dos camponeses/as e generalizou os conflitos no campo. Segundo Habermas (1983), o Estado é um agente subsidiário que organiza as condições necessárias para a sustentação do capitalismo. “O Estado desenvolve e garante o direito privado burguês, o mecanismo monetário, determinadas infra-estruturas.” (HABERMAS, 1983, p. 229). Como afirma Silva, é um “Estado intervencionista” que a partir da implantação “do direito positivo”, suprime os direitos costumeiros, alicerces do mundo camponês, o qual é fundamentado num modo de vida regulado pelo valor de uso fruto. “Exerce a violência explícita e aberta contra os homens e a natureza ao lhe impor novos códigos, e a violência simbólica, também contra os homens e a natureza ao negar os valores de seu conteúdo imaginário.” (SILVA, 1999, p. 45).

Outra dimensão da apropriação da terra nesta região foi a violência contra os/as camponeses/as, como forma de assegurar a expulsão dos mesmos/as de suas terras. A violência foi e, ainda é, uma das estratégias utilizadas pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros para se apropriar dos territórios camponeses. Segundo Martins, o Estado também se envolvera de várias maneiras nos atos de violências praticados contra os camponeses/as. “Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até soldados, oficiais de justiça e os próprios juízes.” (MARTINS, 1982. p. 48).

Segundo Oliveira (1991) e Martins (1982), a questão agrária no Brasil, é composta por duas faces combinadas: a expropriação e exploração. Tais processos são decorrentes do modelo de desenvolvimento capitalista de produção em sua fase monopolista. Neste caso em questão, os processos de expropriação são decorrentes da grande concentração da terra no país, que tem levado os camponeses/as a perder o seu principal meio de trabalho, que é a terra.

Para os autores acima citados a expropriação é a principal característica da expansão do capitalismo. Constitui-se, portanto, num componente de lógica da reprodução do capital. Os processos de expropriação comumente são acompanhados da violência, mas esta, não é o seu aspecto principal. Para Martins (1982), “o principal é que a expropriação constitui

uma característica essencial do processo de crescimento da produção do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital.” (p. 54).

“Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país.” (OLIVEIRA, 2001, p. 190). Esse processo violento que ocorreu nesta região do Jequitinhonha, não é muito diferente ao que ocorreu em quase todo Brasil. Os povos indígenas foram os primeiros a serem vítimas deste processo. Incluem nesta lista de vítimas da expansão do capitalismo, os quilombolas. Muitos quilombolas morreram em decorrência da verdadeira guerra promovida pelos senhores de escravos. Hoje, tardiamente, a sociedade brasileira começa a reconhecer os direitos dos remanescentes de quilombos a terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Somam ainda, uma grande quantidade de comunidades tradicionais, como: geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, agroextrativistas, feixe e fundo de pasto, faxinalenses e muitas outras que são frequentemente expostos à violência do sistema capitalista que se apropria de seus territórios. São camponeses/as “que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros.” (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Wanderlei (2009), afirma que, para garantir a expansão dos grandes empreendimentos no campo, a ação do Estado não ficou só na “entrega” das terras aos latifundiários e empresas, também contribuiu, dando-os as condições privilegiadas para acessar crédito, construção de vias de acesso, tecnologias, insumos e etc.

Para Silva (1999), no Vale do Jequitinhonha, os processos de expropriação dos/as camponeses/as, principalmente a partir da década de 1960, teve como base a concentração da terra para exploração capitalista, com o discurso de modernização da agricultura adotado pelos governos militares. “O processo de concentração da grande propriedade fez-se a partir da própria dinâmica do processo de modernização.” (p.76). Para esta autora, o discurso da modernização é ideológico, pois não considerava as reais condições dos camponeses/as, ou seja, os direitos dos camponeses foram negados.

Para garantir a implantação dos grandes projetos capitalistas são utilizados discursos ideológicos que preconizam o progresso e o bem-estar social a população que “carece de desenvolvimento”, pois vivem no “Vale da Miséria”. Segundo Habermas (1983).

O Estado garante “[...] as premissas para a existência de um processo econômico despolitizado, liberto de normas éticas e de orientações ligadas ao valor-de-uso.” (HABERMAS, 1983, p. 229).

### 2.3 A Luta Pela Terra e na Terra Gera Conflitos

Os movimentos sociais de luta pela terra (reforma agrária) na região têm uma história recente. A partir das últimas décadas trabalhadores/as sem terra da região organizaram-se em movimentos de luta pela terra (Movimento de Trabalhadores/as Rurais Sem Terra – MST e Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais – STRs) e começaram a ocupar latifúndios improdutivos, “o que levou à atual presença de dezenas de acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 12). Com os processos de luta pela terra e na terra, empreendidos pelos/as trabalhadores/as sem terra e pelas comunidades quilombolas, os conflitos agrários se multiplicam por toda região do baixo Jequitinhonha<sup>7</sup>.

Em decorrência das formas precária de acesso à terra e dos processos de expropriação engendrados por fazendeiros, o campesinato do Baixo Jequitinhonha tem na mobilidade espacial e nas relações de agregação nas fazendas alguns de seus traços históricos mais característicos. A intensificação da luta pela terra com a inserção de movimentos sociais do campo nas últimas décadas, vai ao encontro de dilemas históricos e abre um novo capítulo na trajetória de um campesinato ainda muito marcado pelas relações com a fazenda. (MOREIRA, 2017, 35).

Segundo Juraci Moreira, ex-presidente do STR de Almenara e diretor da CONTAG, até o final da década de 1990 só existia na região os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, sendo que a maioria nasceu no período da ditadura militar. O perfil do sindicalismo nesta época era basicamente de assistência social, permanecendo com as mesmas atividades até final da década de 90 do século passado. Para Juraci Moreira, até meados da década de 90 os STRs não tinham um perfil de luta em defesa dos/as trabalhadores/as rurais.

“As atividades dos sindicatos eram: assistência social, não tinha nenhum vínculo com a luta em defesa dos trabalhadores rurais. Tinha característica assistencialista, colaborando com o poder público. Era uma relação harmônica com os poderes públicos constituídos, existia para executar as políticas públicas dos governos, não

---

<sup>7</sup> Escrever sobre os conflitos agrários e os Movimentos Sociais do Campo nesta região não foi difícil, principalmente, a partir do ano 2000, pois foi nesta data que iniciei minha caminhada de apoio as lutas sociais, primeiramente nas pastorais sociais e em 2003 nos movimentos sociais de luta pela terra. Em 2004 trabalhei como Educador do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e desde 2005 estou como agente liberado pela CPT/MG, atuando diretamente em defesa dos trabalhadores/as rurais no vale do Jequitinhonha. Todos os conflitos que serão abordados nesta sessão eu acompanhei, em sua maioria, diretamente como agente da Comissão Pastoral da Terra.

era para defender os trabalhadores rurais, os governos militares usavam os sindicatos para disfarçar as torturas cometidas. A bandeira do sindicato baseava-se na assistência médica, odontologia, distribuição de remédios e previdência social.” (Informação verbal).<sup>8</sup>

O processo de luta pela terra por ocupação de latifúndios no Vale, teve início a partir do final da década de 1990<sup>9</sup>. Aécio José da Silva, ex-diretor do sindicato de Almenara, disse que o processo de discussão da luta pela terra iniciou-se no ano de 1998, em planejamento regional organizado pelo Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), onde foi encaminhado que todos os STRs que tivessem terras passivas de desapropriação deveriam organizar os/as trabalhadores/as e fazer ocupações de terras em seus respectivos municípios. (Informação verbal)<sup>10</sup>.

No Baixo Jequitinhonha, as primeiras ocupações de terras ocorreram em Almenara. Aécio afirma que o processo de luta pela terra iniciou a partir de 1999. Ano em que a diretoria do STR de Almenara decidiu que iriam ocupar uma (1) ou mais propriedades. Em 06 de junho de 1999, foi ocupada a fazenda Santa Helena. Dez dias depois, nova ocupação aconteceu, desta vez, na fazenda Amaralina. Houve um grande impacto na sociedade, principalmente, para os fazendeiros e poder público municipal. Aécio afirma: “[...] então a gente lutou, foi uma luta muito grande contra o preconceito e isso atingiu muitos. Inclusive levou algumas famílias a desistir. Eles estavam achando que seriam discriminados e não iam encontrar mais serviço.” (Informação verbal).<sup>11</sup>

Segundo Aécio e Juraci, o prefeito municipal da época chegou a proibir os trabalhadores sem terra a andarem nos carros da prefeitura que faziam o transporte dos feirantes nos finais de semana. Com apoio da polícia militar, todo trabalhador que entrasse em qualquer um dos veículos da prefeitura era retirado à força, alegando que eram invasores de

---

<sup>8</sup> informações obtidas em entrevista realizada em 21/03/2011).

<sup>9</sup> Ao dizer que o processo de luta pela terra iniciou no final da década de 1990, não estamos desprivilegiando a forma utilizada, principalmente pelos STRs de Medina, Pedra e Jequitinhonha para desapropriação de terra para assentamento de famílias por indicação, sem, contudo, ocorrer a ocupação da terra antes da desapropriação, como ocorreu a partir de 1990. Esse processo de luta pela terra sem ocupar o latifúndio antes da desapropriação iniciou pelos citados STRs, antes da época aqui estudada.

<sup>10</sup> Informações obtidas em entrevista realizada em 23/03/2011.

<sup>11</sup> Este texto contém contribuições do Sr. Aécio José da Silva, eis diretor de Finanças do STR de Almenara; assentado no assentamento Esperança/Santa Rosa, agente voluntária da CPT/MG e atual Assessor do Deputado Estadual Rogério Correa – (informações obtidas em entrevista realizada em 23/03/2011).

terras. Para Juraci, “o poder público local, tinha reação reacionária e conservadora e sempre esteve a serviço dos latifundiários, defendendo seus interesses.” (Informação verbal).<sup>12</sup>

O processo de luta pela terra não parou, segundo Aecio, outras propriedades foram ocupadas. Dentre elas, pode-se destacar a ocupação da fazenda Água Limpa, também no município de Almenara, no ano de 1999. Neste caso, as famílias foram despejadas poucos dias depois da ocupação, por ordem judicial, que contou com apoio da prefeitura municipal, a qual ofereceu caminhões e funcionários públicos para realizar o despejo. No momento do despejo derrubaram os barracos e colocaram fogo em tudo, queimando parte dos bens dos/as trabalhadores/as. Não destruiu tudo que os trabalhadores possuíam, porque os/as trabalhadores/as esconderam parte dos bens na mata.

Muitas outras ocupações ocorreram a partir do ano 2000, várias delas organizadas pelo MST, como em Almenara, Joáima, Jordânia, Jequitinhonha, Palmópolis, Rubim e Salto da Divisa. Segundo Bohnenberger (2011), “em menos de uma década, foram realizadas mais de vinte ocupações de latifúndios mobilizando mais de cinco mil famílias.” (p. 60). Nenhuma destas ocupações ficou isentas de algum tipo de violência.

Dentre os conflitos mais expressivos, destacam-se o massacre de Felisburgo, no Acampamento Terra Prometida, onde existia mais de 100 famílias que lutam pela conquista da terra desde 2002. Em 20/11/2004 foram assassinados 05 trabalhadores Sem-Terra do acampamento Terra Prometida do MST.

Era uma manhã de sábado, 20 de novembro de 2004. Comandados pessoalmente pelo latifundiário Adriano Chafik, 17 pistoleiros invadiram o acampamento Terra Prometida, onde famílias camponesas há dois anos exigiam a desapropriação da Fazenda Nova Alegria. Cinco trabalhadores rurais Sem Terra foram assassinados (Iraguiar, Miguel, Juvenal, Francisco e Joaquim) e outros doze foram feridos. Não satisfeitos, os invasores atearam fogo em moradias e na escola do acampamento. (MOREIRA, 2017, p. 34).

Dentre muitos outros conflitos que ocorreram nesta região, um deles aconteceu no Assentamento Esperança/Santa Rosa em Almenara. Insatisfeito com a desapropriação da propriedade, na madrugada de 07/12/2008 o antigo proprietário Manoel Francisco Alves Silva colocou no assentamento cerca de 200 cabeças de gado e na manhã deste mesmo dia, ele chegou ao assentamento acompanhado de aproximadamente 09 capangas, fazendo ameaças aos trabalhadores e trabalhadoras, dizendo que estavam proibidos de atravessar o rio que corta o assentamento. Na tarde deste mesmo dia, os capangas começaram a destruir as estruturas

---

<sup>12</sup> informações obtidas em entrevista realizada em 21/03/201.

existentes: 05 casas, 01 prédio escolar recém reformado com 01 sala de aula, 01 cantina, 02 quartos e 01 espaço onde seria instalada a biblioteca, 300 metros de cerca que cercava um tanque de peixe e 500 m de encanação de água que abastecia o tanque de piscicultura de uso comum, conforme ilustram as figuras a seguir.

**Figura 9 – Prédio escolar antes da destruição.**



Fonte: autor, 27/09/2008.

**Figura 10 – Prédio escolar depois da destruição.**



Fonte: autor, 10/12/2008.

Apesar dessa investida do fazendeiro as famílias deram continuidade a luta e, destas, 16 foram assentadas e atualmente estão vivendo da agricultura, com uma produção significativa: mandioca, feijão, milho, hortaliças, frutas diversas, criação de galinha, porco, peixe, abelha (produção de mel) e criação de bovino. Como este, podemos trazer outros exemplos: Assentamento Dom Luciano Mendes em Salto da Divisa, Jerusalém em Rubim, Franco Duarte e Transval em Jequitinhonha e o Terra Prometida em Felisburgo.

Outra área que passou por muitos momentos de conflitos foi o Acampamento Vida Nova em Jordânia. Organizado pelo STR de Jordânia, em 2009, dezenas de famílias, ocuparam uma fazenda há anos abandonada. Muitos episódios de violência ocorreram, entre eles, ameaça de morte, destruição de roças e, em 2014 e 2015, pessoas presumidamente a mando de fazendeiros atearam fogo em 05 casas, levando as famílias a perder todos os pertences e até a ocorrência de morte de animais devido ao fogo.

Os conflitos agrários atingem também as comunidades quilombolas. Mesmo não tendo um número expressivo de comunidades quilombolas no Baixo Jequitinhonha, como no Médio e Alto, a partir da segunda metade da década de 2000, os quilombolas têm sido vítimas de violência. Os processos de violência sofridos pelas comunidades quilombolas se devem principalmente pelo seu processo de fortalecimento e organização, que tem levado as

comunidades a lutarem por seus direitos territoriais, causando a ira de muitos latifundiários que no passado se apropriaram dos territórios ancestrais das comunidades. Segundo Fávero e Monteiro (2014), tais processos de lutas empreendidos pelas comunidades tradicionais, neste caso, os quilombolas, é resultante da “[...] tomada de consciência de seus direitos, enquanto comunidades tradicionais, inscritos no marco legal brasileiro – como o direito das comunidades autodeterminadas quilombolas à titulação de seus territórios.” (p. 13/14).

Salienta-se também que, a partir da década de 2000, ocorreu um fortalecimento da organização dos povos e comunidades tradicionais no Baixo Jequitinhonha, protagonizada principalmente pela articulação das comunidades quilombolas. Cinco delas estão certificadas como "comunidade remanescente de quilombo" pela Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão vinculado ao Ministério da Cultura – MinC: Paraguai (Felisburgo - MG), Mumbuca (Jequitinhonha - MG), Barreirinho (Joaíma - MG), Marobá e Marobá dos Teixeira (Almenara - MG). (MOREIRA, 2017, p. 35/36).

Entre os conflitos envolvendo as comunidades quilombolas ocorridos nos últimos anos, os mais violentos foram nas comunidades quilombolas Marobá e Marobá dos Teixeira – duas comunidades que se organizaram e fizeram retomadas de parte de seus territórios ancestrais que no século passado foram expropriados por latifundiários. Muitos momentos conflituosos já foram registrados, principalmente, nos últimos cinco anos. Dentre eles pode-se destacar: ameaças de morte; processos judiciais na tentativa de despejo das famílias, sendo que já ocorreu despejo de 02 famílias da comunidade quilombola Marobá dos Teixeira, mas conseguiram retornar ao território; sequestro do gado das famílias das duas comunidades pelos capangas do latifundiário que se diz dono dos territórios das comunidades.

Mas o conflito mais violento foi à tentativa de assassinato contra o presidente da associação e sua esposa. Na noite do dia 24/03/2017, por volta das 20 horas, três homens armados, chegaram à residência do casal (Jurandir e Maria Rosa), os amarram e espancaram até quase a morte. Além disso, tentaram envenenar a Maria Rosa injetando alguma substância na veia dela, mas ambos foram socorridos e sobreviveram. Este crime ainda continua impune. Provavelmente, este conflito está ligado à questão das lutas pelo território.

A luta pela terra e na terra pelos/as trabalhadores/as sem terra ou pelos quilombolas, tem causado reação contrária por parte dos latifundiários, muitas vezes, de forma violenta. Há acampamentos que existem a quase 20 anos, esperando a desapropriação e o assentamento das famílias, como os acampamentos: Santa Helena, Amaralina e 16 de Abril em Almenara, dentre outros. Mesmo assim, os trabalhadores/as continuam resistindo na luta.

Os conflitos ocorridos contras as comunidades quilombolas e acampamentos são agravados devido à morosidade, a ausência ou omissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e, em outros casos, pela atuação do poder judiciário que vem emperrando processos de regularização fundiária das comunidades quilombolas e de desapropriação de propriedades que iriam beneficiar centenas de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. A inoperância dos órgãos governamentais competentes vem contribuindo para a continuidade da insatisfação das famílias e consequentemente para violência no campo em toda região.

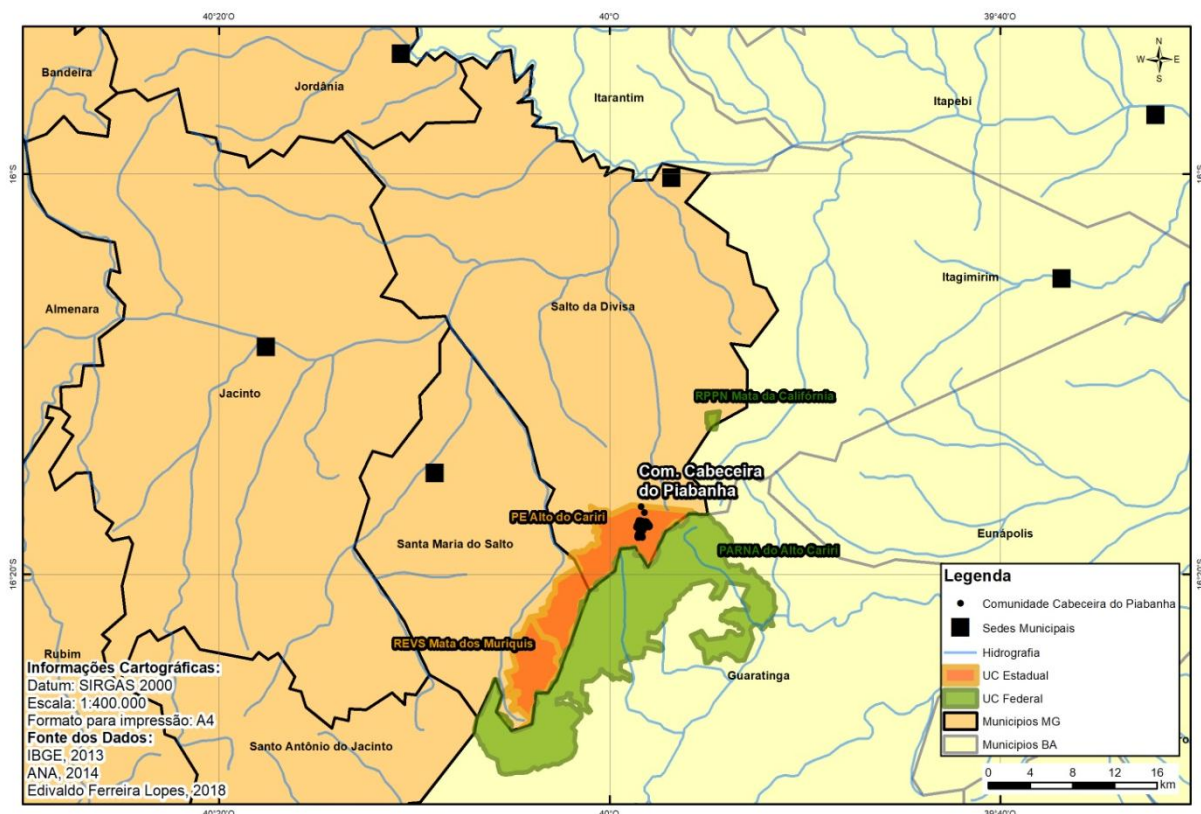


## **2.4 Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha.**

### **2.4.1 Localização e Composição da Comunidade.**

A comunidade Cabeceira do Piabanha, está localizada às margens do Córrego Piabanha no município de Salto da Divisa, baixo Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, na divisa com o sul da Bahia, (FIG. 11). Para a comunidade o território é composto por 15 alqueires. Como na região, 01 alqueire é equivalente a 19.36 hectares (ha), o território comunitário corresponde, a uma área de, aproximadamente 290 hectares. Cabe informar que as famílias não contabilizam as áreas de matas destinadas ao extrativismo. Assim, pode-se considerar que o território é relativamente maior que 290 ha. Localizado a cerca de 44 quilômetros da sede do município, o território é cortado pelo córrego Piabanha e por mais 18 cursos d'água (Córregos: da Lata, Antônio Moura, dos Bois, do Abacaxi, do Chuchu, da Roça de Manoelzinho, da Roça do Agnaldo, Seco, da Mumbuca, da Malacacheta, do Zé Besouro, da Barragem, José Maria, Lajedo, da Gameleira, da Roça do Chiquinho, do Alexandre, da Casa do Chiquitinho), sendo que 14 destes nascem dentro do território comunitário e são afluentes do Córrego Piabanha.

**Figura 11 – Mapa de localização da Comunidade Cabeceira da Piabanha.**



Fonte: IBGE, 2013; ANA, 2014, Autor, 2018.

Até o final do ano de 2016 a comunidade era composta por 12 famílias. Os comunitários afirmam que, no passado, existiam dezenas de famílias residindo dentro do território e que o número de famílias foi reduzindo devido às expulsões precedidas de violência física e simbólica, praticada pelo fazendeiro já falecido S. A. P.

Os fazendeiros que atualmente alegam possuir a propriedade das terras têm assediado as famílias com ofertas em dinheiro pela aquisição dos seus direitos de posse e benfeitorias. Diante das pressões vivenciadas, a família do patriarca Manoel Cachoeira e as famílias de seus 03 filhos deixaram o território, após fechar acordos extrajudiciais<sup>13</sup> com um dos pretensos fazendeiros. Como consequência, a comunidade vem passando por um processo de esvaziamento. Atualmente, residem no território oito famílias, totalizando 26 moradores residentes, sendo 17 adultos, 02 crianças, 05 adolescentes e 02 idosos. Das 08 famílias, 07 têm relações tecidas por laços de parentesco, compadrio, vizinhança e vínculo ancestral com o

<sup>13</sup> ESCRITURA pública de acordo de desocupação de área rural. Tabelionato do 2º Ofício de Notas, Tabeliã Alessandra Henriques de Gouvêa Viana. Jacinto, MG. Livro 38, folhas 130, 131, 132 e 152. 02 e 29/08/2016.

território e uma família trabalha com um fazendeiro vizinho, mantendo relações de vizinhança e compadrio com as demais famílias do território.

#### **2.4.2 Histórico de ocupação do território.**

Os primeiros moradores da comunidade foram os pais de Manoel Cachoeira (Manoel Ferreira do Nascimento) que chegaram à localidade no ano de 1952. Os pioneiros são originários do sudoeste da Bahia, que vieram para a região em busca de terras de mata para morar e plantar. Os motivos da migração teriam sido a falta e/ou a pouca terra disponível para trabalhar em sua localidade anterior. Na época, tudo era mata original. Sobre as características do território, na época da ocupação, assim afirmou um dos comunitários “aqui só tinha mata, onça, paca, caititu, cobra e tatu”. Um dos pioneiros, Apolinário, pai de Manoel Cachoeira, faleceu vítima de um acidente de trabalho, quando prestava serviços na derrubada da mata para o fazendeiro S.A.P.

Para compreender melhor a formação da comunidade Cabeceira Piabanha e, principalmente a questão da migração, saindo do Sudoeste da Bahia e vindo se instalar no Vale do Jequitinhonha, é relevante invocar a tese de Ariovaldo Umbelino de Oliveira: “o campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). O camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo, portanto, este deve ser compreendido como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, frequentemente a ela retorna, mesmo que para tanto, tenha que migrar para uma região distante de sua terra natal. “Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem.” (OLIVERIA, 2007, p. 11).

Todos os moradores afirmam que, desde que vieram morar no território, sempre tiveram e tem como prática o extrativismo e a agricultura tradicional, conhecida pelos comunitários como roça de toco ou de coivara.

Antigamente chovia bastante e não queimava a mata toda. A gente plantava o feijão com cavadeira nos espaço que queimava e onde não queimava semeava o feijão quebra pau entre os pau, e toco. O feijão quebra pau crescia muito e inramava nos pau, nos toco. O mesmo era com a mandioca. Enchia o imbornal de maniva e saia procurando os espaços para plantar e a cova também, era feita com cavadeira feita

de foice. Esse pessoal mais novo, como César, sabe por que ouviu pai contá. Ele não chegou fazer isso. Só eu e os mais velhos que fez assim. (Informação verbal).<sup>14</sup>

O preparo da roça de toco ou de coivara era iniciado com a derrubada da mata, acompanhado do uso do fogo. Em seguida, vinha o plantio realizado entre os tocos e árvores remanescentes. Embora, não tenha mais a mata nas características da época da ocupação, o uso do pousio ainda é uma prática utilizada pelas famílias. Nesta técnica de plantio, a terra é cultivada por cerca de 05 a 06 anos. Com a diminuição da fertilidade natural da terra, a área é deixada em “descanso” (pousio), ou ainda é plantado outro tipo de cultura. Os períodos de descanso podem durar de 02 a 05 anos, dependendo da necessidade e disponibilidade de áreas para tal fim.

Tal técnica de pousio ou de “descanso da terra” como conhecido na comunidade, é assim justificada pelos comunitários: “a terra é como a gente, assim como a gente cansa e precisa de descanso, a terra também cansa e precisa de descanso. (Informação verbal)<sup>15</sup>”. Nesta mesma direção a Luzeni afirmou: “a gente descansa em um dia ou dois e a terra precisa de mais tempo para descansar. (Informação verbal).<sup>16</sup>”

No início da ocupação, a produção agrícola se resumia basicamente, em plantio de mandioca, feijão, milho, hortaliças – alho e cebola, banana e também criavam porcos e galinhas.

---

<sup>14</sup> Juarez Ferreira nascimento (Tatá), 55 anos, 10/12/2017.

<sup>15</sup> Depoimento de Juarez Ferrei nascimento (Tatá), no dia 10/12/2017.

<sup>16</sup> Depoimento de Luzeni (esposa do Tatá), no dia 10/12/2017.

### 2.4.3 Sistema de Produção e Modo de Vida

**Figura 12 – Vista central das áreas produtivas e de residências da comunidade.**



Fonte: autor, janeiro de 2018.

A agricultura tradicional e o extrativismo foi é a base de sustentação das famílias da Comunidade Cabeceira da Piabanha. Com uma diversidade de produtos, como: feijão<sup>17</sup> (carioca, carioquinha, calentinha ou rosinha e feijão bosta de coelho); milho (vermelho e palha roxa); 21 variedades de mandioca (Aipim Brasil, Aipim Manteiga, Aipim Roxa, Cacau, Cacauzinha, Calipinha, Calombo, Cramuqué, Enrica Homem, Jacobina, Jordaninha, Lisona, Olho Roxo, Pacaré, Parazinha, Preta Rica, Pretinha, Pretona, Santa Cruz, Tapicuru e Unha); 12 variedades de banana (caturreta, caturrinha, china, da terra, da terra maranhão, maçã, prata, prata maranhão, prata caturreta, roxa, roxa branca e três pencas); frutas: laranja, limão, tangerina, manga, coco, abacate, abacaxi, melancia, jaca, acerola, mamão, maracujá, graviola, goiaba; hortaliças: couve, alface, coentro, cebola, rúcula, salsa, cenoura, mostarda, beterraba e

---

<sup>17</sup> Os nomes das variedades de feijão, mandioca, banana e outros estão escritos de acordo o conhecimento tradicional das famílias, ou seja, como eles as conhecem na comunidade. Maioria dos produtos cultivados na comunidade apresenta grande variedade que não está sendo citadas, optamos apenas por aqueles que apresentam maior variedade.

outras; e outros produtos como cacau, café, chuchu, urucum, batata, cana (caiana, caiana preta, fista, obassa e pitu), abobora/moranga, e pimenta, Além da criação de pequenos animais, como porcos, galinhas e peixes.

Esta grande quantidade e variedade de produtos não têm como finalidade principal trocas mercantis, mas sim, o autoconsumo e doações. Isso não significa que a comunidade é alheia à relação com o mercado. As famílias utilizam distintos meios para a comercialização do excedente da produção, destacando-se: venda para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); venda na feira livre do município, entrega em domicílio e venda para comerciantes na cidade de Salto da Divisa. Os produtos mais comercializados são: banana, derivados da mandioca: farinha, goma (polvilho), puba e biscoito de polvilho e peixes, este último também é comercializado no município de Santa Maria do Salto. Os produtos mais comercializados para o PNAE são: biscoitos de polvilho, mandioca, banana prata e hortaliças.

As práticas agrícolas adotadas pelas famílias da comunidade são tecidas a partir de experiências e transmitidas pela tradição. Os processos produtivos são ajustados a partir de modos historicamente constituídos, com uma diversidade considerável. O arranjo espacial das áreas produtivas (roças) presentes no território revela que a organização ali presente é compatível com as condições materiais existentes: o uso familiar e o uso comunitário das terras. Fica explícito nas áreas de produção o caráter comunitário do uso das terras (FIG. 13).

O uso familiar do território é aquele destinado a construção da casa, do quintal produtivo com alta diversidade: chiqueiro (pocilga), galinheiro, tanque de peixe, roça de mandioca e banana, entre outras formas engendradas pela unidade familiar, que se configura como um espaço de exercer a liberdade da família dentro do território (FIG. 14).



**Figura 13 – Parte do Território da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha.**



Fonte: autor, janeiro de 2018.

**Figura 14 – Quintal produtivo da família de Agnaldo e Cosmira. A fumaça que se vê está saindo do forno de torrar farinha.**



Fonte: autor, setembro de 2017.

Segundo Wanderley (2009, p. 187), a organização do modo de produção camponês é baseada na unidade de produção conduzida pela família. “Este caráter familiar se

expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orienta uma lógica de funcionamento específica.”

Esse modo de exercer a liberdade familiar está profundamente inserido dentro de um território comunitário, onde as unidades familiares de habitação e produção estão distribuídas dentro do espaço geográfico formando uma organização territorial conexo com as condições materiais e socioculturais de reprodução dessa comunidade. O uso de uma área por determinada família seja para erguer a residência, o quintal, a roça ou outro uso, só existe enquanto a localidade está em uso pela família. Se por algum motivo a família deixar de usar, tal área fica disponível para uso de outras famílias. Sobre este ponto, os antropólogos do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG): Jonas V. Leandro Leal e Marcelo Vilarino assim descreveram:

No dizer de vários dos entrevistados “cada um respeita a área do outro enquanto ela está sendo usada. Se um morador deixa de usar uma área de roçado por alguns anos ela se torna livre para que outro a utilize com a finalidade de plantio de roça”. Mais do que respeitar, é precisamente o apoio de uma família a outra no preparo da terra que promove um sentimento de coletividade entre estes moradores.” Mais do que respeitar, é precisamente o apoio de uma família a outra no preparo da terra que promove um sentimento de coletividade entre estes moradores.

Apesar de não haver espaços de plantio comunitários, a partilha da terra se dá de forma dinâmica e livre. Não há conflitos na definição do espaço de plantio por parte de uma família, sendo possível observar um dinâmico fluxo de aproveitamento do território no que tange ao cuidado com a terra e a rotatividade produtiva. (2017, p. 17/18).

O comunitário Tatá nasceu na comunidade e sempre viveu ali. Com 55 anos de idade, ele é um profundo conhecedor do território. Durante o tempo de observação ele nos guiou pelo território, mostrando os detalhes da organização territorial ali engendrada. Durante uma das visitas de campo, quando chegamos a roça (agrofloresta)<sup>18</sup> do seu Manoelzinho<sup>19</sup>, Tatá revelou que esta área antes era utilizada por ele e sua família. Se referindo ao plantio de banana ali presente, ele disse: “aqui foi eu que plantei e passei para o Manoelzinho, mas quando preciso venho e corto, e ele também corta na minha quando precisa. Aqui é um pelo outro.” Logo depois, a fala dele se transformou em prática, ao cortar um cacho de banana<sup>20</sup> na roça de Manoelzinho (FIG. 15). Mais adiante, ao se referir a uma estaca na cerca da roça de seu Manoelzinho, Tatá afirmou: “pau d'arco, aqui foi eu que fiz” (FIG. 16). Estes e muitos

<sup>18</sup> Esta área tem alta diversidade: cacau, banana de várias espécies, laranja, tangerina, limão, manga, mamão, cana, jaca, mandioca, etc.

<sup>19</sup> Manoel José da Silva, 65 anos.

<sup>20</sup> Tatá corta um cacho de banana na roça do Sr. Manoelzinho e me deu de presente.



outros depoimentos evidenciam que a terra é compartilhada por todas as famílias da comunidade, apontando uma dinamicidade inerente àquela realidade.

**Figura 15 – Juarez (Tatá) cortando um cacho de banana na roça do Sr. Manoelzinho.**



Fonte: Autor, janeiro de 2018.

**Figura 16 – Juarez (Tatá) com o seu facão fincado na estaca de pau d'arco.**



Fonte: Autor, janeiro de 2018.

O uso comunitário não se esgota no compartilhamento da terra para construção de moradias e para produção, o uso comunitário se expande também para os demais recursos naturais, como a utilização da água com diversos usos, da mata para extração de espécies vegetais e para a caça e pesca.

A agricultura e o extrativismo se somam a uma multiplicidade de outras relações, de usos e apropriação do território de caráter não capitalista, que completa o modo de vida camponês da comunidade. As condições naturais do território (alta precipitação, terra fértil, fauna e flora abundantes), viabilizam a reprodução sociocultural da comunidade. As práticas agrícolas utilizadas pela comunidade são fundadas na experiência e repassadas de geração em geração. Esse saber fazer camponês é evidenciado por Fabrini,

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico. Uma relação particular com a natureza também é verificada entre os camponeses no conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura feitos levando em consideração o calendário lunar, enfim os astros. (FABRINI, 2008, p. 263).

O saber fazer, não se limita as práticas agrícolas. A vida cotidiana, de forma geral, é constituída de práticas apreendidas por anos de convivência com a terra e demais recursos naturais. Além dos cultivos agrícolas, as ações comunitárias ainda se manifestam, na solidariedade entre os comunitários, como na troca de dias de serviço, em batalhões<sup>21</sup> (mutirões) para plantação de roças, na limpeza das ervas presentes nas lavouras, nas colheitas, na construção de casas entre outras atividades. A constituição desta comunidade, (suas formas de sociabilidade, a relação ser humano/natureza), se assemelha as demais comunidades camponesas do Jequitinhonha, como afirma Maia,

Foi nestes movimentos de ocupação do Vale, impulsionados, num contexto mais amplo, ora pela mineração, ora pela criação de gado, que o campesinato local, ao lado dos grandes fazendeiros, não sem conflitos, foi constituindo suas propriedades, por “uso”, por “posse consentida” ou “desassistida”; sua “terra de trabalho”, patrimônio sociocultural; suas formas específicas de cultivo, seu universo de representações, seus sistemas de parentesco; suas formas tradicionais de organização e cooperação: centradas no princípio da reciprocidade, acionadas dentro do grupo de vizinhança e parentesco, para garantir sua reprodução material e simbólica. (MAIA, 2000, p. 42).

---

<sup>21</sup> Na comunidade batalhão é o ato de se reunir coletivamente para executar uma determinada atividade, como as acima citadas, ou seja, é o que em muitos lugares é conhecido por mutirões.

O saber fazer, a partir dos recursos disponíveis no território, foi e ainda são perpassados por práticas socioculturais e ambientais, opostas a lógica capitalista dominante. São dimensões simbólicas próprias da identidade camponesa, uma afinidade que define o modo de vida da comunidade.

Dentre as práticas inerentes ao modo de vida, ainda podemos destacar a construção das casas. Todas as casas são construídas pelos comunitários e com materiais presentes no próprio território. Todas são de pau-a-pique ou enchimento. As paredes são revestidas de barro e o piso com chão batido, e em alguns casos, o piso é feito com cimento de forma rústica. Em todas as casas, o madeiramento é rústico, sendo que as ripas são feitas de “coqueiro margoso”. O nome é devido ao coqueiro utilizado, ter a castanha e o palmito amargo.

Na construção e manutenção das casas, existem tarefas reservadas aos homens e às mulheres. Os homens são responsáveis pela retirada das madeiras, pela armação (montagem da estrutura – esteios, enchimento – esta última, consiste na estrutura das paredes, que são feitas de madeiras, varas e cipós), sendo ainda de responsabilidade masculina: o telhado, o piso e o preparo do barro. É de responsabilidade das mulheres: o revestimento das paredes, ou seja, bater barro nas paredes. Esta tarefa, geralmente é realizada em batalhão (mutirão), com a presença das famílias da comunidade. Ainda fica sob a responsabilidade das mulheres, o processo de manutenção das paredes, como a pintura com argila. Um exemplo deste é a casa que aparece na figura 7. A Cosmira, 40 anos e suas filhas Coslaine (16 anos) e Agna (18 anos), são responsáveis por buscar a argila – geralmente longe de casa – e preparar o barro e aplicar nas paredes internas e externas da casa, (FIG. 17). Ressaltando que a utilização de argila não se dá mais por todas as famílias, pela dificuldade de encontrar o material adequado.



**Figura 17 – Casa da família de Agnaldo e Cosmira.**



Fonte: Arquivo do autor, novembro de 2015.

No passado o extrativismo e o artesanato foram práticas bastante utilizadas pela comunidade. Tais atividades ainda existem na comunidade. Como forma de exemplificação, citamos aqui alguns dos objetos de artesanato fabricados e utilizados pela comunidade: vassouras de rejeira, jequiá e imbé (tipos de cipós existentes no território), balaio de cipós de caititu (cipó São João) e de cipó alho, (balaio é utilizado para transporte nos animais de serviço). Já foram confeccionados: cestos para utilização doméstica e outros fins, peneiras de taboca para “soprar feijão” e refinar a massa de mandioca para farinha, palmito e castanhas de cocos, palha de coqueiro (palmeira) para cobertura das casas e paióis para armazenar milho e feijão.

Na cobertura das casas, já foram utilizadas tábuas extraídas de madeiras (putumujú, cedro, vinhático e claraíba). A telha confeccionada de madeira é conhecida na comunidade como taubinha ou taubilha. Ressaltando que a telha de madeira foi substituída por outros modelos (cerâmica e amianto) há cerca de 10 anos, sendo que até 2012 ainda existia uma casa coberta de taubilhas. As telhas (taubinhas ou taubilhas) eram confeccionadas de forma artesanal pelos comunitários. O telhado de taubinha era todo amarrado com cipó imbé.

Os utensílios, como: panelas, pratos, botijas/moringa, potes, talhas, torrador de café, bules e muitos outros artefatos utilizados pelas famílias, eram feitos pelas próprias famílias. Os comunitários recordam que era comum também, a confecção de colchões e travesseiro com paina de taboa, malva branca, palha/folha de banana e capim de rato.

O ofício de fabricação de utensílios domésticos, a base de argila, era praticado por mulheres. Entre tais mulheres destacam-se: as saudosas Anita e Joana Maria de Jesus – esta última, era avó de Juarez (Tatá) e Nivaldo (César), também praticava este ofício, a senhora Sebastiana, atualmente morando em Eunápolis, Rosa Pia Teixeira Reis – mãe de Agnaldo, Gildete, Carmosina Batista Santos – irmã de Manoelzinho.

Os artefatos fabricados com madeiras, cipós e tabocas era ofício praticado pelos homens. Entre os muitos artefatos que era e/ou é tarefa masculina, destacam-se a fabricação de cestos, vassouras, peneiras, balaies, gamelas, cochos, cangas e canzil para os bois de serviço, cangaias para os animais de serviço, colher de pau. A maioria destes artefatos era de uso familiar e comunitário. Os que eram ou ainda são comercializados são citados: cestos, vassouras, peneiras, balaies, gamelas e cochos, pilão, moinho para tempero e colher de pau, sendo que, vassouras e balaies ainda são fabricados e comercializados.

A relação ser humano natureza, não se limitam as relações até aqui descritas. Ainda pode ser destacado um vasto conhecimento e usos diversos dos recursos naturais renováveis, principalmente das matas, concebidos pelas famílias, como de uso comunitário. Tais formas de relação com o território transcendem tempos e espaços, revelando que a comunidade desenvolve com o território, em que reside, uma relação que ultrapassa a lógica da propriedade privada. Como forma de exemplificar, o quadro a seguir (FIG. 18) traz algumas espécies e seus respectivos usos pela comunidade.

**Figura 18 – Tipos de plantas/arvores e seus respectivos usos na comunidade.**

<b>Tipo de plantas/árvores<sup>22</sup></b>	<b>Utilidade</b>
Sete Casacas	A casca é usada no tratamento de desinteria.
Jatobá	A casa utilizada no tratamento de sintomas asmático e a resina é utilizada para dores no estômago e defumação.
Doutor Imbira	A casca utilizada no tratamento de cólicas intestinais; má digestão e para temperar cachaça.

<sup>22</sup> Os nomes das plantas/árvores/arbustos estão escritos como os comunitários os conhecem, ou seja, não são apresentados aqui os nomes científicos.

Rejeira, Imbé e jequiá	As fibras dos cipós são utilizadas na confecção de vassouras; sendo que o imbé serve para amarração de telhados e outros.
Pau pereira	A casca é utilizada no tratamento de problemas gástricos e a madeira é utilizada para fabricar bodoque.
Tapicuru	A madeira (cerne) é utilizada para tratamento de dores na coluna.
Pau d'óleo	O óleo é utilizado como cicatrizante e no tratamento de gastrite. A extração do óleo exige uma técnica específica para evitar que a árvore morra.
Imburana	A casca é utilizada como analgésico (dores diversas)
Muquiiba	A semente é utilizada como analgésico.
Maria-preta	As folhas são utilizadas como chá no tratamento de gripe.
Escada de macaco	Utilizada como chá contra dores na coluna e a casca é utilizada como defumador nos rituais de benzeção de pessoas e animais e é encantada, se alguém passar debaixo e não ver o cipó fica perdido na mata.
Putunujú, cedro, vinhático e claraíba	A madeira era utilizada na confecção de taubinhas (tábuas) para telhados.
Calumbim d'água	É um cipó que tem uma reserva de água. É usado para dessedentação humana em locais com pouca disponibilidade hídrica. Tal prática é utilizada quando estão em alguma atividade dentro da mata e falta água.
Coco amargoso	O palmito e a castanha retirada do coco para a alimentação; tronco para a confecção de ripas para telhados e artesanato. As cascas do coco servem como alimento aos animais silvestres.
Tiborna	A casa utilizada no tratamento contra coceiras e corrimentos (banho com a casca).
Taboca	Utilizada na construção de casas de pau-a-pique e confecção de peneiras.
Oiti	Os frutos servem como alimento humano.
Sapucaia	A castanha serve como alimento humano e de animais silvestres.
Bute	Utilizada no tratamento da má digestão.
Batata de pulga	Utilizada no tratamento contra verminoses.
Café berão	As sementes são utilizadas para misturar no café e para combater AVC (Acidente Vascular Cerebral).

Fonte: Elaboração do autor. 2008

Segundo os comunitários, desde a década de 60 do século passado, as famílias da comunidade vivem pressionadas (diretamente ou indiretamente) por latifundiários. No entanto, os conflitos se acirraram a partir de 2008 com a criação do Parque Estadual do Alto Cariri, sendo que, em 2014, ficaram mais intensos com a chegada de fazendeiros que dizem serem herdeiros do Espólio de S.A.P. e que, frequentemente, fazem pressões para as famílias saírem das terras ocupadas tradicionalmente. As pressões mais frequentes são: ameaças de expulsão, intimidações diversas, ameaças de morte, tentativa de destruição de roças colocando gado nas roças das famílias, entre outras formas que serão detalhadas no capítulo 3.

### **CAPÍTULO 3. COMUNIDADE TRADICIONAL CABECEIRA DA PIABANHA: História Marcada pela Expropriação e a Violência.**

Neste capítulo, trataremos dos processos de expropriação e exploração que as famílias da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha tem sofrido ao longo de sua história e os agentes causadores de tais processos. Partimos da hipótese de que, em muitos dos casos, diretamente ou indiretamente, o Estado brasileiro, por meio de seus órgãos e instâncias representativas e/ou organizativas, mais do que conivente, tem impulsionado alguns dos processos.

Para tanto, vamos tomar como referência a linha do tempo da existência da comunidade. (I), de meados do século XX, até o final de 1980, com a chegada dos pioneiros na comunidade e a abertura da posse; o trabalho “cativo” nas fazendas; as formas de violência e os processos de expulsão de muitas famílias da comunidade. (II), de 1990 a 2007 que marca o “fim do trabalho obrigatório nas fazendas e a autonomia relativa das famílias no uso do território”; e (III), de 2008 até a atualidade em que ocorre a criação do Parque Estadual do Alto Cariri e a tramitação de projeto de lei que propõe alteração nos limites do Parque por interesses minerários, destacando-se os vários tipos de violências praticadas por fazendeiros que se dizem donos das terras ocupadas pela comunidade.

#### **3.1 A Época da Ocupação – década de 50 do sec. XX.**

Os primeiros moradores da Cabeceira do Piabanha são originários do sudoeste da Bahia. No início da década de 50 do século XX, vieram para a região (margens do Córrego Piabanha) em busca de terras de mata para morar e plantar. Os motivos da migração teriam sido a falta e/ou a pouca terra disponível para trabalhar em sua localidade anterior.

Segundo Oliveira (2007) e Martins (1983), o camponês é um sujeito social de dentro do capitalismo, portanto, é uma classe social que, mesmo sendo expulso da terra, frequentemente a ela retorna, mesmo que para tanto, tenha que migrar para outro lugar distante de sua terra natal. Os processos de exploração e expropriação que os/as camponeses/as sofreram e ainda sofrem são decorrentes da expansão do capital sobre a terra. Para garantir sua reprodução ampliada, o capital com apoio do Estado, em muitos casos, de forma violenta, expulsa os/as camponeses/as de suas terras. “É por isso que boa parte da

história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações.” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). “Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação.” (MARTINS, 1983, p. 17).

A família de Manoel Cachoeira é oriunda do Nordeste Brasileiro, que segundo Oliveira (2007, p. 122), “com uma estrutura fundiária concentrada, era foco permanente de tensão social, mas os interesses em jogo e o poder do Estado não permitiam qualquer alternativa de reforma agrária” que permitisse que as famílias camponesas sem ou com pouca terra tivesse acesso a mesma em sua terra natal. Assim, a migração era uma alternativa encontrada pelos camponeses/as. Portanto, por não ter terra para manter o modo de vida camponês em sua região, migrar foi uma alternativa encontrada pela família, uma vez que os pais de Manoel Cachoeira eram filhos de famílias camponesas com pequenas posses.

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses com superfície inferior a 10 hectares jamais terão condição de se tornarem camponeses nas terras dos pais, a eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Na memória dos mais velhos da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha, a família pioneira saiu da Bahia (próximo de Bom Jesus da Lapa), se instalou por um período no município de Jordânia e, em 1952, ao ficar sabendo que em Salto da Divisa existiam terras de mata atlântica original, mudou-se para o município, vindo a se instalar as margens do Córrego Cabeceira do Piabanha.

Manoel e Maria Gomes podem ser vistos portanto como os “fundadores” de um importante tronco familiar da comunidade de Cabeceira da Piabanha. Junto com Manuel e seus pais outras famílias chegaram às terras da Cabeceira do Piabanha, dando origem as demais famílias que atualmente compõem a comunidade. Os relatos dão conta de que a chegada das famílias à área se deu em terras ainda “virgens” tendo sido realizado pelos antepassados dos atuais moradores a abertura das primeiras roças, com a derrubada de porções da mata e a construção das primeiras casas. As famílias fundadoras das comunidades, chegaram, portanto, em terras sem quaisquer “marcas” de exercício de posse, (LEAL & VILARINO, 2017, p. 14).

Até meados do século XX, em localidades mais distantes das margens do Rio Jequitinhonha ainda existia muitas matas que não tinham sido apropriadas pelas grandes fazendas de gado. Estas localidades, geralmente eram procuradas pelas famílias camponesas para abrirem suas posses com suas roças de toco. “Até os anos 1920, áreas consideráveis do Vale do Jequitinhonha permaneciam florestadas e dotadas de águas limpas e abundantes.” (MARTINS, M., 2008, p. 725).



Segundo Sol (1981), por volta de 1930 em toda região do Baixo Jequitinhonha, principalmente as mais afastadas do Rio Jequitinhonha ainda não tinham sido apropriadas por fazendeiros. “Ao tempo, ainda era muito fácil, formarem-se fazendas. As terras, sobretudo as mais afastadas do rio grande e córregos principais, eram praticamente sem donos. O Córrego do Enxadão recebia os primeiros posseiros” (SOL, 1981, p. 27). Sobre a ocupação na região do Córrego do Enxadão, cabe informar que, este fica paralelo ao Córrego Piabanha. Aqui pode ser questionado o termo “sem dono” utilizado por Sol (1981), pois toda região antes da chegada dos grandes fazendeiros era ocupada por índios e posteriormente por camponeses/as posseiros. (RIBEIRO, 1996).

Ainda segundo Sol (1981), foi na década de 1920, que se acentuou a devastação das matas para formação das grandes fazendas para criação de gado extensivo. “Nos roçados, antes do capim colônio, plantava-se milho, feijão, arroz, mandioca e cana de açúcar” (SOL, 1981, p. 28). Todo trabalho, desde a derrubada da mata até o plantio e colheita era feito por camponeses/as que eram recrutados nas fazendas como agregados.

Na época em que os primeiros moradores chegaram a Cabeceira do Piabanha e abriram posse, a formação de grandes fazendas de gado em Salto da Divisa estava em processo de consolidação. As áreas de matas que ainda não tinham sido apropriadas pela grande fazenda eram poucas. Os pioneiros de Cabeceira do Piabanha ainda encontraram uma fração significativa de remanescentes de mata onde instalaram suas posses. Como relatou um comunitário: “aqui só tinha mata, onça, paca, caititu, cobra e tatu”. Outro antigo comunitário, disse: “mudei para a Cabeceira do Piabanha em 1961 e ainda tinha muita mata. Fiz um rancho e abri uma roça. Quando cheguei o Manoel Cachoeira já morava e já era pai de dois filhos”.

### **3.1.1 Num “passo de mágica”, de posseiros a agregados.**

“A iniciativa da fazenda em formação através de atos políticos, que buscam o domínio de determinada área, transforma, num passo de mágica pequenos posseiros em invasores de terra, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçavam.” (MOURA, 1988, 22).

Desde o início da ocupação do território, as famílias de Cabeceira do Piabanha sempre tiveram como prática o extrativismo e a agricultura tradicional, onde predominava a prática conhecida pelos comunitários como roça de toco ou de coivara.

Antigamente chovia bastante e não queimava a mata toda. A gente plantava o feijão com cavadeira nos espaço que queimava e onde não queimava semeava o feijão quebra pau entre os pau, e toco. O feijão quebra pau crescia muito e inramava nos pau, nos toco. O mesmo era com a mandioca. Enchia o imbornal de maniva e saía

procurando os espaços para plantar e a cova também, era feita com cavadeira feita de foice. Esse pessoal mais novo, como César, sabe por que ouviu pai contá. Ele não chegou fazer isso. Só eu e os mais velhos que fez assim. (Informação verbal).<sup>23</sup>

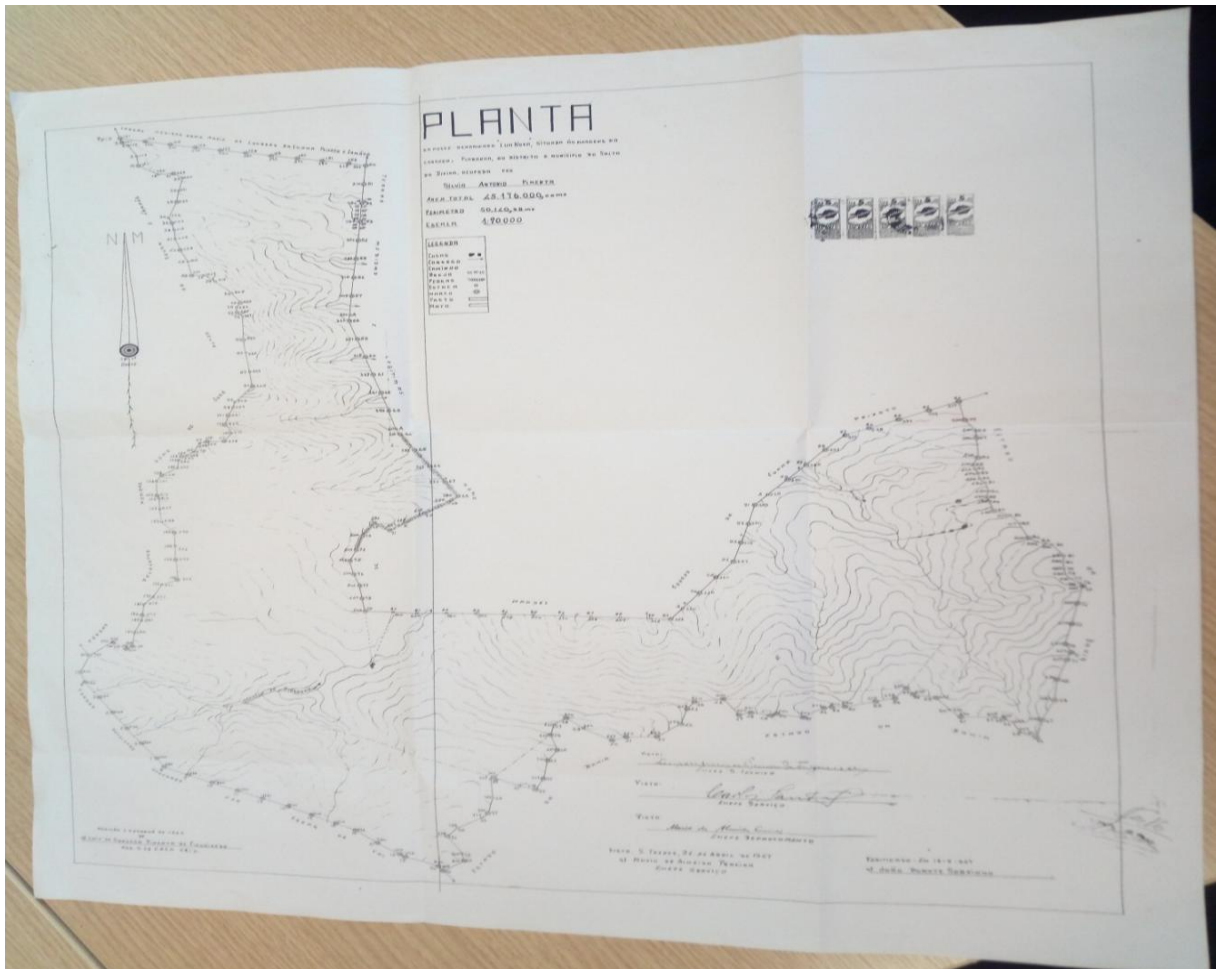
O preparo da roça de toco ou de coivara era iniciado com a derrubada da mata, acompanhada do uso do fogo. Em seguida, vinha o plantio realizado entre os tocos e árvores remanescentes. Plantavam basicamente: mandioca, feijão, milho, hortaliças como alho e cebola, e banana. Além dos plantios criavam porcos e galinhas.

Não demorou muitos anos para a grande fazenda chegar e expropriar as posses das famílias. Em 13 de maio de 1959, cerca de 7 anos após a chegada dos pioneiros, o Estado de Minas Gerais, por meio de seu Governador, à época, José Francisco Bias Fortes concedeu título de propriedade de uma de área de 4.517,60 hectares (quatro mil, quinhentos e dezessete hectares e sessenta ares) de terras devolutas, em favor de S. A. P., (FIG. 19). Este, a partir de então, passou a afirmar ser dono das terras ocupadas pelas famílias. Embora, até a atualidade ainda restam muitas dúvidas se realmente a área titulada em favor do fazendeiro sobrepõe o território da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, pois as famílias contestam essa afirmação.

---

<sup>23</sup> (Juarez Ferreira Nascimento (Tatá), 55 anos – 10/12/2017).

**Figura 19 – Imagem Planta da área de 4.517,60 ha titulada pelo Governo de Minas ao fazendeiro S.A.P. em 1959.**



Fonte: SEDA – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, 2008.

Analisando outros documentos de terras da região, é perceptível que, a exemplo das terras devolutas que cedidas pelo Estado de Minas Gerais ao S.A.P., muitas outras áreas de terras devolutas da região foram sendo transferidas para fazendeiros que as utilizavam para formação de pastagens para criação de gado extensivo, ignorando a existência dos camponeses que já as habitavam, em muitos casos, há anos ou décadas.

O Estado ignorou a presença dos/as camponeses/as que eram posseiros/as ao conceder títulos de terras aos latifundiários, ou seja, os/as camponeses/as que eram posseiros/as foram expropriados de seu direito de posse. Dessa forma, as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha e muitas outras famílias camponesas da região que ocupavam terras devolutas perderam suas posses ao serem confrontadas pelo poder de prova da propriedade exclusiva, por meio de título de propriedade invocado por um fazendeiro. (RIBEIRO, 1996; MOURA, 1988; SILVA, 1999).

A legitimação do direito via título de propriedade privada é uma forma de garantir a hegemonia da classe dominante (fazendeiros) sobre os/as camponeses/as, pois os primeiros se beneficiaram do acesso as leis e aos governantes para se apropriar das terras/posses dos/as camponeses/as. Ao garantir o direito de propriedade ao fazendeiro, o Estado “suprime” o direito de posse das famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Desta forma, latifundiários ou “simplesmente indivíduos poderosos que dispunham de cacife político para se tornarem tais, encampavam extensas terras livres, habitadas por indígenas e posseiros e até propriedades parcelares, habitadas por sitiantes desvalidos.” (MOURA, 1988, p. 15).

Retomando aqui sobre a aquisição do título de propriedade pelo S. A. P., no dia 12/07/2016, em depoimento durante a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quando discutia o conflito envolvendo a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha e o Espólio de P. A. P., o Sr. Olinto Herculano Pimenta<sup>24</sup> (esposo da inventariante do espólio – Afonsina Pimenta), revelou que a área em questão “tudo era mata”, também disse que foi uma “sobra de terras” que não estava contida dentro da Fazenda Monte Cristo de 19.570,10 hectares de propriedade da Sra. Maria Conceição Pimenta da Cunha, popularmente conhecida como Inhá Pimenta. Assim, o S. A. P., conseguiu o título; do Estado de Minas Gerais referente aos 4.517,60 hectares de terras devolutas que ainda não tinham sido apropriados pela grande fazenda.

As informações levantadas evidenciam que, quando o processo de compra da área foi iniciado, realmente a área era ainda, em sua maioria, coberta de mata atlântica em seu estágio original. Também revela que a família do Sr. Apolinário Ferreira do Nascimento – pai, avô e bisavô de maioria das famílias que formam atualmente a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha foram os primeiros posseiros, pois chegaram cerca de sete (7) anos antes da documentação expedida pelo Estado em favor do fazendeiro, ou seja, as famílias tiveram suas posses invadidas pela fazenda. O fazendeiro passa a dominar, por meio de documento cartorial, uma área que já era ocupada por posseiros.

A fazenda, neste caso, mesmo sendo titulada pelo Governo em 1959, só foi firmada cartorialmente em 24 de abril de 1961, consolidando a invasão das posses das

---

<sup>24</sup> “Estou dizendo isso por relato do meu sogro, Sílvio Pimenta, de quem fui muito próximo a vida inteira, porque ele também é parente do meu pai. Sempre fomos muito próximos, mesmo nos tempos de menino e de rapaz. Ele disse que, quando foi para lá, era mata. Foi titulada uma terra da D. Nhá Pimenta, sobrou uma área, e ele perguntou: “O que faço?”, “Compra na mão do Estado, titula a terra para você” (Olinto Herculano Pimenta, MINAS GERAIS (Estado), p, 26/27, 2016).

famílias posseiras lá existentes. Assim, a fazenda em processo de formação, “transforma, num passo de mágica pequenos posseiros em invasores de terra, quando na realidade se trata de invadidos nas terras em que moravam e que roçavam.” (MOURA, 1988, p. 22).

Sobre os processos de expropriação dos camponeses/as do Vale do Jequitinhonha, Maria Aparecida de Moraes Silva em sua obra *Errantes do Fim do Século* nos diz que,

De antemão, cabe dizer que, tal expropriação, culminada com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, da violência monopolizada pelo Estado, com promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização desta região. (SILVA 1999, p. 27).

O processo de mercantilização de terras que iniciou com a Lei de Terras, em 1850, foi ratificado, em 1891, com a Constituição da República, pois a partir desta data, as terras devolutas passaram ao poder dos Estados, os quais, a partir de leis próprias, passaram a legislar sobre as tais terras dentro de seus limites geográficos, revalidando as sesmarias e legitimando as grandes posses em favor das elites oligárquicas. Carmela (1990), afirma que, com a nova legislação, os Estados tinham um instrumento que poderia ter contribuído para resolver o problema agrário do país. Mas, na prática, a questão agrária passa a ser tratada a partir de princípios estabelecidos pelo governo de cada Estado, que por sua vez, busca prioritariamente, proteger os interesses da oligarquia rural.

Segundo Graziano da Silva (1980), MARTINS (1986), Silva (1999) e Mota (2009), a instituição da Lei de Terras de 1850 e as legislações estaduais subsequentes, vieram impor obstáculos à propriedade da terra ao camponês/a, que não tendo dinheiro para comprar uma gleba de terras, foi compelido a trabalhar nas fazendas. As leis de terras devolutas, em que os sucessivos governos utilizavam serviram a pretensão dos poderosos (fazendeiros) em detrimento do direito dos camponeses posseiros. É o Estado atuando como um agente subsidiário que organiza as condições necessárias para a sustentação da classe dominante. No período em que o Governo de Minas Gerais legitimou as terras em favor de S. A. P., a lei que dispunha sobre a concessão de terras devolutas do Estado era a Lei nº 550, de 20/12/1949<sup>25</sup>.

Analisando os procedimentos e exigências para venda das terras devolutas, fica evidente que tal legislação imputava dificuldades aos camponeses/as para legitimar suas posses. A terra só poderia ser adquirida por meio da compra e os camponeses/as não tinham

---

<sup>25</sup> Esta Lei foi revogada pelo art. 56 da Lei nº 9.681, de 12/10/1988

dinheiro e não estavam inseridos numa economia de mercado. (MOURA, 1988; RIBEIRO, 1996; SILVA, 1999).

Vejam os aqui alguns trechos da Lei nº 550, de 20/12/1949. Sobre a venda em dinheiro, no Art. 41 consta que, quem tivesse interessado em comprar uma gleba, só poderia apresentar proposta “acompanhada do fundo de recolhimento da décima parte da avaliação de terras, com indicação da área, preço e localização”. No artigo 37, consta que as glebas vendidas em hasta pública só poderiam ser vendidas com pagamento a vista. A lei abria uma exceção aos camponeses/as, pois conforme o parágrafo único do Art. 37, aos pequenos agricultores, seria “permitido o pagamento em cinco (5) prestações anuais, com o acréscimo de vinte por cento (20%) sobre o preço de sua proposta aceita”. No parágrafo único do Art. 38, consta que se houvesse “mais de uma proposta para o mesmo lote, será aceita a de preço mais elevado, ficando ressalvado ao Secretário do direito de recusar qualquer delas.”

Além do pagamento da terra, era cobrado o valor da medição da área pleiteada, conforme pode ser constatado no Art. 18: “aos que, na forma prevista nesta lei, tiverem preferência para aquisição de terras devolutas, compete o pagamento das despesas de medição”. E segundo o § 2º, do Art. 18, os custos de medição teriam que ser pagos antecipado, sendo que o adiantamento para a medição custava dez cruzeiros (Cr\$ 10,00) por hectare.

Portanto, ao instituir leis baseadas em regras mercantis como forma de acesso a terra, ou seja, por meio da compra e venda, o governo dificulta ou impossibilita aos camponeses/as o acesso à mesma. Martins (1986, p. 59), nos diz que “independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico [...], pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos”.

Segundo Silva (1999, p. 59), a legislação agrária desrespeita “as marcas da posse, garantidas pelo direito costumeiro”, formas tradicionais de acesso e uso da terra. Para a referida autora, a grande maioria dos/as camponeses/as da região não tinha dinheiro para custear as despesas impostas pela lei. Para os camponeses/as da região a terra tinha valor de uso e o dinheiro praticamente não fazia parte do cotidiano dos mesmos.

“É preciso reforçar que estes camponeses inseriram-se numa economia de valor de uso, na qual o dinheiro era praticamente inexistente. O direito formal, positivo, ao mascarar esta situação social liquidava o direito costumeiro do “situante”, daquele que está situado, estabelecido e que tem o direito à terra comum” (SILVA, 1999, p. 38).

Segundo Eduardo Ribeiro (1996), a terra para os/as camponeses/as do Vale do Jequitinhonha não tinha valor comercial, ou seja, não valia dinheiro. Portanto, o título de propriedade não tinha importância, o que importava aos camponeses/as era o usufruto da terra, ou seja, era terra de trabalho e lugar de vida. Os/as camponeses/as chegaram ao Vale “perseguindo mais a fertilidade que a propriedade da terra, porque seu regime de exploração da terra nunca — ou muito raramente — transformava-se num sistema de apropriação fundiária” (RIBEIRO, 2003, p. 02). Segundo Martins (1982), a propriedade privada da terra não é o elemento principal de luta dos camponeses/as. Os/as camponeses/as lutam pela garantia do trabalho para o sustento de sua família.

No caso em estudo, os comunitários afirmam que, raramente se tinha dinheiro. Todas as atividades produtivas eram destinadas a possuir, principalmente alimentos para o sustento da família. Em muitos momentos, toda a produção de feijão, farinha e milho era trocada por produtos não produzidos na comunidade com um comerciante conhecido por Valdomiro de União Baiana, antes mesmo da colheita. “Quando nós marcava, vamos fazer a roça, nós ia lá e fazia a compra e trazia para dentro de casa e ia fazer a roça. Quando nós colhia ia lá e entregava para ele. Tinha vez que sobrava para nós e tinha vez que nós ficava devendo, mas ele esperava.” (Informação verbal).<sup>26</sup> Ele ainda afirmou que quando a quantidade de produtos entregue ao comerciante era suficiente para pagar a dívida e sobrava saldo, às vezes, pegava dinheiro, mas na maioria das vezes, as famílias ficavam tendo saldo para novas compras, ou melhor, novas trocas.

Também relatam que quando prestavam serviços para os fazendeiros, com o pequeno valor que recebiam no final de semana passavam no barracão<sup>27</sup> da fazenda Monte Cristo e compravam os poucos alimentos que o dinheiro dava e levavam para casa, raramente sobrava dinheiro.

Se o dinheiro não fazia parte do cotidiano dos/as camponeses/as, a partir do momento que a lei institui a propriedade privada da terra e impõe o acesso a mesma, somente a partir de princípios de mercado, compra e venda, e erguem barreiras judiciais, dificultando o acesso à terra aos camponeses/as, pois, a partir deste momento, “a terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como o mediador na

---

<sup>26</sup> Juarez Ferreira Nascimento, 55 anos, 25/06/2018.

<sup>27</sup> O barracão era a “venda” localizada na sede da fazenda Monte Cristo. Não sabem exatamente de quem era a propriedade do referido comércio. Uns dizem que era da dona da Monte Cristo e outros acreditam que era do gerente da fazenda. Mas, o que fica explícito é que raramente, os comunitários possuíam dinheiro.

aquisição da propriedade territorial” (MARTINS, 1986, p. 122). Mas, os/as camponeses/as, têm outra concepção de direito de propriedade, que os fazem lutar de várias formas para continuarem tendo acesso a terra e “contra o direito proclamado e garantido pelo Estado em favor das classes dominantes.” (MARTINS, 1982, p. 18).

Os/as camponeses/as, historicamente travaram e ainda travam uma grande batalha contra os fazendeiros, para defender o direito de permanecer em seus territórios. A luta camponesa não é apenas na defesa da terra em si, mas é na defesa dos meios de reprodução do modo de vida camponês. Pois, diferente do fazendeiro, o/a camponês/a não luta pela propriedade privada da terra e sim pela manutenção de sua família. (MARTINS, 1982).

A expansão territorial da fazenda sobre terras de posseiros, tornando-os agregados, inicialmente não era para a produção da pecuária propriamente dita, mas era para a formação das fazendas. Claro, que estas foram destinadas exclusivamente a pecuária.

Segundo Ribeiro (2003, p. 02) no Jequitinhonha a ocupação não indígena, foi iniciada na primeira metade do século XIX, em sua maioria, “por famílias de agricultores *posseantes* com suas *lavouras de tocos*, que migravam para a região em busca da terra de mata, sadia e *descansada*. Cerca de 50 anos depois da chegada dos camponeses/as, ou seja, no final do século XIX e início do século XX, “as fazendas apropriaram-se de grandes áreas; mas, ao mesmo tempo, concedia *chão de planta* aos seus moradores – os agregados” (RIBEIRO, 2003, p. 01).

Com a instalação da grande fazenda, os/as posseiros/as tiveram suas terras invadidas pelas grandes fazendas. Não restando muitas opções, para continuar na condição de camponeses/as, maioria passou a viver como agregado, sob o mando de fazendeiros. “A glória da fazenda foi dominar a mata, e a glória do fazendeiro foi usufruir deste domínio e, por meio do domínio da terra, subordinar outros homens.” (RIBEIRO, 2003, p. 04).

Foi isso que ocorreu com as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Após o Governo de Minas Gerais conceder o título da terra ao fazendeiro, as famílias que tinham a posse efetiva, ficaram destituídas do “direito” de posse. Sendo portador do título de 4.517,60 hectares (quatro mil, quinhentos e dezessete hectares e sessenta ares) de terras que eram devolutas, mesmo sem antes tê-la ocupado de fato, o fazendeiro passa a ter o domínio sobre a gleba, ou seja, passa a ter o direito de propriedade privada da terra e exercer o seu mando, não só sobre a terra, mas também sobre as famílias. Com o “território



apropriado” pelo fazendeiro por meio do documento, as famílias passaram a viver no interior da fazenda, a partir de então, como agregados.

Embora, o tempo cronológico do agrego tenha ficado no passado, ou seja, já não é mais praticado desde o final da década de 1980, na memória dos comunitários mais velhos da comunidade o tempo do agrego ainda está presente. Recordam de um tempo em que seus pais eram obrigados a trabalhar na fazenda toda vez que eram convocados. Caso descumprisse a ordem, seriam punidos com a destruição das roças ou expulsos da terra, muitas vezes, com uso da força, da violência.

### **3.1.2 Fazendeiro e Agregado: A violência como forma e a obediência como estratégia.**

A função do agregado, não se resumia à prestação de serviços na fazenda Monte Cristo ou Lua Nova por meio de diárias na manutenção das pastagens, construção de cercas e outras tarefas cotidianas. A função mais significativa dos agregados, não só no caso em estudos, mas em quase toda a região do baixo Jequitinhonha, fora a derrubada da mata atlântica para a formação de pastagens para criação de gado extensivo. (MOURA, 1988; RIBEIRO, 1996).

Para o Sr. Délcio<sup>28</sup> na relação agregado e fazendeiro, quem teve os maiores ganhos foram os fazendeiros. Pois, com a força de trabalho dos camponeses e sem custos para os fazendeiros, as fazendas foram formadas e quando acabaram as áreas de matas a serem derrubadas, grande parte dos agregados foram mandados embora.

Tinha tanta gente naquilo ali. Era muita gente. As fazendas era tudo cheia. Fazia roça aqui e plantava capim. Mudava para frente para fazer roça. Aqui tudo era mata. Nem sabia o que estava fazendo. Na verdade, não sabia que o que a gente tava fazendo não era bom para a gente. Tava fazendo bom para eles. Derrubou esse trem tudo sem ganhar nada. Tudo de graça. Assim, trabalhava para nós, derrubava a mata fazia a roça e mudava pra diante e no lugar plantava capim. (Informação verbal).<sup>29</sup>

O fazendeiro incluía os posseiros ou aceitava um pedido de morada de uma família camponesa, principalmente porque os agregados assumiam a função de derrubar a mata sem custos para o fazendeiro. Funcionava da seguinte forma: a família camponesa derrubava uma área de mata, colocava fogo e instalava sua roça, geralmente plantava-se:

---

<sup>28</sup> Antigo posseiro da fazenda Monte Cristo e membro da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha. Era benzendor, raizeiro e padrinho de dezenas de pessoas da comunidade e entorno.

<sup>29</sup> (Sr. Délcio – ex-morador da Comunidade Cabeceira do Piabanha, entrevista no dia 25 de junho de 2018).

feijão, milho e mandioca e na próxima safra teria que derrubar nova área de mata, pois na atual teria que ser semeado capim coloniã, às vezes, o capim já era semeado antes de colher a mandioca.

Os fazendeiros diziam que se a gente derrubasse a mata, a chuva vinha. Diziam que a nuvem de fumaça fazia chover. Quanto mais chovia mais a plantação do capim crescia. Chovia muito naquela época. Eles mandavam a gente cortar a mata e fazer uma roça e tinha que plantar o capim junto com as culturas de subsistência, mas não podia jamais cortar um pé de capim. Porco tinha que ser aramado. Após roçar e derrubar a mata, se queimava tudo e jogava semente de capim junto com milho, feijão, mandioca e arroz. (Valmirá Pereira De Souza, 09/06/2016, In: MOREIRA, 2017, p 260)<sup>30</sup>.

Não era só a área derrubada que queimava. A maioria dos comunitários afirma que o fogo, em muitos casos, entrava na mata e queimava semanas ou até um mês sem parar. “Todo o município de Salto da Divisa era mata. Toda a mata foi derrubada no machado, na motosserra, nos braços de milhares de trabalhadores. Colocavam fogo na mata que queimava durante trinta dias” (Aldemir Silva Pinto, 08/6/2016. In: MOREIRA, 2017, p. 260)<sup>31</sup>

Assim, além da área derrubada pela família para o plantio da roça, que viria a ser incluída como área de pastagem da fazenda após a primeira colheita, a área que o fogo queimava, também era semeado capim. O capim era a “menina dos olhos” dos fazendeiros. “Os agregados podiam criar galinha e porcos, mas estes deviam estar aramados, isto é, com um arame no focinho para não fuçar o capim. O capim não podia ser tocado. Ai de quem arrancasse um pé de capim. Só capim deveria ficar.” (Aldemir Silva Pinto, 08/6/2016. In: MOREIRA, 2017, p. 262).

Um ex-comunitário da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha descreve a função do agregado e a formação das fazendas. Ele firma que todas as fazendas de Salto da Divisa eram cheias de agregados. Estima-se que na fazenda Monte Cristo e fazenda Lua Nova tinha mais de 300 famílias. Já o Aldemir que foi agregado da fazenda Monte Cristo, não tem dúvidas e afirma que “só na fazenda Monte Cristo – que tinha 19 mil hectares, ao longo do córrego Piabanha, de um lado e do outro, até a cabeceira, havia 366 famílias que moravam

---

<sup>30</sup> Valmirá Pereira de Souza, 70 anos, assentado no PA Dom Luciano Mendes/fazenda Monte Cristo em Salto da Divisa, em entrevista, dia 09/6/2016). In: Moreira (2017, p. 260)

<sup>31</sup> Aldemir Silva Pinto, 63 anos, assentado no PA Dom Luciano Mendes, 08/6/2016. Aldemir nasceu e viveu grande parte de sua vida como agregado na Fazenda Monte Cristo em Salto da Divisa. Como ele mesmo afirma: “Nasci e me criei aqui no município de Salto da Divisa nas terras da fazenda Monte Cristo. Saí de lá para colocar meus seis filhos pra estudar na cidade. Não tinha escola nas fazendas e nem estradas. Conheço toda a região aqui como a palma da minha mão”. In: Moreira (2017, p. 260).

como agregadas. Esse processo foi até acabar com as matas e virar tudo capim.” (Aldemir Silva Pinto, 08/6/2016. In: MOREIRA, 2017, p. 261).

A agregação no Jequitinhonha, criou as condições concretas para a viabilizar o latifúndio para a criação de gado extensivo, pois além de apossar das terras camponeses/as, utilizou estes mesmos para a derrubada da matas, muitas vezes, sem custos ao fazendeiro. (RIBEIRO, 1996).

Segundo Ribeiro (1996, p. 28), nas fazendas do Jequitinhonha e Mucuri, “a autoridade do fazendeiro era imposta com muita força em sua fazenda, formando um conjunto de normas”. Na memória dos comunitários de Cabeceira do Piabanha, as normas impostas pela fazenda ainda são bem viva, como veremos no relato de Nivaldo Moraes Nascimento, o popular Cesar:

“Essas famílias eram obrigadas a manter essa ordem dele. Atender esse mandado dele. Para fazer o trabalho na fazenda Lua Nova, os três dias lá e os dois dias para a pessoa, para a família mesmo. Quando a família não atendia essa ordem dele, ele pegava, mandava os vaqueiros colocar gado. A roça que cabia 50 vacas, ele mandava colocar 500 vacas na roça da pessoa. Judiava da pessoa o máximo que pudesse, pá depois mandar a polícia. Vinha com jagunço, polícia e marrava as pessoas e colocava no caminhão e exportava. Meu sogro mesmo, aconteceu isso. O Otaviano saiu marrado, mas depois que destruiu a roça dele. O Antônio Branco, ele passou o jirico, o trator, ele jogou o trator e jogou os cachos de banana da terra que dava mais de 50 quilos cada um cacho. O pobizinho do velho gritando e pedindo pela amor de Deus para não derrubar as benfeitoria dele, que ele vivia daquilo e o tratozão comendo de concha lá e derrubando tudo.” (Informação verbal).<sup>32</sup>

Outro comunitário relata a expulsão de sua família e revela a forma truculenta que o fazendeiro utilizou durante a retirada da família. “Eles derrubaram, eles passaram o trator numa roça, numa chácara de café que meu pai tinha aí dentro. Nós fomos tirados aí com a polícia e levou nós para a São Vicente e despejou a gente como se fosse um monte de lixo.” (Informação verbal)<sup>33</sup>.

Os comunitários afirmam que na época do fazendeiro S. A. P., não podia plantar nada além de feijão, milho, mandioca e hortaliças. Não tinham frutas nenhuma, pois o fazendeiro mandava destruir. “Tinha medo, pois se a gente plantasse, ele mandava rançar. Era medo dele vim e rançar. Os primeiros morador que tinha aqui, ele fez isso. Ele rançou.”

---

<sup>32</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 09/02/2018.

<sup>33</sup> Aldair – 10/01/2018. Aldair é filho de Antônio Branco que fora expulso pelo fazendeiro do território por não ir prestar serviço na fazenda Lua Nova quando era chamado.

(Informação verbal).<sup>34</sup> “O Antônio da Cesta plantou pé de tanja, limão, laranja, pé de jaca e ele chegou e mandou rancar tudo. Já tava dando fruta já. (Informação verbal).<sup>35</sup>

Morar na fazenda como agregado tem que ser fiel as regras estabelecidas pela fazenda. Para ser aceito e permanecer como agregado tem que ser bom para com o fazendeiro, se não é bom, tem que sair. Segundo, Maria Margarida Moura a bondade é o favorecimento que o agregado oferece ao fazendeiro. No caso, em questão, seria prestar serviços ao fazendeiro toda vez que fosse convocado e não plantar bens de raiz, como frutas, café, entre outras plantações. Mas, se não é bom, “a maldade é a única forma de se livrar do subalterno indesejável.” (MOURA, 1988, p. 97).

Analisando as formas de expulsões de agregados das fazendas do Jequitinhonha, Moura (1988, p. 97) diz que,

É um formato de encerramento de relações sociais que evidencia que o desligamento contratual de partes envolvidas não é exercido. A relação é violentamente interrompida, quando o interesse da parte dominante estipula. Há aqui um sistema comportamental calcado na enumeração de obrigações, interrompidas quando não se quer mais favorecer, encerrando os compromissos que unem as partes envolvidas. A maneiras de cessar a relação se faz pela interrupção abrupta da bondade. Ela fornece sinais de que a convivência não mais satisfaz o lado dominante, e este deixa de ser benfeitor.

Para o lado dominado, não há apelação possível. Como os termos da relação eram controlados pelo fazendeiro, qualquer acordo que incluía a continuidade da relação ou sua supressão supõe sua aceitação do acordo nas bases propostas pelo mesmo. A solução encontrada para uma relação indesejada é de supressão abrupta e violenta do favor concedido.

Se a família camponesa não faz jus a tal “bondade” do fazendeiro de lhe conceder moradia, este é retirado da terra, em muitos casos, com o uso da força. Neste sentido, quando a família camponesa é fiel aos mandos do fazendeiro, não é exatamente uma forma de submissão, mas sim, a única forma de permanecer em seu chão de moradia.

Nivaldo se lembra de que, parte dos que foram expulsos da fazenda, o motivo foi por não serem obedientes ao fazendeiro. “Meu sogro foi o primeiro, o Antônio Branco, Antônio de Euvira, Antônio da Cesta, Antônio Moura, Otaviano, meu tio Damião e Agenor. Mais, foi muita gente. Mas agora que tô lembrando, foi esses. Mas tinha gente que era tipo

---

<sup>34</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018.

<sup>35</sup> Juarez Ferreira Nascimento – Tatá, 55 anos, 10/01/2018.

um arraial mesmo e tudo tinha essa obrigação de trabalhar três dias para o fazendeiro.” (Informação verbal).<sup>36</sup>

O Sr. Antônio Branco disse que quando decidiu não mais trabalhar na fazenda Lua Nova, o fazendeiro foi até ele e perguntou: por que não está indo trabalhar? Ele teria respondido ao fazendeiro, que estava trabalhando de graça e disse que quando ia trabalhar na fazenda estava “tirando o pão da boca dos filhos”, pois o valor que recebia pelos trabalhos prestados, não era suficiente nem para comprar os alimentos que seriam consumidos durante os dias de trabalho na fazenda. E não demorou muito para ser expulso pelo fazendeiro. Vejamos a forma, nas palavras de sua filha que se casou com o filho de Sr. Manoel Cachoeira e permaneceu no território.

Só sei que um dia, nós tava todo mundo na roça. As crianças pequena, todo mundo na roça. Tinha o que? Era, oito criança e dois adulto. Aí o caminhão chegou com polícia e pegou tudo, jogou tudo que nem cê pega uma coisa lá e jogou no, jogou no caminhão e derrubou a casa. Ele já havia antes derrubado roça de café de papai e jogado gado dentro de outra lá. Mas, meu pai fez de novo, quando ele via que ele não ia sair, ele trouxe polícia e fez sair. Levou a gente para uma casa sem água e energia e todo mundo com fome, pois já era noite. Eu tinha seis anos, mas eu lembro. Tinha acabado de chegar da roça, todos sujo, ninguém tomou banho e não esperou nada. Foi jogando que nem cê pega um bicho e despeja num canto. Ainda bem que tinha uma senhora lá já de idade que chegou, a gente tudo criança com fome, com sede, chorando, pegou e deu água.” (Informação verbal).<sup>37</sup>

Se o direito do camponês/a de estabelecer a morada e cultivar a terra não é mais possível, porque o fazendeiro não o mais aceita, caso queira permanecer, só tem um caminho, que é buscar judicialmente o direito de permanecer no chão de morada e trabalho. Mas, pelo menos até pouco tempo, inverter a situação e garantir a permanência não era nada provável. “Primeiro Edivaldo, papai ainda andou e foi em muitos lugares, acho que foi em Brasília, pra ver que ele não conseguia tirar ele. Só que naquela época, a lei, a lei era a favor dos que tem e contra o que não tem. Então, aí naquela época ele perdeu.” (Informação verbal).<sup>38</sup> Para a referida comunitária, as leis estão do lado do dominante, pois concede o direito de propriedade ao fazendeiro e nega a família camponesa o direito de permanecer em seu chão de morada e de trabalho.

O Poder Judiciário brasileiro tem jogado um papel fundamental na reprodução dessa injusta relação de poder que tem na concentração fundiária um dos seus principais sustentáculos. Temos uma Justiça que está longe de ser lenta, ao contrário, é de

---

<sup>36</sup> Nivaldo Morais Nascimento, 37 anos – 09/02/2018.

<sup>37</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

<sup>38</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

dupla velocidade, pois seu tempo funciona de acordo com a conveniência dos “donos do poder.” (PORTO-GONÇALVES, et al. 2017, p. 85).

Se considerarmos a análise de Porto-Gonçalves sobre o Poder Judiciário com relação à questão agrária, veremos que Marinez não está equivocada em sua percepção. Segundo Maria Margarida Moura,

O direito de morar e plantar, se já não é assegurado pelo fazendeiro, deve ser amparado pela lei. As leis escritas parecem justas, ao assegurar-lhes esses direitos e injustas, quando distribuídas pela Justiça que as transforma, frequentemente, numa indenização pela perda definitiva das condições de produção. (1988, p. 46).

Isso aconteceu com a família de Antônio Branco. Ao ser expulso da terra pelo fazendeiro, ele tentou garantir o direito de permanecer buscando a via judicial, mas conforme sua filha, a justiça esteve do lado do dominante. Depois de anos que o processo tramitava na Justiça, ele recebeu uma indenização pelas benfeitorias que tinha na terra.

Nos casos de expulsão que foram relatados pelos comunitários, muitas delas foram precedidas do uso da força ou por pressões, como colocar gado dentro das roças e destruição de plantação, principalmente as frutíferas. Nos dois casos a seguir, veremos despejos que marcaram a história da comunidade. Primeiro, o relato da expulsão do Otaviano e sua família e depois, a expulsão do Antônio da Mata e família.

Esse Otaviano tinha a abertura lá dentro da mata, que tem até hoje. Tem o córrego dos Moura, era o mesmo do Otaviano. Os Moura usava em baixo e Otaviano usando na nascente. Essa foi a pior saída, porque ele deu a testa, porque morava dentro do dele, e ele não saía de forma nenhuma. E eles foi teimando. Lá nesse local não vai, não ia carro, tinha a estrada de ir a cavalo ou ia a pé. Essa época eu ainda lembro. Aí foi quando ele falou, ele vai ter que sair de lá de qualquer jeito. Foi quando ele pegou o caminhão, parou bem aqui para cima e pegou os vaqueiros e foi lá com a polícia e chegou lá pegou o véi marrou. Algemou o véi, marrou pela cintura, marrou no cabo do burro e falou agora cê vai. Saiu rastando no cabo do burro. Foi jogado em cima do caminhão que nem um bicho pagão e levado e soltado em Santa Maria do Salto.

Nessa área que eles morava lá é até hoje cercado de nascente. Eles mandaram ele sair de lá. E nessa época não tinha trator, não tinha caminhão, essas coisa. Aí eles ficaram. Aí um dia, chegou lá nessa mata um bicho zuando. O rapaz até me falou agora essa semana, que eles ficaram tudo assim assustado, nunca tinha vido um trator. Ai chegou esse trator lá. Ele falou que tinha tanto pé de café, tanto pé de tangerina, roça de mandioca, roça de feijão. Aí eles falou pra ele o que? Que ia rancar a plantação deles tudo e naquele lugar ia plantar braquiária. E tinha uns cacho de banana. Inclusive o cacho de banana da terra quase mata o Antônio da Mata. Tinha um cacho de banana da terra mesmo, que ele falou: pelo amor de Deus, não rança o cacho de banana da terra não, e ficou tampando a frente do trator para não rancar. O Luizão meteu o trator nesse pé de banana e caiu nas costa desse véi e quase mata ele ainda. Ele ficou dibaixo mesmo e aí quando ele viu que jogou o cacho de banana em cima dele, que viu que o trator tava vindo para passar por cima também. Saiu fora, mas quase mata ele ainda. Aí o trator rançou a roça dele tudo,

rançou os pé tanja, rançou os pé de laranja. Entupiu as ferramenta que estava debaixo do pau. Morreu galinha dele aterrada. (Informação verbal).<sup>39</sup>

É evidente que o uso da violência aparece muito bem explicitas nos casos de despejos relatados. “Saiu rastado no cabo do burro. Foi jogado em cima do caminhão que nem um bicho pagão e levado e soltado em Santa Maria do Salto. (Informação verbal).<sup>40</sup> “Só sei que um dia, nós tava todo mundo na roça. [...] Aí o caminhão chegou com polícia e pegou tudo, jogou tudo que nem cê pega uma coisa lá e jogou no, jogou no caminhão e derrubou a casa.” (Informação verbal)<sup>41</sup>.

Quase todas as pessoas que foram vítimas destes despejos violentos, ao relatar os fatos, mesmo depois de quase meio século, caíram em prantos de choro. Ficou evidente o sentimento de humilhação, raiva e injustiça. Segundo Margarida Maria Moura, além da violência praticada no despejo, o ato de “desobstruir e desembaraçar”, ou seja, ao deixar a casa – o canto de morada e de trabalho, sair significa também, tirar da família a vergonha, os sentimentos de brio e de pertencimento ao lugar de vida. (MOURA, 1988, p. 99).

Na maioria dos casos de expulsão de famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha aparece a Polícia Militar. No caso da expulsão do Otaviano, Nivaldo disse que o fazendeiro, “foi lá com a polícia e chegou lá pegou o véi marrou. Algemou o véi, marrou pela cintura, marrou no cabo do burro e falou agora cê vai. Saiu rastado no cabo do burro”. (Informação verbal).<sup>42</sup> Sobre a expulsão do Antônio Branco, sua filha Marinez, que na época era criança, presenciou os atos de violência, mas ainda lembra. “Aí o caminhão chegou com polícia e pegou tudo, jogou tudo que nem cê pega uma coisa lá e jogou no, jogou no caminhão e derrubou a casa”. (Informação verbal).<sup>43</sup>

Em resumo, se para os fazendeiros a agregação era uma forma de recrutamento de mão de obra fácil e barata para a formação das fazendas, pois transferia para a própria família camponesa os ônus de sua sobrevivência. (MOURA, 1988). Por parte das famílias pioneiras da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha a agregação, mesmo em condições degradantes, entre os anos 60 e 90 do século passado tornou-se praticamente a única via de acesso ao território e à possibilidade de continuar mantendo seu modo de vida vinculado a terra.

---

<sup>39</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 09/02/2018.

<sup>40</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos, 17/02/2019.

<sup>41</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos – 17/02/2017.

<sup>42</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 09/02/2018.

<sup>43</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos – 17/02/2017.

### 3.1.3 A presença do Estado.

A polícia, nestes casos assumiu a defesa dos fazendeiros e de sua propriedade. A presença da Polícia Militar representa o Estado nestes litígios. É o Estado revelando as suas características, ou seja, assumindo a serviço de quem ele está, ou seja, defendendo os latifundiários e sua propriedade. Na prática é um Estado autoritário compromissado em implementar e sustentar a política das classes dominantes, ou seja, manutenção da estrutura agrária vigente. (MARTINS, 1982, 1983; SILVA, 1999; OLIVEIRA, 1991).

Analizando as consequências da estrutura agrária brasileira, na mesma época em que ocorriam os despejos na comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, José de Souza Martins em seu livro *Expropriação e Violência*, afirma que expulsões violentas contra camponeses/as ocorriam em todo território nacional. E nestes atos de violência para assegurar a manutenção da grande propriedade da terra, a presença de jagunços e pistoleiros profissionais, da polícia e oficiais de justiça e até juízes era muito recorrente. Muitas vezes, jagunços e policiais se juntaram para executar despejos de famílias de camponeses/as de seu chão de morara e trabalho.

No caso em estudo, a ação do Estado em favor do fazendeiro fica evidenciada quando se instituiu uma política agrária por meio de uma legislação que favorece a concentração da terra e “exclui” os/as camponeses/as; quando em 1959, legitima uma área de 4.517,60 hectares (quatro mil, quinhentos e dezessete hectares e sessenta ares) de terras devolutas, em favor do fazendeiro. Essa mesma área já era posseada pelas famílias de Cabeceira do Piabanha; e, nos casos acima relatados, em que, a polícia é acionada para garantir a propriedade da terra ao fazendeiro ao expulsar as famílias da terra. “Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua. [...] Aquele tipo de política denuncia claramente o Estado Brasileiro como um Estado de classe.” (MARTINS, 1982, p. 49).



### **3.2 Décadas de 1990 a 2007, uma época de transição: “fim do trabalho obrigatório na fazenda” e a estruturação de um território de resistência.**

“O fazendeiro cedia terras para o morador, em troca exigia o respeito às suas ordens e domínio. O agregado podia plantar, caçar, pescar e retirar madeira; mas também devia obedecer às condições que cada fazenda impunha.” (RIBEIRO, 1996, p. 21). “Se meu pai não fosse obediente ao fazendeiro, fazendo o que ele queria, nós não estava aqui.” (Informação verbal).<sup>44</sup> Foram basicamente, nestas condições que as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha viveram até o início da década de 1990.

Para ter condições de permanecer no território denominado pelos ancestrais de Cabeceira do Piabanha, por cerca de 30 anos, as famílias tiveram que ser fieis aos mandos do fazendeiro S.A.P. Todas as famílias eram obrigadas a trabalhar 03 dias por semana nas fazendas Monte Cristo ou Lua Nova, esta última distante da comunidade cerca de 12 km e a Monte Cristo se estendia da comunidade até próximo de Salto da Divisa. Quando o pai não podia ir trabalhar, por motivos de doença ou outro qualquer, era obrigado a mandar um dos filhos no lugar. “A não prestação dos serviços implicava na expulsão das famílias de suas casas e roças, tendo que abandonar a comunidade que haviam fundado.” (LEAL & VILARINO, 2017, p. 14).

Para os comunitários, o trabalho prestado para o fazendeiro era uma espécie de trabalho “cativo”. Tomando como referência as características dos trabalhos prestados pelos comunitários ao fazendeiro, podemos dizer que se assemelham ao trabalho escravo, pois além da obrigatoriedade, os valores pagos pelos trabalhos prestados não eram suficientes, nem mesmo para comprar os alimentos que eram consumidos durante o período de trabalho.

O comunitário Juarez (Tatá) relatou que na época do trabalho na fazenda, “o povo trabalhava só por comer né. O povo trabalhava só por comida”. (Informação verbal).<sup>45</sup> A versão que trabalhava só pela comida é justificada pelo fato de na época que trabalhavam nas fazendas, no final de semana passavam no barracão<sup>46</sup> e recebiam o valor em alimentos. A comunitária Marinez argumenta que o Sr. Manoel contou para eles que quem trabalhava na manutenção da chácara de laranja da fazenda não podia retirar nenhuma laranja. “Seu Manoel

---

<sup>44</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 25/06/2018.

<sup>45</sup> Juarez Ferreira Nascimento, 55 anos – 18/02/2018.

<sup>46</sup> O Barracão era uma espécie de comércio mantido na Fazenda Monte Cristo.

conta Edivaldo, que o povo trabalhava e não tinha o direito, não tinha o direito, trabalhava igual escravo e não tinha direito de comer uma laranja. Se chupasse era escondido, era roubada.” (Informação verbal).<sup>47</sup>

Na análise dos antropólogos Jonas e Marcelo – ambos do Ministério Público de Minas Gerais, contida no Relatório de Caracterização da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabonha “os grupos domésticos ali residentes foram submetidos a um regime de trabalho compulsório que, à luz da legislação atual, poderia ser entendido como análogo à escravidão” (LEAL & VILARINO, 2017, p. 14).

Com a morte da fazendeira I.P. no final da década de 1970 e do fazendeiro S.A.P., na década de 1990, a comunidade passou a ter mais liberdade no uso do território, não sendo mais obrigatória a prestação de serviços nas fazendas. “As coisa foi melhorar depois que o véi morreu, aí o povo foi criando uma coragenzinha e, e foi fazendo as coisa.” (Informação verbal).<sup>48</sup>

A partir da ausência dos fazendeiros, as famílias estabeleceram um uso cada vez mais estável do território, mais autônomo e mais estruturante, passaram a construir as casas e fazer as roças em áreas que antes não faziam e começaram a criar gado que antes também tinha restrições. A diversificação de culturas foi sendo ampliada, incluindo culturas que eram proibidas anteriormente, como: coco, laranja, limão, cacau, banana, manga e muitas outras. “Devagarzinho você vai plantando uma coisa ali e não acontece nada, cê vai plantando uma outra. Cê vai tomando a liberdade de, de fazer as coisa.” (Informação verbal).<sup>49</sup>

Observa-se que o território foi sendo ocupado de forma quase que completa e, atualmente em todo e qualquer lugar dentro do território é possível verificar marcas, vestígios de ocupação das famílias. Além do rodízio de roças, as moradias também foram sendo mudadas de lugar. O Manoel Cachoeira e seu filho Juarez (Tatá) mudaram cada um, 07 vezes dentro do próprio território. “Cada um usa do jeito que quer. [...] Eu mesmo morei em sete casa com essa que nós tá, fazendo uma desmantelava, quando não gostava daquela desmantelava, fazia outra. A roça é a mesma coisa.” (Informação verbal).<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos – 17/02/2018

<sup>48</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos – 17/02/2018

<sup>49</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018

<sup>50</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018

### 3.3 Chegada do Parque Estadual do Alto Cariri: impondo restrições e ameaçando a liberdade.

Vimos que com a ausência da estrutura de poder exercido pelo fazendeiro, as famílias estruturaram um território comunitário, onde a liberdade entre os comunitários é o elemento edificante.

Tal liberdade é constituída principalmente, no compartilhamento da terra para construção de moradias e para produção, o uso comunitário se expande também, para os demais recursos naturais, como a utilização da água com diversos usos, da mata para extração de espécies vegetais, para a caça e pesca, entre outros usos. Para os comunitários a Cabeceira do Piabanha é um território casa, “mãe de todo mundo” onde se vive em liberdade, “é um vale rico de água e pão” e, se é filho do lugar “não se pede licença para entrar” e construir sua morada.

Essa terra pra nós aqui é reconhecido, é minha mãe. É nossa mãe aqui, essa terra aqui. Um lugar como esse aqui nós num acha em canto nenhum. Então isso aqui é o que dá nós o pão de cada dia, dá nossa alegria aqui dentro. Nós veve tranquilo, sossegado. É nossa mãe aqui. Nós tamo no local de nossa mãe, é aqui! Então para mim é uma coisa que, não sei não. Pra nós toda alegria tá aqui. (Informação verbal).<sup>51</sup>

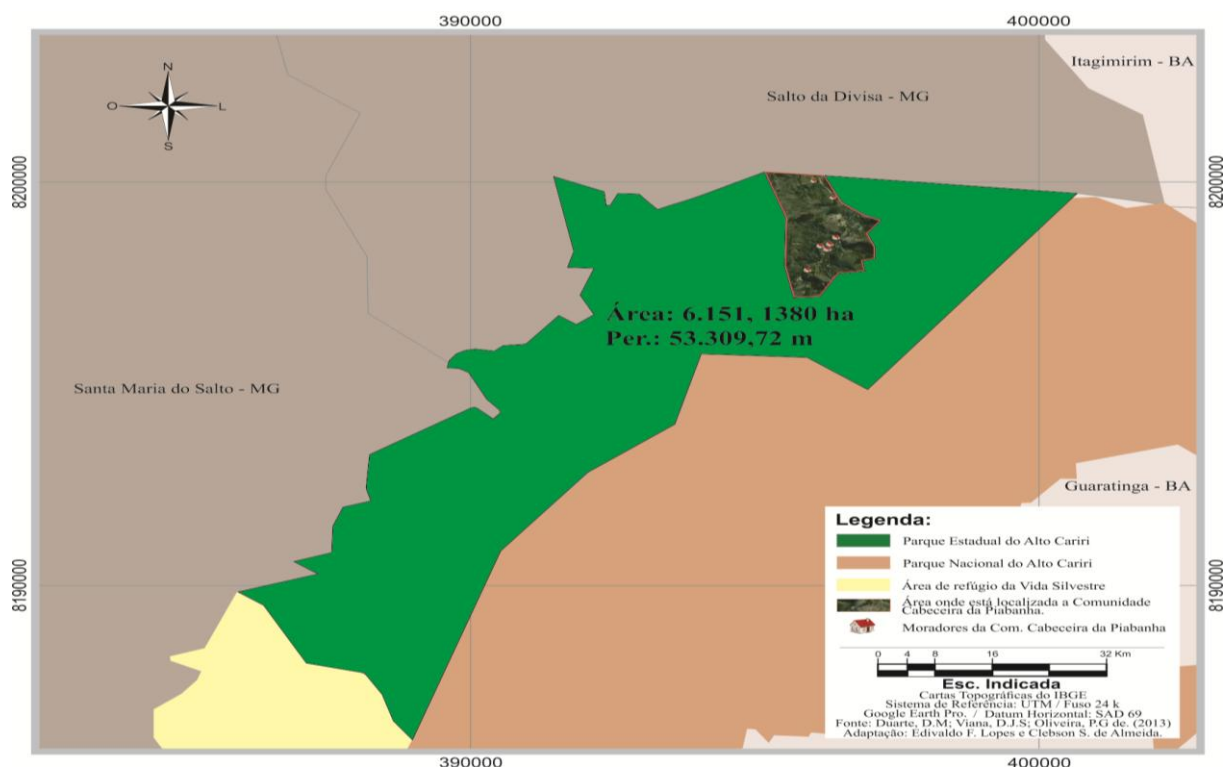
Mas nem sempre foi assim. Como vimos anteriormente, esse território casa comunitária baseado na liberdade foi sendo construído historicamente, tendo sua solidez, com a ausência dos fazendeiros que diziam serem donos das terras que formam o território. Na memória dos comunitários, o tempo das restrições impostas pela fazenda teve seu declínio na década de 1990. Assim, como os atuais comunitários não foram vítimas diretas da opressão em que seus pais e avós sofreram, o que é mais marcante na memória destes é o tempo da liberdade.

Mas o Estado de Minas Gerais colocou em xeque parte da liberdade ali existente. Pois, o território de residência, (re)produção e resistência, ocupado a cerca de 65 anos, em 18 de fevereiro de 2008 foi todo incluído dentro da área do Parque Estadual do Alto Cariri, criado pelo Decreto nº. 44.726, assinado pelo então Governo de Minas Aécio Neves. O referido parque é composto por uma área de 6.151,1380 hectares, que se localiza entre os municípios de Santa Maria do Salto e Salto da Divisa, Minas Gerais (FIG. 20).

---

<sup>51</sup> Juarez Ferreira Nascimento, 55 anos, 17/02/2018

**Figura 20 – Mapa do Parque Estadual do Alto Cariri de cor ver e a localização da área de estudo em cinza.**



Fonte: DUARTE, D.M; VIANA, D.J.S; OLIVERIRA, P.G de. (2013). Adaptado por: autor e Clebson S. de Almeida.

Para os comunitários sendo filho/a do lugar, o Território Cabeceira do Piabanha “é uma casa que ninguém pede licença a ninguém para poder entrar”. Mesmo não sendo filho do lugar, o Governo de Minas Gerais ao criar o Parque Estadual do Alto Cariri, entrou no território sem pedir licença aos filhos do lugar. Segundo os comunitários, em nenhum momento foram procurados por órgão ou agente público para esclarecimento sobre a criação do Parque, em 2008. São unânimes em afirmar que a partir de 2008, alguns funcionários do Instituto Estadual de Floresta (IEF) passou a visitar e imputar algumas restrições no uso do território, como evitar queimadas, não fazer novas derrubadas na mata, entre outras recomendações.

Mesmo que durante o processo de criação do Parque Estadual do Alto Cariri foram realizadas audiências nas cidades de Santa Maria do Salto e Salto da Divisa, considerando que os comunitários da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha dizem não ter sido informados/consultados, neste sentido, o procedimento não atendeu em sua plenitude o preceito legal da consulta pública, explícito no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei Nº 9.985/2000 e na Lei Estadual nº 14.309 de 19/06/2012, que

dispõe sobre as Políticas Florestais e de Proteção à Biodiversidade no Estado de Minas Gerais. No Art. 25, da referida Lei Estadual, no § 4º estabelece que no processo de criação de uma unidade de conservação é necessário a realização de “estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento”. E no § 5º diz que “o poder público obriga-se a fornecer informações objetivas e adequadas à compreensão da população local e de outras partes interessadas.”

Nesta mesma direção o Decreto nº 4.340 de 22/08/2002 que regulamenta os artigos da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o SNUC, e dá outras providências, de forma mais esclarecedora em seu Artigo 5º estabelece que:

Art. 5º - A consulta pública para a criação de Unidade de Conservação tem a finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a Unidade.

§ 1º - A consulta consiste em reuniões públicas ou, a critério do órgão ambiental competente, outras formas de oitiva da população local e de outras partes interessadas.

§ 2º - No processo de consulta pública, o órgão executor competente deve indicar, de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da Unidade proposta.

Assim, fica evidente que o processo de criação do Parque Estadual do Alto Cariri não cumpriu com todos os preceitos legais ao não garantir que as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha fossem informadas de forma objetiva e com linguagem compreensível aos comunitários, demonstrando as consequências que a criação do parque causaria para a comunidade.

No processo foi registrado que ocorreram audiências públicas (Salto da Divisa e Santa Maria do Salto), mas segundo Diegues e Viana (2004, p. 24), geralmente “são feitas reuniões mal organizadas apenas para legitimar decisões tomadas à distância, para garantir uma roupagem mínima exigida por doadores internacionais, governos etc.”

Com a implantação do Parque Estadual do Alto Cariri, o Governo de Minas Gerais desconsiderou o modo de vida tradicional da comunidade Cabeceira do Piabanha, bem como violou os direitos das comunidades tradicionais previstos na legislação brasileira, pois o território da comunidade foi atingindo integralmente pelo parque, “sem levar em consideração as comunidades que ali residiam (e residem) antes da chegada efetiva do Estado. Ali, aquelas

terras, são as Terras-Casas dos moradores da Comunidade da Cabeceira do Piabanha.” (LEAL & VILARINO, 2017, p. 3).

Não reconhecer as comunidades camponesas existentes dentro das áreas que são escolhidas para criar unidades de conservação não é uma exclusividade do Parque Estadual do Alto Cariri. Segundo Monteiro (2011), situação semelhante ocorreu com o processo de criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas no Alto Jequitinhonha, ou seja, as comunidades tradicionais (apanhadores de flores sempre-vivas) ali existentes não tiveram acesso a informações conforme prevê a legislação brasileira.

Embora a consulta pública àqueles que serão diretamente atingidos pela criação da UC seja obrigatória por lei (SNUC, 2000), a prática institucional dos agentes governamentais driblou tal exigência. Os mecanismos vigentes e aceitos como legais possibilitaram a imposição de uma determinada visão social de mundo, e a criação da unidade não contou com consulta pública. Silenciou-se o lugar enunciativo daqueles que dependem diretamente dos recursos para sua reprodução sociocultural. A territorialização da unidade efetiva-se através do uso de mecanismos jurídico-políticos e coercitivos na imposição das normas preservacionistas/conservacionistas ao lugar, deflagrando tensões e disputas. (MONTEIRO, 2011, p. 212).

Segundo a referida autora, no processo de implantação do Parque Nacional das Sempre-Vivas, os órgãos governamentais utilizaram-se mecanismos que não são acessíveis as comunidades atingidas pelo parque.

A “chegada do parque” refere-se a normas, estranhas/desconhecidas pela maioria dos atores locais, efetivadas pelos técnicos/gestores ao concretizarem sua implantação. Para isso, eles contaram com mecanismos e estratégias que viabilizassem o propósito e o desafio de territorialização da unidade e de desterritorialização dos grupos camponeses - processo sobre o qual se debruçou essa análise. (MONTEIRO, 2011, p. 212).

No caso do Parque Estadual do Alto Cariri não foi diferente, mesmo que realizaram audiências públicas (Salto da Divisa e Santa Maria), as famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha não ficaram sabendo, pois não foram utilizados meios de comunicação acessível aos comunitários.

Mesmo que nos últimos anos, o Estado tem reconhecido os direitos dos povos e comunidades tradicionais, criando mecanismos para garantir a participação destas populações nos processos de criação e gestão das unidades de conservação, segundo Pimentel e Ribeiro (2016, p. 230), essa participação ainda é caracterizada por um envolvimento “centralizador e paternalista”.

Para os autores acima citados, a criação de unidades de conservação, são ações projetadas em escala global, sem levar em consideração a realidade local ou regional. Neste caso, essa política vertical causa diferentes graus de exclusão, principalmente para as

comunidades tradicionais atingidas. Os processos de exclusão vão desde, a falta de participação no processo de criação e gestão, que em suma, são controlados com exclusividade pelo Estado, até a exclusão total dos territórios que são os meios de reprodução social, econômico e cultural das comunidades. Segundo os autores,

Na história do Brasil, os primeiros parques foram criados com a ideia de intocabilidade dos recursos naturais, não interagindo com os elementos artificiais e culturais, fugindo ao proposto pela atual Constituição Brasileira. Não se concebia o ambiente de forma unitária, traduzida na integração dos valores naturais e culturais. Como lembra Benatti (1998), a conservação ambiental não deve considerar apenas a fauna, a flora e o meio físico, deve incluir também o ser humano e suas atividades culturais e materiais. Mas é a visão excludente que ainda perdura na configuração originária do modelo criado nos EUA no fim do século XIX, (PIMENTEL e RIBEIRO 2016, p. 229/230).

Arruda (1999, p. 83), nos diz que no Brasil, com algumas exceções, a ideia de unidade de conservação é a mesma concebida pelos Estados Unidos no século passado. É uma ideia de área protegida, ou seja, são de uma natureza intocada para ser venerada pelo ser humano, bem como para “refazer suas energias materiais e espirituais e pesquisar a própria natureza”. Para o referido autor,

Estas áreas são sujeitas a um regime de proteção externo, com território definido pelo Estado, cujas autoridades decidem as áreas a serem colocadas sob proteção e sob que modalidade e, independentemente, formulam e executam os respectivos planos de manejo. As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais.

Assim, esse modelo supõe uma dicotomia conflitante entre ser humano e natureza, supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos), e finalmente, que estas áreas podem ser perpetuadas num estado de natural equilíbrio.

Ainda que este modelo possa ser relativamente adequado aos EUA, dada a existência de grandes áreas desabitadas, sua transposição para o Terceiro Mundo mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, as quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas de agora em diante em unidade de conservação para benefício das populações urbanas (turismo ecológico), das futuras gerações, do equilíbrio ecossistêmico necessário à humanidade em geral, da pesquisa científica, mas não das populações locais.

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. (ARRUDA, 1999, p. 83/84).

Segundo Pimentel e Ribeiro (2016), conflitos envolvendo populações tradicionais e as unidades de conservação ocorrem desde tempos antigos e acontecem em todo o território

nacional e, em grande medida, os conflitos são frutos destas formas do Estado Brasileiro de conceber e implantar as unidades de conservação. Em outras palavras, em grande medida, os conflitos são consequências das “políticas de criação e manutenção das unidades de conservação são reflexos do contexto internacional, já que são geralmente impostas pelo poder público às populações locais.” (BRITO, 2008, p. 4). Ferreira et al. (2002), corrobora com Brito (2008), ao afirma que os projetos de unidades de conservação implementadas no Brasil são fruto de decisões arbitrária “cujos atores partiam da suposição de que a conservação de remanescentes florestais não seria um direito reivindicado pelas coletividades que vivem e moram nos limites territoriais de suas esferas de atuação.” (FERREIRA, 2002, p. 2). Ou seja, são

Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator. (FERREIRA, 2002, p. 3).

Portanto, nestes contextos, as unidades de conservação podem ser compreendidas como “territórios de conflitos nos aspectos institucional, social, econômico e cultural, sendo a identificação e a compreensão de suas raízes fatores fundamentais para a gestão dessas áreas.” (PIMENTEL e RIBEIRO, 2016, p. 234).

No caso da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha que vive no local há mais de seis décadas, conservando os recursos naturais, a ponto de ser passível de ser criada uma unidade de preservação da fauna e a flora regional, a biota e os cursos d'água, foi porque a comunidade manteve ali uma relação ser humano/natureza com uma convivência que possibilitou uma manutenção considerável da biodiversidade. Nunca foi uma relação agressiva como geralmente ocorre no modelo de produção capitalista, ou seja, como no agronegócio.

A comunidade historicamente construiu naquele território um modo de convivência onde é possível re-produzir a vida entre ser humano/natureza, respeitando os ritmos naturais. Mas isso não foi suficiente para o Estado reconhecer a existência da comunidade e seu modo de vida, chegou impondo restrições que impactou diretamente a tradicionalidade da comunidade.

A gente tinha a liberdade da gente. Porque você podia... (silencio/choro). Gente! Aqui ninguém caçava para vender, caçava para comer. Acabava a carne e o alimento da gente estava na mata. Então você ia e caçava, tinha a liberdade de fazer isso. Não



era por boniteza, não era por esporte, era para alimentação. Faltou carne dentro de casa, faltou dinheiro ia na mata tirar, caçar [....]. Então o alimento tirava da mata. Se ia tirar um palmito era para comer, tirava era na mata. [...] Depois do parque para cá, acabou isso tudo, acabou a caçada. A gente mudava frequentente de roça. Para descansar a gente ia mudando e com a vinda do parque isso tudo acabou. Para fazer uma roça, fazia queimada. A roça era no modo antigo ainda. Cê fazia uma roça, cê roçava, acerava e colocava fogo. (Informação verbal).<sup>52</sup>

Com a chegada do parque, o modo de vida da comunidade foi afetado diretamente em vários aspectos, como relatado pela comunitária Marinez. Mas o que é mais sentido pelas famílias é a redução na liberdade do uso dos recursos naturais e no modo de produção.

Segundo os comunitários, antes do parque era uma tradição mudar o local de moradia sempre que se desejava, seja para ficar mais próximo de cursos d'água, para um local de melhor acesso ou porque os animais estavam adoecendo/morrendo, pois crêem que quando ocorrem surtos de doenças/mortes de animais, o local está infectado e mudando a moradia de local evita a perda, principalmente das galinhas.

Manter essa tradição não é mais possível, por dois motivos principais. Primeiro, por não ser mais permitido abrir uma nova área (desmatar) para construir uma nova casa; segundo, porque todas as casas da comunidade são construídas quase que exclusivamente com recursos extraídos do próprio território/natureza, principalmente a madeira. Com o parque isso ficou impossibilitado, como foi relatado pelo comunitário Nivaldo, popularmente conhecido por Cesar,

E tem outra forma também do parque. Uma casa dessa, quem faz aqui mais? Quem vai meter o facão numa madeira dessa e por aqui numa casa? Se essa casa aqui cair hoje, se eu quiser fazer ela tenho de ir, se eu puder comprar, tenho que comprar lajota e cimento, essas coisa, para mim construir, que de madeira aqui não faz mais. (Informação verbal).<sup>53</sup>

O mesmo ocorre com o modo de produção. Como disse a Marinez, “a roça era no modo antigo ainda. Cê fazia uma roça, cê roçava, acerava e coloca fogo.” (Informação verbal).<sup>54</sup> A não utilização do fogo causa impactos bruscos no modo de produção tradicional. Cabe ressaltar que os comunitários utilizavam técnicas tradicionais de controle do fogo e segundo eles, o fogo utilizado no preparo das roças nunca fora um problema recorrente. O comunitário Nivaldo questiona, “como fazer uma roça onde nós passou ali em cima sem queimar? E antes, nós fazia. Nós roçava, acerava, ia lá a noitezinha queimava ou deixava

---

<sup>52</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

<sup>53</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 17/02/2018

<sup>54</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

chover, quando chovia que o sol abria o olho um pouquinho, nós ia lá queimar.” (Informação verbal).<sup>55</sup>

Outro problema relatado pelos comunitários é a não permissão de abertura de novas áreas. Como a comunidade tradicionalmente adotou o pousio como técnica de produção, não poder desmatar e abrir nova roça é um problema que inviabiliza essa técnica tradicional. Pois nesta técnica de plantio, a terra é cultivada por cerca de 03 a 05 anos, com a diminuição da fertilidade natural do solo, a área é deixada em “descanso” (pousio) e nova área é aberta para plantio. A necessidade de uso do pousio ou de “descanso da terra” como conhecido na comunidade é assim justificada pelos comunitários: “a terra é como a gente, assim como a gente cansa e precisa de descanso, a terra também cansa e precisa de descanso.” (Informação verbal).<sup>56</sup>

Nesta mesma direção a Luzeni afirmou: “a gente descansa em um dia ou dois e a terra precisa de mais tempo para descansar.” (Informação verbal).<sup>57</sup> Para Ellen F. Woortmann, “nesse discurso fica evidente a construção de relações de reciprocidade positiva em que o camponês através de seu trabalho atende ao que ela quer [...] e ela por sua vez atende ao que ele necessita, e o provê com o alimento.” (WOORTMANN, E.F., 2016, p. 62/63).

É notável que os comunitários ao longo do tempo/espço estabeleceram uma relação de reciprocidade com a natureza. Como nas palavras da comunitária Luzeni: Se “a terra é como a gente”, ela também necessita de descanso. Assim, parte do princípio que não é só o ser humano que tem vida. Mas não é só isso, a terra também realiza trabalho e, portanto, é sujeito de direito, ou seja, tem direito ao descanso. Nesta concepção, a relação de reciprocidade vai além de reconhecer o direito de descanso. Entre ser humano e natureza, os tempos são diferentes. Assim, o tempo de descanso da terra é alargado, “a gente descansa em um dia ou dois e a terra precisa de mais tempo para descansar”, ou seja, de 03 a 05 anos.

Com as restrições impostas com a criação do parque fica difícil estabelecer essa relação de reciprocidade. Não é mais possível garantir o direito da terra/natureza, pois o pousio é o método que garante tal direito, ou seja, o descanso. Para Toledo,

Na cosmovisão desses povos, a natureza é a fonte primária de vida que nutre, mantém e ensina. A natureza é, portanto, não somente um fonte produtiva mas o centro o universo, da cultura e base da identidade étnica. No coração desse sentimento profundo de pertencimento está a percepção que todo ser vivo e não-

---

<sup>55</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 17/02/2018.

<sup>56</sup> Depoimento de Juarez (Tatá), no dia 10/12/2017.

<sup>57</sup> Depoimento de Luzeni (esposa do Tatá), no dia 10/12/2017.

vivo, o mundo natural e social estão intimamente ligados (princípio da reciprocidade). (TOLEDO, 2001, p. 8).

“Para descansar a gente ia mudando e com a vinda do parque isso tudo acabou.” (informação verbal).<sup>58</sup> Assim, a presença do parque não impacta somente um modo de produção, mas sim, uma forma de se relacionar com a natureza, afeta uma visão de mundo que é baseada na sustentabilidade do ser humano/natureza.

Para Diegues e Viana (2004) práticas utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais, são importantes para preservação da biodiversidade, pois estas populações “manipulam a flora e fauna desses ambientes inclusive, com práticas agrícolas, como a do pousio, que acabam resultando numa maior diversidade de espécies nesses habitats que nas florestas consideradas nativas. (DIEGUES e VIANA, 2004, p. 19).

Diegues e Arruda (2000, p. 14), na obra *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil* afirma que as técnicas de manejo praticadas por muitos povos e comunidades tradicionais “têm contribuído significativamente para a manutenção da diversidade biológica”. Afirma também que, “em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos.” (DIEGUES e ARRUDA, 2000, p. 15). Os autores afirmam também que,

Estudos recentes (Balée 1988, 1992a; Gomez-Pompa 1971, 1972 e outros) afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais, estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos. A regeneração da floresta úmida parece ser, em parte, consequência das atividades do homem primitivo. O uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola (*shifting agriculture*) são semelhantes à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais. Esse tipo de atividade pode ainda ser visto em muitas áreas tropicais, onde um padrão de mosaico pode ser encontrado, com a ocorrência de grandes porções de floresta úmida primária e porções de floresta perturbada de diferentes idades a partir do momento de seu abandono (DIEGUES e ARRUDA, 2000, p. 13).

Essa “[...] política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com a expulsão das populações tradicionais.” (DIEGUES, 2004, p. 17), gera conflitos, pois são confrontadas por duas visões de mundo antagônicas. De um lado, depara-se com uma concepção puramente preservacionista que separa o ser humano da natureza e, que vê nas unidades de conservação de proteção integral, uma forma de resolver os problemas causados pelo modelo de desenvolvimento capitalista vigente, ou seja, “é uma proposta para

---

<sup>58</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

resolver problemas entre o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza.” (PIMENTEL e RIBEIRO, 2016, p. 228). De outro lado, estão as populações tradicionais, que concebem a natureza como um meio de re-produção de seus modos de vida baseado na reciprocidade ser humano/natureza. Para as populações tradicionais a forma de se relacionar com a natureza e o território “se faz numa perspectiva integrada, considerando a dimensão social, política, econômica e cultural, nas quais identidades e valores simbólicos e afetivos constituem seu território.” (PIMENTEL e RIBEIRO, 2016, p. 228).

Mesmo após a criação do Parque Estadual do Alto Cariri, os comunitários continuam a manter suas relações com o território. Porém, com restrições, pois as normas impostas após a criação da unidade de conservação regulam seu uso. Com as restrições impostas, as famílias buscaram se adaptar a nova realidade. Até acreditam que algumas coisas mudaram para melhor com o parque. Uma das justificativas é de que antes do parque, sempre aconteciam atos ilícitos, como a retirada ilegal de madeiras e incêndios criminosos eram recorrentes. Nesse rol de mudanças, com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG) – Salto da Divisa, as famílias incluíram atividades que antes não eram praticadas, como a criação de peixes, e aumentou a produção de banana e hortaliças. Em 2011, começaram a comercializar a produção no PNAE, o que permitiu o aumento da produção e conseqüentemente, melhorou a renda. Como nas palavras da comunitária Marinez. “Ah! o PNAE melhorou, acho que na vida da gente aqui melhorou tudo. Porque a gente não tinha renda em dinheiro nenhuma.” (Informação verbal).<sup>59</sup>

Para as famílias o parque não representava uma ameaça de perda do território, pois o IEF nunca discutiu com a comunidade tal assunto, ou seja, não os disseram que aquela unidade de conservação é de proteção integral e que a legislação proíbe a presença humana no interior da unidade. Se “não representa um real perigo de perda do território” que é tido pelos comunitários como “mãe e pai”, “um vale rico de água e pão”, então conviver com as restrições, não foi um grande sacrifício. Isso é refletido em muitas expressões dos comunitários, dentre elas, vejamos algumas: “a gente ta no lugar da gente e vai afirmando mais ainda.” (Informação verbal);<sup>60</sup> “mais difícil não, porque a gente permanece da mesma

---

<sup>59</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

<sup>60</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018.

forma: plantando, colhendo, temo água a vontade” (Informação verbal)<sup>61</sup>; “com o parque aí tá bom, o problema é o fazendeiro.” (Informação verbal).<sup>62</sup>

Se há condições de permanência no lugar de vida, na terra natal, num “lugar de fartura, que nunca faltou nada [...]” (Informação verbal)<sup>63</sup>, conviver com restrições não é de tudo ruim. As expressões acima não representam em si uma defesa da existência do parque, mas sim, uma defesa do próprio território, frente às investidas que passaram a sofrer a partir de 2014 com a presença de pessoas que se dizem possuir propriedade da área que historicamente as famílias têm posse.

### **3.4 Processo de elaboração e tramitação do Projeto de Lei 1480/2015, suas possíveis ilegalidades e os impactos para a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha.**

Na comunidade ocorrem conflitos da década de 1960, quando o fazendeiro chegou e impôs as regras da relação fazenda e agregação. Mas a situação ficou mais tensa, depois que o Deputado Estadual Carlos Pimenta entrou com o Projeto de Lei – PL nº 1480/2015 (originado do antigo PL nº 4.743/2013) na ALMG propondo alterar os limites do Parque Estadual do Alto Cariri. A justificativa apresentada no texto original do projeto é adequar o perímetro do parque ajustando a vegetação da região, substituindo uma área de 368,72 hectares (ha), que segundo o projeto está antropizada, com a presença de 12 famílias, por outra de 436,86 ha, composta por fragmentos de floresta estacional semidecidual, capoeirinha, capoeira e capoeirão.

Quando se trata do Parque Estadual do Alto Cariri cabe ressaltar que, em muitos pontos, o Estado falta com seus compromissos. Dentre as diversas falhas, destacamos aqui algumas: começando, pela não criação dos instrumentos legais para a regulamentação do Parque Estadual do Alto Cariri, principalmente, o plano de manejo da unidade.

Um dos dispositivos iniciais para o processo de regulamentação, inclusive para elaboração do plano de manejo é a criação do Conselho Consultivo, conforme o Artigo 17 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, bem como o Art. 29, da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 determinando que,

---

<sup>61</sup> Taís Teixeira Reis do Nascimento, 27 anos, 10/01/2018.

<sup>62</sup> Givanildo Ferreira do Nascimento, 31 anos, 10/01/2018.

<sup>63</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

O Conselho Consultivo para uma unidade conservação é muito importante, pois se propõe uma composição partilhada e democrática com a função principal de contribuir/acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação.

Para a criação do Conselho do Parque Estadual do Alto Cariri, cabe ressaltar que só em maio do corrente ano, que o IEF publicou o Edital de Convocação nº: 01/2018<sup>64</sup>, de 19 de maio de 2018, com objetivo de eleger representantes de Órgãos Públicos e representantes da sociedade civil organizada para compor o referido conselho.

Outro ponto relevante a se considerar é que, conforme prevê a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC, em seu Art. 27 diz que “as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. E no § 3º, do mesmo artigo, diz que o Plano de Manejo “deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação”. Em outras palavras, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC estabelece que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo. Tal plano deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com a finalidade de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

O SNUC em seu Art. 28 determina que, “são proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos”. E no parágrafo único estabelece que,

Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Portanto, conclui-se que o Estado de Minas Gerais não cumpriu com os dispositivos legais previstos na Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – SNUC, pois o

---

<sup>64</sup> EDITAL DE CONVOCAÇÃO IEF/PEAC e RVSM Nº.: 01/2018. Estabelece regras para a eleição de representantes de Órgãos/Entidades Públicas e representantes da sociedade civil organizada, visando compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual Alto Cariri e Refúgio de Vida Silvestre Mata Dos Muriquis.

Parque Estadual do Alto Cariri já completou 10 anos em fevereiro de 2018 e ainda não tem seu Plano de Manejo e já está discutindo um projeto de lei que propõe desafetação de parte da área da unidade de conservação. Assim, pode-se entender como o óbvio da lei que, no mínimo, é contraditório a proposta de alteração dos limites de uma unidade para a qual seu Plano de Manejo sequer foi elaborado. O Plano de Manejo gera subsídios essenciais do ponto de vista técnico e determinantes legais para qualquer mudança na unidade a partir de seu decreto de criação.

Outro ponto relevante é sobre a formação de mosaico em unidades de conservação. Em se tratando deste caso, o SNUC estabelece em seu Art. 26 que,

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

O Parque Estadual do Alto Cariri forma um mosaico com duas outras unidades, que são: o Refugio da Vida Silvestre Mata dos Muriquis e o Parque Nacional do Alto Cariri. Portanto, a gestão destas áreas deveria ser integradas e compartilhadas entre os órgãos responsáveis. Neste caso, a partir do SNUC é compreensível que na alteração de cada uma das unidades devem ser considerados os objetivos do mosaico e tratada no contexto regional. Ainda não foi constituído o mosaico e qualquer alteração deve estar condicionada a um estudo ambiental para a abrangência das três unidades conservação, ou seja, Parque Estadual do Alto Cariri, Refúgio da Vida Silvestre Mata dos Mucuris e Parque Nacional do Alto Cariri.

Vimos que, no caso da criação do Parque Estadual do Alto Cariri, em 2008, pelo Governo de Minas Gerais, Aécio Neves, não cumpriu com todos os preceitos legais, pois não criou condições viáveis para que as famílias da Comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha fossem informadas de forma objetiva e com linguagem compreensível aos comunitários, demonstrando as consequências que a criação do parque causaria para a comunidade.

No processo de criação do Projeto de Lei 4.743, publicado no Diário do Legislativo em 29 de novembro de 2013, atual PL 1480/2015, entre outras questões acima discutidas, mais uma vez, a comunidade foi lesada quanto ao direito de ser consultada. Pois, segundo os comunitários, em nenhum momento, foram procurados por órgão ou agente público informando sobre a alteração nos limites do Parque. Recordam que estiveram algumas

pessoas visitando a área e fazendo perguntas as famílias, mas sem dizer para quais objetivos. Isso, no mínimo, é antiético e revela a intenção de ocultar os objetivos das pesquisas. Na verdade, o que fica evidente é que, mais uma vez, o Estado de Minas Gerais, faltou com sua responsabilidade ao não consultar a comunidade sobre as alterações propostas pelo referido projeto.

Sobre a necessidade de consulta pública no caso de alteração dos limites nas unidades de conservação, a Nota Técnica da SEMAD (2014)<sup>65</sup>, ao fazer a análise da legislação vigente na esfera federal e estadual, discorre igualmente sobre a exigência técnica da consulta pública para o processo de alteração. No entanto, não menciona se houve consulta pública. Como não existiu consulta pública, nas considerações finais, deveria ter registrado a ausência, mas isso não ocorreu. Neste sentido, levantamos a hipótese de que pode ter ocorrido uma tentativa de ocultação de informação.

Em parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG, do dia 28 de maio de 2014, a comissão aprova o projeto de lei, na época de nº 4.743/2013. Depois de discorrer sobre a legislação federal e estadual, a comissão reconhece que foi “formalmente cumprida a exigência de estudos técnicos constante do citado § 2º do art. 22 da Lei do SNUC”. Também reconhece que não houve consulta pública, conforme prevê a legislação federal e estadual. No entanto, conclui dizendo que, em relação à consulta pública, entendem que a exigência pode ser satisfeita no curso do processo legislativo.

Embora, o parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do dia 18 de novembro de 2014, aprova o referido projeto de lei, dizendo que, “foi realizada uma audiência pública” e “um procedimento de consulta pública”, já se passaram cinco anos e as pessoas da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha afirmam que em momento algum foram consultadas.

Ao analisar o novo parecer da Comissão de Constituição e Justiça da ALMG, datado do dia 21 de junho de 2017, pode-se concluir que não houve consulta pública.

Quanto à consulta pública, por seu turno, entendemos que a exigência pode ser satisfeita no curso do processo legislativo, observando-se o disposto no art. 44 da Lei no 20.922, de 16 de outubro de 2013, que 'dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. (ALMG, 2017)

---

<sup>65</sup> Após análise da legislação que regulamenta as Unidades de Conservação nos níveis federal e estadual, verifica-se que para a alteração nos limites das UC's, quando houver a redução dos seus limites originais, é necessária a elaboração de estudos técnicos e realização do processo consultivo, conforme apresentado anteriormente, (SEMAD, 2014, 4).



Isso evidencia uma grande contradição, passível de questionamentos. Realmente foi realizado algum processo de consulta pública conforme prevê a legislação? Caso ocorreu, cumpriram com as exigências legais, previstas no Art. 44 da Lei nº 20.922, de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado?

§ 3º – No processo consultivo a que se refere o caput do § 2º, o poder público fornecerá informações adequadas à compreensão da população local e outros interessados e discutirá as definições de que tratam os incisos I a IV do mesmo parágrafo, por meio de:

I – consulta pública por prazo mínimo de quarenta e cinco dias;

II – ampla divulgação da proposta de criação da Unidade de Conservação e do cronograma do processo de consulta;

III – uma ou mais reuniões públicas por município afetado.

A consulta prévia e as informações necessárias a comunidade com relação a alteração nos limites do parque não se efetivou, o que pode-se compreender como manifesta violação as normas legais já mencionadas anteriormente. Como vimos no discorrer deste texto, isso não acontece e/ou aconteceu só com a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Segundo Pimentel e Ribeiro (2016), práticas como estas são verificadas em todo Brasil. Com poucas exceções, os processos de criação de unidades de conservação, são ações projetadas em escala global, em muitos casos, os protagonistas de tal processo nem conhecem o local onde será implantado a unidade de conservação.

No entanto, tomam decisões em seus escritórios, sem levar em consideração a realidade local ou regional. Assim, essa política vertical causa diferentes graus de exclusão, principalmente para as comunidades tradicionais que vivem dos territórios a dezenas ou centenas de anos. Os processos de exclusão decorrem da falta de participação no processo de criação e gestão, até a exclusão total dos territórios que são os meios de reprodução social, econômico e cultural das comunidades.

#### **3.4.1 O PL 1480/2015 e os interesses minerários.**

O “interesse público” é o grande argumento que faz com que a atividade mineradora seja considerada intocável, inquestionável e, até mesmo, exercida de forma arbitrária, passando por cima de diversos interesses de coletividades envolvidos no contexto de um grande empreendimento de mineração (VIEIRA, 215, p. 32).

A maioria dos projetos apresentados pelos deputados são fruto de reivindicações ou pressões dos diversos segmentos da sociedade. Com o Projeto de Lei 1480/2015, não foi

diferente. “Vou fazer apenas alguns esclarecimentos. O projeto de lei não é de autoria do IEF. Não sei quem foi o autor, mas não foi o IEF”. Essa é uma declaração do Sr. Paulo Fernandes Scheid, gerente de criação de Áreas Protegidas do IEF. Ele disse isso durante a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no 12/07/2016, quando discutia o conflito envolvendo a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha e o Espólio de Sylvio Antônio Pimenta<sup>66</sup>. Em depoimento durante a reunião acima citada, o Sr. Olinto Herculano Pimenta<sup>67</sup> (esposo da inventariante do espólio – Afonsina Pimenta), revelou que foi ele quem solicitou ao Deputado Carlos Pimenta para entrar com o projeto de lei.

A iniciativa de mudar os limites do parque, não foi do executivo, mas de um deputado sob influência de um ruralista, que inclusive tem interesses no local, ou seja, dizem possuir propriedade da área e com frequência tem utilizados de meios diversos para expulsar as famílias do local. Fica evidente que o projeto não tem o real interesse em contribuir para atingir os objetivos de criação do Parque Estadual do Alto Cariri, conforme a justificativa apresentada e, muito menos para resolver o problema das famílias.

Segundo seus autores, o projeto de lei objetiva atender os interesses das famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Essa versão foi disseminada dentro da ALMG e nos demais órgãos do Governo de Minas Gerais, principalmente dentro da SEMAD.

Durante reunião com a equipe da Comissão Pastoral da Terra, em dezembro de 2014, na ALMG, quando discutia sobre o projeto, o Deputado Rogério Correia argumentou que o projeto era tido pelos parlamentares, como uma boa proposta, pois estaria desafetando a área antropizada com pouca relevância ambiental, pois está ocupada por 12 famílias que vivem da agropecuária. Assim, o objetivo era resolver um problema socioambiental, ou seja, o que estava sendo divulgado era que, tal projeto era benéfico ao Parque Estadual do Alto Cariri e à comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha.

---

<sup>66</sup> MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

<sup>67</sup> Gilvander Luís Moreira - Pediram ao deputado Carlos Pimenta para fazer um projeto. Foi você quem pediu ou a Grafite? O Sr. Olinto Herculano Pimenta - Fui eu, Olinto Herculano Pimenta. (Olinto Herculano Pimenta – 12/07/2016, p. 35 – In: MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

O Sr. Paulo Fernandes Scheid, gerente de criação de Áreas Protegidas do IEF, foi categórico em afirmar que, “o projeto de lei deixa bem claro que a proposta de desafetação dessa área do parque é justamente por haver essas 12 famílias lá.”<sup>68</sup>

Essa é uma das justificativas do projeto, ou melhor, uma tentativa de ocultar informações. Em nota divulgada no Portal EcoDebate<sup>69</sup> no dia 19 de novembro de 2014, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda, afirma que na versão do Deputado Carlos Pimenta o objetivo do projeto era “retirar área onde vivem algumas famílias, que enfrentam restrições de uso do solo devido o Parque, o que seria compensado com anexação de outra área”. Isso mostra uma clara tentativa do Poder Legislativo de Minas Gerais de ocultar os reais objetivos do Projeto de Lei 1480/2015.

Muitas questões podem ser levantadas. Se antes, ou seja, quando o parque foi criado em 2008, tal área era viável ambientalmente, pois o Parque Estadual do Alto Cariri, conforme estabelecido no Art. 1º do Decreto 44.726/2008, diz que a finalidade do parque é proteger a fauna e a flora regional, a biota e os cursos d'água, bem como para o uso científico, educativo e recreativo com a preservação integral e perene do patrimônio natural. Para se criar o parque, fora elaborado um laudo técnico onde se provava que a área era viável ambientalmente. O que mudou para ela deixar de ser?

Em nossa pesquisa levamos informações que nos leva a crer que o projeto busca atender a interesses minerários da Empresa Nacional de Grafite. Entre as muitas questões que vêm sendo levantadas principalmente, pelos comunitários, é de que, tal área tem uma grande jazida de grafita e a Mineradora Nacional de Grafite tem o direito minerário.

Sobre a existência da jazida de gravita e o suposto interesse da empresa Nacional de Grafite, analisamos os documentos que foram apresentados justificando a viabilidade do projeto e constatamos que apenas na Nota Técnica da SEMAD (2014, p. 6 e 9), aparece alguma referência sobre o interesse minerário da Empresa Nacional de Grafite. Depois de percorrer brevemente, afirmando a existência da jazida de grafita no local, com requerimento de lavra aprovado no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a SEMAD conclui dizendo que “é importante estar ciente para a possibilidade de serem licenciadas atividades

---

<sup>68</sup> Depoimento dado durante a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no 12/07/2016. MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

<sup>69</sup> AMDA, 2014). In: <https://www.ecodebate.com.br/2014/11/19/mg-limites-do-parque-estadual-alto-cariri-podem-ser-alterados-para-atender-interesse-minerario>.

minerária no entorno imediato de uma Unidade de Conservação Integral” (SEMAD, 2014, p. 6). No entanto, não trata o assunto como fator relevante dentro do processo.

“Uma outra preocupação que tínhamos é que existia interesse minerário nessa área, que era vizinha ao parque, que era limítrofe a ele. Portanto, tínhamos a preocupação com os impactos que essa mineração poderia gerar ao parque (Paulo Fernandes Scheid, 12/07/2016). Como podemos ver no depoimento do gerente de criação de Áreas Protegidas do IEF – Paulo Fernandes Scheid, não resta dúvidas que o Governo sabia que a área era pretendida pela Empresa Nacional de Grafite.

No dia 19 de novembro de 2014, a Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda, em nota divulgada no Portal EcoDebate<sup>70</sup>, denunciou que os limites do Parque Estadual Alto Cariri poderia ser alterados para atender interesse minerário.

Coincidentemente, a área a ser retirada do Parque abriga valioso corpo mineral de grafite, cuja concessão pertence à Nacional de Grafite Ltda, que já possui, inclusive, autorização de pesquisa e requerimento de lavra concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral. (DNPM).

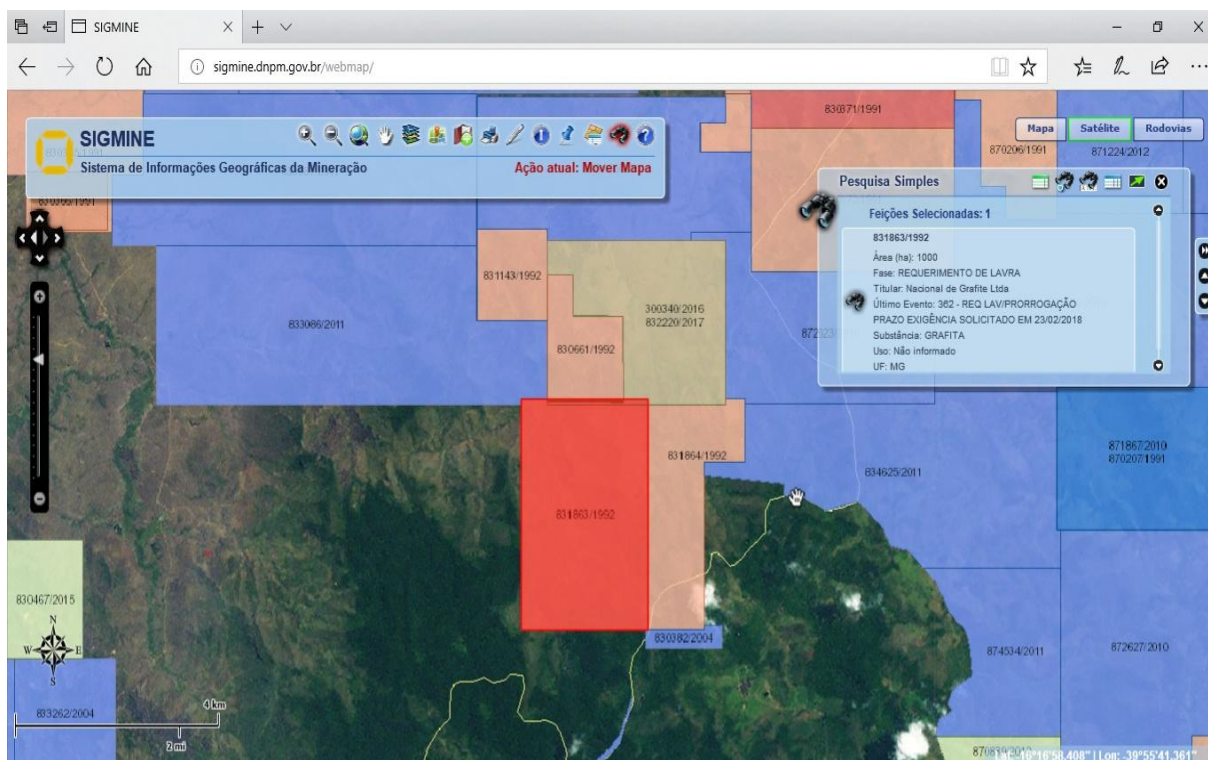
Ao buscar informações no sítio do DNPM<sup>71</sup> sobre a possível existência de minério verificamos que realmente existe uma reserva de grafita dentro da área que se propõe a desafetação, que coincide com o território da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Tal reserva de grafita com processo de nº 831863/1992, tem como titular a empresa Nacional de Grafite LTDA, (FIG. 21). Atualmente, na fase de requerimento de lavra. Observando o histórico de eventos do processo, constatamos que este, sempre está sendo atualizado e a última movimentação é do dia 22 de fevereiro de 2018, pedindo prorrogação de prazo. O poligonal que sobrepõe o território da comunidade tem área de 1000 há.

---

<sup>70</sup> (AMDA, 2014). In: <https://www.ecodebate.com.br/2014/11/19/mg-limites-do-parque-estadual-alto-cariri-podem-ser-alterados-para-atender-interesse-minerario/>.

<sup>71</sup> <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap>.

**Figura 21 – Poligonal destacado em vermelho (processo nº 831863/1992) sobrepondo o território da comunidade.**



Fonte: DNPM, <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>. Acessado em 08/03/2018.

Outro ponto controverso do Projeto de lei 1480/2015, é sobre o direito de propriedade, tanto da área que será desapetada, quanto da área ser incluída. Uma vez que o Estado ainda não realizou a regularização fundiária do parque, o Estado deveria se preocupar em saber de quem é o direito de propriedade, pois terá que indenizar os possíveis proprietários. No entanto, em momento algum, nos documentos que subsidiam o projeto de lei, é revelado que o Espólio de Sylvio Antônio Pimenta é detentor de propriedade, como posteriormente alegaram os herdeiros do espólio. Pelo contrário, só discorre sobre a existência das 12 famílias. Inclusive, a Nota Técnica da SEMAD cita que “a área a ser desapetada é atualmente ocupada por 12 famílias, com uma média de 30 hectares por família, as quais são compostas de trabalhadores rurais, agricultores, donas de casa e aposentados.” (2014, p. 7).

Ao nosso ver, isso configura como mais uma tentativa de ocultar informações para que o projeto de lei seja aprovado sem contestações. Por outro lado, isso tem um ponto positivo para as famílias. Pois com isso, o Estado de Minas Gerais e os protagonistas do projeto de lei em tela, reconhecem as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha como legítimas posseiras da área.

Diante das informações levantadas durante nossa pesquisa podemos afirmar que este projeto não tem a finalidade de defender os interesses das famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Isso ficou mais explícito ainda com os fatos ocorridos a partir do início da tramitação do referido projeto. As pessoas que são protagonistas do projeto de lei e, que dizem possuir direito de propriedade no local, passaram a fazer vários tipos de pressões para as famílias saírem do território. Conforme relatado em nota denúncia da Comissão Pastoral da Terra, os conflitos têm relação direta com os desdobramentos do Projeto de Lei 1480/2015.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT/MG), por meio desta nota, vem denunciar as diversas formas de ameaças, intimidações e violências que os moradores e moradoras da Comunidade Tradicional da Cabeceira da Piabanha vêm sofrendo, desde o ano 2014, quando foi iniciada a tramitação, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) de um Projeto de Lei de autoria do Deputado Estadual Carlos Pimenta – PL 1480/2015 (antigo PL 4.743/2013) – propondo alteração nos limites do Parque Estadual Alto Cariri – Salto da Divisa e Santa Maria do Salto.

O referido Projeto de Lei afeta diretamente o território da Comunidade Tradicional da Cabeceira da Piabanha. Na época, (2014), os comunitários procuraram a CPT/MG e relataram que estavam sendo pressionados com frequência para saírem das terras onde moram desde meados do século passado e o motivo de tal pressão era que tal área seria destinada à mineração pela mineradora Nacional do Grafite. As ameaças contra a comunidade se tornaram mais acirradas quando o referido PL foi suspenso devido a um pedido de vista do Deputado Rogério Correia. Ressaltamos que tal projeto voltou a tramitar na ALMG. (CPT/MG, 2017).<sup>72</sup>

A Comissão Pastoral da Terra conclui a referida nota, dizendo que o PL 1480/2014, “é um projeto que está a serviço da mineração e tem aflorado a cobiça de fazendeiros da região que historicamente têm utilizado a “violência física e simbólica” contra os camponeses/as da região” (CPT/MG, 2017).

Nos depoimentos das famílias é notável a gravidade dos conflitos que afloraram a partir de 2014. Os depoimentos transcritos abaixo revelam a perturbação e as ameaças que os fazendeiros causam para as famílias.

“Já amanhece o dia lá, procurando as pessoas. O que é isso? Não temos mais o direito de trabalhar, não temos mais o direito de sair, porque a pessoa está lá nos provocando, nos procurando.” (Informação verbal).<sup>73</sup> “Eles falam que a empresa quer comprar, mas a empresa nunca perturbou a gente aqui, quem perturba é o fazendeiro. Com o parque aí ta bom,

<sup>72</sup> COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Nota denúncia – a vida está ameaçada.** As famílias da Comunidade Cabeceira Da Piabanha, em Salto da Divisa - MG sofrem violências físicas e simbólicas constantes. In: <https://racismoambiental.net.br/2017/11/28/as-familias-da-comunidade-cabeceira-da-piabanha-em-salto-da-divisa-mg-sofrem-violencias>.

<sup>73</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 09/01/2018.

o problema é o fazendeiro”. (Informação verbal).<sup>74</sup> “É mais fácil viver com o parque do que com tentação do fazendeiro que é difícil” (Informação verbal).<sup>75</sup>

As expressões acima não representam em si, uma defesa da existência do parque e, nem mesmo da empresa mineradora. Mas sim, é uma defesa do próprio território, frente às investidas que passaram a sofrer a partir de 2014 com a presença de pessoas que se dizem possuir propriedade da área que historicamente, as famílias têm posse. Essa defesa do território, “lugar de vida”, é bem descrito no depoimento abaixo:

De tudo já passamos, muitas fases boas, muitas ruim também, que tem a boa e a ruim, mas é um lugar que é a vida gente. Lugar rico. É um lugar que vale tudo na vida, vale a pena viver. Vale da Piabanha, vale nós ama você! Porque é um vale rico de água e pão. Nesse vale, nessa cabeceira, de fome ninguém não morre, de sede pior. Então é um lugar que a gente deve valorizar cada vez, cada dia e jogar a Deus pela luta da gente, pelo companheiro que ajuda. Pela defesa pra Deus abençoar que isso tudo vai dar um finalização nessa luta pra nós continuar nossa vida, que nós precisamos daqui, só tá precisando de uma coisa, de paz. Pra nós voltar nossa vida de 2014 atrás. (...) Daí pra cá também, foi só sofrimento. Que nem tem aquele dizer: a gente ver a cara, mas não ver o coração. De cara a gente demonstra alegria, mas o coração está marrado, por causa que tudo quanto há que cê quer avançar, tem uma trava, tem uma trava. Nós tamo tendo prejuízo, grande prejuízo. Então é coisa que a gente não esperava e ta acontecendo. Mas por causa disso a gente não despreza o lugar que a gente mora não. É nossa mãe, nosso pai. Nós tem fé em Jesus que essa luta nós vamos vencer e nós vamos dar continuidade aqui na Cabeceira do Piabanha que é aonde nós pretende, Nossa Senhora, aqui é bom demais! (Informação verbal).<sup>76</sup>

Mesmo diante das pressões exercidas pelos fazendeiros, as famílias resistiram. Seguem firmes e acreditando que permanecerão no território.

Diante da resistência das famílias, os fazendeiros (Herdeiros do Espólio de S.A.P.) por meio do Cartório de Títulos e Documentos de Jacinto, no dia 29/01/2016, notificaram as famílias, dando trinta dias para as famílias desocuparem a área. Na notificação os autores afirmam que são proprietários (herdeiros) e que o falecido Sylvio Antônio Pimenta teria dado a área para as famílias morar e cultivar roças de mandioca, por meio de contrato de comodato por prazo indeterminado e “decorridos mais de XX anos da concessão, ao NOTIFICANTE não convém manter a avença, razão pela qual se vale da presente medida cautelar para denunciá-la”<sup>77</sup>.

<sup>74</sup> Givanildo Ferreira do Nascimento, 31 anos, 10/01/2018.

<sup>75</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018.

<sup>76</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 17/02/2018.

<sup>77</sup> ESCRITURA pública de notificação Espólio de Sylvio Antônio Pimenta. Tabelionato do Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Tabeliã Emiliana Cardilo Lima. Jacinto, MG Livro B-14, folhas 056, 29/01/2016.

As famílias afirmam que este contrato nunca existiu. Portanto, o argumento dos autores de que existia um contrato de comodato entre as partes, foi apenas uma aventura jurídica utilizada pelos fazendeiros para impetrar uma ação judicial contra as famílias acusando-as de esbulho possessório, caso elas não desocupassem o local conforme a notificação.

Como de fato as famílias resistiram, não saindo do território. Entraram na Comarca de Jacinto com uma Ação de Reintegração de Posse (Processo nº 0020421-44.2016.8.13.0347). Por se tratar de conflito coletivo, o processo foi declinado para a competência da Vara de Conflitos Agrários da Comarca de Belo Horizonte MG, sendo registrado com sob o nº 5119894-77.2017.8.13.0024.

No referido processo, com base na notificação acima descrita, os autores argumentam que ficou caracterizado o esbulho possessório em 28/02/2016, decorrido 30 dias após a notificação, data limite para a devolução do imóvel e que se trata de ação de força nova. Assim, pediram liminarmente que sejam reintegrados na posse da área objeto do comodato.

Tal processo, depois de vários desdobramentos, em 28 de maio de 2018, a juíza Soraya Brasileiro Teixeira da Vara Agrária – Comarca de Belo Horizonte, indeferiu liminarmente o pedido de reintegração de posse. Na decisão a juíza reconhece que as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha são posseiras e as mantém na posse. Entendeu também, que os autores não conseguiram provar de forma clara que o território da comunidade, realmente está contido dentro da fazenda Lua Nova de matrícula imobiliária n. 3830, como acusam os autores (PROCESSO Nº 5119894-77.2017.8.13.0024, ID 44389582, Pág. 13).

Os autores do processo afirmam que as famílias estão dentro da fazenda Lua Nova de matrícula 3830. Mas de forma unânime, as famílias negam e afirmam que a fazenda Lua Nova está distante da comunidade, portanto não sobrepõe o território da comunidade. Essa afirmação das famílias foi por nós verificada, tomando como ponto de referencia a sede da Fazenda Lua Nova, pode-se concluir que a mesma está distante cerca de 10 km do território da comunidade.

Buscamos outras informações sobre a fazenda Lua Nova de matrícula 3830 e constatamos que a mesma possui apenas 851,84 hectares registrados na matrícula. Verificamos, também, que no início do Processo (nº 5119894-77.2017.8.13.0024, p. 126, ID

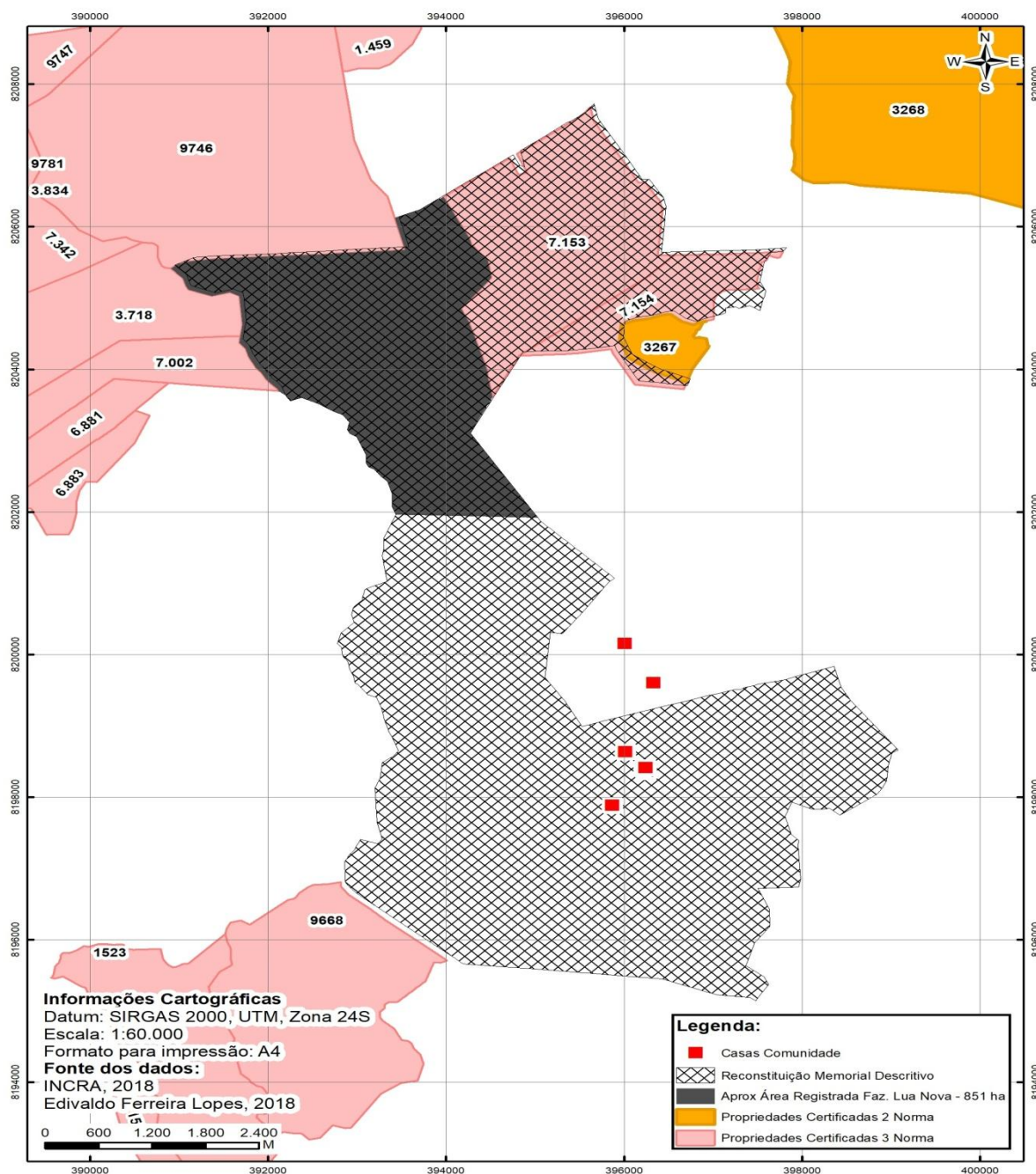


28562703 e 2011, ID 31240208), em que os autores pedem o despejo das famílias, na pretensão de provar ter propriedade da área ocupada pela comunidade apresentaram a documentação da fazenda Lua Nova de matrícula nº 3830 e uma planta georreferenciada que somam 4.057,1963 ha. Isso deixa uma grande dúvida, como o documento cartorial possui apenas 851,84 ha e a planta que dizem ser da mesma fazenda é de 4.057,1963 ha?

No decorrer do processo, os advogados da comunidade contestaram a versão dos autores, alegando que não era possível constatar que o território estava contido na área da fazenda Lua Nova. Após ser indeferido o pedido de despejo das famílias pela Vara Agrária, os autores apresentaram muitos outros documentos e agora afirma que a fazenda Lua Nova possui 3.050 ha. (Processo nº 5119894-77.2017.8.13.0024, p. 810, ID 48922573).

Depois de aprofundar nossa investigação, verificamos que a fazenda Lua Nova de matrícula 3830, realmente não sobrepõe o território da comunidade como afirmam os autores, conforme demonstrado na figura 22, destacando a área da matrícula 3830 em cor cinza escuro.

**Figura 22 – Mapa da área em que os atores afirmam ser fazenda Lua Nova e propriedades do entorno registradas no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).**



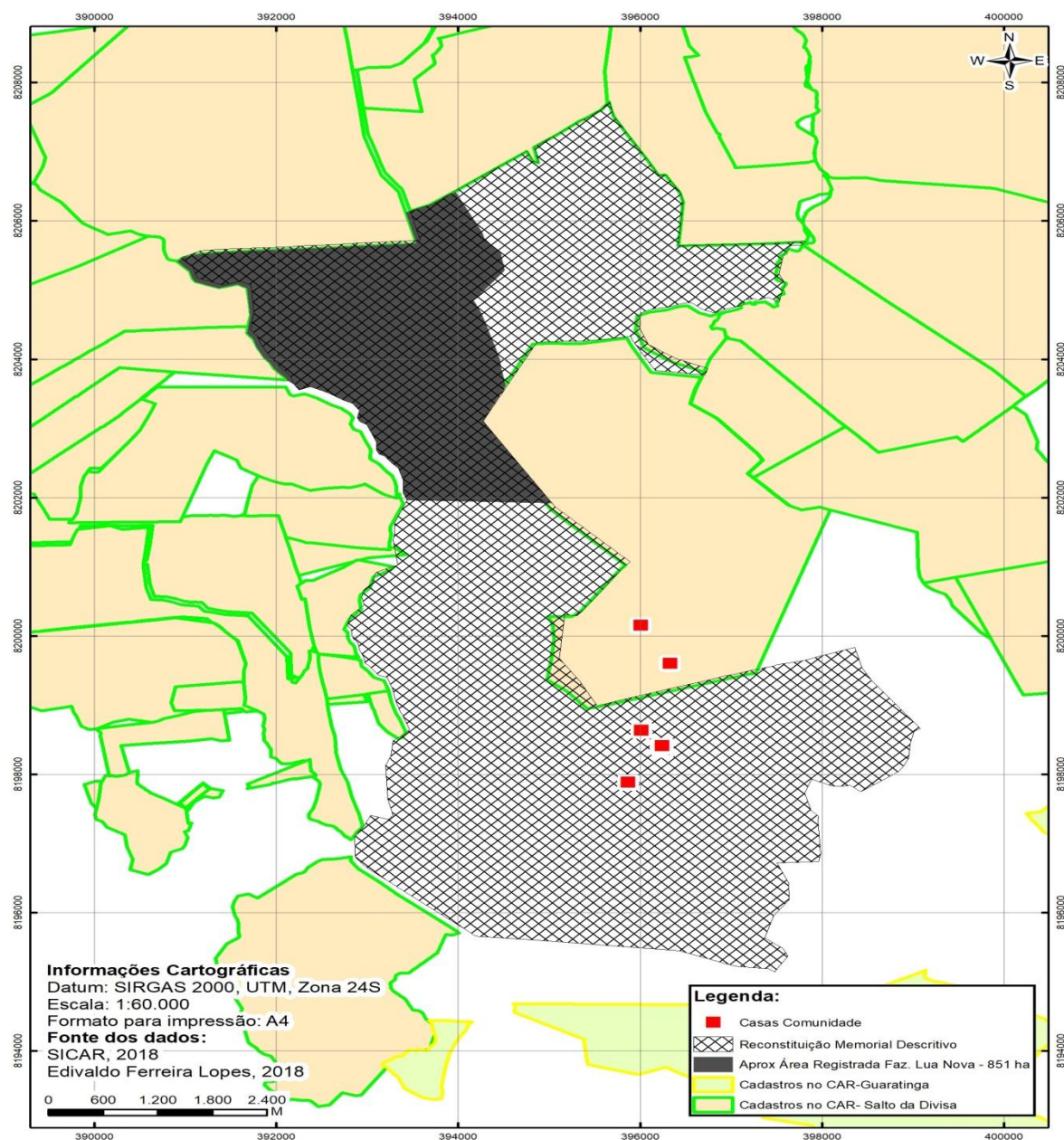
Fonte: INCRA, 2018. Adaptado pelo autor, 2018<sup>78</sup>.

Constatamos, também, que nem a fazenda Lua Nova (matrícula 3830), nem a área que a comunidade ocupa têm registros no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) do Instituto

<sup>78</sup> Para a delimitação da área, além dos dados do INCRA e da matrícula 3830, foi feita uma reconstituição da área a partir do memorial descritivo contido no Processo nº 5119894-77.2017.8.13.0024, p. 127 a 136).

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), (FIG. 22). Também não possuem registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR), (FIG. 23), como prevê a Lei nº 12.651/2012. A referida lei estabelece que a inscrição no CAR é obrigatória para todos os imóveis rurais do país.

**Figura 23 – Mapa da área em que os atores afirmam ser fazenda Lua Nova e propriedades do entorno cadastradas no CAR.**



Fonte: SICAR, 2018. Adaptado pelo autor, 2018.

Cabe destacar, que os comunitários Jorge Gonçalves e Pedro Ribeiro são os únicos que estão dentro de uma área cadastrada no CAR (FIG. 23), sob o código: MG-3157104-9A13429CEA264C989C2042D936A0A979, com área de 1.168,4 ha. No entanto,

não tem cadastro no SIGEF (FIG. 22). Tal área não é reivindicada pelos fazendeiros autores do processo contra a comunidade, mas faz parte do território da comunidade.

Os desdobramentos deste processo vêm causando vários problemas para famílias. No depoimento abaixo a comunitária reclama das consequências de uma Medida Cautelar contra as famílias, concedida pelo Juiz Pedro Candido Fiuza Neto da Vara Agrária da Comarca de Belo Horizonte, no dia 09/10/2017, determinando que as famílias não realizassem nenhuma atividade que caracterizasse como ação nova no território, (PROCESSO Nº 5119894-77.2017.8.13.0024, ID 31413444 - p. 220).

Eu acho mais absurdo disso tudo é, é decretar uma lei que cê não pode fazer nada, cê num pode, é cê não pode avançar nada. Isso aí eu acho triste demais, cê não pode fazer uma roça no lugar que cê quer, ta com uma cozinha caindo e não pode fazer uma cozinha nova. Coisa que nunca foi proibido da gente fazer. Nunca fomo proibido de trabalhar em lugar nenhum, de fazer nada assim, duns tempos pra cá, da gente grande e agora a gente ser proibido, ser travado de não fazer certas coisas, eu acho que do pior que ta tendo eu acho que é isso. (Informação verbal).<sup>79</sup>

Essa decisão cautelar causou muitos prejuízos para as famílias, pois tiveram que praticamente paralisar suas atividades produtivas, pois tudo que faziam, os fazendeiros denunciavam as famílias e a Polícia Militar, diferentemente de quando a comunidade denuncia os atos ilícitos dos fazendeiros, de forma muito rápida chegava à comunidade. Por isso, a indignação expressa no depoimento acima.

Conforme informações colhidas em depoimento dos comunitários, boletins de ocorrência, processos judiciais, extrajudiciais e termos de declaração das famílias ao MPMG denunciando os atos ilícitos dos fazendeiros foi possível verificar que, desde 2014, frequentemente as famílias vêm sofrendo vários tipos de pressões como: ameaças de expulsão, intimidações diversas, até ameaça de morte, destruição de roças (bananeiras), pois colocaram gado (bovinos) no território, causando prejuízos as famílias, descumprimento de decisão judicial e assédio monetário contra os comunitários com a finalidade de expulsar as famílias, o que levou 4 famílias saírem do território, entre outras formas de intimidação. Abaixo segue alguns dos fatos que comprovam as ameaças.

No dia 05/03/2017, o Sr. Renato Luan José Pimenta prendeu 05 animais de serviço dos moradores. Os animais ficaram três dias presos, só foram soltos com intervenção da Polícia Militar que, a pedido da comunidade compareceu no local no dia 07/03/2017, conforme Boletim de Ocorrência – BO: M2246-2017-0000248.

---

<sup>79</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018

No dia 15/09/2017, dois fazendeiros, descumprindo ordem judicial deferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Jacinto – André Luiz Alves que proibia os ameaçadores de aproximarem a menos de 150 metros das famílias, bem como de manterem qualquer tipo de contato, pessoalmente ou por qualquer outro meio, conforme o Processo nº 0347.17.000243-5 – impetrado pelo MPMG, foram à comunidade e passaram a menos de 10 metros de Nivaldo e Marinez. Conforme registrado no BO: M2246-2017-00000893.

No dia 17/08/07, o Sr. Olinto acompanhado por 03 homens, foram à comunidade e proferiu ameaças a Nivaldo impedindo-o de executar as atividades que desempenhava na roça em frente à residência. O fato foi registrado no BO: M2246-2017-0000809.

No dia 19/08/2017, por volta das 10 horas, o Sr. Olinto voltou à comunidade, na versão dos comunitários, de forma intencionada passou o carro em cima de um cachorro de Nivaldo e Marinez. Não satisfeito, o autor foi a frente, manobrou o carro e tentou passar por cima de outro cachorro, mas não conseguiu. No entanto, voltou a passar por cima do cachorro já acidentado. Tal ato foi registrado no BO: M2246/2017-0000809.

No dia 24/11/2017, o Sr. Olinto, descumprindo novamente a decisão judicial para não se aproximar das famílias a menos de 150 m e nem manter qualquer contato, foi à comunidade e passou a menos de 1 de metro de Marinez e a menos de 40 metros de Luzeni. Bem como passou a menos de 10 metros da casa de Nivaldo e Marinez, fato que deixou as famílias apavoradas. Foi registrado BO: M 2246-2017-0001118.

No início de outubro de 2017, os Sr. Olinto mandou colocar mais de 100 vacas no território da Comunidade dando prejuízos aos moradores, pois os animais, por muitas vezes, entraram nas roças destruindo as plantações. Também pisotearam nascentes da comunidade sujando a água com fezes e urina deixando a água sem condições de uso. O gado também causou muitos prejuízos ecológicos ao Parque Estadual do Alto Cariri. Depois de várias denúncias junto a Polícia Militar Ambiental de Salto da Divisa e ao Instituto Estadual de Floresta, passados quase seis meses, retiraram o gado do território.

Em vários momentos, as famílias relataram que tiveram prejuízos devido a ocorrência de mortes de peixes que criam e acusam que as perdas são decorrentes da falta de assistência técnica, que antes era prestada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER MG), mas em decorrência de notificação extrajudicial impetrada pelos fazendeiros (datada do dia 09/09/2016), “proibindo” a entrada

do técnico da EMATER MG no território, a EMATER MG suspendeu os serviços que eram prestado às famílias.

Diante dos fatos expostos, é possível afirmar que, de forma geral, o Estado, com poucas exceções, não tem cumprido com o seu papel de garantir os direitos da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Em um país democrático, o que se espera do Estado, é que ele cumpra com seu papel constitucional. Porém, no caso em análise, foi possível identificar as limitações, insuficiências e omissões do Estado, o que na prática, em muitos momentos, dificultou ou até impediu que a comunidade acessasse seus direitos. Numa perspectiva crítica, é possível asseverar que, de modo geral, o Estado utilizou e utiliza de seu aparato normativo e constitucional para assegurar os interesses econômicos de fazendeiros e/ou de empresas.

Por outro lado, não menos relevante, não podemos deixar de ressaltar que a questão ambiental é uma política de Estado. Neste sentido, cabe ao Estado propor ações que viabilize a execução de tal política. Porém, é notório que o Estado, ora foi omissor, ora foi ou ainda é conivente, em relação ao Parque Estadual do Alto Cariri. Pois, até o momento, 10 anos depois da criação do parque, ainda não o regulamentou.

Diante da omissão e inércia do Estado de Minas Gerais com relação ao Parque Estadual do Alto Cariri, o MPMG da Comarca de Jacinto impetrou uma Ação Civil Pública de nº 0347.13.002163-2, datada do dia 25 de setembro de 2013, contra o Estado devido a não regulamentação do mesmo. Na referida Ação Civil Pública, o MPMG afirma que, em relação à gestão das unidades de conservação, ao Estado de Minas Gerais “falta seriedade e competência” (MPMG, 2013, p. 18).

Na citada Ação Civil Pública o autor afirma que, no caso do Parque Estadual do Alto Cariri, foi verificado que o Estado não cumpre com as suas “obrigações normativas e constitucionais, em especial: a inexistência de infraestrutura adequada às finalidades do Parque Estadual; não realização de regularização fundiária; não elaboração de plano de manejo no prazo legalmente determinado,” (MPMG, 2013, p. 13).



Segundo Paulo Fernandes<sup>80</sup>, o Parque Estadual do Alto Cariri não tem um servidor específico para fazer a gestão do mesmo. Revela ainda, que o Estado de Minas Gerais enfrenta um grave problema com relação às demais unidades de conservação, pois existem “cerca de 120 unidades”, mas existe apenas um servidor com atribuição específica para fazer a gestão de todas as unidades.

O Ministério Público afirma que “recursos financeiros não faltam para o Estado de Minas Gerais cumprir com suas obrigações constitucionais e legais” (2013, p. 18). Para MPMG, “falta seriedade e competência do Estado na implantação e gestão de suas unidades de conservação”, (2013, p. 18). Para basear esta conclusão, o órgão acusador afirma:

**O saldo da conta do Estado de Minas Gerais, em dezembro de 2012, era superior a R\$97.000.000,00 (noventa e sete milhões de reais).** Entretanto, segundo informações prestadas pelo secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Adriano Magalhães Chaves, no ano anterior foram empenhadas despesas de pouco mais de R\$ 5 milhões para a regularização fundiária [...], o que corresponde a apenas 5% do montante disponível.

**Em abril de 2013, o valor disponível para investimentos nas unidades de conservação já alcançava a impressionante marca de R\$ 111.2555,236,78** conforme documentação constante à f. 26 do IC, (MPMG, 2013, p. 18, grifos do autor).

Assim, cremos que o Estado vive a beira de uma improbidade administrativa com a relação à política ambiental.

Na prática, a desafetação de parte da área do Parque Estadual do Alto Cariri, como quer os proponentes do Projeto de Lei, ao que indicam as evidências, significa colocar a área a serviço do capital, neste caso, a serviço da mineração. Por outro lado, ou seja, para a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha significa a perda do seu território tradicional.

É notório que os autores do projeto em tela e o Estado de Minas Gerais (ALMG, SEMAD e outros órgãos), empreenderam e ainda empreendem um grande esforço para mudar os limites do Parque Estadual do Alto Cariri. Ora utilizando instrumentos legais, ora violando as leis e/ou banalizando-as para servir quando e como convir. Como afirma Junior et al, (2018, p. 153), para atender os interesses do capital “há sempre uma dialética entre o legal e o ilegal na concepção e construção destes grandes empreendimentos.”

---

<sup>80</sup> Depoimento dado durante a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada no 12/07/2016. ESTADO DE MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

Em nosso entendimento, tudo isso tem como objetivo criar condições “legais” para que a área esteja “livre” para ser explorada pela Empresa Nacional de Grafite LDTA. Pois, como a área em questão é parque e a legislação brasileira proíbe atividade de mineração em áreas de unidade de conservação de proteção integral (Lei Nº 9.985/2000), a alteração nos limites do parque, desafetando a área, a deixaria livre para a mineração. Isso evidencia que deve ser essa, a grande questão para a disputa territorial ali engendrada, ou seja, porque os fazendeiros aterrorizam as famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha.

Segundo Aline Maia (2014, p.) no processo de expansão do capital, o Estado assume uma função fundamental em muitos aspectos, seja

[...] para atrair a alocação de recursos provenientes de grandes empreendimentos em determinados territórios, os governos locais e nacionais têm tendido, muitas vezes, a retroceder seus estatutos regulatórios de direitos concernentes a diversas matérias (como trabalho, meio ambiente, território e direitos humanos); a flexibilizar e reformar suas legislações; a violar tratados internacionais; e a omitir e/ou negligenciar certos efeitos negativos que podem decorrer das apropriações de suas fronteiras produtivas. (MAIA, 2014, p. 52).

Ainda segunda Maia nessa tarefa de viabilizar a territorialização do capital, o Estado com frequência têm flexibilizado e/ou mudado a legislação e, muitas vezes, tais mudanças são,

[...] claramente intencionadas a facilitar a satisfação de certos interesses – para que procedimentos alocativos de capital não recaiam em ilegalidades, mas também é correto afirmar que a omissão, a conivência e a participação do Estado em relação ao desrespeito às regras vigentes por grandes corporações representam práticas relativamente comuns. O paradoxo reside, portanto, na constatação de que o Estado, ao mesmo tempo em que existe para fazer valer as normas regulatórias que organizam o funcionamento da sociedade, assume, muitas vezes, o papel protagonista na violação de direitos e estatutos formulados por suas próprias instituições. (MAIA, 2014, p. 50-51).

Assim, “nem sempre é “dentro das regras” que o Estado e a iniciativa privada, envolvidos na realização de grandes empreendimentos, “ganham” o jogo.” (JUNIOR, et al. 2018, p. 153).

A história da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha – Salto da Divisa é um exemplo que ilustra bem como o capital apoiado pelo Estado para se expandir se vale de meios lícitos e ilícitos para garantir sua reprodução ampliada. É notório que no decorrer do processo histórico, desde a ocupação no ano de 1952 pelos pioneiros, até a atualidade, vem ocorrendo uma sequência de ilegalidades praticadas por fazendeiros e, nas últimas décadas, passaram a ser apoiados por empresa do setor da mineração e/ou pelo Estado com objetivo de garantir a territorialização do capital naquela localidade.



Como nos diz José de Souza Martins, o capital busca se apropriar da terra e transformá-la em negócio, terra de exploração. É diferente do/a camponês/a que se apossa da terra e torna-a terra de trabalho. São formas de apropriação distintas, “em aberto conflito um com o outro”. (MARTINS, 1982, p. 60).

Estes tipos de interesses, ou seja, a fazenda e a mineração, embora diferentes, mas não divergentes, ocorrem, muitas vezes, nos mesmos tempos e espaços. Os dois têm objetivos semelhantes, buscam se apropriar da terra para extrair renda. Segundo Martins é por meio da renda da terra que o capital “recria mecanismos de acumulação primitiva, confisca terras e territórios, justamente por esse meio atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as populações camponesas.” (2012, p. 26).

Ariovaldo Umbelino corrobora com a tese de Martins ao dizer que “o capital, interessado em sujeitar a renda da terra, primeiro estabelece a condição fundamental para fazê-lo: apropria privadamente a terra.” (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

No caso em estudo, ficou elucidado que o capital por meio da fazenda (propriedade privada), imposta pelo documento cartorial e, mesmo sem possuir a posse da terra, provavelmente associado à empresa mineradora, com a conivência do Estado busca expulsar as famílias de seu território comunitário.

Se comparado a outros momentos históricos, onde a forma principal de apropriação da terra na região era a fazenda, atualmente observa-se outros mecanismos de expansão do capital sobre a terra. Para Martins (2012, p. 26), essa “diversificação das modalidades de reprodução ampliada e territorial do capital está diretamente relacionada com a mediação da renda da terra”.

Essa aliança entre capitalistas de ramos diferentes, que buscam o desenvolvimento contraditório das forças produtivas, segundo Oliveira (1991) é uma unidade na diversidade que objetiva a qualquer custo, sua reprodução ampliada. “A expansão do capital e da sua sociabilidade de que ele é agente não implica necessariamente na sua supressão súbita das diferenças que tornam peculiares os diferentes grupos envolvidos na situação de fronteira.” (MARTINS, 2012, p. 27).

Segundo Oliveira (1991) no processo de expansão, o capital não atua sozinho, pois tem o Estado como seu principal aliado, porque tem possibilitado as condições necessárias para o processo de desenvolvimento do capital. “O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o

capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação.” (OLIVEIRA, 1991, p. 13).

Segundo Maia (2014, p. 52), o Estado por meio de suas esferas: executiva, legislativa e judiciária concentra todos os esforços institucionais para empoderar o capital, criando as condições necessárias para o mesmo “territorializar-se onde melhor o convir”.

Na análise de Junior et al., (2018), nesta tarefa de garantir as condições para a territorialização do capital, principalmente no campo, o Estado brasileiro tem assumido uma postura bastante seletiva e contraditória. Em determinados momentos, lança mão da legislação vigente para garantir as condições necessárias, principalmente para a implantação dos grandes empreendimentos capitalistas como mineração, barragens de geração de energia, entre tantos outros. Em outros momentos, assume uma postura nitidamente ilegal e antiética, desrespeitando os poucos direitos das populações tradicionais, pois considera que estas constituem como um entrave a realização dos empreendimentos.

Segundo Junior et al., (2018), essa postura contraditória do Estado brasileiro é muito nítida,

Nos casos de grandes empreendimentos talvez tenhamos a expressão mais acabada deste caráter contraditório, já que se tratam de projetos e obras consideradas “essenciais para o desenvolvimento” e a reprodução do capital, permitindo a criação e a formulação de novos diplomas legais que facilitem a construção/realização desses megaempreendimentos ou a violação das regras estabelecidas, submetendo a tais obras a um regime tipicamente de exceção.

Aliás, esse caráter contraditório é constitutivo do próprio direito. Em geral, o direito expressa as relações de dominação típicas de uma sociedade capitalista, individualista e liberal – ou seja, o direito seria sempre uma forma ideológica por excelência da dominação capitalista. (JUNIOR et. al, 2018, p. 151).

Segundo Porto-Gonçalves et al. (2016), entre 2008 e 2015 os conflitos entre os povos e comunidades tradicionais no Brasil aumentaram. Dentre as 5.782 localidades em conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra, 59% envolveram estas populações. Ainda segundo este mesmo autor, entre 2008 e 2015, os conflitos protagonizados pelas mineradoras aumentaram 2.523,5%. Para Brandão (2015), com frequência, em quase todo território, as populações tradicionais estão em conflito com projetos que violam os seus direitos. Segundo dados do Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra, em 2017 69% dos conflitos registrados pela Pastoral envolvem as populações tradicionais.

O motivo para o aumento dos conflitos envolvendo as populações tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, seringueiros, geraizeiros e outros), segundo

Porto-Gonçalves, et al. (2016) é por causa da resistência que estas populações têm imprimido contra os violentos processos de expropriação impostos pelo modelo de desenvolvimento capitalista que tem se apossado do campo nos últimos anos.

As populações tradicionais têm resistido à violência desse processo moderno-colonial de acumulação capitalista. Têm resistido contra a devastação de territórios que, cada vez mais, se mostram como de interesse que vão além dos que estão diretamente ali implicados. São, pois, fontes de inspiração, pois vêm protagonizando lutas de resistência e de re-existência, haja vista que mais que resistir nos oferecem outros horizontes de sentido para a vida, para a existência, onde o presente contém o passado para inventar o futuro. (PROTO-GONÇALVES et al. 2016, p. 85).

Nas palavras dos comunitários da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha fica evidente que a resistência representa acima de tudo, a defesa do território lugar de vida. Com suas variadas formas de resistências, busca-se proteger o território casa, “mãe de todo mundo” onde se vive em liberdade. As inspirações para contrapor as investidas do sistema capitalista nascem das relações ser humano/natureza construídas historicamente na “terra natal”, lugar que “de fome ninguém não morre, de sede pior”.

Então, a importância aqui é muito. É nossa terra natal, é nossa mãe, é nosso pai. Aqui a Cabeceira da Piabanha é só um lugar que eu não consigo tirar da minha mente em momento algum. De tudo já passamos, muitas fases boas, muitas ruins também, que tem a boa e a ruim, mas é um lugar, é a vida da gente. Lugar rico. É um lugar que vale tudo na vida, vale a pena viver. Vale da Piabanha, vale nós ama você! Porque é um vale rico de água e pão. Nesse vale, nessa cabeceira, de fome ninguém não morre, de sede pior. Então é um lugar que a gente deve valorizar cada vez, cada dia e jogar a Deus pela luta da gente, pelo companheiro que ajuda. Pela defesa pra Deus abençoar que isso tudo vai dar um finalização nessa luta pra nós continuar nossa vida, que nós precisamos daqui, só tá precisando de uma coisa, de paz. Pra nós voltar nossa vida de 2014 atrás. Daí pra cá também, foi só sofrimento. Que nem tem aquele dizer: a gente ver a cara, mas não ver o coração. De cara a gente demonstra alegria, mas o coração está marrado, por causa que tudo quanto há que cê quer avançar, tem uma trava, tem uma trava. Nós tamo tendo prejuízo, grande prejuízo. Então é coisa que a gente não esperava e tá acontecendo. Mas por causa disso a gente não despreza o lugar que a gente mora não. É nossa mãe, nosso pai. Nós tem fé em Jesus que essa luta nós vamos vencer e nós vamos dar continuidade aqui na Cabeceira do Piabanha que é aonde nós pretende, Nossa Senhora, aqui é bom demais! (Informação verbal).<sup>81</sup>

Essas populações possuem relações com o território que não são marcadas pela propriedade privada, mas sim, como diz Nivaldo, é do território que “é nossa mãe, é nosso pai”. É terra de uso comunitário. É o lugar que acolhem ancestrais e ascendentes, pois se “é filho do lugar não precisa pedir licença para construir a morada” (Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018). Como diz (PORTO-GONÇALVES et al., 2016, p. 97),

---

<sup>81</sup> Nivaldo Morais Nascimento, 37 anos – 17/02/2018.

É isso que emana como outro léxico teórico político desde as lutas sociais e que as populações tradicionais e camponesas oferecem um horizonte de sentido para a vida inspirando-se em outras matrizes de racionalidade que r-existem ao capitalismo e à colonialidade. E, longe de serem ultrapassadas, nos mostram uma enorme riqueza de saberes e práticas que vêm se forjando em diálogo tenso e intenso com o sistema-mundo capitalista moderno colonial de que fazem parte.

Neste sentido, Porto-Gonçalves et al. 2016, p. 97) afirma que “as populações tradicionais/camponesas nos convidam a um enfrentamento do capital que supere o capitalocentrismo e que assuma a crítica à colonialidade que caminha junto com o capital. Enfim, uma crítica ao capitalismo e à colonialidade.”

As populações tradicionais estão ocupando territórios que são cobiçados pelo capital. Portanto, são tidas pelos capitalistas e por aqueles/as que se autodefinem como progressistas defensores do agronegócio, da mineração, do hidronegócio, como obstáculo ao avanço do desenvolvimento do capital, (PORTO-GONÇALVES et al., 2016, p. 97).

Segundo Junior et al., (2018, p. 152), tanto os pesquisadores do tema, como os movimentos sociais e as próprias comunidades tradicionais já constataram que vivem meio à “a subversão, a expulsão e a barbárie em relação aos direitos das comunidades e da natureza que estão na linha de frente dos ditos “projetos de desenvolvimento”, carimbo primeiro dos grandes empreendimentos.”

São duas visões de mundo que se chocam e vivem sua conflitividade. São formas de apropriação do território contraditórias, “em aberto conflito um com o outro, (MARTINS, 1982, p. 60). “Nos pólos desta contradição, o que têm ocorrido é que o próprio Estado se vale de mecanismos típicos do Estado de Exceção para concretizar o domínio do capital sobre as comunidades, quer seja produzindo normas, quer seja produzindo lacunas.” (JUNIOR, et al. 2018, p. 152).

## **CAPITULO 4. COMUNIDADE CABECEIRA DO PIABANHA: Território de Residência, de Re-Produção e de Resistência.**

Neste capítulo vamos discutir sobre as dinâmicas organizativas empreendidas pela comunidade ao longo de sua trajetória histórica. Partimos da hipótese de que a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, ao longo de sua trajetória histórica empreendeu dinâmicas organizativas que tem criado formas de resistência na defesa do território, frente aos processos de exploração e expropriação sofridos.

As informações levantadas com a pesquisa revelam que a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha ao longo de mais de 60 anos constituiu-se em um território comunitário que tem possibilitado a permanência das famílias na terra frente às investidas de fazendeiros, empresa e do Estado. Como já analisado no Capítulo III, historicamente a comunidade sofre processos exploratórios e expropriatórios. Em muitos momentos e por meio de mecanismos diversos, tentou-se expulsar as famílias do território. Algumas foram expulsas, outras permanecem resistindo.

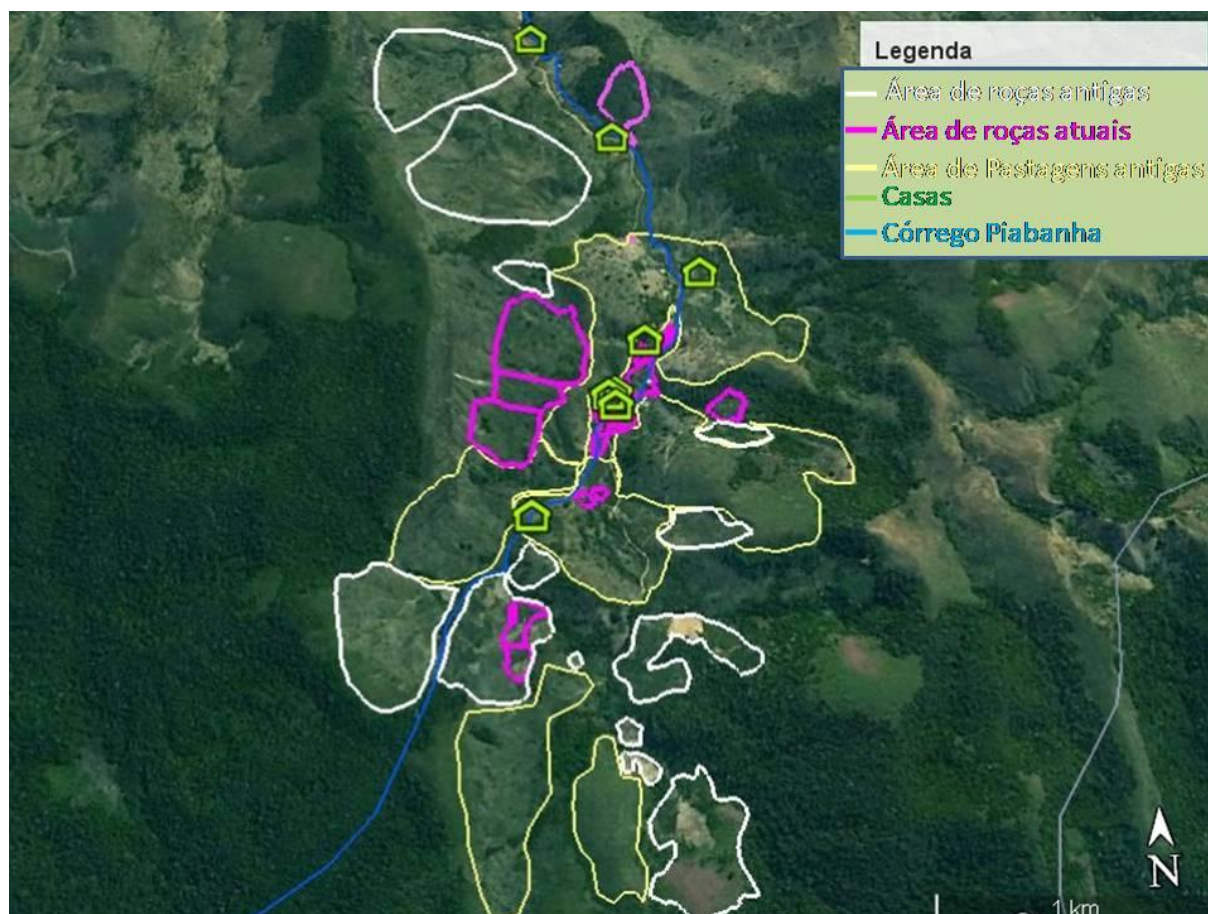
Os processos de exploração e expropriação ocorreram e/ou ocorrem, ora pelo modelo de ocupação predatório que o latifúndio impôs na região, ora pelo modelo de conservação ambiental imposto pelo Estado e, atualmente, com as investidas de fazendeiros, os quais tacitamente, aliados com interesses minerários, buscam a qualquer custo, retirar as famílias de seu território tradicional.

### **4.1 Cabeceira do Piabanha: um território comunitário de força e resistência.**

O Território Cabeceira do Piabanha é constituído por uma organização socioespacial tradicional gerida comunitariamente pelas famílias que compõe o território. Tal território apresenta diferentes formas de apropriação e utilização da terra, da água e dos recursos naturais em seu conjunto, que ainda não são formalmente reconhecidas e instituídas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Segundo Almeida este é “[...] um aspecto frequentemente ignorado da estrutura agrária brasileira refere-se às modalidades de uso comum da terra.” (2008, p. 133).

A partir das informações levantadas durante a pesquisa, foi possível verificar que o território foi sendo paulatinamente ocupado de forma que, atualmente, em todo e qualquer lugar dentro do território é possível verificar marcas, vestígios de ocupação das famílias, (FIG. 24).

**Figura 24 – Ilustração da ocupação territorial da comunidade Tradicional Cabeceira do Piabanha.**



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor, junho de 2018.

As famílias estabeleceram uma ocupação comunitária regular do território, obedecendo a uma relação espaço-tempo. Com exceção das áreas de matas que são destinadas ao extrativismo, as demais áreas sempre estiveram ocupadas alternadamente, ora por moradias, ora por roças, principalmente de feijão, milho e mandioca e na ausência destas com pastagens para criação de bovinos. Esta última atividade foi abolida com a chegada do Parque Estadual do Alto Cariri a partir de 2008. As dinâmicas ali empreendidas são evidências de uma estratégia de defesa territorial utilizada contra possíveis investidas de antagonistas.

A ocupação foi mais efetiva na ausência da estrutura de poder exercida pela fazenda na década de 1990 como analisado no capítulo III. Com a ausência dos fazendeiros

foram criadas as condições necessárias para instituir um espaço físico e social, ou melhor, um território livre das formas de dominação antes existentes, permitindo à comunidade a reprodução do modo de vida próprio que lhe garante sua reprodução sociocultural.

A partir deste período as famílias estruturaram um território comunitário ajustando as “dinâmicas espaçotemporais” (CARDOSO; MODERCIN e PARRA, 2011, p. 165), onde a liberdade entre os comunitários é o elemento edificante. A maioria dos comunitários ao falar do território traz em seus depoimentos expressões que caracterizam o território como espaço de liberdade. Como pode ser perceptível nas palavras da comunitária Marinez,

Eu sempre disse aqui, que a Piabanha é a mãe de todo mundo. É uma casa que ninguém pede licença ninguém para poder entrar. Cê chegou, se é filho do lugar, cê saiu, que nem esse povo que saiu tudo, chegava e falava vou morar na Piabanha, vinha fazia um barraco lá que era tudo de barro mesmo. Fazia, escolhia um lugar e fazia casa lá, fazia roça e morava. Sempre foi assim. Ninguém nunca pediu autorização ninguém para fazer uma casa pra poder morar. Num tinha esse negócio de pedir autorização não. Era, cê chegava lá, fazia e pronto.” (Informação verbal)<sup>82</sup>.

Outro elemento que evidencia essa liberdade, era a tradição de mudar o local de moradia sempre que se desejava, seja para ficar mais próxima de cursos d’água, para um local de melhor acesso ou porque os animais estavam adoecendo/morrendo, pois crêem que quando ocorrem surtos de doenças/mortes de animais, o local está infectado e mudando a moradia de local evitam as perdas/mortes, principalmente das galinhas. Mas também, essa dinâmica de rodízio de moradias possibilitou um uso mais regular de todas as áreas do território, pois a área desocupada nunca ficava ociosa. Quando não era possuída por outra família, geralmente permanecia com cultivos em seu entorno ou era destinada para pastagens.

A família de Luzeni e Juarez (Tatá) era uma das famílias que mudava com frequência dentro do território. “Antigamente a gente fazia, eu mesmo morei em sete casa com essa que nós tá. Fazia e quando não gostava daquela desmantelava, fazia outra. A roça é a mesma coisa” (Informação verbal)<sup>83</sup>.

Que nem a gente tem essas roças, se a gente resolvesse ir embora, a gente pegava e vendia pra quem quisesse comprar. Cê vendia o direito de ser trabalhado. Então cê trabalhou ali, a não ser, se abandonou lá, não trabalhou lá mais, cê podia só até perguntar, o fulano cê vai trabalhar em tal assim, assim ainda? Se não, então vou fazer uma roça lá. Aqui sempre foi assim. Aquela roça que é de Manelim hoje, ali foi de Valdinei irmão de Bi, depois foi de Tatá e agora é de Manelim. Nunca teve

---

<sup>82</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018

<sup>83</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018.

esse negócio, ah! isso aqui é meu ou isso aqui é de fulano não. (Informação verbal).<sup>84</sup>

O depoimento acima é revelador do regime comunitário empreendido no território Cabeceira do Piabanha. Segundo Almeida (2008), o regime de uso comum de um território garante a uma comunidade tradicional a condição de reprodução autônoma de seu modo de vida. Para o referido autor uma das formas que as comunidades encontraram para instituir um território de uso comum é na ausência do grande proprietário ou quando o poder exercido por este está debilitado.

Essa situação é notória no caso em estudo, primeiro a partir das “formas de resistência cotidiana” (SCOTT, 2002), como a “obediência” aos mandos dos fazendeiros durante cerca de 30 anos e, depois com a ausência dos fazendeiros devido à morte dos mesmos, os comunitários foram construindo e conduzindo “[...] formas organizativas, segundo os ditames de uma cooperação ampliada e de formas de uso comum da terra e dos recursos hídricos e florestais.” (ALMEIDA, 2008, p. 145).

Por parte das famílias pioneiras da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, sujeitar as regras da fazenda, mesmo em condições degradantes, até final dos anos 80 do século passado tornou-se praticamente o único meio para permanecer no território e à possibilidade de continuar mantendo seu modo de vida vinculado a terra. Durante este período, todas as famílias eram obrigadas a trabalhar 03 dias por semana nas fazendas Monte Cristo ou Lua Nova, esta última distante da comunidade cerca de 12 km e a primeira fazenda se estendia da comunidade até próximo da cidade de Salto da Divisa. Quando o pai não podia ir trabalhar, por motivos de doença ou outro qualquer, era obrigado a mandar um dos filhos no lugar. “A não prestação dos serviços implicava na expulsão das famílias de suas casas e roças, tendo que abandonar a comunidade que haviam fundado.” (LEAL & VILARINO, 2017, p. 14).

Ainda segundo Almeida (2008) para as comunidades tradicionais, o território de uso comum é instituído não só por necessidade produtiva, pois para fazer roçados em áreas de mata e manter suas atividades produtivas, a unidade familiar dá conta sozinha. O que está em jogo também são questões de ordem política para preservação da comunidade, ou seja, é uma forma de defesa territorial. “Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar

---

<sup>84</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.



vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso a terra frente a outros grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados.” (p. 145).

Com a ausência da estrutura de poder exercido pela fazenda, as famílias estruturaram um território comunitário constituído principalmente, no compartilhamento da terra para construção de moradias e para produção. O uso comunitário se expande também, para os demais recursos naturais, como a utilização da água com diversos usos, da mata para extração de espécies vegetais e para a caça, entre outros.

Para Almeida (2008), o regime de propriedade de uso comum em uma comunidade tradicional “[...] funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes.” (p. 133).

A defesa do território para os comunitários de Cabeceira do Piabanha representa acima de tudo, a defesa do lugar de vida frente aos processos de expropriação em que foram submetidos. Com suas variadas formas de resistências, buscaram e ainda buscam proteger o território casa, “mãe de todo mundo” onde se vive em liberdade. É a defesa de um território identitário, como diz a Marinez: “pra mim, sempre eu falei, acho que a Piabanha é a nossa identidade. É parte da gente!” (Informação verbal).<sup>85</sup> Assim, as inspirações para defender o território brotam das relações socioambientais imbricadas destas territorialidades, ou seja, dos “[...] vínculos socioculturais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos.” (LITTLE, 2002, p. 10). É a defesa da “terra natal”, lugar que “de fome ninguém não morre, de sede pior”, como disse Nivaldo,

Então, a importância aqui é muito. É nossa terra natal, é nossa mãe, é nosso pai. Aqui a Cabeceira do Piabanha é só um lugar que eu não consigo tirar da minha mente em momento algum. De tudo já passamos, muitas fases boas, muitas ruim também, que tem a boa e a ruim, mas é um lugar, é a vida da gente. Lugar rico. É um lugar que vale tudo na vida, vale a pena viver. Vale da Piabanha, vale nós ama você! Porque é um vale rico de água e pão. Nesse vale, nessa cabeceira, de fome ninguém não morre, de sede pior. Então é um lugar que a gente deve valorizar cada vez, cada dia e jogar a Deus pela luta da gente, pelo companheiro que ajuda. Pela defesa pra Deus abençoar que isso tudo vai dar um finalização nessa luta pra nós continuar nossa vida, que nós precisamos daqui, só tá precisando de uma coisa, de paz. Pra nós voltar nossa vida de 2014 atrás. (Informação Verbal).<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018.

<sup>86</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 17/02/2018.

Segundo Alfredo Wagner (2008), o regime de uso comum de um território é uma modalidade de apropriação da terra, que se desdobraram em contraposição ao sistema capitalista de apropriação da terra. A apropriação comunitária de um território ergue-se como um "artifício" de defesa do chão de morada e cultivo, como lugar de produção e reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais. É uma alternativa de apropriação territorial que as comunidades encontraram para garantir suas condições materiais de existência. Tais formas foram se dando principalmente, em lugares periféricos à grande propriedade, ou mesmo, em lugares tidos até pouco tempo, como não apropriados à expansão do capital.

Para Cardoso; Modercin e Parra (2011), regimes de uso comum “são definidos como arranjos institucionais coletivos que regulam o acesso, uso, manejo e domínio dos recursos naturais. Este tipo de regime refere-se a um conjunto de regras e direitos estabelecidos por grupos locais para o uso de um determinado bem ou recurso comum.” (p. 151).

Mckean e Ostrom (2001), compreendem que regime de uso comum é um tipo de propriedade privada compartilhada entre um grupo de indivíduos que fazem uso mútuo de determinado território. Os autores ainda nos dizem que “[...] regime de propriedade comum referem-se aos arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos” (p. 81).

Nas palavras de Cardoso; Modercin e Parra (2011), em uma comunidade tradicional as formas de acesso à terra e aos recursos naturais ali existente, “bem como sua transmissão, é definido pelas formas tradicionais de ocupação, com base na posse comum. A posse individual de parcelas de terra é garantida aos membros do grupo étnico por meio dos laços consanguíneos e de afinidade.” (p. 165).

Segundo Almeida (2008), em terras de uso comum, as atividades produtivas, são exercidas tendo em vistas, não apenas a tradicionalidade, ou seja, por ser uma comunidade constituída por laços de parentescos, compadrio e vizinhança ou outros, "mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais." (p. 134). Mckean e Ostrom (2001), afirmam que uma propriedade em regime de uso comum "fisicamente se caracteriza como uma unidade coesa, ao invés de constituído por partes descoordenadas." (p. 84).

Almeida (2008), afirma que em um território de uso comum, o controle não é instituído legalmente, mas o “controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social.” (p. 133).

Na comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha não possui um órgão formalmente constituído, onde ocorra eleições que regule o uso do território. As instâncias de decisões se dão nas relações socioculturais e de forma negociada entre os comunitários de acordo com a realidade, ou seja, a partir da disponibilidade dos recursos (terra, água e matas) existentes dentro do território. Se for filho do lugar e o espaço está livre, não precisa pedir licença a ninguém.

A persistência dos comuns, que se deu no âmbito dos espaços e recursos florestais e agrícolas, no manejo do território e de infraestruturas comunitárias, é resultante de estratégias “invisíveis”, cotidianas de resistência, ainda pouco descritas. (CARDOSO; MODERCIN e PARRA, 2011).

No caso em estudo, a partir da nossa observação, considerando apenas as características físicas do território, pode-se afirmar que existem possibilidades para ser dividido fisicamente. Mas os comunitários o mantêm indiviso, isso é um forte indício de que, a não delimitação física é uma estratégia de resistência frente às pressões historicamente sofridas.

Segundo McKean e Ostrom (2001), propriedades de uso comum podem apresentar maior eficiência administrativa. Os autores ainda afirmam que “a criação de regimes de propriedade comum pode ser uma maneira de institucionalizar as regras coletivas de manejo - que atuem como cercas imaginárias e jûris informais e internos aos grupos usuários.” (p. 86). Os referidos autores dizem que na prática “cercas podem se tornar barreiras efetivas contra animais, mas não contra seres humanos.” (p. 88). Sua ausência pode ser uma estratégia de resistência. Na comunidade estudada essa é uma situação bem típica. A opção por propriedades parcelares seria pouco efetiva contra as investidas dos fazendeiros. Ser um território indiviso e livre para quem é do lugar garante uma ocupação permanente e têm gerado empecilhos para ser apropriado por outros que não são membros do grupo.

Um fato que ocorreu recentemente na comunidade, tornou explícito que está é uma estratégia que pode trazer resultados efetivos. Os fazendeiros que atualmente alegam possuir direito de propriedade dentro do território da comunidade têm assediado as famílias

com ofertas em dinheiro pela aquisição dos seus direitos de posse e benfeitorias. Diante das pressões vivenciadas, 04 famílias (o patriarca Manoel Cachoeira e as famílias de seus 03 filhos) deixaram o território, após fechar acordos extrajudiciais com um dos pretensos fazendeiros. Com a saída destas famílias, os fazendeiros tentaram possear a área que era ocupada pelas 04 famílias. Não tiveram êxito, pois não existiam limites físicos (como cercas) que identificasse tal área. Assim, as famílias remanescentes continuaram com a posse total do território. Claro que os opositores insistiram de todas as formas possíveis. Além de colocar gado e destruir roças e moradias, impetraram uma ação judicial contra a comunidade. As famílias também buscaram outras estratégias de defesa para além da condição territorial ali engendrada. Entre as estratégias empreendidas, assim como os fazendeiros, utilizaram também a via judicial para se defenderem.

Isso pode ser evidenciado em muitos outros exemplos que os comunitários contaram. Durante a pesquisa os comunitários relataram que muitas famílias foram expulsas do território pelos seus opositores. Vejamos nas palavras do comunitário Nivaldo: “meu sogro foi o primeiro, o Antônio Branco, Antônio de Euvira, Antônio da Cesta, Antônio Moura, Otaviano, meu tio Damião e Agenor. Mais, foi muita gente. Mas agora que tô lembrando, foi esses.” (Informação verbal).<sup>87</sup> A saída forçada destas famílias não ocasionou situações efetivas para os fazendeiros tomarem o território da comunidade. As áreas desocupadas foram sendo silenciosamente ocupados pelas famílias que permaneceram.

Segundo McKean e Ostrom (2001), não se pode negar que alguns regimes de propriedade de uso comum falhem, ou seja, em alguns casos, não são eficientes. Mas é um erro gravíssimo considerar que regimes de propriedade de uso comum seja coisa do passado e que, na contemporaneidade, sejam inoperantes e/ou incompatíveis. Os autores afirmam que existem argumentos teóricos e muitos exemplos que indicam que, em muitas circunstâncias, os regimes de propriedade comum são adequados.

Almeida (2008), afirma que os regimes de uso comum são resultantes de uma variedade de recursos concebidas historicamente por diversos “[...] segmentos camponeses para assegurar o acesso à terra, notadamente em situações de conflito aberto. Para tanto, foram sendo erigidas normas de caráter consensual e consoantes crenças mágicas e religiosas, mecanismos rituais e reciprocidades econômicas positivas.” (p. 139).

---

<sup>87</sup> Nivaldo Morais Nascimento, 37 anos – 09/02/2018.

## 4.2 Território Cabeceira do Piabanha: “Nossa Identidade, Parte da Gente!”

Iniciando esta parte, vamos trazer um pouco sobre o significado de território. Claro que não vamos aprofundar em sua complexidade, mas vamos trazer alguns elementos que a nosso ver, contribui para um melhor entendimento do caso em estudo, ou seja, faremos um diálogo com elementos constitutivos do território da comunidade pesquisada e alguns conceitos de território cunhados pelos autores Haesbaert (2006), Saquet (2009), Little (2002) e outros.

No primeiro momento, cremos ser relevante para os objetivos aqui propostos, trazer a reflexão de Rogério Haesbaert (2006). Este geógrafo nos diz que o território é relacional, pois congrega um conjunto de relações sociais, mas também é relacional pelo fato de abranger uma relação complexa "entre processos sociais e espaço material" (p. 55). O território ainda é relacional, no sentido da percepção de que ele não significa apenas enraizamento, estabilidade, limites e/ou fronteira. O território não é estático, ele tem movimentos, fluidez e conexões. Nele está impresso elementos históricos.

Haesbaert (2006), acrescenta que, “cada grupo cultural e cada período histórico funda sua própria forma de "vivenciar" integralmente o espaço” (p. 66). Para Saquet (2009), “o território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.” (p. 81). Sobre essa dinamicidade do território, recorremos a Pedro Demo, pois ele nos diz que a “[...] a realidade social é prenhe, sempre grávida, em fermentação” (1995, p. 39).

Assim, não podemos perder de vista que o território é socialmente construído. Little (2002), afirma que qualquer território é resultado de processos sociais e políticos construídos historicamente, pois um território é derivado diretamente de comportamentos de territorialidade de um grupo social. Para Saquet (2009), “o território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens.” (p. 81).

Essa concepção de construção histórica de um território é latente nas formas de construção das moradias, no modo de produção, nas relações de reciprocidades entre as famílias, nas formas de conceber a natureza, nas práticas agroextrativistas adotadas pelas

famílias da comunidade estudada. O território Cabeceira do Piabanha é produto de ações concretizadas historicamente, considerando o fator espaço-tempo, ou seja, como diz Saquet (2009), em períodos distintos e justapostos, gerando distintas paisagens. Foram construções tecidas a partir de experiências transmitidas pela tradição que tem garantido a permanência de parte das famílias que historicamente constituiu a comunidade.

Os processos produtivos adotados pelas famílias são ajustados a partir de modos historicamente constituídos, com uma diversidade considerável. O arranjo espacial das áreas produtivas (roças) presentes no território revela que a organização ali presente é compatível com as condições materiais e imateriais existentes. Cabe ressaltar que sempre houve momentos de altos e baixos, em função de pressões de antagonistas. Portanto, houve “continuidades e discontinuidades no tempo e no espaço” (SAQUET, 2009, p. 88), o que tem levado a comunidade a ajustar suas práticas de acordo com a realidade do momento vivido. Segundo Saquet (2009), o território é composto por relações sociais, reciprocidades, concorrências e coesões, mas também por conflitos, tanto internos quanto externos. Assim, o território objeto desta pesquisa não está alheio a estas questões.

Haesbaert (2006), afirma que para as comunidades tradicionais os vínculos territoriais são para além do “mais elementar - terra/terreno” - como base primeira da reprodução social, como espaço de morada e local de botar a roça como fonte de autossustentação. O território envolve sempre “uma dimensão simbólica-identitária” (p. 67). O território é revestido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Como dizem os comunitários de Cabeceira do Piabanha: “a Piabanha é a nossa identidade. É parte da gente!”, a Piabanha é tudo, é mãe! (Informação verbal).<sup>88</sup> “Lugar rico. É um lugar que vale tudo na vida, vale a pena viver. Vale da Piabanha, Vale nós ama você!” (Informação verbal).<sup>89</sup> “Um lugar como esse aqui nós num acha em canto nenhum.” (Informação verbal).<sup>90</sup> “Eu sou muito apegada com essa terra aqui. Eu não tenho, eu nunca tive vontade de sair dela. A gente ta no lugar da gente e vai afirmando mais ainda.” (informação verbal).<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Marinez, 39 anos, 17/02/2018.

<sup>89</sup> Nivaldo Moraes nascimento, 37 anos, 17/02/2018.

<sup>90</sup> Juarez Ferreira Nascimento, 55 anos, 17/02/2017.

<sup>91</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018.

Assim, o território é definido pelo princípio sociocultural de identificação, pelo sentimento de pertencimento, de “apego”, “lugar único”, “parte da gente”. Não é apenas uma posse, onde habita as famílias, mas é uma parte da identidade da comunidade.

Little (2002), afirma que um território é constituído de várias territorialidades. Uma territorialidade é definida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território.” (p. 3). Portanto, a territorialidade pode ser compreendida como condição para a existência do território. Assim, “a territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional.” (SAQUET, 2009, p. 83). Nas palavras do referido autor, qualquer território é resultado de processos sociais e políticos construídos historicamente, pois um território é derivado diretamente de comportamentos de territorialidade de um grupo social.

Segundo Little (2002, p. 4), um “outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.” Na constituição dos territórios sociais, existem outros componentes essenciais que são “os vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos.” (LITTLE, 2002, p. 10).

Na comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha o poder da territorialidade se manifesta por meio dos processos de ocupação e de identificação, como sentimento de pertença ao território, “nossa identidade e parte da gente”. É o lugar que “[...] dá nós o pão de cada dia, dá nossa alegria aqui dentro.” (Informação verbal).<sup>92</sup> Mas também se manifesta nas festas, nas crenças e na relação ser humano natureza.

No caso em estudo, mesmo não tendo juridicamente o direito de propriedade, as relações territoriais são bem enraizadas, são vivas na memória do grupo. A questão legal não é fator preponderante. Segundo Little (2002), a territorialidade não se expressa por meio da lei ou de títulos de propriedade. A territorialidade de uma comunidade tradicional “se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.” (p. 11). Para este autor “a memória espacial nem sempre se refere a um lugar primordial de

---

<sup>92</sup> Juarez Ferreira Nascimento, 55 anos, 17/02/2017.

origem do grupo, mas pode se modificar para atender a novas circunstâncias e movimentos.” (p. 11). Como disse a comunitária Taís: “aqui, essa terra pra gente é tudo né, principalmente pra mim. Independente de ter vindo praqui com 4 anos, me apeguei muito, tenho muito amor aqui. Tenho uma filha criada aqui né, que é a Tainá e nasceu e criou aqui. E assim, aqui a gente tem tudo.” (Informação verbal).<sup>93</sup> Não é a terra natal, mas os vínculos territoriais de pertencimento estão presentes.

O território tem uma dimensão representativa, valor simbólico e identitário. É diferente do valor utilitarista, pois este não considera todas as dimensões existentes. Para além do território fonte de recursos, como nas palavras do comunitário Nivaldo: “Um Vale rico de água e pão. Nesse vale, nessa Cabeceira, de fome ninguém não morre, de sede pior.” (Informação verbal).<sup>94</sup> Para Haesbaert, o território é tomado de forma mais intensamente por meio da “apropriação simbólico-religiosa” (2006, p. 50). Este autor acrescenta que a força simbólica do território para as comunidades tradicionais é muito grande, “[...] é um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos.” (p. 51). O território deve ser concebido também numa perspectiva dialética, pois o território é composto essencialmente por um conjunto de relações sociais ali construídas.

Para explicar como um grupo social se relaciona internamente com seu respectivo território, Little (2002) utiliza o conceito de cosmografia. Onde território é concebido “como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.” (p. 4). O autor afirma também, que a cosmografia de um grupo é composta também de “seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” (LITTLE, 2002, p. 4).

Na comunidade pesquisada o regime de uso comum do território, associado a outras territorialidades garante a comunidade as condição de reprodução “autônoma” de seu modo de vida. Entre os marcos territoriais mais expressivos, destacam-se a dinâmica organizativa das moradias dentro do território, as áreas de uso comunitário (áreas das roças, águas e a mata para o extrativismo), manejo dos recursos e uso sustentável dos recursos são estruturantes das relações na Cabeceira do Piabanha. Essas relações territoriais instituídas

---

<sup>93</sup> Taís Teixeira Reis do Nascimento, 27 anos, 10/01/2018.

<sup>94</sup> Nivaldo Moraes nascimento, 37 anos, 17/02/2018.



pelos comunitários têm construído a identidade da comunidade. Os antropólogos do MPMG: Jonas V. Leandro Leal e Marcelo Vilarino assim relataram,

Os critérios de pertencimento acionados pelos membros da comunidade Cabeceira do Piabanha estão relacionados ao trabalho na terra necessário à atividade da agricultura, bem como a outras atividades produtivas, assim como à uma identificação dos membros da comunidade com a terra onde vivem. Nesse sentido são recorrentes as formulações das pessoas da comunidade que fazem referência a essa relação íntima, quase familiar com a terra onde vivem. Expressões como “essa terra é nossa mãe” ou “nós conhecemos as veias da terra”, frases que dão testemunho dessa relação fundante da comunidade com a Piabanha, são constantes nas conversas com os comunitários. À filiação à terra (mãe: geradora e nutriz), somam-se os vínculos relacionadas ao parentesco, por filiação ou ascendência, e os casamentos preferenciais, sobretudo dos moradores da Piabanha entre si e com os moradores do Cariri. (LEAL & VILARINO, 2017, p. 25).

Outros elementos ali impressos são reveladores dessa forte identificação com o território. O nome Cabeceira do Piabanha, segundo os comunitários foi uma estratégia para diferenciar o território de outros, pois o córrego Piabanha é muito extenso (mais de 40 km) e tem outras localidades. A estratégia de nomear os lugares como forma de identificação se estende para outras localidades dentro do território.

Dentro do território existem 18 cursos d’água e a maioria são nominados a partir de referências locais, (córregos: da Lata, Antônio Moura, dos Bois, do Abacaxi, do Chuchu, da Roça de Manoelzinho, da Roça do Agnaldo, Seco, da Mumbuca, da Malacacheta, do Zé Besouro, da Barragem, José Maria, Lajedo, da Gameleira, da Roça do Chiquinho, do Alexandre, da Casa do Chiquitinho). Todos estes nomes tem um significado para a comunidade.

Outro fator de identificação que a comunidade trás sempre como um dos mais importantes é a questão hídrica. Além do córrego Piabanha e os 18 cursos d’água, diferente do restante de quase toda a região, os períodos de chuva no território são muito mais frequentes. Segundo os comunitários chove praticamente todos os meses do ano. Isso foi percebido por nós durante a pesquisa. Pois, em mais de uma vez, ficamos sem poder entrar ou sair do território, porque as estradas ficaram intransitáveis por causa de chuvas. No mês de junho do corrente ano, ficamos 05 dias consecutivos sem poder sair do território. Essa riqueza hídrica da comunidade foi assim relata por Leal e Vilarino,

A comunidade tem ainda, como um de seus elementos diacríticos centrais, a percepção de que a vida na Cabeceira do Piabanha, em oposição à sociedade envolvente é marcada pela abundância de água assim como pela fartura, entendida aqui como afluência de alimentos provenientes do trabalho dos moradores em associação com os recursos disponíveis no território. A existência e centralidade de tal traço diacrítico aponta para a importância da relação com o meio ambiente na conformação da identidade dos moradores da Cabeceira do Piabanha, e termina por

se traduzir em atitudes práticas nesse sentido, como, por exemplo, no abandono pela comunidade da pecuária bovina com o intuito de preservar as nascentes e das áreas de preservação permanente à margem dos córregos, bem como a troca de áreas de cultivo tradicionalmente utilizadas por outras, que reduzem o impacto das atividades produtivas sobre os recursos ambientais disponíveis no território. (2017, p. 14).

No território as práticas de solidariedade e reciprocidades também são elementos importantes na construção da identidade territorial do grupo. Entre as práticas comunitárias mais expressivas, estão aquelas ligadas ao trabalho, conhecidas pelos comunitários por batalhão (mutirão), sendo quase sempre destinados à construção de casas, manutenção de estradas e pontes, limpeza e manutenção do cemitério, e as atividades relacionadas às festas da comunidade (festas juninas, natalina e ano novo, festa de aniversário, batizados e casamentos).

Os momentos festivos mais marcantes são as festas juninas e natalinas. Estas são festas muito importantes para a comunidade, pois proporcionam momentos de re-encontros entre os comunitários residentes com aqueles que saíram do território. As festas juninas perduram por dias. As famílias tradicionalmente têm a prática de reservar um porco, assim que acabam as festas de São João do corrente ano para o São João do próximo ano. Ao perguntar sobre a ocorrência de morte do porco escolhido, disseram que isso não ocorre. Mas disseram que se não for utilizado no próximo ano (São João) como foi planejado, morrerá. Acrescentaram que isso já ocorreu no território.

Ainda acrescentam aquelas práticas ligadas às crenças como: devoção à Nossa Senhora das Grotas – padroeira do território; celebração de missas e cultos aos pés da imagem que fica localizada em uma árvore no quintal da residência da família de Juarez (Tatá) e Luzeni, onde se localiza o ponto de encontro de festas e reuniões da comunidade. Também é presente o costume de celebrar na sexta-feira santa, quando a comunidade se organiza para, em forma de mutirão, realizar a limpeza e manutenção no cemitério, bem como orar pelas almas e queimar velas em homenagem aos antepassados. Ainda é presente a prática da benzeção, como forma de cura para vários males: mau olhado, bicheira em animais, inzipa (erisipela), quebrante, carne quebrada e nervo rangido.

Ainda é relevante acrescentar, que é presente entre os comunitários a crença na existência dos encantados defensores das matas, como a caipora<sup>95</sup>. Estas e muitas outras práticas, somadas aos laços de parentesco e compadrio reforçam os sentimentos de pertencimento ao território.

Cremos que esse conjunto de relações assentadas no território da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, se edificam como resistência à opressão histórica sofrida. Segundo Fabrini este conjunto de resistências construídas pelos “camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos [...]”. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana.” (2008, p. 240).

#### **4.3 As formas de resistência cotidiana como estratégias de defesa territorial**

Como vimos anteriormente, as formas de ocupação socioculturais e espaço temporais que as famílias empreenderam no território de Cabeceira do Piabanha, somadas as demais territorialidades funcionam como fatores de identificação, força e defesa do território comunitário. (ALMEIDA, 2008). Se observadas as estratégias de ocupação em períodos históricos, é perceptível que, em todos os momentos históricos a comunidade detinha a posse do território, não deixando opções de apropriação real pelos fazendeiros.

No decorrer do processo histórico, desde a ocupação, em 1952 pelos pioneiros, até a atualidade, a comunidade sofre processos expropriatórios. Em muitos momentos e por meio de mecanismos diversos, os antagonistas (fazendeiros, Estado e empresa) tentaram impedir as famílias de reproduzir seu modo de vida. Muitas foram expulsas, outras permanecem resistindo. Tais processos de expropriação ocorreram e/ou ocorrem, ora pelo modelo de ocupação predatório que a fazenda impôs na região, ora pelo modelo de conservação

---

<sup>95</sup> A Caipora, ou Dona-da-mata é o espírito (encantado) que habita as matas e que regula o uso de seus recursos, tanto dos animais quanto das plantas. Para se adentrar nas matas deve-se pedir licença à Caipora e se fazer oferendas a ela, sob risco de, ao não fazê-lo, ficar perdido na mata, ser mal sucedido na caça ou coleta, assustar outros animais (cães e galinhas), e até se defrontar com o espírito do encantado em meio à mata. A Caipora é uma figura feminina, e por extensão todas as demais referências ao feminino são também negativamente relacionadas a atividade de caça. Em alguns dias especiais a Caipora estaria menos receptiva aos caçadores, como na Semana Santa e nos dias dedicadas às santas femininas. No dizer da comunidade, mais que os guardiães e espíritos da floresta, as Caiporas seriam a essência sagrada das matas e dos animais que ali habitam. A Caipora e os demais encantados - também denominados dona-da-mata, mãe-do-catitu, mãe-da-paca, - seriam indissociáveis ao lugar. (LEAL & VILARINO, 2017, p. 19).

ambiental vigente e, atualmente, com a aliança tácita dos fazendeiros com a Mineradora Nacional de Grafite e, conta ainda com o apoio do Estado, buscam a qualquer custo despejar as famílias de seu território tradicional.

Mesmo diante dos processos de exploração e expropriação sofridas, a comunidade sempre buscou estratégias de resistências que têm garantido sua permanência no território. Não deixando de considerar que a densidade demográfica é muito menor que antes, pois muitas famílias foram expropriadas.

Segundo Little (2002), quando as comunidades se vêem em situações de conflitos e percebem que o território está em perigo, estas acionam a conduta territorial, apropriando-se de dinâmicas internas que contribui para a unidade do grupo, como forma de proporcionar uma autoproteção, ou seja, “a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.” (p. 4).

Para defender o território as famílias empreenderam muitas dinâmicas organizativas, destacando o uso comunitário, mas não foi só isso, muitas outras estratégias de resistências foram sendo utilizadas como forma de defesa territorial. Por décadas (anos 50 a 80 do século passado) as famílias tiveram que prestar serviços aos fazendeiros, ou melhor, eram obrigadas a trabalhar 03 dias por semana nas fazendas Monte Cristo ou Lua Nova. Também eram proibidas de plantar bens de raiz, como frutas, café, entre outras plantações. A desobediência quase sempre resultava na expulsão das famílias do território. Muitos comunitários relatam que a maioria dos que foram expulsos da fazenda foi porque não foram obedientes ao fazendeiro.

A obediência ao fazendeiro não representa em si, ter medo do fazendeiro. Os filhos do Sr. Manoel Cachoeira são unânimes em afirmar que ele (Manoel) só permaneceu no território porque não contrariava as regras estabelecidas pelo fazendeiro. Como nas palavras de um de seus filhos, “[...] se meu pai não fosse obediente ao fazendeiro, fazendo o que ele queria, nós não estava aqui.”(Informação verbal)<sup>96</sup>

Scott (2002) nos diz que é preciso compreender estas formas de luta como estratégia de defesa dos camponeses/as, pois “entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor

---

<sup>96</sup> Nivaldo Morais Nascimento, 37 anos – 25/06/2018.

defender seus interesses” (p.12). Para Scott (2002), as estratégias de resistência cotidiana empreendidas pelos camponeses/as são lutas de classe que, em geral, apresentam características comuns, tem sua importância dado as circunstâncias que elas ocorrem, pois “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (p. 12).

As formas de resistência cotidiana empreendidas pelos camponeses/as são caracterizadas quase sempre como uma forma de luta diária considerada pequena, solitária, individual. Esse tipo de luta não é formal, não é totalizadora, nem hegemônica, mas está presente nas relações cotidianas. “Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e de jure, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos de facto imediatos.” (p. 223).

Vejamos aqui alguns exemplos de resistência cotidiana segundo Scott: “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante.” (2011, p. 219). Segundo o referido autor “para a maioria das classes subalternas que, de fato, tiveram historicamente escassas possibilidades de melhorar seu status, essa forma de resistência foi a única opção.” (2011, p. 223).

Tomando como exemplo o caso da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, na época da fazenda, a contestação ostensiva era muito arriscada. Pois, “Cê pensa, saia gente amarada, cê vê derrubar casa com gente quase dentro e aí os que ficou ia **teimar**? Os que ficou ia **teimar**? Não teimava não!”<sup>97</sup>

Olha aí ó: Otaviano **testou**, saiu marrado. Meu sogro *testou*, saiu. Não saiu marrado, mas saiu numa forma dessa. Então, se cumpadre Tatá testasse também saia da mesma forma. Porque pai ficou até hoje aí? Que pai é daqueles que, que tudo que eles passava a ordem pai fazia. Era obediente a eles.<sup>98</sup>

Nas palavras dos comunitários, não “teimar”, não “testar” é a mesma coisa que respeitar as ordens impostas pela fazenda, ou seja, ser obediente ao fazendeiro. Mas também, foi uma estratégia de resistência silenciosa que deram resultados, pois permitiu ao Sr. Manoel Cachoeira permanecer com sua família (esposa e 15 filhos), dos quais, 05 formaram famílias e

<sup>97</sup> Marinez Alves da Silva, 39 anos – 17/02/2018, grifos nosso.

<sup>98</sup> Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos – 17/02/2018, grifos nosso.

se estabeleceram também no mesmo local. Em outras palavras, ser obediente era uma estratégia de permanência.

Os filhos de Manoel Cachoeira contam que ele e o fazendeiro eram amigos. Muitas vezes, o fazendeiro mandava o seu motorista buscar o Sr. Manoel Cachoeira e, eles passavam o dia todo conversando na sede da Fazenda Lua Nova, distante cerca de 12 km do território da comunidade. Durante o trabalho de campo (observação), um dos filhos do Sr. Manoel Cachoeira me disse: “meu pai sabe de muitas coisas que passou aqui, ele era cúmplice do fazendeiro. Uma hora vou te contar tudo” (Informação verbal).<sup>99</sup>. Embora, o período de observação chegou ao fim, sem que esse filho revelasse o que são estas “muitas coisas.” Outro filho, durante uma conversa revelou alguns destes atos de cumplicidade, mas pediu para não escrever.

Realmente, com base na teoria de Scott, ou seja, das formas de resistência cotidiana (os atos do patriarca Manoel Cachoeira – não fazer contestações ostensivas, não contrariar as regras da fazenda), são considerados formas de resistência cotidiana. “É dessa maneira, e não através de revoltas, para não falar de pressão política legal, que o campesinato classicamente fez sentir a sua presença política.” (SCOTT, 2011, p. 227).

Dentro do território da comunidade em estudo, é notável uma grande quantidade de forças de resistências, onde as unidades familiares de habitação e produção estão distribuídas dentro do espaço geográfico formando uma organização territorial conexa com as condições materiais, imateriais, ambientais e socioculturais de reprodução dessa comunidade, permitindo a constituição de um território comunitário de resistência.

---

<sup>99</sup> Comunitário filho de Manoel Cachoeira – 24/06/2018.

#### **4.3.1 Modo de Produção como Forma de Resistência.**

Segundo Ploeg (2009), para além das formas de resistência que se configuram como lutas abertas, como greves, protestos, bloqueio de estradas, ocupações, operações tartaruga e etc. e, das formas de resistência cotidiana descritas por James Scott, Ploeg aponta que existem outras formas/espços de resistência cotidiana empreendidas pelos/as camponeses/as e, uma destas formas é o modo de produção camponesa.

A partir do seu modo de produção, os camponeses/as têm criado ou mantido práticas produtivas “contrastantes, como a reciprocidade, trocas socialmente mediadas e empreendimentos voltados para o autoabastecimento, que permitem às pessoas se organizarem para além dos limites do mercado.” (PLOEG, 2009, p. 29). Tais práticas produtivas são entendidas pelo referido autor como formas de resistência que vem contrapor ao modo de produção capitalista na agricultura – o agronegócio.

Guzmán (2011) e Hecht (2002), revelam que os sistemas agrícolas dos povos tradicionais (camponeses/as) são muito importantes para a conservação da biodiversidade. Pois, os sistemas agrícolas adotados por eles tem se mostrado eficientes no melhoramento dos recursos genéticos, bem como na preservação dos mesmos. Estes povos têm como princípios, práticas que, em curto prazo, pode não garantir alta produtividade, mas são práticas que evitam riscos, frente às práticas agrícolas que prezam pela alta produtividade e que causam grandes impactos socioambientais.

Segundo Guzmán (2011), o campesinato é mais que uma categoria, é um sujeito social histórico, é um modo de gestão dos recursos naturais/agroecossistemas locais com várias especificidades, que historicamente, tem se reinventado de acordo as condições, criando novas formas de campesinidade. É uma classe de continuidades adaptada as realidades considerando os fatores espaço e tempo. O campesinato a partir da apropriação dos recursos naturais numa trajetória histórica – sociedades de caçadores e coletores – agricultores; e industrialização – em cada momento, os processos de organização da produção são ajustados dentro de modos constituídos em uma diversidade (buscando a melhor gestão dos recursos naturais disponíveis).

Guzmán (2011), nos diz também, que a partir de uma visão agroecológica, os/as camponeses/as são concebidos como uma categoria social que historicamente – na relação com a natureza – pode ser considerado como uma co-evolução. Os/as camponeses/as para

satisfazer suas necessidades (manter o modo de vida) se apropriaram e se apropriam dos recursos naturais disponíveis, produzindo e consumindo o “necessário” para a sobrevivência, numa relação de reciprocidade ser humano/natureza. Tais relações (sociedade camponesa e natureza) vêm possibilitando a reprodução dos recursos naturais e conseqüentemente, a continuidade do campesinato em sua diversidade. Nas palavras do autor, os/as camponeses/as são considerados como “sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas.” (p. 133).

Segundo Fabrini (2008), o modelo de produção agrícola camponesa é uma prática (agricultura) defensiva ao agronegócio. Sendo o último “caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais.” (p. 263). Diferente do agronegócio, os camponeses/as historicamente têm se apropriado de um modo de produção menos dependentes de “instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas externas”, pois estes, em grande parte, são elementos endógenos, ou seja, “são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas.” (p. 263).

O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território.

Por isso, a dimensão territorial tem importante sentido, não para potencializar o mundo da mercadoria como defendem os adeptos da agricultura familiar, mas reconhecer o território camponês como trincheira de resistência aos esquemas de dominação do modo de produção capitalista. O território vai além de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria no processo de mundialização das relações sociais de produção. (FABRINI, 2008, p. 269).

O modo de produção camponesa é uma importante forma de resistência, principalmente com relação à sustentabilidade, pois a produção camponesa contribui para “construção de soluções locais para problemas globais.” (PLOEG, 2009, p. 27).

Segundo Fabrini (2008), entre os/as camponeses/as é possível constatar, uma variedade de relações ajustadas no território que se edificam “como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo.” (p. 239).



As práticas agrícolas adotadas pelas famílias da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha são tecidas a partir de experiências locais e transmitidas pela tradição. Os processos produtivos são ajustados a partir de modos historicamente constituídos, com uma diversidade considerável. As práticas produtivas são baseadas em amplo conhecimento, compartilhado pelas famílias. Existe uma grande variedade de mandioca (21), banana (12), feijão (05), entre outras como frutas diversas e hortaliças. Muitas destas variedades são cultivadas levando em consideração as condições ambientais presentes no território (tipos de solo, luminosidade, umidade, entre outros elementos). Observamos que cada uma das variedades ou espécies é apropriada para usos específicos, bem como são cultivadas em lugares e épocas específicas, levando em consideração a época do ano (observando os períodos de chuva mais ou menos intensos, ou seja, tempo das águas, seca e das neblinas e as fases da lua)<sup>100</sup>. É um modo de produção baseado na interatividade do ser humano/natureza.

Para Woortmann, K., e Woortmann, E. (1997), na agricultura camponesa, diferentemente da agricultura dita moderna (agronegócio), os/as camponeses/as não fazem correção de solo, pois estes concebem a terra como parte da natureza e mais, é natureza de Deus. Assim, não tem o que ser corrigido, pois se é divino, não existe nada errado. Segundo os autores, os camponeses/as a partir do saber fazer “estabelece-se um diálogo, uma “negociação”, entre as potencialidades da terra, “o que ela quer dar” e as necessidades da família. O homem, ao investir trabalho para realizar as potencialidades da terra, recebe dela a produção, numa relação de troca e de respeito mútuo.” (p. 12).

No caso em estudo, é notável que os comunitários ao longo do tempo e espaço estabeleceram uma relação de reciprocidade com a natureza. O sistema de pousio é uma prática recorrente na comunidade. O pousio ou “descanso da terra” como conhecido na comunidade é assim justificada pelos comunitários: “a terra é como a gente, assim como a gente cansa e precisa de descanso, a terra também cansa e precisa de descanso”. (Informação

---

<sup>100</sup> Um exemplo claro desses conhecimentos associados aparece na escolha dos cultivares de mandioca definidos a partir do produto que se espera e da área em que vai ser feito o cultivo. Os cultivares de mandioca conhecidos como Pretona, Tapicuru e Lisona, por exemplo, não podem ser cultivados em terras muito “fortes”, recém-desmatadas, pouco cultivadas, ou seja, nas áreas em que o solo apresenta muita matéria orgânica. Caso contrário a mandioca ali produzida adquire gosto amargo, só servindo para a produção de farinha de baixa qualidade (LEAL e VILARINO, 2017, p. 21).

verbal).<sup>101</sup> “a gente descansa em um dia ou dois e a terra precisa de mais tempo para descansar.” (Informação verbal).<sup>102</sup>

No discurso desses camponeses, observa-se que há como que uma “humanização” da natureza. O camponês se relaciona com a terra, planta “o que ela quer dar”, e depois de produzir “ela precisa descansar” e necessita de “vitamina”, isto é, adubo. Nesse discurso fica evidente a construção de relações de reciprocidade positiva em que o camponês através de seu trabalho atende ao que ela quer (consorciamento e sementes adequadas, adubo, pousio etc.) e ela por sua vez atende ao que ele necessita, e o provê com o alimento. (WOORTMANN, 2016, p. 62).

Para Ellen Woortmann, “nesse discurso fica evidente a construção de relações de reciprocidade positiva em que o camponês através de seu trabalho atende ao que ela quer [...] e ela por sua vez atende ao que ele necessita, e o provê com o alimento.” (2016, p. 62/63).

Na cosmovisão desses povos, a natureza é a fonte primária de vida que nutre, mantém e ensina. A natureza é, portanto, não somente um fonte produtiva mas o centro o universo, da cultura e base da identidade étnica. No coração desse sentimento profundo de pertencimento está a percepção que todo ser vivo e não-vivo, o mundo natural e social estão intimamente ligados (princípio da reciprocidade). (TOLEDO, 2001, p. 8).

Segundo Diegues e Viana (2004), as práticas produtivas utilizadas pelos povos tradicionais camponeses são importantes para preservação da biodiversidade, pois estas populações “manipulam a flora e fauna desses ambientes inclusive, com práticas agrícolas, como a do pousio, que acabam resultando numa maior diversidade de espécies nesses habitats que nas florestas consideradas nativas.” (p. 19). “Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico.” (FABRINI, 2008, p. 263)

Analisando o modo de produção da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha a partir dos autores Ploeg (2009), Fabrini (2008), Diegues e Viana (2004), Toledo (2001), Gusmán (2011) e Hecht (2002), podemos afirmar que é um modo de produção que têm se colocado como forma uma de resistência ao modelo de produção atualmente conhecido como agronegócio e consequentemente como defesa territorial (contra a fazenda/pecuária extensiva). Mas percebemos que o modo de produção tradicional da comunidade estudada se coloca também, como forma de defesa territorial com relação a outros antagonistas. Isso ficou evidenciado com as mudanças implementadas pelas famílias após a constituição do Parque Estadual do Alto Cariri em 2008.

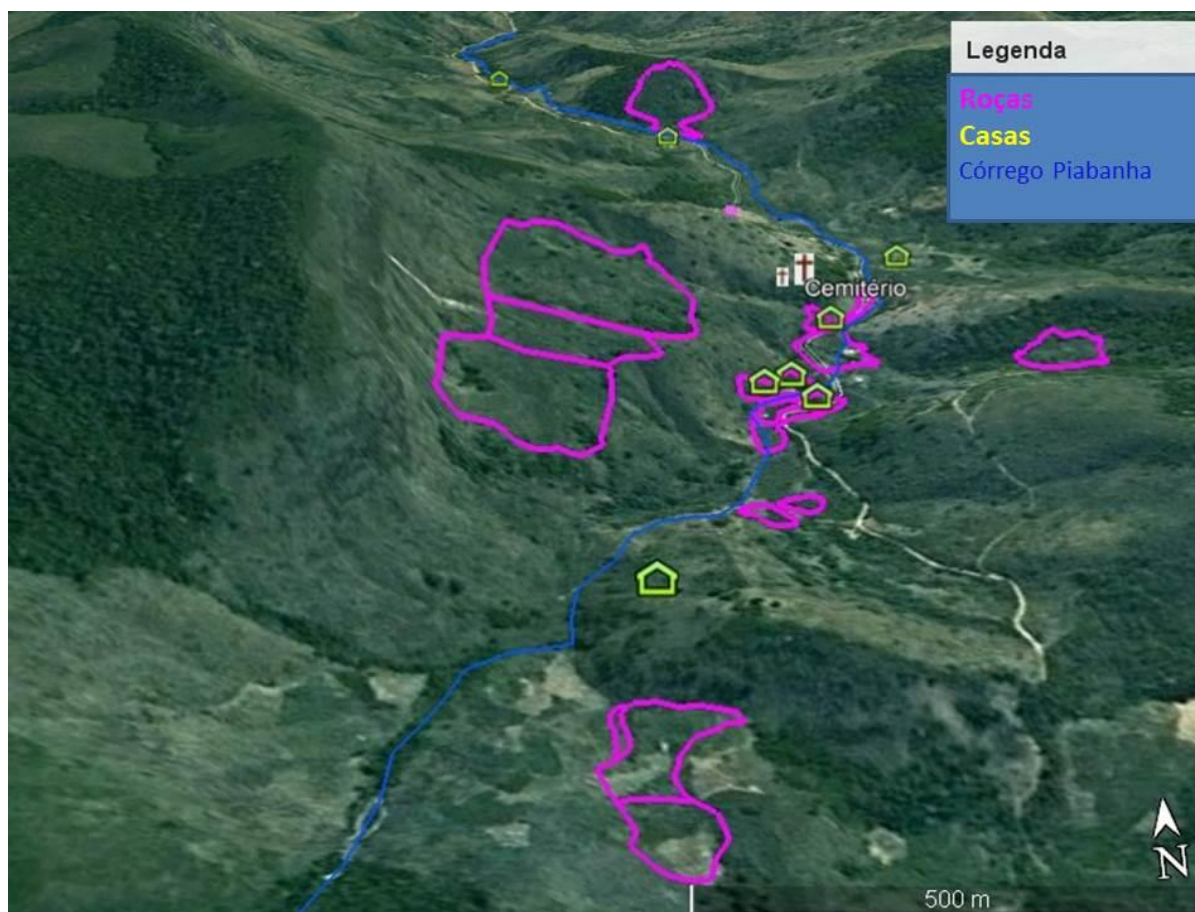
<sup>101</sup> Depoimento de Juarez (Tatá), no dia 10/12/2017.

<sup>102</sup> Depoimento de Luzeni (esposa do Tatá), no dia 10/12/2017.

Com as restrições impostas pelo parque, os comunitários além de abandonar algumas práticas, como a caça e parte do extrativismo, deixaram de fazer as roças em áreas que “põe em risco a preservação das matas” (por evitar risco de incêndios) e aumentou o tempo de cultivo em cada área, ou seja, diminuiu a rotação de área cultivada. Embora isso tenha comprometido a prática costumeira do pousio.

Com apoio da EMATER MG – Salto da Divisa incluíram atividades que antes não eram praticadas, como a criação de peixes e aumentou a produção de banana e hortaliças e cacau. Mudaram as roças de lugar, deixando-as próximas as residências (FIG. 25), e passaram a implantar o sistema de agrofloresta.

**Figura 25 – Ilustração da ocupação territorial na comunidade Cabeceira do Piabanha, destacando roças e moradias atuais.**



Fonte: Google Earth. Adaptado pelo autor, junho de 2018.

Em 2011, começaram a comercializar a produção no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o que permitiu o aumento da produção e consequentemente, melhorou a renda.

Dialeticamente, a adaptação às restrições impostas pelo parque, embora impactem os modos de produção tradicionais, nesse caso, se manifestam como formas de resistência a ameaça maior de perda do território.

Segundo Fabrini (2008), no processo de construção da resistência, a partir de forças locais, destaca-se um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, costumeiro etc. Estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, manifestam-se na produção de autoconsumo e resistência, controle de segmentos do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias, coletivas e de vizinhança.

Na comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha é possível constatar, uma variedade de relações ajustadas no território que se edificam como formas de resistência cotidiana frente aos processos de expansão do capital que, frequentemente tem tentado expulsar as famílias de seu território tradicional. Destacam-se entre tais formas de resistência, as práticas produtivas tradicionais de baixo impacto ambiental, as práticas de solidariedade entre as famílias no processo produtivo destinado ao autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, pois são produtores de maioria de seus próprios instrumentos de trabalho e insumos, os vínculos locais, dentre outros elementos, podem ser considerados como formas de identificação, força e defesa territorial.

### 4.3.2 Outras Formas de Resistências. Resistir para Existir.

Segundo Pimentel e Ribeiro (2016), o território é o lugar da materialidade do saber-fazer tradicional, de constituição das relações familiares, lugar de materialização da cidadania e da garantia de direitos. Para Saquet (2009), o território “[...] é o lugar de todas as relações, trunfo, espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial.” (p. 79).

Até pouco tempo atrás, as formas de resistências cotidianas empreendidas foram “suficientes” para garantir a permanência da comunidade no território. Mas nos últimos 4 anos, a situação de conflitos ficou quase insustentável devido as novas tentativas de expulsão das famílias do território. Diante da situação conflituosa relatada no capítulo III, em 2014, a comunidade procurou ajuda da Comissão Pastoral da Terra e depois vieram outros apoios, como o Programa de Proteção de Direitos Humanos (PPDH) e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Para Fabrini (2008), o território é “portador de conteúdo total e apresenta características que podem favorecer a realização das lutas camponesas.” (p. 259). Mas, o referido autor argumenta que as lutas camponesas (as resistências cotidianas) se ampliam com os movimentos sociais.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas. (FABRINI, 2008, p. 268)

Assim, a estratégia da comunidade de buscar apoio externo é uma forma de ampliar sua capacidade de resistência diante da situação que ficou insustentável apenas com as forças do território. Diante do real perigo da perda do território lugar de vida, foi necessário buscar apoio e ampliar as lutas. Pois, sair do território tradicional significa, além da perda do chão de morada e cultivo, significa também, perda da identidade coletiva da comunidade, ou seja, perda dos elementos simbólicos que sustentam a comunidade. Segundo Haesbaert (2006), ser excluído do território tradicional significa um processo de “exclusão socioespacial”. O território é o lugar onde se encontram enterrado os seus ancestrais. Portanto, perder o território significa perder não só o chão de morada e cultivo, mas também, desaparecer os vínculos com os ancestrais.

Nos relatos dos comunitários sobre uma possível perda do território é notório o quanto a perda pode ser desastrosa para a comunidade. “Então a nossa vida toda foi aqui, num tem jeito. Às vezes, eu imagino, eu tento imaginar, como que é a vida da gente em outro lugar? Não tem como não! A gente vai começar do zero? Como cê começa uma vida do zero? Não tem como não. A Piabanha é tudo, é mãe!” (Informação verbal).<sup>103</sup>

“Então, falo que os moradores não têm intenção de sair daquele lugar. Se for para sair, só saem mortos. Assim diz a maioria. Estou nesse número também. Daquele local não saio.” (Informação verbal).<sup>104</sup> Essa resistência, entre muitas outras justificativas, é nas palavras do comunitário, a defesa do seu modo de vida. É defesa do território e do direito do trabalho na terra. “Isso eu sei fazer, mas comprar uma casa na rua e me dar? O que vou fazer na rua, gente? Não sou pedreiro, não sou profissional, não tenho profissão nenhuma, então preciso da terra, porque vivo da terra, e o lugar em que eu moro não troco por mais nenhum.” (Informação verbal).<sup>105</sup>

Pimentel e Ribeiro (2006), afirmam que “o território tem um valor para a existência multidimensional das pessoas. E o seu remanejamento não é uma simples desocupação de uma área, é sua desterritorialização social, econômica, política e cultural.” (p. 229).

As palavras dos comunitários são reveladoras do significado do território para aquele grupo. As palavras em si são formas de resistência e defesa territorial. Já não são manifestações silenciosas ou até invisíveis, mas são manifestações públicas, ou seja, a escala de lutas se ampliou. Antes eram manifestações cotidianas imbricadas nas territorialidades impressas no território “parte da gente”, agora são manifestações abertas. Os momentos públicos junto a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), os órgãos públicos, como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Ministério Público são arenas que servem como meios para as manifestações em defesa do território tradicional.

---

<sup>103</sup> (Marinez Alves da Silva, 39 anos, 17/02/2018).

<sup>104</sup> (Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos, 12/07/2016. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

<sup>105</sup> (Nivaldo Moraes Nascimento, 37 anos, 12/07/2016. In: ESTADO DE MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

Somam-se as outras manifestações públicas como as caminhadas e protestos, em frente a órgãos públicos, boletins de ocorrência, processos judiciais, notas e vídeos denúncia em redes sociais e diversas audiências públicas e jurídicas são frequentemente utilizadas pela comunidade como forma de defesa.

Segundo Oliveira (2001), as situações de conflito são uma guerra da sociedade contra os valores e comportamentos tradicionais, uma vez que a relação de dominação imposta pelos agentes do “mundo moderno” leva os camponeses a uma condição de “degradação moral.” (p. 258). Segundo esta autora os processos de expropriação em as que comunidades são submetidas “[...] alimenta estratégias de sobrevivência e resistência que, na maioria das vezes, resulta numa contra-cultura portadora de novos elementos simbólicos e novas condutas que precisam ser interpretados.” (p. 260).

Quando conhecemos a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, em 2014, as famílias por meio de seus depoimentos tendiam a negar a existência do Parque Estadual do Alto Cariri, ou melhor, diziam não saber se estavam ou não dentro parque. Mas nos últimos tempos isso tem mudado. Por meio de muitas manifestações, os comunitários têm assumido que são atingidas pelo parque. Isso em si não quer dizer que são defensoras do parque como unidade de proteção integral, ou seja, sem conceber a presença das famílias dentro do mesmo. Os comunitários são unânimes em afirmar que o parque trás problemas para a comunidade. Mas afirmam que é melhor se adaptar a nova realidade (restrições) e permanecer no território que correr o risco de ter que sair.

Ao sujeitar as regras impostas com a implantação do parque, a comunidade está defendendo sua permanência no território. Pois, com o parque estão tendo condições de continuar, mesmo que não se sabe por quanto tempo. Mas isso se dá diante de outros perigos de perda do território, como explicito nos dois breves depoimentos: “com o parque aí ta bom, o problema é o fazendeiro.” (Informação verbal).<sup>106</sup> “É mais fácil viver com o parque do que com a tentação do fazendeiro que é difícil.” (Informação verbal).<sup>107</sup> Com estes depoimentos, os comunitários não estão defendendo a existência do parque, é uma defesa do próprio território, diante das ameaças protagonizadas pelos fazendeiros que coloca em cheque a permanência no território. Diferente de antes, atualmente até se identificam como moradores do Parque Estadual do Alto Cariri, conforme figura a seguir.

---

<sup>106</sup> Givanildo Ferreira do Nascimento, 31 anos, 10/01/2018.

<sup>107</sup> Luzeni Ferreira da Silva, 53 anos, 10/01/2018).



**Figura 26 – Faixa fixada em frente a residência da família de Nivaldo e Marinez.**



Fonte: Autor, janeiro de 2018.

Também dizem que após a criação do parque, atividades tidas pelos agentes ambientais como ilegais, como a retirada de madeira foram inibidas. Ao mesmo tempo em que o parque é limitador da liberdade, por outro lado, “afastam” aqueles que se apropriam do território indevidamente e até “afastam”, mesmo que temporariamente, aqueles que são uma ameaça a sua permanência. Pois ao se identificarem como moradores do parque, em tese, estão dizendo que os fazendeiros não têm direitos de posse, pois a área foi desapropriada pelo Estado para criação do Parque e, portanto é uma área de interesse público. Isso caracteriza como uma forma de resistência frente à realidade conflitiva. As formas de resistência empreendida pela comunidade devem ser entendidas como forma de garantir a sua existência enquanto comunidade tradicional.



### 4.3.3 Comunidade Tradicional Agroextrativista e Artesã: uma identidade coletiva.

Outra arena de luta empreendida pela comunidade é a autodefinição como comunidade tradicional agroextrativista e artesã. As famílias da Cabeceira do Piabanha apresentam uma forma de vida baseada na agricultura tradicional, no extrativismo vegetal e no artesanato. Embora o extrativismo esteja em decadência devido às restrições impostas após a criação do Parque Estadual do Alto Cariri em 2008.

Como forma de exemplificação, citamos aqui alguns tipos de objetos de artesanato fabricados e utilizados pela comunidade e os vegetais extraídos de maior importância para a comunidade: vassouras de rejera, jequiá e imbé (tipos de cipós existentes no território), (FIG. 27). A confecção de vassouras é uma prática ainda presente na comunidade como fonte de renda.

**Figura 27 – Vassouras e outros artesanatos produzidos pela comunidade.**



Fonte: Autor, maio de 2018.

Num passado recente, segundo as famílias, a vassoura era praticamente a única fonte de renda monetária da comunidade; balaio feito de cipós de caititu (cipó São João) e de cipó alho, utilizados para transporte nos animais de serviço; cestos para utilização doméstica e outros fins; peneiras de taboca para “soprar feijão” e refinar a massa de mandioca para farinha; palmito, castanhas de cocos, palha de coqueiro (palmeira) para cobertura das casas e

paiois para armazenar milho e feijão; e muitos outros descritos na caracterização da comunidade.

Em dezembro de 2017, com base no Decreto Lei 21.147 de 14/01/2014 que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, após sua regulamentação pelo Decreto 47.289, de 20/11/2017, a comunidade solicitou à CEPCT-MG o reconhecimento formal como comunidade tradicional Agroextrativista e Artesã.

Em maio de 2018, uma equipe da CEPCT-MG realizou uma visita à comunidade como parte do procedimento do processo de reconhecimento instituído pelo Decreto 47.289, de 20/11/2017. O relatório da visita de campo já foi apresentado a CEPCT-MG e aguarda a emissão da certidão de autodefinição. Ressaltando que o MPMG desde 2017, a pedido da comunidade já realizou um estudo que atesta a tradicionalidade da comunidade. A comunidade após a certificação pretende pleitear junto ao Estado de Minas Gerais a regularização fundiária do seu território conforme a legislação acima referida.

Almeida (2005), afirma que no Brasil as comunidades tradicionais estão em processo de expansão e que as identidades coletivas estão também se expandindo. Com isso as comunidades tradicionais estão se instrumentalizando com relação aos seus direitos territoriais e se mobilizando para acessá-los. “A força da razão histórica está criando espaços dentro da mesma razão instrumental do Estado, permitindo o reconhecimento, mesmo que parcial, de outros territórios que anteriormente ficaram fora de sua lógica.” (LITTLE, 2002, p. 21).

Segundo Almeida (2008), na atualidade existem uma diversidade de formas de reconhecer juridicamente as diferentes modalidades de apropriação do território de uso comum (terras tradicionalmente ocupadas), como os usos das florestas, recursos hídricos, campos e pastagens, seja enquanto propriedade instituída legalmente ou meio da posse, seja de maneira instável ou sazonal. Brandão e Borges (2014), em resumo, nos diz que na atualidade, comunidade tradicional deve ser compreendida como o "lugar humano da vida". Comunidade tradicional, a partir do contexto da comunidade em estudo, pode ser compreendida como o lugar “[...] dos resistentes, em uma situação de fronteira” (p. 3). Nas palavras de Brandão e Borges comunidade tradicional é

O lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado, no qual as pessoas se reúnem para viver suas vidas e dar um sentido a elas. Comunidade é o lugar da escolha, onde os grupos humanos livremente se congregam. A comunidade

tradicional possui uma identidade e uma vocação caracterizada pela: transformação/convivência únicos com a natureza; autonomia; autoctonia; memória de lutas passadas e histórias atuais de resistência e a experiência partilhada de viver em territórios cercados e ameaçados pelas atuais formas de uso, ocupação e organização das sociedades atuais. (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 1).

Almeida (2005), define comunidade tradicional como novos agentes sociais que se designam a partir da autodefinição. Bem como, marca o advento da identidade coletiva como uma nova força política que surgiu na sociedade brasileira. O advento das comunidades tradicionais nesta perspectiva é datado do pós Constituição de 1988.

São movimentos que têm raízes sociais profundas, raízes locais profundas, têm uma consciência ecológica, têm um critério político organizativo, repousam num fator étnico. Esse tipo de identidade coletiva que se objetiva em movimentos, depois de 88 diz respeito a seringueiros, diz respeito a quebradeira de coco babaçu, diz respeito a castanheiro, a ribeirinhos, pescadores, quilombolas, ou seja, é um conjunto de termos que antes, na nossa história, não designavam identidades coletivas, senão, de uma referência historicista. Agora, passaram a designar identidades objetivadas em movimentos. (ALMEIDA, 2005, p. 2)

Little (2002), de forma resumida nos diz que “o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil” (p. 23). Segundo Costa Filho (2011, p. 2), “[...] a categoria “povos ou comunidades tradicionais” é relativamente nova, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica ou social”.

No Decreto 6.040, de 07/02/2007, institui um conceito operacional, onde povos e comunidades tradicionais são entendidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O Decreto 21.147 de 14/01/2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, em seu Art. 2º considera que povos e comunidades tradicionais são

os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Almeida (2005), diz que de forma geral a sociedade brasileira pensa que o tradicional é algo que se opõe ao moderno, como um resquício do passado, como um atraso, mas segundo o autor o tradicional é uma “figura de direito, aparece como um instrumento moderno, como um instrumento pós-Constituição de 88.” (p. 2).

Para Little (2002), o termo tradicional não pode ser associado a uma concepção de imobilidade histórica e atraso econômico. O tradicional que se refere na atualidade está explicitamente contido em “[...] realidades fundiárias plenamente modernas (e, se quiser, pósmodernas) do século XXI.” (p. 23).

É a partir das reflexões acima esboçadas que se insere a comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. É imersa neste contexto de contradições e conflitos que a comunidade busca defender seus direitos territoriais acessando o aparato jurídico ora “disponível”. Se autodefender como comunidade tradicional agroextrativista é um direito e, é mais uma forma de resistência empreendida como defesa do território tradicional.

O Território Comunitário Cabeceira do Piabanha é constituído de diversas territorialidades, lugar onde as famílias construíram e reconstróem suas formas de vida tradicional agroextrativista e artesã. Território vivido e sentido em sua realidade, muitas vezes, contraditória e conflitiva. Mas é desta realidade que a comunidade desempenha cotidianamente, seu modo de vida e suas formas de resistência na defesa territorial.

É no interior do território que são constituídas, mantidas e ressignificadas as dimensões que garantem a identidade coletiva da comunidade, seus significados simbólicos, possíveis de serem apreendidos pela memória grupal e transmitidos pela tradição. Em outras palavras, é no interior do território e não externo a ele que estão as territorialidades construtoras da identidade coletiva da comunidade (agroextrativista e artesã).

Esse tipo de identidade é considerada por Castells (1999), como identidade de resistência, ou seja, é a identidade “[...] originada em formas de resistência coletiva diante de uma situação de opressão. Esse tipo de identidade é acionada como forma de enfrentamentos a situações adversas, quando as forças dominantes exercidas contra a comunidade é insuportável.” (p. 25). Em outras palavras, Castells (1999) diz que identidade de resistência é aquela acionada por grupos “que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, mesmo oposto a estes últimos.” (1999, p. 24)

As territorialidades que constituem o Território Comunitário Cabeceira do Piabanha são frutos das práticas socioculturais e ambientais reconstruídas e ressignificadas dialeticamente por cada geração, em cada momento histórico. Esse território constituiu-se de experiências cotidianas, ou seja, é um espaço historicamente apropriado, vivido, sentido, re-

pensado pelos comunitários permitindo a produção e a manutenção do modo de vida tradicional da comunidade. É um espaço onde as gerações, em cada momento histórico, registram suas marcas e sua visão de mundo, enquanto sujeitos diferenciados.

O sujeito aqui é compreendido a partir da tese de Manoel Castells (1999), como aquele que contribui com a ampliação da resistência comunitária. Ao analisar dinâmicas territoriais da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha, dialogamos com várias territorialidades tidas como formas de resistência. Entre as mais expressivas, estão àquelas ligadas à ocupação e identificação com o espaço apropriado pela comunidade – Território Comunitário – “nossa identidade”, “parte da gente”. Onde historicamente, ocorrem disputas, em que as dinâmicas territoriais imbricadas são expressas no território chão de morada e de cultivo e de identidade coletiva. Destacando que as práticas de construção de moradias e do modo de produção tradicional, extrativismo e o artesanato são baseadas no saber fazer transmitido pela tradição.

Esse saber fazer tradicional se fundamenta nas experiências vivenciadas no território, nos significados, nas crenças, nos valores a partir do contexto natural e sociocultural do local. As relações contidas no espaço são para além das materiais (chão de morada e de cultivo), mas também em relações recíprocas ser humano/natureza – “a terra é como a gente”. Tem ainda a relação de filiação a terra, “a Piabanha é tudo, é nossa mãe e nosso pai”. São recorrentes entre os comunitários, expressões que fazem referencia a relação de intimidade, ou seja, uma relação familiar com o território. O território é entendido como “um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação.” (MEDEIROS, 2009, p. 217). Segundo Castells (1999), as comunidades tradicionais são “construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades.” (p. 84).

O Território Comunitário Cabeceira do Piabanha caracteriza-se principalmente, no domínio dos espaços (chão de morada e cultivo) e, na apropriação dos recursos naturais (florestais e hídricos), no manejo do território a partir de práticas de solidariedades e na relação com a natureza. Tudo isso é resultante de formas de resistência, em sua maioria, pouco percebidas e até invisibilizadas.

De forma bastante relevante para o caso em estudo, Castells (1999), afirma também que identidades de resistências [...] consistem em reações defensivas contra as

condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos.” (p. 84).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Mesmo antes de chegarem ao atual território, os avós e pais das famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha já eram vítimas dos processos de exploração e expropriação decorrentes da expansão do capital no campo, que historicamente conta com apoio do Estado para permitir sua expansão sobre as posses dos/as camponeses/as, em muitos casos, de forma violenta, expulsando-os de seus territórios.

Os pioneiros são oriundos de uma região marcada pela concentração da terra sob o poder de poucos, onde os conflitos por terra são históricos. A reforma agrária poderia ter sido uma oportunidade para permanecerem em seus locais de origem. Mas historicamente, os interesses das classes dominantes e o poder do Estado não permitiram a realização da reforma agrária. Assim, por não ter como manter o modo de vida camponês em sua região, a migração foi uma alternativa encontrada pela família pioneira.

A história da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha evidencia de maneira contundente, as formas que o capital utiliza para se expandir no campo. Na maioria dos casos, apoiado pelo Estado, o capital se vale de meios lícitos e ilícitos para garantir sua reprodução ampliada. Desde a ocupação no ano de 1952, pelos pioneiros, até a atualidade, vêm ocorrendo uma sequência de ilegalidades praticadas por fazendeiros, com apoio direto ou indireto do Estado e, em outros momentos, apoiados por empresa do setor da mineração para agirem com o intuito de expulsar as famílias e garantir a territorialização do capital naquela localidade.

Historicamente, as famílias são vítimas de processos de exploração e expropriação, em muitos casos, precedidos por atos de violência e pela imposição do trabalho como forma de dominação e com isso, instituir um domínio fundiário, condição fundamental para a sujeição do trabalho das famílias como agregadas por muitos anos. Por parte das famílias, ao serem obedientes às regras impostas pela fazenda, não representou uma forma de submissão em si, mas sim, a única forma de permanecer em seu território.

É notório que desde sua origem, a comunidade vem sendo vítima da presença do Estado e/ou de sua ausência. A ação do Estado ficou mais evidente quando se instituiu uma política agrária por meio de uma legislação que favoreceu a concentração da terra, constituindo-se como mecanismo de exploração e expropriação dos/das camponeses/as. Ao garantir a legitimação do direito de propriedade privada aos latifundiários e as condições necessárias para sua permanência, o Estado proporcionou a dominação dos fazendeiros sobre

os camponeses/as, pois os primeiros se beneficiaram do acesso às leis e aos governantes para se apropriar das posses das famílias.

Outra ação estatal que atingiu a comunidade foi a instituição do Parque Estadual do Alto Cariri que se efetivou por meio do uso de mecanismos políticos-jurídicos e até coercitivos ao impor regras preservacionistas ao território casa “mãe de todo mundo”, “parte da gente”, lugar onde se vivia em liberdade. A unidade de conservação sobrepõe ao território gerando tensões, conflitos e ameaças de expropriação territorial.

Quando deveria se fazer presente, o Estado não o fez. No processo de criação da referida unidade de conservação e no processo de tramitação do Projeto de Lei 1480/2015 que propõe alterar os limites do parque, o Estado se “ausentou” e não cumpriu com todos os preceitos legais ao não garantir que as famílias fossem informadas de forma objetiva e com linguagem compreensível as consequências que a criação do parque causaria para a comunidade. Mesmo que a consulta pública seja obrigatória (SNUC, 2000), os órgãos governamentais responsáveis driblaram as exigências de forma que o processo de criação do parque e a tramitação do Projeto de Lei 1480/2015 não contou com consulta pública à comunidade conforme determina a legislação vigente.

O Estado, por meio de sua atuação ou ausência, na maioria dos casos, tem atuado em favor das classes dominantes, principalmente a elite agrária e, com poucas exceções, tem cumprido com o seu papel de garantir os direitos da comunidade tradicional Cabeceira do Piabanha. Considerando sua atuação, limitações, insuficiências e omissões, o Estado, em muitos momentos, vem dificultando à comunidade o acesso aos seus direitos territoriais. Assim, é possível asseverar que, de maneira geral, por meio de seu aparato normativo e constitucional, o Estado tem assegurado os interesses econômicos de fazendeiros e/ou de empresas, em detrimento dos direitos da comunidade.

Diante dos diversos processos de exploração e expropriação sofridos, a comunidade tem buscado estratégias de resistência, que até o momento, tem garantido sua permanência no território. Muitas dinâmicas organizativas foram empreendidas pela comunidade na constituição do território nominado pelos comunitários de Cabeceira do Piabanha, destacando o uso comunitário (regime de usos comum). Mas não foi só isso, muitas outras estratégias de resistências foram sendo utilizadas como forma de defesa territorial.

Para a comunidade, a defesa do território, para além de qualquer coisa, significa a defesa do lugar de vida. É a defesa da continuidade do seu modo de vida no território casa,



“mãe de todo mundo” onde o elemento mais essencial é a liberdade. É a defesa de um território identitário “nossa identidade, parte da gente!”

O território Cabeceira do Piabanha é produto das diversas territorialidades ali imbricadas historicamente. O conjunto de territorialidades da comunidade, para além de possibilitar a constituição da identidade coletiva do grupo, apresenta-se como estratégias de resistência frente aos seus antagonistas. É um território constituído em períodos distintos e sobreposto, originando construções socioculturais e ambientais tecidas a partir de experiências transmitidas pela tradição que tem garantido a permanência das famílias. Composto por um arranjo sócio-espacial diversificado, as dinâmicas de organização ali constituídas são ajustadas a partir das condições materiais e imateriais existentes, considerando os momentos de altos e baixos, em função das diversas pressões protagonizadas pelos seus antagonistas. Portanto, a comunidade foi ajustando suas práticas de acordo com a realidade do momento vivido, ou seja, houve “continuidades e descontinuidades” (SAQUET, 2009).

O território Cabeceira do Piabanha é definido pelo princípio sociocultural de identificação, pelo sentimento de pertencimento, de “apego”, de afetividade, “lugar único”, “parte da gente”. É revestido de valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Não é apenas uma posse para habitação e produção de alimentos, é parte da identidade coletiva da comunidade. Mesmo não tendo o direito de propriedade formalmente instituído como prevê a legislação agrária, as relações territoriais são bem enraizadas, são vivas na memória coletiva do grupo. A questão legal não é fator preponderante. As territorialidades não se expressam por meio da legislação que institui a propriedade privada da terra, (SAQUET, 2009).

As territorialidades que têm construído a identidade coletiva sociocultural do grupo, somadas às formas de resistência cotidiana, as práticas produtivas tradicionais de baixo impacto ambiental, as práticas de solidariedade entre as famílias no processo produtivo destinado ao autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, as relações de parentesco, vizinhança e compadrio, dentre outros elementos se edificam como formas de identificação, força e defesa territorial, (ALMEIDA, 2008).

Diante da possibilidade de perda do território, frente às novas pressões sofridas, ocorridas nos últimos anos, como forma de ampliar sua capacidade de resistência na defesa do território, a comunidade tem buscado apoio de entidades como a Comissão Pastoral da Terra,

PPDH, MPMG, entre outros. Pois, a perda do território tradicional significa, além da perda do chão de morada e cultivo, significa também, perda da identidade coletiva do grupo.

Em suma, no decurso do processo histórico, considerando o fator tempo-espço e as condições ali imbricadas, tem dado a comunidade condições de ir apropriando, criando e recriando muitas formas de resistência para defender seu território. Inicialmente, foram “obedientes” as normas impostas pela fazenda; paulatinamente estruturou um território comunitário constituído principalmente, no compartilhamento da terra para edificação de moradias, para produção de uma agricultura tradicional, no uso dos demais recursos naturais (da água com seus usos diversificados, da mata para extração de espécies vegetais, para a caça, entre outros); se adaptaram às restrições impostas pelo Parque Estadual do Alto Cariri; tem buscado apoio externo para potencializar e externalizar suas reivindicações e; mais recentemente acionou a identidade coletiva como comunidade tradicional agroextrativista e artesã apropriando-se do direito de se autodefinir. Todas estas formas de lutas e resistência empreendidas pela comunidade são por nós, compreendidas como estratégias de defesa territorial. Tais formas de lutas e resistência devem ser entendidas como maneira de garantir a sua existência enquanto comunidade socioculturalmente diversa da sociedade.

Por fim, as diversas e constantes formas de lutas e resistência que, historicamente a comunidade tem empreendido contra as ações ofensivas do capital, foram até aqui, suficientes e indispensáveis para a manutenção das famílias em território tradicional. No entanto, não foram necessariamente suficientes para construir mecanismos que dê à comunidade as garantias mínimas de permanência futura, frente às investidas do capital (interesse minerário) e da ameaça que o Parque Estadual do Alto Cariri representa, enquanto unidade de conservação de proteção integral.

É necessário que a comunidade busque ampliar suas forças, construindo estratégias de lutas para criar possibilidades concretas de permanência futura em seu território e defender sua existência enquanto comunidade tradicional. Para isso, existem algumas possibilidades, embora desafiadoras. Entre elas, seria a mudança da categoria da área que sobrepõe o território da comunidade. Para tanto, é dever do Estado de Minas Gerais, por meio de um projeto de lei, desafetar a área e emitir um título coletivo do território em favor da comunidade. Assim, os tempos de lutas e resistências desprendidos para defender o território, sejam revestidos para construção de maior autonomia e liberdade; se traduzam em tempos de bem estar mais constantes aos comunitários. Assim, grande parte dos tempos de lutas

defensivas que historicamente tem sido gastos para garantir a permanência no território, tornaria em parte, novos tempos, tempos re-conquistados nas vidas dos comunitários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: pgsca-ufam, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Conceito de Terras Tradicionalmente ocupadas”. Palestra UFF. 2005. In: <https://mestrado.direito.ufg.br>. Acessado em: 12/07/2018.

ANDRADE, Bruno Mateus Pereira de. **O Sertão do Jequitinhonha:** demografia e família nas matas de São Miguel do Jequitinhonha (1889-1891). 2011. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Ouro Preto.

ARRUDA, R. S. V. **Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais.** Ambiente & Sociedade, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999. In: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 21/07/2018.

AUGUSTO, Rosely Carlos. **Aprender na Prática:** Narrativas e Histórias de Lideranças Camponesas, no Sertão, Norte de Minas, nas Últimas Três Décadas. Belo Horizonte, UFMG, 2011, p. 375. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, UFMG, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política**, 14<sup>a</sup> Edição, São Paulo, Editora Paz e Terra S/A, 2007.

BRANDÃO. C. R. A Comunidade Tradicional. In: UDRY, Consolacion. EIDTJ, Jane S. **Conhecimento Tradicional:** conceitos e marco legal. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

\_\_\_\_\_, Carlos Rodrigues e BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante:** um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007. In: <http://www.seer.ufu.br>. Acessado em: em 21/06/2016.

\_\_\_\_\_, C. R.; BORGES, M. C. **O lugar da vida:** comunidade e comunidade tradicional. Campo-Território. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (2014). Informações cartográficas. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/>. Acessado em: 21/07/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais... Rio de Janeiro, RJ, 18 de set. de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acessado em 20/01/2018.

\_\_\_\_\_. Leis etc. **Carta Régia de 13 de maio de 1808.** Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg\\_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html). Acesso em: 29/08/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000.** Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

\_\_\_\_\_. INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Sistema de Gestão Fundiária, 2018.** Disponível em: <https://sigef.incra.gov.br/>. Acessado em 15/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acessado em: 21/07/2018.

\_\_\_\_\_. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico 2010.** In: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 22/06/2014.

\_\_\_\_\_. IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha.** Salvador: IBGE/DIGEO 1/NE, 1997. 64 p.

\_\_\_\_\_. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Informações cartográficas** (2013). Disponível em: [www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acessado em: 25/07/2018.

\_\_\_\_\_. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Informações cartográficas** (2018). Disponível em: <http://car.gov.br/#/>. Acessado em: 25/07/2018.

BOHNENBERGER, E. **Territorialidades em tensão no Vale do Jequitinhonha:** territórios de vida e territórios como recurso do capital. 2011. 73 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso Especial de Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

BRITO, D. M. C. **Conflitos em unidades de conservação.** Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, Macapá, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3261298-Conflitos-em-unidades-de-conservacao.html>. Acessado em: 25/07/2008.

CARDOSO, Thiago Mota; MODERCIN, Isabel Froes e PARRA, Lilian Bulbarelli. **Persistência dos bens e espaços comuns na agricultura indígena na Bahia.** Estudos

Sociedade e Agricultura, abril de 2011, vol. 19, n. 1, pp. 149-181, ISSN 1413-0580. Disponível em: <http://www.academia.edu/11399207>. Acessado em: 22/07/2018.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. In: **O poder da identidade**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol. II.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2017** [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Nota denúncia – a vida está ameaçada**. As famílias da Comunidade Cabeceira Da Piabanha, em Salto da Divisa - MG sofrem violências físicas e simbólicas constantes. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/11/28/as-familias-da-comunidade-cabeceira-da-piabanha-em-salto-da-divisa-mg-sofrem-violencias>. Acessado em 12/06/2018.

COSTA FILHO, A. **Quilombos e povos tradicionais**. Gesta-UFMG, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em 22/07/2018.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira. 1ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 484 p.

DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Sistemas de informações geográficas da mineração. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap>. Acessado em: 02/05/2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3º Edição Revista e Ampliada. São Paulo Ed. Atlas, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acessado em: 20/07/2018.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. (Orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004. 273 p.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

ESCRITURA pública de acordo de desocupação de área rural que fazem Espólio de Sylvio Antônio Pimenta, Charle Moraes Nascimento e Marlei da Silva Oliveira. Tabelionato do 2º Ofício de Notas, Tabela Alessandra Henriques de Gouvêa Viana. Jacinto, MG. Livro 38, folhas 130. 02/08/2016.

ESCRITURA pública de acordo de desocupação de área rural que fazem Espólio de Sylvio Antônio Pimenta, Genivaldo Moraes Nascimento e Eliete Rodrigues Lima. Tabelionato do 2º Ofício de Notas, Tabela Alessandra Henriques de Gouvêa Viana. Jacinto, MG. Livro 38, folhas 131. 02/08/2016.

ESCRITURA pública de acordo de desocupação de área rural que fazem Espólio de Sylvio Antônio Pimenta, Jailton Ferreira Moraes e Adriana Gonçalves Queiroz. Tabelionato do 2º Ofício de Notas, Tabeliã Alessandra Henriques de Gouvêa Viana. Jacinto, MG. Livro 38, folhas 132. 02/08/2016.

ESCRITURA pública de acordo de desocupação de área rural. Tabelionato do 2º Ofício de Notas, Tabeliã Alessandra Henriques de Gouvêa Viana. Jacinto, MG. Livro 38, folhas 130, 131, 132 e 152. 02 e 29/08/2016.

ESCRITURA pública de notificação Espólio de Silvio Antônio Pimenta. Tabelionato do Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Tabeliã Emiliana Cardilo Lima. Jacinto, MG. Livro B-14, folhas 056, 29/01/2016.

FABRINI, João E. Movimentos Sociais no Campo e Outras Resistências Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FÁVERO, C.; MONTEIRO, F. T. **Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha**: uma leitura pelas transformações nas paisagens. *Agriculturas*, v. 11, n.3, 2014. Disponível em: <http://aspta.org.br>. Acessado em: 20/07/2018.

FERREIRA, L. C. et al. **Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil**: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. *Ideias*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 115-150, 2002.

GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M.; CALIXTO, J. S.; AYRES, E. C. B. Águas comunitárias no Baixo Jequitinhonha, Minas Gerais. *Caderno CEAS*, n. 209, 2004. Disponível em: <https://docplayer.com.br>. Acessado em: 12/07/2018.

GOOGLE. Google Earth website. <http://earth.google.com>, 2018.

GUIMARÃES, Allison P. **Estudo geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha**. Belo Horizonte. Grupo de Trabalho para à Pecuária. 1960, 316 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre los Orígenes de la agroecología em el pensamiento marxista y libertário**. Plural Editores, 2011.

GRAZIANO, Eduardo e GRAZIANO NETO, Francisco. **As Condições da Reprodução Camponesa no Vale do Jequitinhonha**. *Revista Perspectivas*, São Paulo, 6:85-100, 1983. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acessado em: 21/07/2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 1. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª. edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2006, p. 43-71.

HECHT, Susanna B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. Miguel Altieri, 2002. AS-PTA.

JUNIOR, Marco Antônio Mitidiero et al. Leis e grandes empreendimentos: do estado de direito ao estado de exceção. In: **Conflitos no Campo Brasil**, 217. Goiânia – GO, 2018, p. 151-156.

LEAL, Jonas Vaz Leandro; VILARINO, Marcelo de Andrade. Relatório de Caracterização da Comunidade Cabeceira do Piabanha. Belo Horizonte: Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, 2017, 33 p.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O Campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Volume 1. Versão corrigida, São Paulo. 2015.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Brasília, UnB: 2002.

LOBO, Sebastião. **Na Boca do Lobo: Crônicas** Publicadas no Jornal Vigia do Vale. Almenara: Imprensa Oficial-Mina Gerais, 2003.

MAIA, Aline Borghoff. **Ministério Público, megaempreendimentos e conflitos socioambientais: a atuação no litígio entre pescadores artesanais e a indústria do petróleo na Baía de Guanabara-RJ**. [Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ]. Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Antônio Maria Claret. **O Instituto das Terras Devolutas e a Legislação Fundiária de Minas Gerais**. Fundação Rural Mineira e Desenvolvimento Agrário. Belo Horizonte: Edições Gerais Ltda. 1994, p. 242.

MAIA, C. J. **Lugar e trecho: gênero, migrações e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade federal de Viçosa - UFV, Viçosa, 2000. 182 p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986a.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986b.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1986c.

\_\_\_\_\_. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª Ed., São Paulo, Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Artesanato Intelectual na Sociologia**. In: Revista Brasileira de Sociologia I. v. 1, n. 2, Jul/Dez/2013. Acessado em 05/04/2017. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/41/17>. Acessado em 02/03/2018.

MARTINS, Marcos. Lobato. **O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade-natureza no nordeste mineiro**. Varia História (UFMG. Impresso), v. 24, p. 702-728, 2008.

MARQUES, Marta. Campesinato e luta pela terra no Brasil. In: BERTONCELLO, R. e CARLOS, A. F. (orgs.), *Procesos territoriales em Argentina y Brasil*. Buenos Aires, 2003. (p.183-199).

McKEAN, M. e OSTROM, E (2001), Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, Antônio C. e MOREIRA, A. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão popular, 2009.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Espaço agrário brasileiro: exclusão e inclusão social**. Boletim Goiano de Geografia Goiânia - Goiás - Brasil v. 28 n. 1 p. 127-142 jan./jun. 2008).

MINAS GERAIS (Estado). **Decreto Nº 44.726, 18 de fevereiro de 2008**. Cria o Parque Estadual Alto Cariri nos Municípios de Santa Maria do Salto e Salto da Divisa. Diário do Executivo - 19/02/2008 Pág. 1 Col. 2. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acessado em: 25/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei 21.147 de 14/01/2014**. Institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de minas gerais. Minas Gerais, Diário Do Executivo - 14 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acessado em: 02/04/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 47.289, de 20/11/2017**. Regulamenta a Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Minas Gerais Diário do Executivo - 21/11/2017 Pág. 1 Col. 2. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/>. Acessado em: 02/04/2018.



\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. PL 1480/2015 (**Ex-Projeto de Lei Nº 4.743 de 27 de novembro de 2013**). Dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri. Diário Oficial – 28/11/2013, p. 27. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acessado em: 25/07/2017.

\_\_\_\_\_. Nota técnica - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). In: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. PL 1480/2015 (**Ex-Projeto de Lei Nº 4.743 de 27 de novembro de 2013**). Dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri. Diário Oficial – 28/11/2013, p. 27. Disponível em: <http://www.almg.gov.br>. Acessado em: 25/07/2017.

\_\_\_\_\_. Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (IGAM, 2012). Informações cartográficas. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/>. Acessado em: 22/07/2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Estadual de Florestas. Edital de Convocação IEF/PEAC e RVSMN Nº.: 01/2018. Estabelece regras para a eleição de representantes de Órgãos/Entidades Públicas e representantes da sociedade civil organizada, visando compor o Conselho Consultivo do Parque Estadual Alto Cariri e Refúgio de Vida Silvestre Mata Dos Muriquis.

\_\_\_\_\_. **Lei 550, de 20/12/1949**. Dispõe sobre concessão de terras devolutas. Minas Gerais, Belo Horizonte, dezembro de 1949. Disponível em: <https://www.almg.gov.br>. Acessado em: 21/06/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013**. Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no estado. Diário do Executivo – Minas Gerais, 17/10/2013. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [www.siam.mg.gov.br](http://www.siam.mg.gov.br). Acessado em: 11/06/2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Notas Taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura, Belo Horizonte, 2016).

\_\_\_\_\_. Ministério Público Estadual de Minas Gerais. **Ação Civil Pública em defesa do meio ambiente com pedido de tutela antecipada**, nº 0347.13.002163-2, Minas Gerais, 2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça/Vara Agrária. Reintegração/manutenção de posse, nº 5119894-77.2017.8.13.0024. Autor: Espólio de Sylvio Antônio Pimenta. Réus: Nivaldo Moraes do Nascimento e outro. 22/08/2017.

MONTEIRO, F. T. **Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. Dissertação (Mestrado). UFMG, Belo Horizonte. 2011.

MOURA, M. M. **Os desertados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Coleção Corpo e Alma do Brasil.

MORENO, Cezar. **A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios**. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: Pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta da CPT e do MST.** Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

MOREIRA, Gabriel, Daiyer Lopes de Barros. **No caminho para a roça havia um mundo: Territorialidades e recriações camponesas na comunidade Paraguai, Baixo Jequitinhonha – MG.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, Rio de Janeiro, 2017.

MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas terras de Guaratiba.** Uma aproximação histórico jurídica - às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI - XIX. 2009, (334 f). Tese de doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

\_\_\_\_\_. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** Revista de Estudos Avançados. São Paulo: IEA USP. V. 15, n. 43, p. 185 – 206. Set/Dez de 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de & FARIA, Camila Salles de. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil.** Encontro de Geógrafos de América Latina, Montevideo, Uruguai. 3 a 7 de abril de 2009. In: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acessado em: 15/01/2018.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada.** ESTUDOS AVANÇADOS, São Paulo, nº 43, vol. 15, pp. 255-265, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 11/07/2018.

OLIVEIRA, P.G.; DUARTE, D. M.; VIANA, D.J.S. **Estudo ambiental das modificações dos limites do Parque Estadual do Alto Cariri-PEAC.** 2013.

PANINI, Carmela. **Reforma agrária: dentro e fora da lei.** São Paulo: Paulinas, 1990. p. 154.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná.** 2003. 430f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. **Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/122692-Texto%20do%20artigo-238795-1-10-20170121%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/122692-Texto%20do%20artigo-238795-1-10-20170121%20(1).pdf). Acessado em: 30/06/2018.

PINTO, João Bosco. A pesquisa-ação como prática social. Revista Contexto e Educação. In: DUQUE-ARRAZOLA, Laura & THIOLLENT, Michel. (textos selecionados e apresentados por). João Bosco Guedes Pinto: **Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação**. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, 2014.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Trad. De Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In.: **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia – GO, 2016, p. 86-98.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, et, al.. Os Cerrados e os Fronts do Agronegócio no Brasil. In: **Conflitos no Campo Brasil 2016**, Goiânia – GO, 2017, p. 86-98.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Agregação e poder rural nas fazendas do baixo Jequitinhonha mineiro**. Revista Unimontes Científica V.5.N2. jul/dez. Unimontes, Montes Claros, MG, 2003. Disponível em : <http://www.unimontes.br/unimontescientifica>. Acessado em 16/03/2011.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Lembranças do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: Cedefes, 1996. 235 p.

ROCHA, Letícia Aparecida. **O poder da territorialidade**: “O lugar da gente”, o território pesqueiro. Montes Claros, 2017. 177 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In; SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo, Expressão popular, 2009.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em: 23/07/2018.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra) Raízes, vol. 21, no. 01, 2002. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br>. Acessado em: 23/07/2018.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha Entre a “Di-Visão” pela Pobreza a sua Ressignificação pela Identificação Regional**. NITERÓI/RJ: UFF, 2012. 354 p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal

Fluminense, Niterói/RJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí – MG.** Viçosa/MG, 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século.** 1. Eed. São Paulo: Editora: Unesp. 1999.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da & TUBALDINI. Maria Aparecida dos Santos. Processos socioespaciais do espaço agrário do alto Jequitinhonha: a fruticultura redefinindo o uso da terra no município de Datas-MG. s/d, 22 p. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos>. Acessado em 25/02/2012.

SOARES, G. **Na trilha guerreira dos Borun.** Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2010. 299 p.

SOL, Otelino Ferreira. **Salto da Divisa e outras considerações.** Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 1981, p. 155.

TOLEDO, Victor M. Povos / comunidades tradicionais e a biodiversidade. Tradução: Prof. Antônio Diegues. In: Levin, S. el al., (eds.) Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press (2001). Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br>. Acessado em: 11/07/2018.

THIOLLENT, M. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: C. R. Brandão (Org.), **Repensando a pesquisa participante** (pp. 82-103). São Paulo: Brasiliense, 1999.

VEIGA, José Eli. O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica. São Paulo. Hucitec, 1991.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. **O projeto Minas Rio e a mineração em Conceição do Mato Dentro – MG:** uma análise a partir dos discursos, dos conflitos e da resistência. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2015. 205 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida:** Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN. Ellen F. Dimensões e Concepções Camponesas. Tronco, ramos e raízes! [recurso eletrônico]: CAVIGNAC, Julie & MACÊDO, Muirakytan K. de (orgs.). Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural do Seridó negro. Natal, RN: EDUFRN, 2016. 402 p.: PDF. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br>. Acessado em: 17/07/2018.

WOORTMANN, K. e WOORTMANN, E.F. Campesinato e Saber Agrícola. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Solo – Rio de Janeiro, 1997.

ZHOURI, A. e ZUCARELLI, M.C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J.V.A. e HENRIQUES, M.S. (Org.) **Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações, movimentos**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010, p. 209-236.